

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**EVANDRO MACHADO LUCIANO**

**O NASCIMENTO DOS “VELHOS”:  
sindicalismos, sociabilidades e a agência de sapateiros/as na ditadura civil-militar  
(Novo Hamburgo/RS, 1974-1979)**

**PORTO ALEGRE  
2019**

EVANDRO MACHADO LUCIANO

**O NASCIMENTO DOS “VELHOS”:  
sindicalismos, sociabilidades e a agência de sapateiros/as na ditadura civil-militar  
(Novo Hamburgo/RS, 1974-1979)**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

PORTO ALEGRE  
2019

EVANDRO MACHADO LUCIANO

**O NASCIMENTO DOS “VELHOS”:  
sindicalismos, sociabilidades e a agência de sapateiros/as na ditadura civil-militar  
(Novo Hamburgo/RS, 1974-1979)**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (Orientador) - UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarice Gontarski Speranza - UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes - UFRJ

---

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins - FEEVALE

Porto Alegre, 2019.

## CIP - Catalogação na Publicação

Luciano, Evandro Machado  
O nascimento dos "velhos": sindicalismos,  
sociabilidades e agência de sapateiros/as na ditadura  
civil-militar (Novo Hamburgo/RS, 1974-1979) / Evandro  
Machado Luciano. -- 2019.  
214 f.  
Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Sapateiros/as. 2. Memória. 3. Ditadura  
Civil-Militar. 4. Futebol Operário. 5. História Oral.  
I. Schmidt, Benito Bisso, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Para Jaqueline e Ricardo.  
Por Dilma e por Lula.  
Pela memória de Cláudio.

“Uma lenda libanesa fala de um longínquo lugar, nas montanhas, onde outrora se sacrificavam os velhos. Com o tempo não restou nenhum avô que contasse as tradições para os netos. A lembrança das tradições se perdeu. Um dia quiseram construir um salão de paredes de troncos para a sede do Conselho. Diante dos troncos abatidos e já desganhados os construtores viam-se perplexos. Quem diria onde estava a base para ser enterrada e o alto que serviria de apoio para o teto? Nenhum deles poderia responder: há muitos anos não se levantavam construções de grande porte e eles tinham perdido a experiência. Um velho, que havia sido escondido pelo neto, aparece e ensina a comunidade a distinguir a base e o cimo dos troncos. Nunca mais um velho foi sacrificado”.

Ecléa Bosi

## RESUMO

Este trabalho analisa a agência da categoria dos/as sapateiros/as da cidade de Novo Hamburgo (RS) entre os anos de 1974 e 1979. Observando-se as ações operárias desenvolvidas nas associações de bairros e campeonatos de futebol, pretende-se compreender a relação que tais trabalhadores/as mantinham com os diretores da sua entidade sindical. O enquadramento da memória, realizado por um modelo de sindicalismo posterior (chamado de “novo”), argumenta que os sindicalistas deste período (os “velhos”) não atuavam politicamente por conta da repressão da Ditadura Civil-Militar. Nessa construção discursiva, os líderes da entidade eram percebidos como representantes ilegítimos da classe trabalhadora. O presente estudo pretende tensionar essa avaliação, apresentando elementos que apontam para a existência de uma interlocução entre categoria e direção sindical no referido município, ainda que esse diálogo passasse por espaços de sociabilidade e de construção política exteriores ao sindicato.

Palavras chave: sapateiros/as; memória; Ditadura Civil-Militar; Novo Hamburgo; futebol operário, História Oral.

## ABSTRACT

This work analyses the agency of the shoemakers of Novo Hamburgo (state of Rio Grande do Sul, Brazil) between 1974 and 1979. Observing some workers' actions carried on the neighborhoods associations and soccer championships, this Master thesis aims to understand the relation established between these workers and the directors of their union. The memory framed by the later model of unionism (the so called "new") argues that the unionists of this period (the so called "old") didn't act politically because of the repression of the civil-military dictatorship. In this discursive construction, the leaders of the entity are considered as illegitimate representatives of the labor class. This study aims to discuss this evaluation, presenting elements to indicate the existence of an interlocution between these workers and the direction of the shoemakers' union of Novo Hamburgo, even this dialogue has gone through by spaces of sociability and political construction outside the union.

Keywords: shoemakers; memory; Brazilian Civil-Military Dictatorship; Novo Hamburgo; workers soccer; Oral History.

## IMAGENS

IMAGEM 1: Antônio “Nidi” Paz.

IMAGEM 2: Alba Kayser.

IMAGEM 3: Celomar da Silva.

IMAGEM 4: Eroni Guilhermina Machado.

IMAGEM 5: Ficha de Registro de Empregado - Pedro D. Rauber (Calçados Hack).

IMAGEM 6: Homenagem ao Sapateiro.

IMAGEM 7: Jaime da Silva.

IMAGEM 8: Osmar “Mandinho” da Silva.

IMAGEM 9: Equipe Calçados Solemio (1979).

IMAGEM 10: Charge Sinovaldo.

IMAGEM 11: Clube Ouro Verde (1957 - aproximadamente).

IMAGEM 12: Clube Ouro Verde (1957).

IMAGEM 13: Segunda diretoria do sindicato.

IMAGEM 14: Greve de 1979.

IMAGEM 15: Assembleia no STIC-NH.

IMAGEM 16: Assembleia Extraordinária no Ginásio de Esportes da FENAC (05/09/1979).

IMAGEM 17: Deliberação na Assembleia Extraordinária do dia 05/09/1979.

IMAGEM 18: Trabalhadores/as na Assembleia (05/09/1979)

IMAGEM 19: Encontro no STIC-NH (1983).

## SIGLAS

ACI-NH - Associação de Comércio e Indústria de Novo Hamburgo.  
ANL - Aliança Nacional Libertadora.  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional.  
CDP - Comitê Democrático Popular.  
CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.  
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.  
COHABURGO - Co-habitação dos Trabalhadores de Novo Hamburgo.  
CST - Conselho Sindical dos Trabalhadores.  
CUT - Central Única dos Trabalhadores.  
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social.  
FENAC - Feira Nacional do Calçado.  
FGTS -Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.  
FRACAB - Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e Amigos do Bairro.  
FTIV-RS - Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário do Rio Grande do Sul.  
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática.  
JOC - Juventude Operária Católica.  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro.  
MFPA - Movimento Feminino Pela Anistia.  
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro.  
MSD - Movimento Sindical Democrático.  
OCO - Olimpíada Confraternização Operária.  
PCB - Partido Comunista do Brasil.  
PCI - Pacto de Cooperação Intersindical.  
PDT -Partido Democrático Trabalhista.  
POT - Partido Orientador Trabalhista.  
PR - Partido Republicano.  
PRT - Partido Republicano Trabalhista.  
PSD - Partido Social Democrata.  
PST - Partido Social Trabalhista.  
PT - Partido dos Trabalhadores.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

RMPA - Região Metropolitana de Porto Alegre.

SAB - Sociedade Amigos do Bairro.

SESC - Serviço Social do Comércio.

SESI - Serviço Social da Indústria.

SIC-NH - Sindicato da Indústria de Calçados de Novo Hamburgo.

STIC-NH - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de Novo Hamburgo.

TRT - Tribunal Regional do Trabalho.

TST - Tribunal Superior do Trabalho.

UAC - União das Associações Comunitárias.

UDN - União Democrática Nacional.

UFBA - Universidade Federal da Bahia.

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

URPLAN - Urbanismo e Planejamento Urbano

## AGRADECIMENTOS

A produção deste trabalho só foi possível graças a uma equipe composta por professores, colegas, colaboradores, amigos e familiares. Neste momento preciso dedicar um agradecimento especial a cada um e cada uma.

Em primeiro lugar, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo suporte prestado durante esta empreitada. Ao lado do agradecimento está minha disposição em lutar para que este espaço continue público e de qualidade, a fim de que outros/as jovens como eu possam ter essa oportunidade, e para que a qualificação na educação deixe de ser um privilégio. Aproveito para agradecer à equipe do Programa de Pós-Graduação em História da instituição.

Preciso deixar registrado meu profundo agradecimento ao apoio prestado pela CAPES durante os dois anos de produção da dissertação. Se a ciência tem algum valor neste país, é graças a incentivos públicos que garantem boa parte da produção científica nos programas de pós-graduação brasileiros. A CAPES cumpre um papel essencial no fomento à pesquisa. Muito obrigado.

Não posso deixar de agradecer ao mestre que tornou tudo isso possível, meu professor, orientador e amigo, Benito Bisso Schmidt. Mesmo à distância, professor Benito orientou essa dissertação, aceitando o desafio de me conduzir rumo à defesa. Sou grato por isso, pois sem ele este trabalho não existiria. Obrigado!

Dedico um agradecimento aos professores que colaboraram na pesquisa que resultou nessa dissertação, em especial às professoras Carla Rodeghero, Silvia Petersen, Céli Pinto e aos professores Alisson Droppa (que me ajudou a analisar um acervo inteiro) e Luiz Alberto Grijó. Meu agradecimento mais que especial à professora Clarice Speranza e ao professor Rodrigo Martins, que integraram a banca de qualificação e a banca de defesa, juntos do professor Paulo Fontes, a quem sou igualmente grato pelos apontamentos, sugestões e críticas. Sou grato a todas e todos!

Agradeço imensamente aos colegas e amigos que participaram dessa caminhada. Seria longo citar nominalmente, além de correr o risco de deixar pessoas importantes fora da lista. Por isso agradeço a todas e todos de forma genérica, mas saibam que foram importantes para esta produção.

Quero agradecer àquelas e àqueles que colaboraram diretamente para a realização deste estudo. À Micaela Scheer, colega e amiga, que caminhou lado a lado na descoberta de uma história do trabalho em Novo Hamburgo, e que contribuiu com textos, discussões e com sua

inteligência para as análises que desenvolvi neste texto. Ao colega e colaborador Gilnei Andrade, que colaborou nos contatos com boa parte dos entrevistados deste trabalho, sendo ele próprio um entrevistado valoroso para a análise. A todos os depoentes que, mais do que meras fontes orais, são amigos que a pesquisa me forneceu. Meu muito obrigado a todas e todos.

Por fim, agradeço aos membros de minha família, alicerce para a pesquisa e para a vida. Em especial aos meus pais, Jaqueline e Ricardo, e à minha companheira de vida e de lutas, Tayara, o suporte de todas as horas e razão de minhas alegrias.

Que todas as pessoas a lerem esta dissertação possam estar cientes de que, se eu a escrevi unicamente com meus próprios dedos, foi porque as pessoas citadas acima me deram forças para continuar e as bases para que eu chegasse a tais conclusões. Meu muito obrigado a vocês.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 COMO NASCEM OS VELHOS?.....</b>	<b>32</b>
2.1 Histórias que se repetem.....	37
2.2 O “velho” e o “novo”: uma breve análise bibliográfica.....	55
2.3 Sindicalistas e gerais: considerações sobre vidas e experiências.....	62
<b>3 DE QUEM FALAMOS QUANDO DIZEMOS “SAPATEIROS”?.....</b>	<b>66</b>
3.1 Narradores de suas histórias: apresentando personagens.....	69
3.1.1 O “popular” Nidi.....	70
3.1.2 A costureira: “Trabalho é meu nome”.....	75
3.1.3 O “sapateiro de sangue”.....	78
3.1.4 A filha de João e Maria: de empregada doméstica à sapateira.....	80
3.2 Memórias que apontam caminhos: por que estes/as personagens?.....	83
3.3 Contando sapateiros/as, construindo vidas.....	85
3.4 A experiência operária em meio ao conflito étnico-racial.....	95
3.5 “Aquela gente que veio de fora”.....	104
3.6 A “faixinha” e o movimento popular por habitação.....	113
3.7 Identidade-trabalhador.....	119
<b>4 JOGO DE CLASSES: FUTEBOL, ASSOCIAÇÕES, IDENTIDADES.....</b>	<b>122</b>
4.1 “O esporte que o mundo tornou seu”.....	124
4.2 O futebol, o SESI, a ditadura.....	126
4.3 Os operários-jogadores.....	130
4.4 “Mesmo véio, na várzea é bom jogador”: os jogadores-operários.....	135
4.5 A várzea, a cidade, a identidade.....	139
<b>5 OS “VELHOS”.....</b>	<b>152</b>
5.1 Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo: mudanças repletas de permanências.....	154
5.1.1 Adalberto Lopes/ Júlio Mohr (1934-1935).....	155
5.1.2 João Abílio Becker (1935-1944 aproximadamente).....	155
5.1.3 Silvio Longo (1946-1950).....	156
5.1.4 Rodolpho Terra (1951-1952).....	157
5.1.5 Rudor Blumm (1953-1958).....	158
5.1.6 Alcides Nunes Rosa (1958-1962).....	156
5.1.7 Norci Rosa (1963-1967).....	160
5.1.8 Orlando Müller (1968-1986).....	161
5.2 Tempos de mudança: a crise política e o sindicalista deslocado.....	166
5.3 Os “sindicalismos” nas lembranças dos/as operários/as.....	170
5.4 O “assistencialismo” sindical na ditadura.....	173

5.5 Para que serve um sindicato?.....	178
5.6 “Mais compreensão e menos exploração” o movimento das/os sapateiras/os de 1979....	183
5.7 Depois da tempestade, os ventos da transição.....	197
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>199</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>204</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>206</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>215</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Minha história com esta dissertação iniciou em 2015, ainda durante minha graduação, no curso de Licenciatura em História da Universidade FEEVALE, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. Naquele ano assumi o cargo de representante civil do Conselho Municipal de Cultura, pela pasta de Patrimônio Cultural. Entre os vários aprendizados pessoais, um deles resultou em meu interesse pelo assunto que irei desenvolver nas próximas páginas.

Durante umas das reuniões do conselho, conversei com o Secretário de Cultura em exercício sobre os rumos da pesquisa histórica em Novo Hamburgo. De suas muitas opiniões sobre o tema, ele comentou comigo uma história que ouviu de antigos trabalhadores do calçado. Nessa narrativa quase anedótica dizia-se o seguinte: na década de 1930, um famoso ministro do Trabalho teria visitado a fábrica de Pedro Adams Filho, industriário do calçado da cidade de renome regional. Horas antes da visita, os gerentes da empresa dispensaram todos os demais empregados, restando apenas aqueles posicionados nos cargos de maior hierarquia e o patrão. Quando o ministro chegou ao recinto e encontrou o lugar quase vazio, teria olhado para a mesa posta, com uma refeição abundante, cheia de agrados a ele, e dito: “Onde estão os operários? Pois que os tragam de volta amanhã!”.

No dia seguinte, cumprindo as ordens do Ministro, Pedro Adams Filho teria convocado todos os seus empregados, enfileirando-os um a um em uma bela demonstração de ordem e progresso, a fim de mostrar à autoridade a bela empresa e a “grande família” que construía ao longo daqueles muitos anos de negócio com o calçado. Quando chegou, o Ministro cumprimentou os trabalhadores, olhou ao seu redor, expressou insatisfação e, dirigindo-se ao empresário, questionou: “Pois bem, os trabalhadores estão aqui; e agora, onde está o banquete?”.

Após os risos gerados pela narrativa, lembro-me de ficar impressionado por nunca ter ouvido essa história. Ao final, o Secretário de Cultura ainda encerrou dizendo que achava uma imensa perda que essas e outras lembranças não fossem narradas nos livros sobre a história do trabalho.

De fato, poucos foram os momentos em que eu pude perceber a perspectiva dos trabalhadores da região de Novo Hamburgo nas produções acadêmicas. Este município gaúcho consagrou-se no país como a Capital do Calçado Feminino - ao passo em que o município

paulista de Franca tornou-se conhecido como Capital do Calçado Masculino<sup>1</sup> - mas grande parte da literatura na área das Ciências Humanas sobre a produção calçadista tem em vista apenas a perspectiva empresarial. Alguns textos ainda apontam caminhos para o operariado em suas análises, mesmo centrando suas pesquisas no empresariado<sup>2</sup>. Na pesquisa prévia para a construção do projeto que resultou nesta dissertação, encontrei apenas um texto especificamente sobre o operariado hamburguense na área da História (SAUL, 1982). Não tenho certeza se é possível afirmar os motivos disso sem um estudo específico sobre a memória do município em questão. Mesmo assim, ousou apontar para perspectivas de um enquadramento da memória próprio de alguns centros industriais, que buscam o enaltecimento de empresários e “capitães da indústria”, como foram cunhados, e pouca atenção ao proletariado. Talvez pelo mesmo motivo eu precise adiantar ao leitor e à leitora que muitas das análises realizadas aqui resultaram de um trabalho árduo que envolveu a articulação entre as poucas fontes disponíveis e possíveis de serem averiguadas durante o período destinado à pesquisa de um mestrado acadêmico no Brasil.

Esta questão adquire significado especial para mim. Sou filho de dois ex-sapateiros. Cresci envolvido com o mundo da produção de calçados, imerso nos bairros operários da cidade de Novo Hamburgo. Tenho, portanto, uma motivação particular ao levar a temática da trajetória dos sapateiros hamburguenses à academia. Senti-me, portanto, na “obrigação” de escrever sobre o assunto quando ouvi aquelas palavras do Secretário de Cultura, em 2015. Esse envolvimento traz consigo dilemas éticos e metodológicos, que serão abordados adiante.

Tomada a decisão de estudar os/as sapateiros/as de Novo Hamburgo, iniciei um levantamento bibliográfico, a fim de me apropriar das discussões sobre os mundos do trabalho, os debates possíveis e oportunos ao assunto, assim como as pautas já superadas e pouco vantajosas para este momento. Descobri, principalmente ao ler os textos de Corrêa (2013; 2016), que havia uma certa escassez de produção historiográfica sobre a classe trabalhadora durante a década de 1970 no Brasil. O período escolhido para o recorte temporal, portanto, foi o de 1974 a 1979. Tempos de alterações importantes em termos nacionais e internacionais, de rearticulação dos movimentos operários no mundo, de transições relevantes nas lideranças da classe trabalhadora no Brasil. Tendo em mãos esse recorte, busquei conhecer um pouco mais o órgão representante da categoria dos/as sapateiros/as em Novo Hamburgo.

---

<sup>1</sup> Ver os estudos de Rezende (2006; 2007; 2012; 2018) sobre trabalhadoras e trabalhadores de Franca.

<sup>2</sup> Como é o caso de Prodanov (2009), Martins (2011) e Schemes (2006), consultados para esta dissertação.

A primeira vez que visitei o prédio do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de Novo Hamburgo (STIC-NH), popularmente conhecido como Sindicato dos Sapateiros, fui impactado pela composição da cena. A fachada discreta, pequena em meio a um mar de lojas de roupas e calçados (que ironia!), pouco informaria a um desatento transeunte sobre a magnitude que o sindicato um dia teve. Lá dentro travei contato com figuras importantes do movimento operário da região, que atuaram no período denominado de “novo” sindicalismo e que ainda permaneciam, em 2016, na direção da entidade. Dentre elas estavam Cláudio e Ederson, personagens que me ajudaram a construir uma linha de pensamento sobre a relação entre o “novo” e o “velho” sindicalismos na região. Foi lá também que contatei antigos conhecidos, como Gilnei e Betinho, entrevistando os quatro em diferentes momentos.

Os sapateiros e militantes sindicais entrevistados lembraram, cada um à sua maneira, de um sindicato que não vivenciaram. Os três, apesar de terem cedido suas entrevistas em dias diferentes, sem nenhum contato, e com modos diferentes de se expressar, narraram de forma muito parecida um modelo sindical que os antecedeu. Cláudio, Betinho e Gilnei lembraram de um “velho” sindicalismo, atrelado ao Estado, aos patrões e que atuava, sobretudo, no campo do “assistencialismo”. As histórias narradas pelos três sapateiros condizem com uma história oficial do movimento que ficou conhecido como “novo” sindicalismo.

\* \* \*

A partir de 1978 o Brasil vivenciou uma onda de greves, tendo como epicentro as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano - o denominado ABC paulista. O fenômeno se espalhou pelo país como uma nova forma de protesto, em oposição à suposta apatia política provocada pelo regime ditatorial implantado em 1964, mas que teria se desenvolvido desde os anos 1930. Do interior da classe operária e tendo como protagonistas os metalúrgicos paulistas, os/as trabalhadores/as iniciaram um movimento nacional que passou a ser denominado de “novo” sindicalismo<sup>3</sup>. Logo intelectuais dos maiores centros acadêmicos do Brasil passaram a estudar o movimento, construindo conceitos sobre sua forma de agir, seus princípios políticos e suas reivindicações práticas<sup>4</sup>. Desse modo, academia e sindicatos consolidaram a ideia de que os fenômenos surgidos no movimento operário pós-78

---

<sup>3</sup> O “novo” sindicalismo tentou se diferenciar pelas práticas sindicais, algo que Mattos (1998) discutiu em sua tese, defendendo que tais práticas não foram totalmente alteradas.

<sup>4</sup> De acordo com Mattos (idem, p. 63), a própria qualificação “novo sindicalismo” foi construída por aqueles que “se dedicaram ao estudo da temática [e] passaram a utilizar a expressão [...]”, diferente do termo mais utilizado à época pelos próprios sindicalistas: “autênticos”.

estabeleceram uma ruptura com o modelo sindical anterior. Com relação a este “novo” sindicalismo, muitos estudos surgiram tentando explicar suas bases e seus propósitos. Tentou-se mostrar que a ruptura estabelecida pelos “novos” teria sido fundamental para a mudança na luta política travada pelos sindicatos na década de 1980<sup>5</sup>.

Um dos estudos com maior impacto na historiografia nacional que questionou a ideia de ruptura com o “velho” sindicalismo em termos de práticas foi o de Marcelo Badaró Mattos: *Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955-1988)*. Neste, o pesquisador sugere ao/à leitor/a pensar não apenas nas rupturas, mas também nas continuidades da estrutura sindical brasileira após o novo sindicalismo surgir. Mais do que isso, um dos pontos que me são mais caros do referido texto diz respeito a uma questão que irei debater nesta dissertação: a tensão existente entre o “novo” e o “velho” sindicalismos. Nas palavras de Mattos,

Como outras categorias, esta também se construiu de forma contrastiva e relacional. Isto é, dizer ‘novo sindicalismo’ é opor as atitudes dos dirigentes sindicais considerados mais combativos às atitudes de seus contemporâneos ditos pelegos. Mas é opor também novas práticas às consideradas tradicionais do sindicalismo brasileiro antes do golpe militar. E como a categoria constrói-se em meio à erupção do fenômeno, os analistas acadêmicos precisam atualizar, ou rejeitar, teses e interpretações tradicionais, que não comportam este novo fato (MATTOS, 1988, p. 55).

Ao analisar as rupturas e continuidades do movimento operário antes e depois do fenômeno de 1978, o autor considera a categoria “novo” relacionada e em oposição à de “antigo”, portanto, ao que teria passado, ao que não serviria mais. O que se forma na contramão do novo é também um problema historiográfico que ainda foi pouco analisado: o “velho”.

Parte da literatura que analisarei nas páginas seguintes é muito segura em confirmar a hipótese do “novo” sindicalismo como mais combativo, mais politizado. A construção dessa “novidade” foi tão bem pensada e tão bem realizada que deixou escapar por entre os dedos um aspecto crucial para os/as historiadores/as sociais: a agência da própria classe trabalhadora durante os anos repressivos de nossa história recente frente aos métodos do “velho” sindicalismo<sup>6</sup>.

Entendo que, ao lembrar do passado de vitórias do “novo” sindicalismo e de derrotas do “velho”, vem à tona uma memória coletiva enquadrada. O quadro de fracassos forjado pelos

---

<sup>5</sup> Dessas leituras, três foram particularmente importantes para o presente estudo: Éder Sader (1991), Ricardo Antunes (1991) e Nelson Vianna (1999).

<sup>6</sup> Sublinho aqui a relevância de trabalhos como os de Negro (2003), Fontes (2003) e Corrêa (2013) ao valorizar a agência de trabalhadores neste período, contribuindo com uma série de discussões sobre a necessidade de revisão historiográfica acerca da relação entre os mundos do trabalho e a ditadura civil-militar brasileira.

novos e para os velhos fez com que muito da história se perdesse e fosse reduzido à inexpressividade.

Tendo isso em mente, em termos teóricos e metodológicos é importante assinalar que, ao longo desta dissertação, acompanharemos reflexões e debates de autores como Halbwachs (2013, original de 1950), Pollak (1989; 1992), Bosi (1994), Portelli (1994) e outros tantos que se dedicaram a entender o funcionamento do ato de recordar, sobretudo no seu aspecto coletivo e social. Isso para que possamos desvelar o formato de enquadramento mnemônico pelo qual passou o “velho” sindicalismo, na tentativa de rever alguns textos consolidados na bibliografia referente ao tema e, quem sabe, contribuir para o debate.

Nesse sentido, ressalto que o título da presente dissertação tem origem nos diálogos que travei com os três personagens antes indicados, protagonistas do segundo capítulo. Mas não somente. Leituras, fontes documentais e outros elementos me levaram, cada vez mais, a crer que o sindicato do qual se lembram não é necessariamente o sindicato que os/as trabalhadores/as viam e onde agiam antes do nascimento do novo sindicalismo. Por isso o título é “O nascimento dos ‘velhos’”. Remeto aqui, obviamente, a um nascimento discursivo, gêmeo do próprio nascimento, também discursivo<sup>7</sup>, do “novo” sindicalismo.

De modo geral, neste estudo proponho colaborar para as explicações sobre as relações de dominação e resistência nos mundos do trabalho na cidade de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, durante a década de 1970, respondendo ao seguinte questionamento: de que forma sapateiros e sapateiras agiam na luta por direitos em um ambiente sindical delimitado pela ditadura civil-militar, entre 1974 e 1979, na cidade de Novo Hamburgo? Portanto, tenho como meu norte a relação que sapateiros e sapateiras mantinham com a direção de seu sindicato, lembrado até hoje como comandado por diretores ligados aos patrões ou, ainda, à própria ditadura. Para isso me preocupo em apontar fontes, levantar questionamentos e chegar a conclusões com todo o cuidado que um assunto dessa magnitude deve ter.

A primeira hipótese aqui defendida está relacionada ao porquê da lembrança recorrente do Sindicato, quando dominado pelos “velhos”, ser baseada no “assistencialismo”. Suponho que havia um múltiplo interesse em fazer do sindicato um espaço assistencial. Trabalhadores/as da categoria acessavam o sindicato buscando assistência médica e legal, não apenas porque era o plano de setores da ditadura e da burguesia industrial - e o era também - mas porque tais serviços eram apreendidos pelos/as operários/as como funções essenciais do sindicato. Assim,

---

<sup>7</sup> Mattos (1998) concluiu que, ainda que o novo sindicalismo tenha proposto aspectos inovadores frente ao velho, aquele tornou-se próximo a esse na prática. Seu trabalho questiona o distanciamento concreto entre o “velho” e o “novo”, chegando a afirmar que é uma distinção mais discursiva do que prática.

longe de negar a assistência realizada pelos sindicatos – tema que já foi abordado por diferentes autores/as<sup>8</sup> – tenciono a razão dela ter prosperado em Novo Hamburgo na década de 1970. Acredito que sapateiros e sapateiras utilizavam dos próprios interesses do Estado e da burguesia industrial para melhorar suas condições de vida e agir dentro dos quadros restritos do sindicalismo na ditadura. Nesse âmbito, é plausível supor que havia uma relação minimamente estreita entre a categoria e a direção do sindicato.

A segunda hipótese que sustento se refere ao papel do esporte operário, em especial o futebol, nas relações de produção e sindicais. Neste sentido, foram de grande auxílio à presente pesquisa estudos que examinam as relações entre futebol e trabalho, o papel de entidades como o SESI (Serviço Social da Indústria)<sup>9</sup> e a perspectiva patronal ao promover agremiações esportivas<sup>10</sup>. Todavia, pretendo abordar aqui, de modo específico, a experiência de operários/as que tiveram acesso aos campeonatos promovidos pelo SESI e de que forma essa experiência resultou em relações diferentes com o sindicato e com outros membros da base. Parto da ideia de que o futebol fazia parte da estrutura disciplinadora montada pelo governo e pela burguesia, mas aponto que essa que foi, em muitos momentos, subvertida e transformada em ferramenta de diálogo e luta política por parte dos/as próprios/as sapateiros/as.

Considero igualmente importante explicitar ao/à leitor/a os motivos que me levaram a delinear o espaço e o tempo abordados neste estudo. Vasculhando bibliotecas percebi que há uma vasta historiografia sobre o movimento operário brasileiro na Primeira República<sup>11</sup>, uma pujante historiografia sobre o movimento operário no período varguista<sup>12</sup>, mas uma ainda relativamente pequena historiografia sobre sindicatos na época da ditadura civil-militar. Boa parte desses últimos trabalhos estão relacionados a outras disciplinas, e somente nos anos recentes historiadores vêm assumindo a pauta da relação entre mundos do trabalho e ditadura<sup>13</sup>.

---

<sup>8</sup> Cito os exemplos de Batalha (1997), Petersen (1997), Fortes (1999) e Silva Jr (2005).

<sup>9</sup> O SESI edificou sua sede em Novo Hamburgo na década de 1970, ainda que já realizasse suas atividades na cidade antes. Responsável por jogos e atividades culturais para a classe trabalhadora e burguesia, a entidade intervinha na região, assim como no restante do país, e é lembrada por alguns militantes como incentivadora da cultura, como disse Betinho (2ª entrevista) e como veremos no quarto capítulo. Para mais informações sobre o SESI, ver o trabalho de Torresini (2016).

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos de Roque (2012) e Stédile (2011).

<sup>11</sup> Chalhoub (2001), Schmidt (2005), Batalha (2000), Bartz (2017), Petersen (1997), Fraccaro (2017), para citar apenas alguns.

<sup>12</sup> Trabalhos de muito fôlego a respeito do período vêm sendo escritos desde o clássico de Moraes Filho (1978), mas ressalto que neste âmbito foram impactantes para a minha pesquisa os estudos de Fortes (2004) e de Konrad (2006).

<sup>13</sup> Corrêa e Fontes (2016) examinam essa falta de produção existente até pouco tempo, contrastando com o crescimento de trabalhos nos últimos anos.

Olhando para este período percebi que a data de 1974 é muito significativa por vários motivos. Primeiramente porque, no âmbito empresarial, houve um crescimento significativo da produção de calçados para a exportação na região<sup>14</sup>. A isso segue-se o fato de que, com a necessidade de aumento da mão de obra, neste ano cresceu o número de sapateiros em Novo Hamburgo (LUCIANO, 2016). Portanto, a cidade se mostra uma ótima localidade para estudar uma categoria importante que influenciou na inserção do Brasil no cenário capitalista internacional (MARTINS, 2011). Além disso, o marco de 1974 nos possibilita pensar uma série de reorganizações da categoria de trabalhadores do calçado quando do início da construção da sede própria do SESI na cidade.

Já o ano de 1979 foi marcado por uma das maiores greves da região à época. Milhares de trabalhadores/as ocuparam as ruas, influenciados por outras manifestações do período. Entendo que em 1979 muitas das peças políticas foram reorganizadas em um jogo com forte agência dos/as trabalhadoras/es de diferentes regiões do país. Em Novo Hamburgo, especificamente, a greve daquele ano parece ter sido crucial para a alteração da correlação de forças na direção do sindicato dos/as sapateiros/as. Essa afirmação condiciona a forma como vemos os anos finais daquele regime político: de um lado, pressionado desde dentro para dar continuidade à repressão, de outro, enfrentado pelas greves e ações populares cada vez mais crescentes.

Análises semelhantes à minha, e que a inspiraram, são variadas, inclusive no que se refere a outros períodos de fechamento político. Basta que vejamos, a título de exemplo, a tese de Fortes (2004) sobre a classe trabalhadora porto-alegrense no contexto do primeiro regime varguista. O autor contrariou aqueles que diziam ser essa classe “amorfa”, apenas esperando as ordens dos sindicalistas, que, por sua vez, esperavam as ordens do governo getulista. Fortes nos mostrou que as diferentes categorias de trabalhadores/as tinham agência: atuavam sobre suas vidas, encontravam soluções a longo e curto prazos, delineavam projetos próprios, estabeleciam jogos de poder com patrões e governantes, porque lutavam, e, quando lutavam, se reconheciam enquanto classe. Mas a atenção aqui não se volta ao período varguista e sim à ditadura civil-militar iniciada com o golpe de 1964. Aliás, o próprio termo “civil-militar” merece uma atenção especial.

Desde que Dreiffus (1981) publicou seu texto clássico sobre o golpe de 1964, e que Moniz Bandeira (1983) seguiu atribuindo a setores da sociedade civil parte dos interesses em

---

<sup>14</sup> A tese de Martins (2011, p. 100) indica que no ano de 1974 foram produzidos 51.634.000 pares de calçado voltados à exportação, número recorde para a época, se comparado com os 23.834.945 pares produzidos cinco anos antes.

depor o presidente João Goulart (PTB), algumas críticas foram feitas ao termo. Admito a expressão com base no que Moraes (2016) discutiu em seu trabalho: o termo “civil” representa tanto as instituições não-militares que colaboraram com o golpe, mas também empresários, imprensa e população que legitimou a tomada de poder ilegal realizada no dia 1º de abril de 1964. Da mesma forma que Reis Filho (2014) argumenta que a participação civil no golpe não se restringia a técnicos e empresários, admito a expressão de forma ampla. Ou seja, não se trata de diminuir o papel do exército naquele golpe e na ditadura que o seguiu, mas de entender que sem a articulação política parlamentar, o apoio midiático e de parcela da população que dizia temer um perigo “comunista”, a ação das forças armadas não teria sido possível.

Em todo o caso, a instauração do regime civil-militar, em abril de 1964, minou o ambiente operário. A nulidade política exigida pelos militares foi sentida com as diversas intervenções nas entidades de classe. Mattos (1998) nos lembra que mais de 430 intervenções em sindicatos, federações e confederações operárias foram vivenciadas logo no imediato pós-golpe. Nagasava (2014) salienta as intervenções realizadas dentro do próprio Ministério do Trabalho. Portanto, é preciso historicizar tal ambiente de tensão e ameaça de violência constante, inclusive no que tange à década de 1970, período também repleto de conflitos e ambiguidades.

É com esta preocupação que desenvolverei o estudo apresentado aqui. Tenho como objetivo central explicar os modos de relacionamento entre a base da categoria de sapateiros/as de Novo Hamburgo e a direção de seu sindicato entre os anos de 1974 e 1979. Outrossim, dada a amplitude da proposta, ramifico este norte em objetivos mais específicos.

Em primeiro lugar, objetivo analisar narrativas de militantes do “novo” sindicalismo, destacando suas lembranças acerca do “velho”. Como este trabalho tem a história oral como uma de suas metodologias centrais, entendo que não seria possível ouvir sapateiras e sapateiros sem, antes, entender por quais processos de enquadramentos da memória do velho sindicalismo eles e elas passaram. Compreendo que tal objetivo tem um papel fundamental na estrutura da dissertação, na medida em que localiza a/o leitora/leitor nas discussões realizadas e nos embates políticos travados no interior do sindicato. Além disso, permite interligar a situação local com debates mais amplos travados nos meios sindicais, políticos e acadêmicos a respeito da dicotomia “velho” X “novo” sindicalismos.

Meu segundo objetivo específico está ligado à participação da categoria em atividades fora dos circuitos políticos tradicionais. Assim, quero examinar os interesses dos/as próprios/as sapateiros/as em utilizar atividades esportivas - especialmente o futebol - para benefício próprio. Ou seja, busco investigar os jogos de poder existentes por detrás, ou no seio, dos jogos

esportivos e a maneira como os/as trabalhadores/as do calçado valeram-se de tais práticas para reivindicar direitos e, até mesmo, articularem-se em novos grupos políticos.

Como terceiro objetivo pretendo traçar um perfil dos/as sapateiros/as de Novo Hamburgo entre 1974 e 1979, a fim de compreender a multiplicidade identitária presente no interior da categoria. A cidade, emancipada em 1927, foi formada por uma população majoritariamente teuto-brasileira. Entretanto, com o avanço da exportação de calçado e do setor coureiro-calçadista, o que se viu foi a crescente migração do campo para a cidade de outros grupos étnicos. Através deste perfil dos trabalhadores e trabalhadoras enfocados na pesquisa, e da análise de seus diversos pertencimentos (gênero, origem, geração e raça/etnia), entendo que será mais fácil compreender alguns embates sociais e políticos experimentados pela categoria ao longo dos anos de 1970.

O quarto e último objetivo trata de entender as razões para as tomadas de posição do sindicato quanto a assuntos mais estritamente políticos ou, ainda, relacionados à luta por direitos. Nesta perspectiva é importante destacar a metamorfose que culminou no movimento denominado de “novo” sindicalismo, sendo que os “velhos” parecem ter tido papel essencial na organização desse modelo sindical mais recente.

Ao final, alcançados estes objetivos, intento explicitar ao/à leitor/a as evidências que indicam uma forte agência da categoria dos/as trabalhadores/as do calçado em Novo Hamburgo, mesmo quando de um período fortemente limitado para a atividade sindical aberta. Nem sempre essa agência foi expressa em atitudes explicitamente reivindicatórias. Noutros casos ela nem passou pela mediação do sindicato.

A fim de cumprir estes objetivos com a qualidade exigida, optei pela perspectiva analítica da História Social. O/A leitor/a familiarizado com essa perspectiva já deve ter notado, a partir dos conceitos utilizados até aqui, que me identifico com as propostas do historiador britânico E. P. Thompson. Entretanto, confesso minhas preocupações e cuidados ao entrar no “terreno thompsoniano”.

Desde que Thompson (1988, 1988b, 2012) lançou o clássico livro “A formação da classe operária inglesa”, conceitos como o de classe, consciência de classe, agência, experiência, evidência, dentre outros, são reiteradamente utilizados em diferentes trabalhos historiográficos. O que me preocupa, assim como preocupa a outros historiadores como Fortes (2016, p. 593), é que, “como frequentemente ocorre com trabalhos que exercem forte influência no debate intelectual num determinado momento histórico, as ideias de Thompson são muitas vezes descontextualizadas e se tornam objeto de generalizações abusivas”. Tenho, portanto, o cuidado de que a teoria encontrada em Thompson ou em outros/as autores/as que utilizo seja

cuidadosamente tratada como um “mapa”. Refiro-me aqui ao argumento sarcástico do próprio Thompson em “A miséria da Teoria”, onde ele diz:

Sinto decepcionar aqueles praticantes que supõem que tudo o que é necessário saber sobre a história pode ser construído a partir de um aparelho mecânico conceitual. Podemos apenas retornar, ao fim dessas explorações, com melhores métodos e um melhor mapa [...] Nas margens do mapa, encontraremos sempre as fronteiras do desconhecido. O que resta a fazer é interrogar os silêncios reais, através de diálogos do conhecimento (THOMPSON, 1981, p.185).

Quero, com isto, dizer que esta dissertação segue uma perspectiva de análise baseada na história social, e que entende o peso que essa denominação carrega consigo. No entanto, a importância da empiria neste estudo é grande. Minha autocontenção será no sentido de não permitir que a teoria de um historiador britânico altere as próprias evidências encontradas no sul do Brasil. Antes de mais nada, os conceitos serão aqui utilizados como uma forma de olhar para as fontes. Com relação a essas, pretendo manter o mesmo rigor.

Não menos importantes na construção deste trabalho foram as contribuições dos estudos acerca da memória para a história, os quais me levaram a reflexões que, sem as ferramentas necessárias, não conseguiria realizar. Por isso, um importante parêntese precisa ser traçado nesta introdução sobre a relevância da História Oral e da memória na História Social do Trabalho.

Ao definir o conceito de História Oral, Portelli (1997, p.31) disse ser tal metodologia “aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados”. Penso ser esse um bom elemento de discussão. Durante muito tempo encarou-se a História Oral como uma ferramenta que “preencha lacunas” da historiografia. Nessa perspectiva, através dela seria possível observar fenômenos e evidências que outras fontes não poderiam trazer. Por esse motivo, o referido método esteve, por muitos anos, ligado à história dos “de baixo”, como uma espécie de compensação pela falta de fontes escritas. Entretanto, o texto de Portelli vai na contramão dessa forma de enxergar as fontes orais: elas não são fontes como quaisquer outras, mas sim são “aceitáveis com uma credibilidade diferente” (idem, p.32). Não se trata, portanto, no caso de tal metodologia, de entender o passado através dos fatos “em si”, mas sim através das representações dos fatos, ou, como prefiro, por meio da forma de lembrar desses fatos.

Sobre isso, sublinho o texto de Hobsbawm (2013), que já nos anos de 1970 dizia ser fundamental um cuidado com as fontes orais, por dizerem respeito a um terreno que, àquela época, pouco era reivindicado pelos/as historiadores/as: a memória. Nas palavras do autor:

Graças ao gravador, atualmente ela [a História Oral] é bastante praticada. E muitas memórias gravadas parecem suficientemente interessantes, ou dispõem de suficiente apelo sentimental, para serem recompensadoras por si mesmas. Mas, em minha opinião, jamais faremos uso adequado da história oral até que formulemos o que pode funcionar mal na memória, com o mesmo cuidado com que hoje sabemos o que pode não dar certo na transmissão de manuscritos por meio de cópias manuais (HOBBSAWM, 2013, p. 189).

A justa preocupação de Hobsbawm se concretizou com a incorporação de autores da Psicologia, Filosofia, Sociologia e Antropologia, entre outras áreas, nas concepções epistemológicas da História Oral. Para os objetivos da presente dissertação, dentro dos limites e do fôlego que esta introdução permite, levanto um autor que se preocupou com os usos e os abusos da memória.

Pollak (1989;1992) oferece importantes elementos para a discussão sobre a memória no campo da história. Em seu texto mais conhecido no Brasil, o autor apresenta noções que me são muito caras para entender os processos e os fenômenos discutidos nas páginas seguintes. Primeiro, que a memória não é um fenômeno do passado, mas sim, do presente. Ainda em Pollak, a ideia de “enquadramento da memória” - referida a Rousso (2006), mas melhor definida pelo autor austríaco - nos possibilita pensar em diferentes modos de compor a memória, dentro de limites nem sempre rígidos, mas sempre com objetivos ideológicos definidos.

No caso específico da presente pesquisa, em se tratando de uma história social da classe trabalhadora e com forte ênfase no papel do movimento operário e suas ações no campo do sindicalismo, a noção de enquadramento da memória ajuda a compreender porque determinados processos históricos são mais lembrados do que outros, como a própria onda grevista hamburguense nos anos 1980, em detrimento de silenciosas ações de resistência dos/as trabalhadores/as no início da década de 1970, ou mesmo da greve de 1979. Por isso, a concepção de identidade social de Pollak (1992) também nos permitirá discorrer, sobretudo no segundo capítulo, acerca da influência dos movimentos grevistas do ABC paulista na constituição de uma identidade própria do movimento sindical brasileiro, inclusive em Novo Hamburgo.

Justifico, assim, os motivos que me levaram a iniciar esta introdução apresentando algumas personagens do movimento operário de Novo Hamburgo, que cederam generosamente suas lembranças para o presente trabalho. Além destas entrevistas, que estarão mais presentes no segundo capítulo, outras foram também importantes.

Betinho cedeu-me uma segunda entrevista, desta vez contando sobre sua relação com o futebol na cidade. Desde que iniciei os estudos preparatórios para esta dissertação, seu nome

foi citado como uma das pessoas que melhor conhecia o mundo do futebol em Novo Hamburgo. A entrevista teve um tom ora ameno, ora exaltado, próprio de quem relacionava seu passado com a política. Realizada em sua casa, já em uma fase de sua vida menos atribulada, Betinho lembrou dos campeonatos do SESI, de suas relações com os patrões nos locais de lazer, do universo exterior às fábricas e aos sindicatos.

Entrevistei também Celomar da Silva: um jovem senhor negro, ele é membro da Sociedade Cruzeiro do Sul, associação negra mais antiga em atividade de Novo Hamburgo (Magalhães, 2017). Foi o primeiro sapateiro não sindicalista entrevistado para este trabalho. Suas lembranças me surpreenderam e tensionaram diferentes perspectivas que trabalhadores/as poderiam ter dos sindicatos, dos órgãos governamentais federais e municipais, e mesmo das relações inter-raciais no contexto em tela<sup>15</sup>.

Outros/as personagens também participam da pesquisa e do texto que segue. Realizei entrevistas temáticas com Antônio Salonides Paz, o “Nidi”, ex-vereador do município de Novo Hamburgo e que continua atuando profissionalmente como barbeiro no bairro Guarani daquela cidade. Conversei igualmente com a costureira Alba Kayser e com os jogadores de futebol e operários Osmar “Mandinho” e Jaime Silva. Porém, de todas as entrevistas, uma delas exige atenção especial quanto à metodologia e à ética: a da ex-metalúrgica e ex-sapateira Eroni Machado, minha avó.

Comentei acima que venho de uma família de operários/as do calçado. Essa proximidade com a temática, em alguns momentos, pode gerar desconfiança ou apreço, a depender do interlocutor. Quero, contudo, deixar claro o meu distanciamento analítico com o objeto - distanciamento, é bem verdade, um tanto próximo. Não vejo a pesquisa, portanto, com uma imparcialidade historicista, que há muito já foi criticada e desmentida. Como filho de operários/as hamburguenses, com familiares próximos envolvidos no estudo, trago ao leitor e à leitora um trabalho que reconhece seus limites, mas que não os entende como impeditivos para um bom estudo.

Durante a entrevista com Eroni percebi que esta proximidade interferiu nas respostas a certas questões. Algumas histórias narradas já me eram conhecidas, outras foram ditas em várias versões ao longo de minha convivência com ela. Mesmo com essa proximidade não excluí sua entrevista do texto final. Percebi que havia possibilidades de compreender a perspectiva de uma mulher, migrante e sapateira a partir de sua fala, mesmo tão próxima. Além

---

<sup>15</sup> Para a realização dessa e de outras duas entrevistas (aquelas feitas com Gilnei e Cláudio) contei com a parceria de Micaela Scheer, a quem muito agradeço. Ela desenvolve tese de doutorado no PPGH da UFRGS sobre os/as sapateiros/as de Novo Hamburgo e sua relação com a Justiça do Trabalho.

do mais, com esse movimento também aponto para minha relação pessoal com o tema do estudo, mostrando à leitora e ao leitor que não sou isento em muitas das reflexões que farei adiante. De resto, somente quem ler avaliará se tal intento foi bem-sucedido ou não.

As fontes orais, como ficou claro, terão peso significativo no trabalho, mas não serão as únicas. Durante o período inicial da pesquisa, deparei-me com um acervo de extrema relevância no sindicato da categoria: mais de 80 mil fichas de sapateiros/as, oriundas de diferentes fábricas da região. Os documentos contidos no referido acervo são mantidos em caixas. Entretanto, não há uma organização rigorosa do material, somente um catálogo digital, com poucas informações, e uma numeração aleatória no verso das caixas, que vai do número 1 ao 350. Diante destes papéis, que encantariam qualquer pesquisador/a interessado/a em sindicatos e trabalhadores/as, meu fascínio durou pouco. Como trabalhar com uma quantidade documental tão extensa, sem catalogação prévia, em tão curto período? Optei por um caminho que considero relativamente seguro e operacional. Posto este cenário, tracei o objetivo de retirar 35 caixas (10% do total), de modo aleatório, e, de cada caixa, 6 fichas (uma de cada ano elencado para a pesquisa). Considerando que nem todas as caixas contêm o mesmo número de fichas, terminei o trabalho com a quantia de 130 fichas, extraídas por amostragem<sup>16</sup>. Com as informações dessas fichas, construí um perfil mais ou menos heterogêneo que aponta características dos/as trabalhadores/as do calçado de Novo Hamburgo entre 1974 e 1979.

Também no Sindicato dos Sapateiros realizei um levantamento de fotografias. Com um total de 177 itens. Entre os itens levantados, constam imagens de atos políticos da direção sindical de 1979, ou seja, do “velho” sindicalismo. Sua pertinência como fonte será defendida ao longo da dissertação, sobretudo no capítulo final. Ainda no campo das imagens, recolhi um total de 13 fotografias do acervo pessoal de Betinho, 5 imagens de posse dos irmãos Osmar e Jaime, e algumas cedidas por Alba, que serão importantes no capítulo destinado ao futebol operário.

A cidade de Novo Hamburgo conta com um Arquivo Público, em fase de reorganização. De todo modo, neste acervo pude realizar o levantamento de alguns documentos. Nele constatei a existência de: 1) uma versão preliminar do Plano de Desenvolvimento Local-Integrado, realizado pela URPLAN (Consultoria em Urbanismo e Planejamento Urbano), de 1973, em que estão presentes as discussões sobre o crescimento populacional da cidade, oriundo da necessidade de mão de obra para o setor calçadista; 2) a

---

<sup>16</sup> Para chegar a este método de amostragem contei com o apoio do Prof. Dr. Alisson Droppa, a quem muito agradeço.

versão final deste Plano de Desenvolvimento, de 1973; 3) relatórios de atividades das áreas de Assistência Social e Cultura de Novo Hamburgo, referentes aos anos de 1974, 1975, 1978 e 1979.

Além dos documentos do Fundo da Prefeitura, no Arquivo Público de Novo Hamburgo consultei exemplares do periódico *Jornal NH* do período. Este pertencia (e ainda pertence) ao Grupo Sinos, empresa voltada aos serviços de comunicação da região. Fundado em 1963 e existente até hoje, o jornal noticiava acontecimentos diversos diariamente, apresentando matérias por meio de uma linha editorial voltada à lógica empresarial. Realizei o levantamento de diferentes textos, agrupando-os nas seguintes categorias: “novo” sindicalismo; saúde e habitação; trabalhadores; burguesia industrial; esporte e lazer; Estado e ditadura civil-militar; greves e sindicalismo. Levantei matérias que circularam entre os anos de 1974 e 1979, sendo que selecionei 173 para utilização nesta dissertação.

Tive acesso a um único documento oficial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de Novo Hamburgo: o Estatuto oficial da entidade, que servirá de base para algumas discussões ao longo da dissertação. É intrigante e, ao mesmo tempo, empobrecedor para o estudo, o fato de que não pudemos ter acesso às atas de assembleias, projetos ou quaisquer outros documentos daquele período dentro do sindicato (o que também evidencia um processo de enquadramento da memória do “velho” pelo “novo” sindicalismo). Por último, realizei a leitura e análise de determinadas legislações vigentes à época delimitada aqui, a fim de compreender alguns mecanismos legais que direcionavam certas atitudes tomadas pelos agentes envolvidos neste estudo.

Quanto à estrutura da dissertação, no segundo capítulo - “Como nascem os ‘velhos’?” –, proponho discutir duas questões importantes: tendo por base o caso dos/as sapateiros/as de Novo Hamburgo, me dedico a entender como a memória coletiva do movimento operário brasileiro traçou um quadro de derrotas do sindicalismo pré-78 e, mesmo, pré-64, julgando sob a pecha de “populistas” aqueles que precederam as lideranças do “novo” sindicalismo. Por isso, neste capítulo, minha intenção é cruzar as memórias de alguns militantes do “novo” sindicalismo, buscando encontrar lembranças cristalizadas (PORTELLI, 1997) e memórias enquadradas (POLLAK, 1989) sobre o, assim denominado, “velho” sindicalismo. Neste mesmo capítulo, apresentarei a forma pela qual a historiografia construiu, junto da memória coletiva, o mesmo quadro de derrotas - não apenas do sindicalismo pré-78, mas também da própria classe trabalhadora, por vezes constituída historicamente como alheia às decisões políticas e sindicais do país.

No terceiro capítulo - “De quem falamos quando dizemos ‘sapateiros?’” -, o/a leitor/a encontrará uma discussão acerca do perfil dos/as trabalhadores/as do calçado na década de 1970, partindo da antes referida pesquisa quantitativa realizada sobre sapateiros e sapateiras da cidade de Novo Hamburgo. Além disso, o capítulo apresentará o contexto social em que esses/as trabalhadores/as vivenciaram suas experiências tanto no âmbito profissional, quanto nos campos da habitação e do lazer. Aqui será possível compreender como a luta por direitos se dava em outros espaços que não apenas o jurídico e o sindical, e como a agência da categoria foi influente na construção de movimentos mais amplos da classe.

No quarto capítulo - “Jogo de classes: futebol, associações, identidades” - pretendo demonstrar ao leitor e à leitora, com base no recorte escolhido para a presente investigação, que o jogo político nos anos de 1970 envolvia diversos setores da sociedade e que houve um projeto muito claro de conciliação de classes por parte do Estado, do empresariado e mesmo de alguns setores do movimento sindical. Pretendo refletir sobre o papel do Sindicato dos Sapateiros/as nessa política. Partindo do caso de Novo Hamburgo, apresentarei a forma como modalidades de esporte - sobretudo o futebol - influenciavam na vida cotidiana das pessoas, nas relações entre patrões e empregados/as, e na própria discussão sobre a exploração do trabalho. Assim, este capítulo é fundamental para entendermos como o regime ditatorial, a burguesia e o proletariado hamburguense compunham uma melodia mais ou menos harmônica dentro de certos limites.

No quinto e último capítulo - “Os velhos”-, faço um levantamento de principais nomes da diretoria do sindicato dos sapateiros desde a sua criação, apontando contradições, permanências e mudanças em sua linha de atuação. Neste momento, buscarei entender melhor figuras centrais no sindicato ao longo da década de 1970, evidenciando como se entrelaçavam com outros setores da sociedade e como os/as sapateiros/as lembram destes sujeitos. Através de entrevistas atuais, mas também de algumas concedidas no período em tela, realizadas pelo jornal local, pretendo entender as formas de relação entre o sindicato e a categoria de modo mais focado.

Ressalto que as reflexões aqui realizadas são frutos de cuidadosa e minuciosa análise de um contexto local específico: a cidade de Novo Hamburgo. Porém, trabalho, na medida do possível, com uma perspectiva global, levando em conta o campo de discussões para o qual este estudo pode colaborar. Assim, ao olhar para Novo Hamburgo, também me preocupo com o que acontecia no restante do país e do mundo, sabendo que as batalhas travadas pela classe trabalhadora nesta cidade se articularam a outras batalhas nacionais e internacionais, e que

pensar as estratégias operárias na cidade pode ajudar a tensionar interpretações ainda bastante aceitas sobre “velhos” e “novos” sindicalismos.

Por fim, deixo ao/à leitor/a o meu desejo de que esta dissertação possa ser discutida para além do ambiente acadêmico. Escrevo em um período em que os sindicatos voltaram a ser vistos como entidades apáticas e sem utilidade. Que esta dissertação possa servir de apoio àquelas e àqueles que ainda acreditam no sindicalismo como uma forma de construir uma sociedade menos desigual.

## 2 COMO NASCEM OS VELHOS?

Em 1968, um grupo de sapateiros com aspirações ao movimento sindical disputou a eleição do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado de Novo Hamburgo (STIC-NH). Dentre eles estavam Antônio Bernardino de Souza (conhecido como “Rancheirinho”) e Néelson Gautério de Sá. Como já havia um forte aparato repressivo do regime civil-militar na região, os opositores à situação sindical foram delatados como “subversivos”<sup>17</sup> e, no dia da eleição para o sindicato, tiveram que fugir pela porta dos fundos da sede do órgão de classe. De acordo com relato de um militante que conviveu com essas personalidades, suas perspectivas políticas alinhavam-se à esquerda<sup>18</sup>. Depois desse acontecimento, Rancheirinho trocou de cidade e passou a viver na vizinha São Leopoldo, sem contato com o movimento sindical do sapato por muitos anos (Betinho, 1ª entrevista). Já Nelson mudou-se para São José do Norte/RS, local de origem da sua família, onde ainda conservava alguns familiares. Ficou por poucos anos lá e retornou à Novo Hamburgo ainda no início de 1970. No entanto, sua participação na luta social não se fixou apenas no mundo sindical, mas sim, nos movimentos sociais de base comunitária - a rigor, na União das Associações Comunitárias, UAC. Ainda que já atuasse, pelo menos desde 1976 na base da associação comunitária de seu bairro, conforme entrevistas realizadas e que serão apontadas no próximo capítulo, sabemos que em 1983, Nelson tornou-se presidente da UAC<sup>19</sup>.

Esse militante político participou de uma pressão exercida sobre a diretoria sindical estabelecida na segunda metade da década de 1970. Em 1977, Nelson enviou uma carta-manifesto ao *Jornal NH*, defendendo-se de “quaisquer insinuações maldosas e com finalidades excusas de aniquilar o trabalho das Associações de Bairros<sup>20</sup>” (JORNAL NH, 30/05/1977, p. 8). Ele estava se referindo à acusação que alguns vereadores da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) fizeram às associações dos bairros Guarani e Operário - a saber, dois bairros massivamente compostos de trabalhadores, sendo o primeiro, majoritariamente, de negros e negras - de utilizar-se das bases de representação política para ações voltadas às eleições.

Meses depois, Nelson voltou a ser tema no mesmo jornal, mas agora como leitor que enviava suas opiniões:

---

<sup>17</sup> Entrevista com Ederson Rodrigues; Betinho (1ª entrevista).

<sup>18</sup> Entrevista com Ederson Rodrigues.

<sup>19</sup> Jornal da FRACAB - Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros, n.3, julho de 1984, p. 6.

<sup>20</sup> Neste estudo optei por não corrigir as citações documentais, tampouco interferir em palavras ou expressões coloquiais nas entrevistas presentes aqui.

Mais uma vez venho solicitar a este importante jornal que publique esta carta, devido os últimos acontecimentos [...]. Eu pergunto aos sindicatos de nossa cidade, que são mantidos com o dinheiro dos operários: o que estão fazendo, o que estão esperando? Não se sabe de nada. Por que não procuram a imprensa e os operários para condenar esta arbitrariedade, ou será que estão achando que o salário dos trabalhadores de Novo Hamburgo é suficiente. Se assim estão pensando, cometem um grave engano [...] (JORNAL NH, 23/09/1977, p. 5).

Nelson de Sá referia-se às primeiras movimentações grevistas do ABC Paulista, logo após a polêmica que girava ao redor dos documentos sobre a inflação no país.<sup>21</sup> Para Nelson, os sindicatos de Novo Hamburgo deveriam seguir os exemplos do “Sindicato de São Bernardo e Diadema”, “na pessoa de seu presidente Luís Inácio da Silva, ‘Lula’, na luta pela reposição salarial”. Sua insistência em denunciar a inércia dos sindicatos locais não se estancou com essa mensagem. Um mês depois, mais uma carta sua foi publicada no mesmo periódico. Palavras suas:

Já se está sentindo novos ares, ares há muito esperados, por ora são tênues, mas significativos. [...] Recentemente uma centena de sindicatos gaúchos elaborou um importante documento sobre a problemática e aspirações dos trabalhadores de várias categorias e o entregou às autoridades. Em vários pontos do país já começam a surgir importantes pronunciamentos, sobre a situação insustentável [...] Porém os sindicatos de nossa cidade continuam de braços cruzados [...] talvez argumentarão que prestam *assistencialismo*, mas esta é a melhor forma de enganar os trabalhadores [...] O problema fundamental dos trabalhadores, é a crescente superexploração que sofrem, principalmente por parte das multinacionais, somos os escravos do século XX, e é aí que um sindicato *autêntico* e independente deve centrar seu esforço, seu trabalho, sua preocupação, o resto é paliativo, enganamento, não adianta remédio se alimentação é insuficiente (JORNAL NH, 24/10/1977, p. 9) (grifo meu).

A cobrança, já sabemos a esta altura, não era gratuita. Por mais que num primeiro momento ela parecesse ser reflexo unicamente de uma preocupação com o descompasso do movimento operário da região com o restante do país, sob um olhar mais apurado é possível ver que a pressão de Nelson sobre os sindicatos da cidade era, também, uma forma de iniciar a reação. Dez anos depois um “novo” sindicalismo nascia - mas seus progenitores já eram antigos.

Nelson de Sá e Rancheirinho foram dois dos responsáveis pela reorganização de um movimento de oposição às estruturas sindicais vigentes até o início da década de 1980. No comando do Sindicato dos Trabalhadores do Calçado da cidade, estavam Orlando Muller,

---

<sup>21</sup> A partir da segunda metade da década de 1970 o regime entrou em declínio. Um dos pontos de maior insurgência à época foi o vazamento de informações do Banco Mundial, afirmando que a inflação brasileira era diferente do que afirmava a ditadura em 1973 e 1974. Ver Skidmore (2000), Santana (2008) e Martins (2011).

Adalberto Martins, Edson Mattos, dentre outros. Mas, a partir de 1983, os jogos de poder se acirraram, e aqueles que estiveram em lados distintos passaram a se entrelaçar - os sindicalistas que estavam há 15 anos no poder se mesclaram aos opositores e, aos poucos, a turma de Nelson de Sá foi ganhando o sindicato “por dentro”.

Escolhi iniciar a dissertação contando esta história, que é cheia de idas e vindas, justamente porque ela contempla elementos importantes para a análise que proponho realizar no presente capítulo<sup>22</sup>. Se eu pudesse traçar duas linhas gerais do que tenho encontrado em boa parte da literatura especializada a respeito do movimento operário - ou mesmo na memória coletiva - sobre as mudanças sindicais entre os anos de 1970 e 1980 seriam essas: 1) o movimento operário surgido na década de 1970 e que se consolidou na de 1980 foi chamado de novo sindicalismo porque se oporia às práticas sindicais anteriores e porque seria mais “autêntico” - para usar a expressão de Nelson em sua segunda carta e também o termo utilizado por outros sindicalistas das oposições daquela época; 2) quem compunha esse novo modelo sindical seria um tipo diferente de trabalhador; mais combativo e preocupado com mudanças estruturais da sociedade, seria, pois, um “novo personagem”. Sobre essas afirmativas eu poderia argumentar que a tese de Mattos (1998) já deu conta de tensionar e apresentar uma contra-ideia de que, no fim das contas, o que se viu foi um processo de rupturas e continuidades com o movimento operário anterior.

Constatei que em Novo Hamburgo, ou seja, num ambiente muito específico, geográfica, social e culturalmente, os “novos” sindicalistas eram um grupo composto por sujeitos em sua maioria homens, brancos e jovens, mas com uma presença de homens também brancos que já atuavam no movimento sindical antes de 1968 e que tinham inclinações políticas próximas ao trabalhismo. Não é à toa que, em 1986, na disputa para o Sindicato dos Trabalhadores do Calçado, três chapas entraram no pleito: a chapa da situação (comandada por Orlando Muller), uma chapa de oposição (liderada pelos simpatizantes de Carlos Araújo, militante do Partido Democrático Trabalhista -PDT) e uma outra chapa de oposição, que ganhou o sindicato, do Partido dos Trabalhadores (PT), contendo alguns conhecidos nossos, como Nelson de Sá.

A presença de personalidades já atuantes nos embates sindicais de 1968 mostra que as diferentes temporalidades das ações não podem ser inseridas em blocos homogêneos para a explicação dos processos históricos. É por isso que, neste capítulo, buscarei explicar, a partir

---

<sup>22</sup> Dentro dos limites temporais desta pesquisa, a história pregressa do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo - nascimento do sindicato, principais ações ao longo de sua trajetória, como colocou-se politicamente em 1964 e 1968, etc. - será abordada no último capítulo, onde pretendo compreender o padrão de comportamento da entidade, desde suas influências políticas até seus posicionamentos frente a situações nacionais.

de um recorte específico, como foi possível que as mudanças estruturais do sindicalismo brasileiro pós-78 tenham influenciado tão fortemente a imagem que seguidamente compramos do modelo - e dos líderes - de sindicatos anteriores à emergência da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.

Se minha preocupação ao longo da dissertação é a de entender a relação entre sindicato e categoria de sapateiros em Novo Hamburgo, o caminho que me trouxe até aqui mostrou que isso só é possível se compreendermos como a imagem daquele sindicato foi construída sob uma ótica negativa, em oposição à ótica positiva a respeito da entidade a partir de 1980. Por esse motivo, o capítulo que apresento agora tem duas preocupações específicas: a primeira é demonstrar ao/à leitor/a como os “novos” lembram dos “velhos”; a segunda é tensionar parte da bibliografia especializada, propondo reflexões sobre o que ela conta.

Início o capítulo apresentando três figuras importantes para a análise inicial proposta: Cláudio Andrade, Carlos Koch (Betinho) e Gilnei Andrade.

#### *Cláudio, o metalúrgico-sapateiro*

Homem, branco, Cláudio iniciou o trabalho como sapateiro ainda na juventude - como soube mais tarde, e como saberá o/a leitor/a mais à frente neste texto. As conversas com Cláudio foram essenciais para os passos iniciais desta pesquisa. Na época eu ainda tateava no escuro, buscando encontrar respostas para perguntas pouco delineadas e mal construídas. Cláudio teve papel fundamental para que este projeto começasse a sair do campo do pensamento e se tornasse algo concreto. Suas falas, mesmo em conversas informais, revelaram a paixão do sindicalista que defendeu os direitos de mulheres e homens trabalhadores. As lembranças de Cláudio começaram, aos poucos, a construir uma narrativa de vitórias e glórias de um novo sindicalismo na região de Novo Hamburgo. Em certo ano, o Sindicato teria mobilizado mil pessoas. No outro 5 mil. E no outro ainda, 10 mil. Na sua lembrança, toda a vitória nascia com o novo sindicalismo. Foi a partir da evocação dessas lembranças que conheci Betinho.

#### *Betinho, o sapateiro-vereador*

Betinho não atua mais no sindicato. Foi presidente da organização durante os anos de 1990, posteriormente atuou na vereança da cidade e hoje é aposentado. Com este homem, também branco e também muito atuante nos anos de 1980, tive conversas sobre o passado, o

presente e o futuro. Sobre as grandes mobilizações de trabalhadores/as, tendo ao norte o sindicato como articulador; sobre a quebra das empresas nos anos 1990; sobre os ataques aos direitos trabalhistas atuais; sobre o que nos espera daqui para frente. Sempre muito lúcido, preciso nas avaliações e contundente nas previsões - mesmo que algum/a leitor/a possa argumentar que isso não é possível. A trajetória profissional desse militante iniciou ainda no final da década de 1960, como aprendiz de sapateiro no interior de um atelier no bairro Santo Afonso, extremidade sul de Novo Hamburgo. De origem operária, tendo a mãe sapateira e pai pedreiro, aos poucos entrou em contato com membros da diretoria do sindicato, aprendendo, no fazer-se do movimento operário, como é a militância sindical. Nestes caminhos encontrou Gilnei.

### *Gilnei, o sapateiro-historiador*

Dos três personagens que compõem este primeiro capítulo, Gilnei é o que se mostra mais próximo de mim. Também o que mais colaborou com este trabalho, por se tratar de um colega de profissão. Conheci Gilnei ainda no andamento de minha graduação em História, na Universidade Feevale, em Novo Hamburgo. Ambos estudávamos no mesmo curso e, mesmo sabendo de seu passado sindical, pouco conversávamos sobre isso, já que à época meus interesses historiográficos eram outros. Quando dediquei mais atenção à História do Trabalho, Gilnei foi um colaborador, me contando sobre suas experiências na direção do Sindicato dos Sapateiros e nas lutas políticas dos anos de 1980. Também me serviu de ponte entre o universo acadêmico e sindical. Homem, branco e historiador, Gilnei cedeu-me entrevista, memórias documentadas em textos, contatos e uma infinidade de conversas que resultaram em algumas reflexões presentes aqui.

Os três sapateiros e militantes sindicais entrevistados lembraram, cada um à sua maneira, de um sindicato que não vivenciaram. Os três, apesar de terem cedido suas entrevistas em dias diferentes, sem nenhum contato, e com modos diferentes de se expressar, narraram de forma muito parecida um modelo de sindicato que os antecedeu. Cláudio, Betinho e Gilnei lembraram de um “velho sindicalismo” atrelado ao Estado, aos patrões, e que atuava no campo do assistencialismo. As histórias narradas pelos três sapateiros condizem com uma história oficial do “novo sindicalismo”.

## 2.1. Histórias que se repetem

*“O trabalhador tem uma história muito bonita na construção do nosso país”<sup>23</sup>.*

*“Tudo o que a gente aprendeu com o movimento, que volte ao movimento”<sup>24</sup>.*

*“Fui aprendendo tudo o que podia no ramo calçadista. Aí em 84, através de alguns amigos, fui convidado pra assembleias aqui dentro do sindicato. [...] Comecei a participar mais ativamente”<sup>25</sup>.*

Cláudio, Betinho e Gilnei foram, em diferentes momentos, trabalhadores do calçado e tiveram relação com o sindicato nas décadas de 1980 e 1990. Suas histórias de vida, trajetórias que sabemos serem criadas a posteriori para dar sentido ao passado (BOURDIEU, 2006), expressam uma harmonia com aquilo que conhecemos da literatura especializada sobre o movimento operário dos anos de 1980. Mas antes de irmos adiante, para não correremos o risco de atropelar as vivências com as palavras na hora errada, convido o leitor e a leitora a conhecerem melhor esses três importantes personagens da narrativa que se seguirá.

O início no mundo do trabalho para Betinho ocorreu muito cedo. Segundo ele:

Bom, a minha primeira empresa que eu trabalhei foi com 13 anos, e... aliás, com 12 anos, aí a gente não tinha carteira assinada. Era uma fabriquetinha de fundo de quintal do vizinho, que morava na frente da minha casa. Nós fazíamos sandália feminina, bem simplezinha e chuteira, pra futebol; solado de couro, trava de *nylon*. Era a fábrica do Seu José Stork. Eu tinha 12 anos e eu que comprava o material; [...] comprava tinta, material, cola também.<sup>26</sup>

Neste pequeno trecho, já é possível perceber que Betinho entrou para o universo das relações de produção muito cedo e, ao mesmo, tempo, numa área que viria a seguir durante toda a sua vida no interior das fábricas de Novo Hamburgo: a do calçado. O tamanho da fabriqueta de seu vizinho indica que havia uma quantia muito pequena de funcionários, nos apontando também para uma forma de trabalho diferente da que tomou conta da cidade durante a década seguinte, com uma lógica de produção diferenciada, com o calçado sendo produzido

---

<sup>23</sup> Betinho(1ª entrevista).

<sup>24</sup> Entrevista com Gilnei.

<sup>25</sup> Entrevista com Claudio.

<sup>26</sup> Nesta dissertação não irei corrigir a gramática das entrevistas. Entendo que não é possível transmitir pela escrita todas as emoções da fala; entretanto, me dedico à tentativa de alterar o mínimo possível das transcrições, permitindo que expressões coloquiais estejam presentes nas citações dos/as entrevistados/as.

inteiramente pelos funcionários da pequena fábrica. Betinho fora, em suma, um aprendiz, como não se veria com muita frequência nos próximos anos em Novo Hamburgo<sup>27</sup>

Diferente de Betinho, Gilnei passou por caminhos distintos até entrar no mundo das fábricas. Ele disse:

Já na minha adolescência, ali pelos 15, 16 anos, eu tinha vindo trabalhar. Parei o Ensino Médio uma época lá, envolvido já com militância estudantil, mas parei em um certo ano e vim trabalhar em Campo Bom, no Reichert Calçados. Trabalhei quase um ano, acho que em 78, eu trabalhei no calçado. Morávamos numa pensão que era próxima do... nesse emprego na filial do Reichert, não era prédio principal, era filial 1 que eles chamavam.

Gilnei tivera, antes mesmo de iniciar sua vida como trabalhador, uma experiência política na escola, em seu local de origem, no Vale do Caí, interior do Rio Grande do Sul. Retomaremos mais adiante ao início de sua vida política. Vejamos, antes, como Cláudio iniciou seu trabalho:

Comecei a trabalhar bastante cedo. E aí foi aos 13 anos, por necessidade de determinado tempo. Aí trabalhei em um ferro velho, meio turno. Na época a gente não tinha muita noção daquilo, guri né? Ia lá, ganhava um dinheiro... e era o quê: prensar latinha de azeite. [...] Aí meu pai, [...] através de um conhecido dele, fui trabalhar em uma selaria pra fazer selas e arreios para cavalo. Ali também estudava de manhã e à tarde trabalhava. Só que em certo momento eu decidi que tinha que parar de trabalhar, digo, de estudar. Eu não me lembro, foi por “N” razões... Aí o pai disse: bom, ninguém fica em casa se coçando. Aí eu tirei minha carteira de trabalho e fui trabalhar na metalúrgica. Aí trabalhei até às vésperas do quartel. Gurizada tava próxima de pegar quartel e eles demitiam. Pra mim foi bom pelo seguinte: [a metalúrgica] era uma coisa mais organizada.

Até aqui sabemos, leitor/a e eu, que, dos três personagens, Cláudio foi o único que não teve contato com a produção de calçados no início da vida operária. Gilnei, mesmo tendo esse contato, iniciou após uma caminhada política e uma certa instrução dada por seus estudos no ginásio do Vale do Caí. Apenas Betinho teve contato com um método antigo de produção de calçados e parece ter se integrado muito melhor a essa produção. Ao longo da entrevista com esse último, notei, em suas palavras e expressões (algo que o gravador utilizado não pôde captar), a nostalgia de lembrar dos sapatos produzidos e mesmo das peças que, porventura, eram feitas para outras fábricas. A relação que o entrevistado demonstrou com a produção de calçados e com a profissão de sapateiro não foi a mesma sentida nas outras entrevistas - Betinho guarda um “pé-de-moleque<sup>28</sup>” como um troféu, em meio ao seu arquivo. Isso pode ter vários motivos: o afastamento daquele universo por parte de Gilnei e Cláudio talvez tenha lhes

<sup>27</sup> Ao longo da dissertação abordarei a questão das mudanças que o modelo industrial de racionalização do trabalho trouxe nas relações de produção da cidade. Ver, por exemplo, o trabalho de Schneider (1996).

<sup>28</sup> Instrumento utilizado por sapateiros para confecção de sapatos.

influenciado a lembrar muito mais da parte “heroica” do sindicalismo, do que da produção de calçados propriamente dita. Outra possibilidade de interpretação em relação à distinção das memórias se deve ao fato de que a presença de Betinho no seio da categoria foi muito mais profunda. Como veremos no terceiro capítulo, ele desempenhou um papel importante nos campeonatos de futebol e nas demais ações esportivas das fábricas pelas quais passou e parece ter criado laços fortes com as pessoas que o rodeavam nesses momentos, algo que pode ter lhe motivado a lembrar da sua relação com a produção de calçado com mais vigor. Ainda nesse sentido, o valor que o trabalho desempenha especificamente naquela região<sup>29</sup> pode moldar até mesmo aquilo que o entrevistado lembra; obviamente que isso valeria para os três, mas tendo sido Betinho o entrevistado que passou pela experiência de aprendiz, construído laços no bairro (onde mora até hoje), criado alianças nas fábricas e nos campos de futebol, e só a partir daí ter entrado para a política, me parece ter sido esse elemento fundamental em sua lembrança.

Entretanto, além da seleção *do que* lembrar, atento aqui para a *forma* pela qual essas lembranças vieram à tona. As palavras dos entrevistados, quando de suas primeiras participações nas fábricas, está associada à imagem do jovem em oposição ao velho. Nesse sentido, Cláudio, por exemplo, fez questão de evocar o corte geracional em diferentes momentos, como no seguinte:

Aí nós tivemos o primeiro confronto, e isso eu não esqueço. 1 de abril de 77. Foi instituído o salário mínimo igual pra todo mundo. Acabando o salário mínimo do menor: a briga entre os guris e os velhos. “Onde já se viu esse guri ganhar o mesmo que eu, que tenho família, tenho filhos, não sei o que, não sei o que”... O discurso clássico. E nos desmerecendo: “Essa gurizada só quer dinheiro pra tomar refri, comer pastel... jogar bolita, e tal e tal [...]”. A gente ignorava. E sempre tinha os mais brincalhões, mas tinha aqueles que falavam brincando mas falavam sério. E aí dava os “pega” e então dava o confronto.

A questão geracional também foi apresentada por Betinho ao lembrar dos seus primeiros anos em uma empresa já maior, a Soares & Dias. Em suas palavras:

E em 70, quando eu fiz 15 anos, eu comecei a trabalhar em... E uma coisa engraçada assim, porque nós tínhamos carteira de menor, na época, mas trabalhava igual a um adulto, fazia serão igual adulto e ganhava só metade do salário, na época. Isso foi implantado naquele período.

O embate geracional enfocado por Cláudio de alguma forma também está presente na lembrança de Betinho. Ao falar de suas primeiras experiências na fábrica Soares & Dias, ele

---

<sup>29</sup> Vale ressaltar o estudo de Magalhães (2017), sobretudo em sua afirmação de que a cidade de Novo Hamburgo introjetou o conceito de “trabalho” como marca de identidade.

fez questão de sublinhar a injustiça que era fazer “serão<sup>30</sup> igual adulto” e, mesmo assim, receber “só a metade do salário”. Entretanto, depois de dizer que a alteração nesse modelo foi realizada naquele período, Betinho não quis dar mais pistas sobre como tais mudanças foram sentidas na sua vivência com os trabalhadores mais velhos.

Cabe agora analisarmos com mais profundidade as narrativas reproduzidas acima: quando Cláudio comentou sobre sua relação com os colegas, a imagem dos mais velhos estava também associada ao “adversário” no interior da fábrica. Ao fim, a reivindicação de Cláudio, anos depois e sob o olhar de quem se distanciou daquele passado, e a sua interpretação desse momento são as mesmas que as de Betinho: eram “menores”, mas trabalhavam como adultos.

Para localizar o leitor e a leitora, chamo a atenção para essa mudança que aconteceu em meados do ano de 1976. Desde a redação original da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, a questão do menor trabalhador estava estabelecida da seguinte forma: para os indivíduos entre 12 e 18 anos deveria ser respeitada a proporcionalidade, ou seja, a sua remuneração era escalonada na base dos 50 por cento do salário mínimo integral<sup>31</sup>. Em 1967, a mesma legislação foi alterada pelo então ditador, Costa e Silva, e pelo ministro do trabalho, Jarbas Passarinho. Na nova redação, o salário que deveria ser fixado proporcionalmente em 50% do salário mínimo foi alterado para “até a metade do constituído para adultos da região”<sup>32</sup>. A palavra “até” acarretava uma retirada de direitos fundamentais e acentuava a exploração da mão de obra infantil, pois permitia que adolescentes trabalhassem como adultos, mas recebessem um salário muito menor.

Até então havia uma discrepância entre o período trabalhado por menores de idade e o valor por eles recebido. No entanto, em 1º de abril de 1976 (e a memória de Cláudio errou por um ano, apenas), fora instituído, em Novo Hamburgo, uma consolidação que servia de emenda à legislação nacional, mas que valia apenas para algumas indústrias da região:

Uniformizando a forma de procedimento das indústrias, o convênio disciplina questões como horas e condições de trabalho, férias coletivas, funcionamento das CIPAS [Comissão Interna de Prevenção de Acidentes], contratos individuais de trabalho e outras. Desta forma, todas as empresas associadas ao sindicato, portanto, representadas no convênio, passarão a ter normas de trabalho iguais, dispensando seus funcionários de tratamento idêntico. [...] O documento foi assinado pelos senhores Níveo Friedrich (representando o Sindicato da Indústria de Calçados) e

---

<sup>30</sup> Horas a mais contabilizadas no trabalho após o término do expediente.

<sup>31</sup> CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5274.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5274.htm#art3) acesso em 23/11/2017.

<sup>32</sup> Nessa redação o menor-aprendiz fora denominado como aquele que tinha idade entre 14 e 18 anos. DECRETO-LEI, nº 5.274, de 24 de abril de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5274.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5274.htm#art3). acesso em: 23/11/2017 (grifo meu).

Orlando Müller, Adalberto Martins e Armindo de Melo (representando o sindicato dos trabalhadores)<sup>33</sup>.

Em um momento importante de intensificação das relações de produção na cidade, sindicato patronal e sindicato de trabalhadores assinaram um convênio que, à luz da legislação, servia como medida de paridade de direitos - ao menos no que tange às empresas sindicalizadas. É possível perceber que, em maior ou menor medida, tal ação revelou a preocupação do sindicato em apresentar propostas de melhorias nas relações trabalhistas, principalmente no que diz respeito ao trabalho infantil - questão a que o regime ditatorial fazia questão de fechar os olhos. Do mesmo modo a ação encerrava uma tradição nos mundos do trabalho - a do aprendiz e do mestre. Com o convênio, sindicatos decretavam o fim do modelo antigo e o início de uma nova ordem fabril, mais automatizada e moderna, sem a presença de figuras mais ou menos importantes dentro da fábrica, como aprendizes e mestres: operários passaram a ser operários, sem diferenças de idade - ao menos no papel<sup>34</sup>. Um fato interessante é que, de acordo com a narrativa de Cláudio e com a lembrança próxima à de Betinho, as mudanças ocorridas no ano de 1976 não foram bem recebidas pelo operariado da região<sup>35</sup>. É claro que, ao rememorar tal período, a tendência dos dois entrevistados foi a de considerar a opinião da maioria como a sua própria.

Todavia, ainda nos resta a questão: como uma medida de paridade dentro da fábrica pôde ser refutada por parte do operariado? Revelador de como um modelo de reconhecimento e redistribuição (FRASER, 2006) pode ter diferentes recepções, a depender dos interlocutores, esse caso também é sintomático de outras duas questões: a, já mencionada, alteração do modelo fabril e a reconstrução do binômio velho-novo, significando um debate geracional que adentrou ao campo da história do movimento operário.

Quando os entrevistados se dispuseram a narrar parte de suas trajetórias na vida sindical e de suas ações no interior das fábricas, fez parte do meu papel enquanto entrevistador pensar nas implicações éticas de tais entrevistas. Por isso, sempre levei em conta, quando da criação do roteiro de perguntas ou mesmo da análise das respostas, a coerência que os depoentes

---

<sup>33</sup> JORNAL NH, 09/04/1976 - "Sindicatos calçadistas assinaram convênio e dissídio".

<sup>34</sup> O estudo de Schneider (op.cit) trabalha com a ideia de uma "industrialização difusa" em uma região anteriormente dominada por relações de produção tradicionais. O fim das demarcações entre "mestre" e "aprendiz", agora diluídas no discurso de igualdade, nos permite pensar também na finalização de certos costumes laborais, dando lugar à ótica racionalizada do trabalho fabril.

<sup>35</sup> Cláudio, neste momento, como vimos, era operário do ramo metalúrgico. Contudo, no Sistema Produtivo Completo (LUCIANO, 2016; MARTINS, 2011), a metalurgia servia de aporte ao setor coureiro-calçadista, o que pode ter feito com que a alteração na consolidação dos sindicatos do ramo passasse a valer também para algumas empresas de outras áreas ligadas à produção de calçados.

conferiram às narrativas de suas trajetórias pessoais. Isso é completamente “natural”, visto que, ao menos nas sociedades complexas modernas, como bem lembrou Velho (1999), temos sempre em mente a ideia de reorganizar nosso passado, tentando articular “um todo coerente” (para me valer de Bourdieu [2006]) e dar sentido aos projetos de vida que constituímos ao longo de nossas vidas. Por isso, tomando os cuidados necessário, busco aqui tensionar os discursos proferidos pelos entrevistados, mas levando sempre em consideração a construção de uma memória que é do presente mais do que do passado (ROUSSO, 2006).

Olhando para o passado com os pés no presente, Cláudio avaliou o processo de conquista da paridade salarial e de direitos entre velhos e jovens com otimismo:

Claro, quem estava acostumado com aquela regra se sentiu penalizado. Pra nós, os guris, foi assim: “nós estamos bem, estamos ganhando bem!” [...]. *Mas acho que foi um momento do país em que acaba uma das desigualdades*. Por que na época havia essa diferenciação: eu tenho que ganhar menos porque eu sou de menor. E às vezes tu executava o mesmo serviço que um sujeito ali, maior de idade. Consigo notar isso hoje, com o passar do tempo a gente viu as coisas de outra forma.

Partindo da avaliação de Cláudio, percebemos que a medida tomada pelos sindicatos, que tinha limites regionais, tomou proporções nacionais: “foi um momento do país em que acaba uma das desigualdades”. Para o depoente, crítico profundo dos sindicalistas daquele momento (entre eles, Orlando Müller e Adalberto Martins), a entidade realizou então um feito inédito e importante para o fim de uma desigualdade. Betinho também comentou, embora com menos precisão, que o fim da desigualdade entre o trabalho adulto e o infantil “foi implantado naquela época”. Mais adiante, ainda neste capítulo, voltaremos a este ponto, mas considero importante, dentro do diálogo que proponho ao/à leitor/a, que possamos perguntar às nossas fontes: como se dá essa relação contraditória na lembrança sobre os diretores do “velho” sindicalismo?

Talvez a fala de Gilnei possa nos ajudar. Falando do início de sua vida política, Gilnei comentou:

Olha, [eu] já tinha uma participação no movimento estudantil lá, muito ligado ao professor José Clóvis<sup>36</sup> [...]. Eu lembro que nós fizemos um... tinha um panfletinho que a gente entregava na escola [...] nós falamos sobre multinacional em um, falamos sobre exploração no outro e falamos sobre a biografia do Marx no terceiro - aí deu problema (risos). Deu problema, e eles resolveram fechar o grêmio. Numa reunião da ARENA decidiram fechar o grêmio da cidade e mandaram embora o professor.

---

<sup>36</sup> Refere-se à José Clóvis de Azevedo. À época professor de História na região, veio a se tornar membro importante do PT do Rio Grande do Sul, chegando ao cargo de Secretário da Educação no governo Tarso Genro (2011-2014).

Mandaram embora da cidade. [...] E ele [Professor] estimula[va] a essa gurizada a participar da juventude do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], que era o espaço que tinha. Então a gente caiu no chamado “setor jovem do MDB”<sup>37</sup> (Gilnei).

Já é visível que a iniciação política de Gilnei estava localizada no âmbito do movimento estudantil, diferente de Betinho, por exemplo:

E eu tenho orgulho de ter feito parte dessa luta, por exemplo, na década de 80, quando fui pra [fábrica de São Leopoldo] Czarina, era o surgimento do PT. Era pra eu entrar na direção do Sindicato dos Sapateiros em 87 em São Leopoldo. Eu fiz a opção de vir pra Novo Hamburgo. E aí tem uma coisa interessante. [...] nós, trabalhadores da alpargata da Czarina, nós filiamos o sindicato da CUT sem ter ninguém da direção cutista. A base filiou. A gente entendia que tinha que unir os trabalhadores, e foi isso que a gente fez.

O início da militância política de Betinho, portanto, se deu a partir do próprio movimento sindical, muitos anos depois de sua estreia como sapateiro no interior da categoria. De modo semelhante, Cláudio teve acesso aos primeiros passos na política dentro da fábrica:

Em 84 houve eleição para a CIPA. Entrei. Entrei pra disputar e eu lembro que eu fiquei na suplência. De vez em quando, tentava voltar pro ramo metalúrgico. Aí havia um afastamento: minha carteira assinada aqui na área calçadista, como é que eu vou [voltar] pra metalúrgica? Comecei a perder crédito ali. E também aprendendo tudo que podia no ramo calçadista. Aí em 84, através de alguns amigos, fui convidado pra assembleias aqui dentro do sindicato. Achei legal, interessante, pra mim até uma novidade a história do mundo sindical. Comecei a participar mais ativamente.

Cláudio, depois de certo tempo trabalhando como metalúrgico, por contingências da vida, entrou para o ramo do calçado. Algo típico da época. A profissão de sapateiro estava em crescimento (conforme veremos no segundo capítulo) e isso fazia com que, mesmo que muitos trabalhadores não almejassem atuar em tal ramo, o setor fosse um dos únicos espaço de trabalho possível dentro da cidade e da região que a contornava. Já na fábrica de calçado, Cláudio teve acesso às CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes)<sup>38</sup>. Mesmo novo no ramo calçadista, ele já participava de reuniões (para ser eleito a legislação previa um número mínimo de participação em reuniões da CIPA) e já se via inserido no ambiente político.

Há que se levar em consideração a seleção daquilo que se conta e, também, daquilo que se lembra (POLLAK, 1989). Em nenhum momento da pesquisa se desconfiou da integridade

<sup>37</sup> Órgão do interior do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Sobre isso ver Reis (2007).

<sup>38</sup> Para além das atribuições de inspeção da fábrica, ao operário representante da CIPA também era garantida a estabilidade durante o período de seu mandato (1 ano). O decreto que instituiu as CIPAs foi promulgado pela lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6514.htm). Acesso em: 24/11/2017.

dos argumentos e dos depoimentos prestados pelos entrevistados. No entanto, sabemos que nenhuma memória resiste à seleção e ao enquadramento baseado nos elementos históricos previamente selecionados por grupos hegemônicos. Por isso, ao colocar os três depoimentos lado a lado, pude perceber que, de todos, apenas Betinho teve presença orgânica na categoria de sapateiros - desde sua iniciação como aprendiz na fabriqueta em frente à sua casa até seu primeiro contato com o sindicato.

Gilnei só começou a se relacionar com o sindicato dos sapateiros (e mesmo com a categoria em Novo Hamburgo) nos anos de 1980, quando da eleição de 1986. Antes, sua participação sindical era restrita aos metalúrgicos ou comerciários<sup>39</sup>. Cláudio, por sua vez, teve contato com o sindicato dos sapateiros no momento de sua participação nas CIPAs, já nos anos de 1980 também, mas não é possível dizer que foi um agente orgânico dentro da categoria dos sapateiros, pois parte de sua atenção sempre esteve voltada ao setor metalúrgico - sua “paixão”, segundo seu depoimento. Esses diferentes elementos que fizeram com que os entrevistados tivessem inserções políticas distintas e que lembrassem dessas inserções com marcadores bem específicos (Betinho mais tardio, Gilnei no movimento estudantil organizado do MDB e Cláudio na CIPA) têm uma relação próxima com a atualidade dos acontecimentos políticos e com as posições que tais sujeitos ocupam no presente.

Betinho, no momento da primeira entrevista, ocupava um posto importante no governo do Partido dos Trabalhadores, que dirigia o executivo da cidade, atuando como cargo comissionado no gabinete da prefeitura. Cláudio estava em uma posição fundamental na proteção dos direitos dos sapateiros, como diretor no Sindicato das Sapateiras e dos Sapateiros de Novo Hamburgo. E Gilnei, importante militante político da cidade, naquele momento já sem função economicamente ativa, olhava para os acontecimentos políticos da época - o golpe contra a presidenta eleita Dilma Rousseff e o povo brasileiro, a retirada de direitos trabalhistas, a investida neoliberal nos parlamentos - com a nostalgia de quem tanto lutou pela política nacional. Sem dúvida alguma, afirmo que essa forma de lembrar do passado tem relação muito próxima com a maneira pela qual eles recordam dos seus antecessores no sindicato: os velhos sindicalistas.

O Sindicato dos Sapateiros, entre 1974 e 1979, teve entre seus dirigentes principais e atuantes os seguintes nomes:

---

<sup>39</sup> Ao chegar em Novo Hamburgo Gilnei trabalhou em uma loja que vendia produtos para veículos, por isso sua ligação com os dois sindicatos.

**TABELA 1: RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DO SINDICATO DOS  
SAPATEIROS (ELEIÇÕES DE 1974 E 1977)**

<b>ORLANDO MÜLLER</b>	<b>PRESIDENTE</b>
ADALBERTO MARTINS	SECRETÁRIO
ARMINDO DE MELO	TESOUREIRO
ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS	SUPLENTE
VALDOMIRO FERNANDES	SUPLENTE
JOSÉ MONTEIRO	SUPLENTE
EDSON MATTOS	CONSELHO FISCAL
ADÃO MANOEL DOS SANTOS	CONSELHO FISCAL
OLÍCIO DE OLIVEIRA	CONSELHO FISCAL

Fonte: *Jornal NH*. Elaborado pelo autor.

Naquele contexto, as eleições sindicais aconteciam a cada três anos. Nos dois pleitos que são contemplados no recorte de minha pesquisa, ambas as chapas inscritas (uma em 1974 e a outra em 1977) foram eleitas sem nenhuma possibilidade de oposição. Claro que, sabemos mais do que nunca, havia sempre a possibilidade de jogar com os regimentos, a fim de impossibilitar a inscrição de outras chapas. Contudo, por ora não é possível apresentar argumentos mais concretos acerca dos reais motivos de não existirem nominatas contrárias a essa gestão do sindicato, que já se arrastava no poder desde 1968 (veremos melhor este ponto no capítulo final da dissertação). De qualquer forma, tal gestão foi assim lembrada por Gilnei:

O Movimento Sindical em Novo Hamburgo era um Movimento Sindical profundamente ligado aos patrões. A imprensa aqui, a construção da política de conciliação de classe passa pela imprensa: Pelo grupo Sinos, pelo *NH*, e botam isso diariamente, na importância de tu ter, de tu evitar o conflito. Se tiver o conflito que se tenha o acordo, se tiver a greve, que seja no menor espaço de tempo possível. Sempre trabalhando no sentido que haja harmonia, que a produção se mantenha e que os lucros não cessem.

Na sua lembrança, Gilnei avaliou que o movimento sindical era “profundamente ligado aos patrões”. Ainda sobre o mesmo sindicato, mas agora sobre sua abrangência em termos assistenciais, ele afirmou que:

A minha lembrança do sindicato lá quando eu participei é muito pequena. Era um pequeno sindicato, não deu pra ter uma percepção mais clara do que era. O sindicato naquele momento era um local em que tu ia procurando algum benefício, algum tipo de atendimento, algumas, era mais ligado à assistência. Pelo menos no início da minha vida profissional não tinha muito essa vinculação [política]. A nossa discussão que dizia como é que o sindicato devia ser. Então a gente tava numa comparação: o que tinha lá e o que devia ser. Mas eu venho a compreender isso melhor já em Novo Hamburgo, porque, com o crescimento, com esse auge em termos de disputa do novo sindicalismo, alguns sindicatos tu ganha disputando, e outros tu ganha por dentro.

Neste segundo trecho, Gilnei aprofunda o que na passagem anterior tinha permanecido implícito. O Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo se consolidou como sendo um dos maiores sindicatos da região, com uma ampla rede assistencialista, e chegou a ter, além de várias salas de atendimento médico e odontológico, duas ambulâncias particulares para atendimento da categoria - no último capítulo tratarei de aprofundar essa discussão acerca do assistencialismo. A memória de Gilnei lhe informou que o sindicato era pequeno, também porque a discussão do novo sindicalismo, já existente como uma organização de base no Sudeste do país e em grandes capitais, como Porto Alegre, dizia como um sindicato deveria ser, ou seja, em nada parecido com aquilo que, em Novo Hamburgo, o sindicato dos sapateiros era. Portanto, as ideias de “grande” e “pequeno”, mais do que expressar um “tamanho” concreto, se relacionam com perspectivas e disputas políticas.

Ainda sobre isso, Cláudio lembra que

O sindicato aqui na época [era] parado, a posição da diretoria era uma diretoria parada, quando dava greve era aquela coisa do espontaneísmo, aí eles tinham que ir lá e administrar. O que aconteceu? Eles tinham algumas pessoas chave em algumas empresas. Por amizade, algum motivo ou outro. E lá no [Calçados] Klazer eles apostaram na dona Maria [para eleições da CIPA], uma costureira, do interior, e eles fizeram material. E fomos pra disputa e eu ganhei. Fui o mais votado. E aí ficou aquilo: gostei de ganhar, e agora, o que é que eu faço? [risos]. Por que a gente não tinha claro.

Na memória de Cláudio aquele era um sindicato “parado”, que, inclusive, agia dentro dos limites legais estabelecidos à época para a manutenção do poder, utilizando-se de pessoas “chave” em algumas empresas a fim de garantir uma base representativa nos momentos necessários, como o cargo da CIPA.

A fala de Betinho tem ênfase diferente, tanto da ideia de manutenção do poder de Cláudio, quanto da tese do sindicato “ligado aos patrões”, de Gilnei. Nas palavras de Betinho:

Ali nós convivíamos com dois períodos distintos, não tinha organização sindical mais aberta, efetiva, por causa da ditadura militar. Em 84, na luta pelas diretas isso foi quebrando, em 80 quando surgiu a organização dos trabalhadores no ABC, em 79-80, quando se abriu de novo pra “democracia”, entre aspas [...]

*Evandro: Nesse período dos anos 70 então, movimento nenhum, nós conseguimos enxergar aqui?*

Não, imagina. Por exemplo assim, as grandes greves, grandes movimentos, eles se dão a partir dos anos 80, as grandes greves. Antes disso, não tinha. Por exemplo, em 88, quando já presidente, Milton Rosa parou quase 20 mil trabalhadores sapateiros em Novo Hamburgo. Metalúrgico, cinco mil, pararam. Então tinha essa organização. E até tem história, quadros, fotos, no sindicato dos sapateiros, dessa maior greve que teve em Novo Hamburgo, o que a polícia bateu nos trabalhadores... Mas essas mudanças vêm no início dos anos 80, a criação do Partido dos Trabalhadores (Betinho, 1ª entrevista).

Para o entrevistado a entidade era impossibilitada de atuar por conta da repressão. Essas ênfases diferentes, na opinião articulada entre os entrevistados, se somam à caracterização de “assistencialista”, pensada em termos negativos, criada naquele momento pelos novos sindicalistas. Como o próprio Betinho argumentou, “essas mudanças vêm no início dos anos 80, a criação do Partido dos Trabalhadores”.

A discussão sobre o nascer de um novo sindicalismo já foi amplamente travada e seria demasiado retomá-la aqui novamente. Entretanto, quero retomar a análise de Mattos (1998) com relação ao modelo de contraste pelo qual o novo sindicalismo se construiu. A ideia de se consolidar como o “novo” criou juntamente uma categoria que, como afirmei anteriormente, foi pouco estudada pela história do movimento operário: o “velho”.

O *velho sindicalismo* entrou para a historiografia com características do sindicalismo populista pré-64, mas também com a imagem do sindicalismo dos anos de 1970, sendo os sindicalistas que o compunham considerados representantes do que havia de mais ultrapassado e arcaico no universo do movimento operário. Dentre as características atribuídas a esses velhos sindicalistas, estão as que Mattos levantou, com base no seu estudo sobre o sindicalismo do Rio de Janeiro:

- A) A inconsistência organizatória: privilegiando as organizações de cúpula oficiais (federações e confederações) ou paralelas (intersindicais e o CGT), as lideranças sindicais mais combativas afastaram-se das bases e menosprezaram a organização dos trabalhadores por local de trabalho, conformando-se à estrutura sindical oficial;
- B) A falta de sintonia entre as reivindicações políticas mais gerais priorizadas pelas lideranças, e as questões específicas do mundo do trabalho (salário, condições de trabalho, etc) que teriam maior poder de mobilização entre as massas de trabalhadores.
- C) O poder de mobilização restrito aos trabalhadores de empresas controladas pelo Estado [...] Daí decorria uma concentração regional dos movimentos do Rio de Janeiro e uma menor participação populista.
- D) O Estado ao ser tomado como interlocutor privilegiado e suas instâncias (Executivo, Legislativo, Justiça do Trabalho e Forças Armadas) como espaços a serem conquistados, secundarizando-se os conflitos diretos entre capital e trabalho. (MATTOS, 1998, p.58).

Na contramão de absolutamente todos esses pontos, o “novo” sindicalismo desejava se estabelecer como outra estrutura sindical - mesmo, como sabemos, tendo garantido boa parte dessas características anteriores na Constituição de 1988<sup>40</sup>. O fato importante aqui é que poderíamos encaixar o sindicato comandado por Orlando Müller em mais de um ponto dos aspectos levantados por Mattos sobre o “velho” sindicalismo.

Como vimos, a fala dos operários por nós entrevistados remonta igualmente a uma ideia de sindicalismo “assistencialista”, que se preocupava com a vida dos trabalhadores apenas com intuito de garantir saúde para a mão de obra. Mesmo que enfoquem elementos distintos do modelo sindical de Orlando Müller, os três depoentes apontam em comum acordo para o “assistencialismo” daquele sindicato, considerando-o algo a ser reprovado, indigno da luta sindical. Entretanto, partindo dos dados que temos até aqui, é possível dizer que o ambiente industrial foi sobrecarregado na década de 1970, o que pode ter tensionado as estruturas assistenciais do município.

Considerando a questão populacional de Novo Hamburgo, em trabalho anterior (Luciano, 2016), realizei um levantamento sobre o aumento do contingente de empregados nas fábricas de calçado da cidade:

**TABELA 2: FORÇA DE TRABALHO NO SETOR CALÇADISTA EM NOVO HAMBURGO (1971-1979)**

ANO	TRABALHADORES
1971	12191
1972	12266
1973	14188
1974	13288
1975	13867
1976	15841
1977	14669
1978	17001
1979	17950

<sup>40</sup> Neste mesmo texto de Mattos (op.cit) podemos reconhecer muitas das velhas práticas sindicais presentes na luta do novo sindicalismo em 1988, que resultou na promulgação da Carta Magna, como, por exemplo, um atrelamento dos sindicatos ao Estado muito próximo do existente desde o regime varguista.

Fonte: Associação de Comércio e Indústria de Novo Hamburgo (ACI-NH), elaborado por Luciano (2016).

A partir dessa tabela, vemos que há um significativo aumento populacional na cidade, considerando o aumento de mão de obra no setor calçadista. A ascensão do desenvolvimentismo e a política de exportação instaurada no mandato do ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) fizeram com que os empresários locais, em busca de lucros exorbitantes, buscassem no interior do estado do Rio Grande do Sul grupos de trabalhadores sem instrução (que trabalhavam no meio rural) para exploração de mão de obra barata (SCHNEIDER, op. cit. p.50). Como se não bastasse o censo industrial, temos ainda outras fontes que nos levam a pensar nesse aumento populacional.

No início da década de 1970, a prefeitura de Novo Hamburgo contratou uma empresa de consultoria para realizar um levantamento demográfico e econômico. Além de ser uma espécie de censo, o projeto ganhou ares de planejamento. Denominado de “Plano de desenvolvimento local-integrado”, o documento afirmava que entre 1960 e 1970 houve a necessidade de aumentar os leitos dos hospitais da cidade em 25%<sup>41</sup>. Ainda que o hospital da cidade (Darcy Vargas) fosse referência para a região, quase 90% das vagas de leitos foram ocupadas por pacientes residentes em Novo Hamburgo.

Portanto, o perfil urbano de Novo Hamburgo em meados dos anos 1970 é de crescimento demográfico e industrial. Como veremos no capítulo seguinte, muitas pessoas vindas do interior do estado acreditavam que a cidade do calçado tinha se tornado uma encarnação do mito de El Dorado, a cidade em que tudo prospera. Ao chegar em Novo Hamburgo, todavia, perceberiam alguns empecilhos, como, por exemplo, a questão da moradia.

Para Gilnei, os sindicatos, em especial o dos sapateiros, pouco ou nada faziam para assegurar condições dignas de moradia a essas pessoas vindas do meio rural. Segundo ele:

Então a minha região do [Vale do] Caí e depois toda a região do interior, em que também vai ecoar a exportação de soja, pela mecanização da agricultura, esse pessoal vem todo pra cá trazido ou iludido pelos parentes, ou *a laço* pelos empresários. Devia existir nesse momento uma preocupação de como essa pessoa vai morar. Eles vão ser vizinhos na beira do rio, como é em Novo Hamburgo no banhado, e eles vão dar pra vila o nome do lugar de onde vieram. Aí que surge a Vila Palmeira, Vila Capanema, era o local de onde eles vinham. Em muitos casos os vizinhos de lá vieram ser vizinhos aqui, mas morando em condições piores do que moravam lá. (Gilnei).

---

<sup>41</sup> URPLAN - Plano de desenvolvimento local-integrado. p.50.

Quando perguntei para Betinho sobre a Vila Palmeira, a que se refere Gilnei no excerto acima, ele respondeu que: “hoje a Santo Afonso, na Vila Palmeira, mora cerca de quase 10 mil pessoas lá. Mais de 2 mil casas tem na Vila Palmeira. E antes era só banhado, por que não tinha o dique”. Acrescentou ainda que:

O primeiro núcleo habitacional, por exemplo, de política de habitação se deu através de uma ocupação do Kephass [bairro da zona norte da cidade], se criou o projeto João de Barro. E isso foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores, com o Nelson de Sá, e os lutadores da época, que a gente tem que tirar o chapéu pra eles, que apanharam muito para organizar os trabalhadores, e conseguiram (Betinho, 1ª entrevista).

É claro que, quando os entrevistados lembraram da situação desesperadora em que se encontravam os trabalhadores ao chegarem a Novo Hamburgo, ou sobre como o sindicato era “assistencialista” com essas pessoas, estavam preocupados em transmitir suas opiniões sobre tal sindicato e em se solidarizar com as mulheres e homens que lá chegavam e encontravam dificuldades para obter moradia digna. Essas situações faziam parte do cotidiano industrial concreto da cidade. Mas é importante verificar também o enquadramento dessa memória (POLLAK, 1989). Neste caso, isso se observa quando a lembrança do “Projeto João de Barro”, realizado pelo PT já nos anos 1980<sup>42</sup>, é priorizada na narrativa, e a imagem de Nelson de Sá é levantada em detrimento da Co-habitação dos Trabalhadores de Novo Hamburgo (COHABURGO)<sup>43</sup>, presidida por Silvio Haubert, então membro do grupo de “velhos” sindicalistas, com práticas próximas às de Orlando Müller.

Sob uma perspectiva mais apurada, outras questões começam a surgir, influenciando-nos a examinar as complexidades da relação que os entrevistados mantinham com os velhos sindicalistas. Nesse sentido, há um caso bem específico vivenciado por Cláudio que tensiona a ideia levantada por Gilnei. O primeiro, em entrevista concedida para a presente pesquisa, contou como iniciou sua participação na CIPA e, logo em seguida, se tornou delegado sindical:

Eu via muita coisa errada. E ao mesmo tempo eu via aquilo como uma barganha, sem muita clareza. Mas principalmente aquela coisa dos banheiros sujos, da segurança em local de trabalho. [Os encarregados de produção diziam:] “Mas não pode limpar porque tem que entregar a produção!”. [Cláudio respondia:] “Mas, vem cá: nem uma vassoura pode?” Mas a história do delegado sindical pegou mais preço. Entra um pessoal que [pensa que] “ah, o cara vai poder fiscalizar melhor”. Até foi meio superdimensionado, a coisa não era bem assim (risos). Mas quem concorria? Todos os sócios [do sindicato] na empresa. E aí não teve jeito, tal dia era a eleição [...], aí eu comecei minha campanha, com mais meus colegas ajudando, e eu ganhei. Até aí tudo bem. [Perguntaram:] “O senhor pode passar no sindicato hoje à noite?” “Posso”. A

<sup>42</sup> Projeto de iniciativa de militantes do PT, garantidos frente a articulação com o município, que gerou a criação de um núcleo habitacional no bairro Kephass, em Novo Hamburgo.

<sup>43</sup> Programa de habitação mais antigo, visto por Betinho (2ª entrevista), como “para quem tinha mais dinheiro”.

primeira desconfiança: eu tinha um guarda-pó velho, que era azulzinho, que eu tinha ganho, que era a cor dos guarda-pós dos contramestres. [No sindicato perguntaram:] “Tá, mas porque tu usa um guarda-pó azul?”

-Tu lembra quem perguntou?, questionei:

Édson [Mattos, membro do Conselho Fiscal do sindicato][...], era ele e mais dois, o outro era o presidente do sindicato, Orlando Müller, e tinha mais um que eu não me lembro. [Edson teria perguntado:] “Mas o que tu faz lá? Tu é contramestre?”. Não, tô trabalhando na calceira, assim assim, setor tal e tal. Os sujeitos foram lá pra ver se de fato aquilo era verdadeiro. [...] Eles acharam que era alguém da empresa. [...] O que faz com esse monte de delegado sindical? Bom, nós queremos aprender e que alguém nos ensine. Aí ficou instituído alguns cursos aqui dentro do sindicato. Como é que calcula o 13º [salário]? Como é que é calculado a hora? Era bem *feijão com arroz*. [...] Foi onde a gente aprendeu e, na verdade, começou a se formar uma outra base, mais politizada.

Há que se levar em consideração, antes da análise propriamente dita desta história, dois pontos: o papel da memória na narrativa citada e a ação do delegado sindical. Primeiramente, a função que o “relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção” (Bourdieu, 2006, p.186) desempenhou na própria condição de sindicalista (assim como na condição da maior parte dos indivíduos modernos) de Cláudio precisa ser destacada. Isso não quer dizer que seu relato seja a prova de que o entrevistado recorreu à “ilusão retórica” para se explicar e para explicar aquilo que o rodeia. Quer dizer apenas que é uma ação quase impossível a de lembrar de fatos do passado sem articular uma trajetória significativamente coerente. Por isso faço a ressalva de que, na trajetória narrada por Cláudio, a lógica causal CIPA - Delegado Sindical - Sindicalista é perfeitamente razoável, não por apresentar pontos de linearidade dados *a priori*, mas por demonstrar uma indignação com elementos postos pelas relações de produção naquele momento, que, na opinião retrospectiva do depoente, não eram levados em conta pelo sindicato.

Já na CLT, o artigo 543 preconizava a existência de administradores sindicais (nome oficial dos delegados) nas empresas. O delegado sindical seria responsável por manter um elo entre a empresa e o sindicato ao qual seus trabalhadores eram ligados. Entretanto, tal condição não exigia um pleito organizado. Disso decorre que, na memória de Cláudio, a participação de sujeitos desvinculados do sindicato na disputa pela representação sindical dentro da base das fábricas era um assunto novo, com o qual nem empresários nem dirigentes sindicais sabiam lidar. A nova redação, colocada em vigor pela lei 7223, foi sancionada já pelo ditador João Baptista Figueiredo (1979-1985), em 1984 - portanto, fora dos marcos metodológicos desta pesquisa<sup>44</sup>.

<sup>44</sup> Lei de n.7223/84 disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7223.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7223.htm). Acesso em 13/04/2018.

Acho válido notar um ponto na fala de Cláudio: ainda em 1984, os diretores sindicais mais atuantes, como Orlando Muller e Edson Mattos - anunciados por Cláudio em sua entrevista -, permaneciam no alto escalão da entidade, com práticas parecidas às que implementaram durante vários anos. A partir disso podemos, inclusive, pensar em duas questões, com base na fala do depoente.

A primeira delas é o fato de que o Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, sob o domínio dos *velhos*, propunha uma fase de transição - mas que acabou se configurando em uma metamorfose<sup>45</sup>. Mesmo que o entrevistado não tenha dado pistas sobre quem ministrava esses cursos, que marcariam a metamorfose do velho para o novo, é importante perceber que os novos sindicalistas, os quais passaram a dirigir o sindicato em 1986, foram formados pelos velhos! Toda a sua base legal, toda a sua formação em direito sindical fora construída em cima do modelo de ação do movimento operário antecessor. A esse caráter quase dialético - no sentido de que dessa relação resultou um movimento diferente que mesclava os dois anteriores - chamo a atenção. Isso porque o “novo” sindicalismo, ao construir a imagem de um “velho” apenas passível de críticas e solidificado sobre um quadro de derrotas ininterruptas, não levou em consideração o fato de que muitos de seus membros foram formados naquele mesmo ambiente sindical. Para além disso, faço aqui uma reflexão com relação às diferentes temporalidades existentes no processo analisado.

A literatura consultada sobre o movimento operário dos anos de 1970 localizou o contexto do nascimento do novo sindicalismo entre os anos de 1977 e 1978 - há ainda uma discussão sobre o movimento sindical anterior, mas é quase um consenso que as greves de 77 e 78 foram o marco cronológico essencial para que se pensasse na mudança do modelo sindical brasileiro. Entretanto, questiono: quais territorialidades e temporalidades foram consultadas para a pertinência destes marcos?

No Brasil, de modo geral, ficou quase institucionalizado na historiografia sobre os mundos do trabalho a padronização de modelos explicativos a partir das pesquisas que envolviam o Rio de Janeiro e São Paulo. O Sudeste, por assim dizer, tornou-se um retrato em menor escala do Brasil. Desde as explicações sobre as resistências de trabalhadores

---

<sup>45</sup> Recentemente defendi, ao lado de Micaele Scherr, o conceito de metamorfose no movimento sindical brasileiro. O fato de não existir uma ruptura, mas graduais mudanças, envolvendo até mesmo as aulas ministradas pelos “velhos” mencionadas acima, nos indicam que, pelo menos em Novo Hamburgo, houve um processo menos violento de transição do velho para o novo do que a bibliografia consultada costuma contar. Ver Luciano e Scheer (2017).

escravizados até as grandes greves de trabalhadores livres - para ficar nesta seara - por muitos anos a história do Brasil foi a história do Sudeste<sup>46</sup>.

A reflexão que proponho aqui se insere, justamente, nesse terreno: quando são pensados os marcos do novo sindicalismo brasileiro, são levadas em consideração as diferentes espacialidades e temporalidades desse movimento, como é o caso de Novo Hamburgo no início da década de 1980? Em 1984, quando Cláudio iniciou sua vida sindical propriamente dita, como delegado sindical, os modelos de ação eram os mesmos que os de 1968 - mudaram as regras, mas o jogo era o mesmo, jogado pelos mesmos atores, vencido pelos mesmos vencedores. Proponho, portanto, contribuir para a discussão sobre os marcos cronológicos do “novo” sindicalismo também para que se repense, obviamente, as balizas temporais do “velho” sindicalismo, e como ele influenciou e foi influenciado nessa harmonia difusa e conturbada que se ouviu na metamorfose de um para o outro.

Uma outra importante reflexão se dá ainda na direção da fala de Cláudio: a desconfiança com que Orlando Müller e Édson Mattos olharam para o guarda-pó do novo delegado sindical. Para além de uma narrativa cheia de símbolos, desejo me fixar na materialidade dessa imagem e pensar como a presença de um possível “infiltrado” dos patrões incomodou os velhos sindicalistas.

Quando da entrevista já citada de Gilnei, o depoente passou levemente por este assunto, dizendo que “em 83 houve uma tentativa dos patrões tomarem o sindicato”. Tal tentativa, por si só, já tensiona a própria tese exposta pelo entrevistado. Mas, ao mesmo tempo, articulada com a fala de Cláudio, e ao fato de que ele deveria provar que não estava ligado aos patrões da sua empresa, se torna reveladora do conflito entre o sindicato e a burguesia local. Até aquele momento o sindicato tinha proximidade com os patrões, mas, ao mesmo tempo, jogava um dúbio jogo no interior do regime ditatorial. Se, por um lado, muitas das matérias veiculadas no *Jornal NH* expressam o papel pacificador e conciliador de classes do Sindicato entre 1974 e 1979, como disse Gilnei, por outro, com base em sutis evidências, encontramos uma outra face de Orlando Muller e sua turma: um grupo que, para além de todas as suas credenciais políticas, vivia num entre-mundos e não conseguia, ou não queria, se posicionar em nenhuma das laterais.

Como vimos, há ênfases diferentes entre as três narrativas. Ao mesmo tempo em que ouvimos dos depoentes que o sindicato era “pequeno”, sabemos que o seu aparato assistencial era grande; ao mesmo tempo em que era “parado”, conseguia realizar ações de proteção aos

---

<sup>46</sup> Muito importante é a argumentação de Petersen (1997; 2009) neste sentido. Ressalto que esta pesquisa derivou, em grande medida, das ponderações da autora sobre a necessidade de estudos descentralizados do movimento operário brasileiro.

direitos trabalhistas, como na questão da igualdade salarial entre adultos e crianças; ao mesmo tempo em que era “ligado aos patrões”, se mostrava cuidadoso para que esses não tomassem o sindicato e acabassem com os direitos conquistados. Numa clara demonstração de que conhecia o jogo político então travado, o Sindicato dos Sapateiros encontrava, dentro dos rígidos limites impostos pela ditadura, possibilidades de atuação sindical.

Ainda assim, numa também clara demonstração de como a memória é enquadrada socialmente, por diferentes sujeitos e grupos - em sua maioria dominantes, como os grupos ligados à CUT foram no âmbito sindical por muitos anos -, percebemos que as imagens que chegavam aos militantes sindicais “novos” de Novo Hamburgo e que diziam respeito aos “velhos” sindicalistas do ABC, por exemplo, influenciaram na configuração daquilo que eles rememoram hoje. Num nível mais profundo de análise, correndo o risco de resvalar em terrenos pouco trabalhados aqui, ousou dizer que tais enquadramentos foram fundantes da própria identidade social do novo sindicalismo hamburguense. As ações do movimento operário durante a década de 1970 e início dos anos de 1980 em Novo Hamburgo, ainda que em menor escala se comparadas às ações em períodos democráticos, propuseram melhorias em algumas áreas, como na habitação, e em direitos fundamentais que não foram cumpridos desde a CLT varguista. No entanto, a fala de Lula e do novo sindicalismo do Sudeste penetrou a memória dos nossos entrevistados: os novos sindicalistas de Novo Hamburgo, como os seus companheiros de diversas localidades brasileiras, tiveram sua memória enquadrada “por tabela” pelo sindicalismo de outras regiões do país, em especial, do ABC paulista.

Esta “memória por tabela” (Pollak, 1992) construiu na identidade social do novo sindicalismo hamburguense um perfil simplificado do velho sindicalismo: estático, pouco atuante ou mesmo inexistente. No entanto, ao contrário do que possa parecer, isso não é apenas fruto de uma ação metodicamente pensada, arquitetada nos porões do sindicalismo para deslegitimar os predecessores e inédita na política sindical. Ao contrário, isto é algo comum no âmbito do movimento operário. Como acentua Paul Thompson (1998), ao tratar da história oral e do movimento operário, a tentativa de reafirmar-se como combativo faz com que os sindicatos menosprezem as direções passadas, que não representam a sua visão de mundo.

Recuperando as entrevistas de um dos grandes líderes do movimento do ABC nos anos finais da década de 1970, à época presidente do sindicato de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio “Lula” da Silva, percebemos um pouco da origem dessa memória enquadrada. Em uma delas, ele afirmou: “Não vivi bem a época do João Goulart, mas acho que ele ouvia muito dirigente sindical de gabinete, sem base popular”. Quanto à sua percepção acerca do movimento operário pré-64, avaliava que esse não conseguiu realizar grandes feitos para os

trabalhadores, “talvez porque os interesses maiores não fossem os da classe trabalhadora” (SILVA apud SANTANA, 1998, p. 31). Mesmo sem saber, naquele momento Lula enquadrava, com o auxílio de sociólogos e cientistas políticos, um sindicalismo que deveria ter seu fim decretado, para que um novo nascesse. Tais percepções tiveram seus reflexos ao sul do Brasil e, mais tarde, o novo sindicalismo de Novo Hamburgo tratou de solidificar sua identidade com base em tais ideias, fazendo com que os velhos nascessem por aqui também.

Atento, por fim, para o fato de que os enquadramentos da memória são construídos em consonância com alguma materialidade (POLLAK, 1989); essa, por sua vez, também encontrada na bibliografia específica. Por isso, uma análise sobre o nascimento da noção de velho sindicalismo estaria incompleta caso eu não propusesse uma leitura também da literatura que ajudou a construir essa ideia, a qual, reafirmo, menos tem a ver com geração, enquanto recorte cronológico rígido, do que com identidade social.

## 2.2 O “velho” e o “novo”: uma breve análise bibliográfica

No entanto, sabemos que o chamado “novo sindicalismo” não surgiu da noite para o dia, foi, de fato, resultado de uma luta silenciosa e de uma resistência cotidiana travada no espaço fabril, nos locais de trabalho e moradia, frequentemente às margens dos sindicatos, nas franjas da repressão<sup>47</sup>.

A esta altura já é possível defender, assim como fez Mattos (1988), que o “novo” sindicalismo se consolidou como movimento social em contraste a um velho modelo sindical, que, naquele período, não mais atenderia aos interesses da classe trabalhadora. Venho argumentando que este “velho” sindicalismo, na construção do novo, também se tornou um mito, soterrado por padrões generalizantes na tentativa – bem-sucedida - de promover o novo. Esse movimento não foi unicamente operário; contou com o apoio da intelectualidade de esquerda, naquele momento preocupada com os novos rumos que o país deveria tomar. Minha proposta é que vejamos alguns pontos que comprovam esse argumento.

Em 1952 Evaristo de Moraes Filho publicou “O problema do Sindicato Único no Brasil”. O texto destinava-se a debater o modelo sindical pós-30. De acordo com Gomes (2003, p.11), “a tese do livro [...] é de que o sindicato deve ser entendido como um grupo funcional

---

<sup>47</sup> Corrêa e Fontes (2016, p.138).

ou de interesse, espontâneo e derivado da moderna realidade socioeconômica, não precisando do Estado para se constituir e existir”. Sua crítica ao atrelamento dos sindicatos ao Estado foi impactante em muitos trabalhos, como a mesma autora relatou<sup>48</sup>. No entanto, o livro, que se tornou um marco nos estudos do Trabalho no Brasil, não foi reeditado por muitos anos. Somente em 1978 uma segunda edição da obra veio à luz. Pode-se imaginar várias razões que levaram a editora Alfa-ômega a reeditar o estudo clássico, mas é curioso que o questionamento do modelo de sindicato brasileiro tenha sido recuperado nessa época, justamente no momento de maior tensão do movimento operário desde o início da ditadura.

Em várias passagens do texto, Moraes Filho apresenta documentos comprovando a possibilidade da existência de um sindicalismo autônomo e discutindo as raízes dos sindicatos antes da Era Vargas. Para isso, o autor apoia-se na ideia de que, antes de um sindicato combativo, maduro e representativo da classe trabalhadora, outros tipos de organizações sindicais foram importantes. Em suas palavras:

A 5 de janeiro de 1907, pelo decreto nº 1.637, criavam-se as sociedades cooperativas e se estendia o direito de se associarem em sindicato todos os profissionais, inclusive os liberais. A rigor, com esses dois diplomas legais, iniciávamos ainda aquela fase por que passavam os sindicatos europeus um século atrás; a de *mera assistência* econômica aos seus associados. Não se tinha em vista, realmente, a criação de um espírito sindicalista, de resistência profissional e de argumentação de classe, e sim o de cooperação, de auxílio mútuo, de *assistência* (MORAES FILHO, 1978, p.186, grifos meus).

É nítida a entonação depreciativa do autor quanto ao caráter assistencial desta “pré-história” do sindicalismo brasileiro. A crítica a este tipo de interpretação não é nova<sup>49</sup>, portanto não me debruçarei extensamente sobre isso. Quero, contudo, chamar a atenção para o momento em que este texto foi relançado e como ele pode ter impactado a academia. Junto dele, outros trabalhos também tiveram este apelo depreciativo. Como retomaram Ladosky e Oliveira (2014, p.149):

Uma das mais influentes análises naquele momento foi formulada pelo cientista político Francisco Weffort, da USP, que viria a ser fundador e secretário geral do PT. A sua abordagem foi marcada pelo argumento de que teria havido uma ruptura entre, de um lado, o sindicalismo praticado de 1945 a 1964, sob a liderança do PCB e do PTB, por ele denominado de populista, e, de outro, uma nova perspectiva sindical esboçada com as greves operárias de Osasco e Contagem, em 1968, e consolidada com as greves operárias do ABC paulista, entre 1978 e 1980.

---

<sup>48</sup> Op.cit.

<sup>49</sup> Batalha (1997; 2000), por exemplo, tem se dedicado a repensar o papel das sociedades mutualistas no Brasil e como elas representam não uma pré-história do sindicato, mas sim entidades atuantes na construção da própria solidariedade de classe.

A referência à Weffort é significativa, visto sua posição acadêmica (professor de uma das maiores universidades do Brasil na década de 1970) e política (fundador do Partido dos Trabalhadores, partido esse que fora criado no seio do “novo sindicalismo”). É possível encontrar no trabalho de Weffort essa leitura do populismo e sua atuação no campo sindical. Nas palavras do autor:

O movimento sindical populista é fenômeno de formação recente na história brasileira. Só começa a tomar corpo em início dos anos 50 e só a partir da segunda metade desta década chega a definir-se plenamente. É a partir dos anos 50, portanto, que se podem perceber mais claramente suas características: no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas ‘organizações paralelas’, formadas por iniciativas da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros populistas fiéis à tradição de Vargas. O sindicalismo populista atingirá o ponto máximo de seu desenvolvimento nos anos 60 na linha de uma aproximação e subordinação crescentes ao regime populista (WEFFORT, 1972, p. 67).

Um movimento nacionalista, reformista e voltado à colaboração de classes: assim se definiu o sindicalismo populista, o qual, de acordo com o autor, passou a integrar as fileiras sindicais brasileiras a partir do retorno de Vargas ao poder em 1950. Além de rotular o movimento operário brasileiro como populista - termo que passou a ter forte teor depreciativo com o “novo” sindicalismo -, Weffort jogou a conta deste trabalho sobre as organizações de esquerda<sup>50</sup>. O excerto que a leitora e o leitor encontraram acima é de 1972. Ou seja, indício de que a discussão de como um movimento operário deveria ser já era pauta da intelectualidade bem antes da eclosão das greves do ABC.

Passado o calor das emoções do “novo sindicalismo”, alguns textos discutiram os avanços e continuidades do movimento operário, tendo como parâmetro o que consideravam ser o velho sindicalismo. De acordo com Oliveira (1987), por exemplo, o novo sindicalismo resgatou a classe operária da falta de ação política sindical em que essa mergulhou depois do golpe. Nas palavras do autor:

As organizações sindicais, a partir de 1964, desprovidas de função política e de papel de negociadoras do trabalhador e moderadoras nos dissídios coletivos, passam a funcionar apenas como organismos assistenciais para aqueles associados. Sem força

---

<sup>50</sup> Vianna (1999) parte de uma perspectiva um pouco diferente, valorizando o papel do Partido Comunista antes de 1964, ainda que apontando para as dificuldades de atuação sindical no período. Santana (1998, p.24) afirmou que o próprio PCB “negava [o pré-64] como experiência positiva”. Ver também sobre o tema a análise de Ladovsky e Oliveira (2014).

sindical e sem direito à greve, o Executivo passa a ser então o único agente de decisão nas negociações trabalhadores-empregadores. Desta forma os salários são definidos pelo Estado até 78, quando surge o movimento grevista do ABC paulista (OLIVEIRA, 1987, p.25).

Em seu texto ainda permanece a ideia de “novo sindicalismo salvador da classe”, mas o autor agrega elementos novos que também foram analisados por Sader (1991). Para Oliveira, aqueles movimentos de finais da década de 1970 foram forjados na luta da classe trabalhadora contra a burguesia, mas também contra o próprio Estado ditatorial. Segundo o autor:

[A classe] tem de enfrentar o Estado, na cidade, pela defesa de sua habitação, contra sua remoção ou seu afastamento para áreas afastadas do seu lugar de trabalho, por exemplo. Desta maneira, as reivindicações do movimento operário, a partir, por exemplo, da luta por melhores salários, vão-se associando às lutas por melhores condições de vida, pelo movimento feminino, pelo movimento de negros e, nesse processo, crescem as demandas de ordem política exigindo o direito de participar, formando uma massa crítica contra a falta de liberdade em geral, a censura à imprensa, a violência, a Lei de Segurança Nacional, ao mito do Brasil Grande (OLIVEIRA, 1987, p. 25).

A perspectiva de integração das lutas políticas é recorrente em seu texto. Percebemos que, com o estudo de Oliveira, uma análise mais abrangente começava a ser produzida. Vivíamos, naquele período, uma era em que experiências de diversas ordens, concebidas por variados agentes políticos, se encontravam e se articulavam: a segunda onda do feminismo tinha alçado voos importantes, o movimento negro se rearticulou, os movimentos de base na América Latina ganhavam mais força - os católicos principalmente, após o Concílio Vaticano II<sup>51</sup> - e o sindicalismo brasileiro dizia ter se transformado a partir da resistência de trabalhadores à ditadura. Parece interessante que o trabalho de Oliveira tenha pensado a resistência operária como uma parte de um todo. A partir das leituras realizadas para o presente estudo, constatei que Oliveira foi um dos primeiros sociólogos a realizarem esse tipo de análise, congregando os diferentes movimentos e apresentando uma perspectiva mais aberta, que supunha a conversão dos movimentos sociais para um eixo comum: a luta da classe trabalhadora.

Neste mesmo caminho, outro trabalho marcou o período. Falo de Sader (1991), em seu texto “Quando novos personagens entraram em cena”. Publicado originalmente em 1988, o estudo do sociólogo é feliz em captar a projeção de diferentes atores políticos na direção de um objetivo comum, a classe. Sua escrita é taxativa quanto à participação dos sindicatos na

---

<sup>51</sup> Convocado pelo papa João XXIII, em 1961, com o intuito de reformular algumas ações da Igreja. Tornou-se um marco para a teologia da libertação, que inspirou líderes católicos brasileiros na luta contra o regime civil-militar. Sader (1991) aponta para a relevância dessa articulação católica nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

ditadura: expressões como “humilhante insignificância dos sindicatos”<sup>52</sup> são recorrentes ao longo do livro, mas o que chama a atenção é a sensibilidade do autor em entender diferentes espacialidades e experiências de operários em distintas regiões do país.

Todavia, chamo a atenção para o seguinte trecho de Sader (1991, p. 36). Segundo o autor:

Eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem. Inclusive porque nem essa contestação era tão generalizada, nem a legitimação o havia sido. Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público. Ou seja, não apenas em comparação com os padrões do início da década, mas também - e sobretudo - com os de períodos históricos anteriores, o fim dos anos 70 assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos.

Reiteradamente o autor coloca a expressão “sujeito coletivo” em destaque, sugerindo que os movimentos de fins dos anos 70 foram responsáveis por trazer à tona aqueles e aquelas que até ali teriam sido invisibilizados pelo regime. Aproveito para apontar uma das hipóteses levantadas e defendidas pelo autor: teria sido por conta da experiência vivida pela classe trabalhadora nos períodos sombrios da ditadura que a nova configuração de classe se moldou<sup>53</sup>. Parece-me muito sadia a interpretação do autor, o que não descredibiliza nenhuma das anteriores. Gostaria de abordar isso com mais atenção, pois considero o assunto bastante delicado.

Ao escrever “Quando novos personagens entraram em cena”, Sader olhava para trás, refletia sobre as ações do movimento operário e de seus colegas intelectuais. Muito diferente, por exemplo, de Weffort, Vianna ou outros acadêmicos que construíram a imagem do “novo” e do “velho” sindicalismos ainda enquanto estavam no centro do debate, no olho do furacão! Há que se historicizar esta produção bibliográfica, exercitando uma certa empatia acadêmica com quem lutava contra um regime sangrento e autoritário. No entanto, compreender os motivos desta escrita não nos impede de revê-la. Alguns autores têm realizado este feito.

Vinte anos depois dos primeiros movimentos de massa, em São Bernardo do Campo e Diadema (SP), Marco Aurélio Santana (1998) escreveu um texto discutindo o debate entre o

---

<sup>52</sup> Idem, p.179.

<sup>53</sup> No próximo capítulo irei apresentar elementos que reforçam essa possibilidade de interpretação também para Novo Hamburgo. O crescimento descontrolado da cidade, as dificuldades financeiras pelas quais a classe passava, os índices inflacionários e a questão da moradia e saúde públicas serão abordadas sob ótica parecida com a de Sader, mas levando em conta as especificidades da região estudada.

novo e o velho sindicalismo. Apontando para os agentes políticos principais desse movimento, comentou:

Analisando o discurso dos atores envolvidos podemos verificar de que maneira, retórica ou concretamente, eles julgavam estar construindo um caminho alternativo, distinto em termos da história organizativa de sua classe. A estrutura sindical corporativa serviu como um dos elementos utilizados pelos novos para distinguir-se das práticas do passado e pode servir-nos de bom exemplo das representações que informavam a classificação que faziam sobre eles mesmos e acerca dos outros (SANTANA, 1998, p. 27).

Percebe-se aqui que o autor busca compreender como se davam as perspectivas de futuro para o movimento sindical, a partir das ações dos “novos”. Também retoma o argumento do modelo contrastivo do “novo” sindicalismo em relação ao “velho”. Mas Santana também elenca os pontos positivos dessas ações, dizendo que: “ao se identificar com o polo mais dinâmico da classe em seu movimento, o ‘Novo Sindicalismo’ deu uma grande contribuição no sentido de combater as políticas conservadoras e restritivas para o movimento sindical” (idem, p. 31).

Pensando em todas estas contribuições, já podemos perceber que a tensão entre o novo e o velho passou a ser encarada com mais complexidade ao longo do tempo. Nos anos recentes outros estudos, sobretudo de historiadores, vêm contribuindo para essa revisão nos marcos bibliográficos. Nesse sentido, Noronha e Ervolino (2014, p.89) argumentam que:

[...] os governos militares tiveram menos impactos desestabilizadores no sindicalismo brasileiro que seu oposto. Mais que isso, argumentamos que o então chamado “novo sindicalismo” do final dos anos 1970 foi inspirador do modus operandi que culminou na campanha das Diretas Já. A elite política assimilou e imitou o sindicalismo num projeto de mobilização social que culminou na campanha das diretas.

Parece-me seguro afirmar que o objetivo destes autores é relacionar o movimento operário e a história política mais ampla do Brasil. Sublinho este aspecto porque, assim como proponho refletir com meu estudo, a relação história dos mundos do trabalho e história política pode nos ajudar a entender um pouco mais da história de nossa nação. Assim como os autores acima entenderam que o novo sindicalismo inaugurou uma nova forma de reivindicação política, outros autores entenderam que o golpe de 1964 foi implantado, justamente, em reação à organização política da classe trabalhadora. Essa proposta, ainda que não seja tão recente, tem tomado novos rumos com trabalhos semelhantes. Também nessa seara Corrêa e Fontes (2016) muito contribuem. Os autores são categóricos ao afirmarem que:

[...] o golpe civil-militar de 1964 foi, sobretudo, uma reação à ação organizada dos trabalhadores urbanos e rurais, que se mobilizaram em massa pelas reformas de base. Os militares e seus aliados civis, em particular no mundo empresarial, queriam, em grande medida, impedir o avanço da tão temida “República Sindicalista” (CORRÊA; FONTES, 2016, p.134).

O estudo destes autores, juntamente com o já clássico texto de Mattos (1998), serviu de inspiração para a dissertação em andamento. A interpretação adotada por essas novas perspectivas de historiadores dos mundos do trabalho<sup>54</sup> é muito relevante para o campo da história, ao elencar a agência da classe trabalhadora como elemento central. Das críticas à historiografia que Corrêa e Fontes (idem, p.136) destacam, é justamente o “apagamento” da classe operária a que mais preocupa:

A literatura memorialística que emergiu com força no final dos anos 1970, durante a abertura política, reforçou um certo “apagamento” da presença dos trabalhadores na resistência ao regime militar, em particular entre o golpe e o ano de 1978. As greves dos metalúrgicos em Osasco e Contagem no ano de 1968 eram, em geral, vistas como exceções que comprovavam a regra (WEFFORT, 1972). O impacto das memórias de ativistas vinculados à luta armada foi predominante e ajudou a consolidar uma visão não só sobre o perfil típico dos opositores do regime (estudantes de classe média), mas também uma visão de desinteresse político, aquiescência e por vezes até de apoio ao regime, por parte dos trabalhadores.

Uma das características da resistência à ditadura civil-militar foi a participação de jovens de esquerda, sobretudo de classe média e universitários, algo que impactou a historiografia - haja vista a quantidade de produções historiográficas com esse tema. Por conta disso, e também do apelo político dos “novos sindicalistas”, a agência de trabalhadores/as durante o regime ditatorial foi diminuída, apagada dos livros de sociologia, ciência política e história.

Tomando por base as palavras de Corrêa e Fontes, sugiro ao leitor e à leitora que retomemos as falas dos três personagens do item anterior, neste mesmo capítulo: Cláudio, Betinho e Gilnei. O que pretendo demonstrar ao longo de meu estudo é que boa parte das lembranças que restaram aos “velhos” sindicalistas foram construídas com base na produção acadêmica e militante. É claro que não tentarei provar que todos os “velhos” eram pessoas engajadas na luta política, ou que buscavam o fim do regime, ou mesmo que se preocupavam com a classe. Meu recorte é muito específico: me preocupo em entender as contradições do Sindicato dos Sapateiros em Novo Hamburgo. Apenas ressalto que a imagem do sindicato padronizado por essa produção bibliográfica é responsável por elaborar “memórias por tabela”,

---

<sup>54</sup> Em que podem ser incluídos os exemplos de Speranza (2007;2012) e Negro (2001).

ou seja, memórias que em certo grau pertencem mais a lutas de outras regiões do país, mas que fazem parte da memória coletiva do movimento operário de Novo Hamburgo.

### **2.3 Sindicalistas e gerais: considerações sobre vidas e experiências**

Eu já disse pra vocês que sindicato não é esse prédio. Sindicato é cada um de vocês. Sindicato é cada um de vocês na rua. Sindicato é cada um de vocês onde vocês estiverem. Para se fazer um sócio do sindicato era obrigado a se prometer médico, dentista e colônia de férias. A partir de 1977 São Bernardo mudou. Para entrar de sócio do sindicato precisava ter um pouco de fibra e ter disposição de brigar. E aí as coisas começaram a mudar (SILVA apud ARAÚJO, 2011, p. 72).

Este capítulo inicial buscou entender como aconteceu o nascimento discursivo dos, assim denominados, “velhos sindicalistas”. É sempre bom lembrar que este nascimento não isenta as ações desempenhadas pelos operários que dirigiam os sindicatos nos anos 1970, mas que é parte de um enquadramento da memória que indica caminhos pelos quais devemos seguir ao analisarmos entrevistas e memórias de outros/as operários/as, desligados da direção sindical. Partindo das lembranças dos “novos sindicalistas” de Novo Hamburgo e de textos acadêmicos escritos no calor do fenômeno sindical dos anos 1970, foi minha intenção jogar luz nas possibilidades de outras interpretações sobre aquele fenômeno, conhecido como “novo sindicalismo”, para, também, entender como a categoria “velho” foi construída de forma dicotômica ao longo de tal processo. Gostaria de trazer agora, como encerramento do capítulo, uma história que não é minha, mas de Carlos Araújo (2011), em seu livro “Companheiros”.

Em 1966, o operário Sidnei Soares começou a trabalhar em uma empresa metalúrgica de Sorocaba/SP. Logo depois filiou-se ao sindicato de sua categoria. Em maio de 1969, o então jovem de 26 anos integrou a chapa eleita para o Sindicato dos Metalúrgicos da referida cidade, sendo a mesma nominata reeleita em 1972. Em 1975, Sidnei concorreu a presidente e venceu.

Em entrevista concedida a Carlos Araújo em 2009, Sidnei afirmou que sua “ideia [era] trazer jovens para o sindicato” (idem, p.65). A ideia deu certo, mas, para desespero do grupo sindical da situação, os “jovens” organizaram uma chapa de oposição, que perdeu a eleição seguinte, porém continuou na disputa do movimento operário, acusando a situação de “pelega”. O líder da oposição, Juscelino Araújo Silva, ao não desistir da luta sindical e da tentativa de derrubar Sidnei, “intensificou as relações com os companheiros que se identificavam com suas

ideias nas fábricas. Agregou novos nomes ao grupo. Fez cursos de sindicalismo<sup>55</sup>. Pesquisou e leu muito sobre a realidade brasileira e internacional”<sup>56</sup>.

Araújo conta que, depois de tantas greves que incendiaram o interior paulista, Sidnei foi enfraquecido no movimento. Segundo relatos de contemporâneos trazidos em seu livro, a possibilidade de proximidade com setores da burguesia e com o próprio regime (sugerida por meio de boatos em 1980) levou o seu nome a cair em descrédito. Em 1983, na eleição para o sindicato, Sidnei não concorreu, se apartando do movimento operário para nunca mais voltar.

Durante muitos anos Sidnei foi tratado e lembrado como traidor. Toda a sua trajetória no movimento sindical acabou marcada pela possibilidade de ter traído a categoria e a classe trabalhadora, aliando-se ao regime e aos patrões. Em depoimento, Sidnei comentou a questão:

Qual era a arma que tínhamos para falar não? Podíamos até falar não, mas isso significava negociar sozinho com os patrões. E as chances seriam as mesmas? Obviamente que não. A vontade seria parar tudo. Mas, e daí? A consciência da classe trabalhadora existente hoje não era a mesma daquela época. Numa assembleia convocada para discutir a pauta de reivindicação, sabe quantos trabalhadores apareciam? Trinta, quarenta, cinquenta, no máximo<sup>57</sup>.

Mais adiante, defendendo-se, afirmou:

Tantas coisas ruins que falaram de mim, mas meus filhos podem ter orgulho do pai que tem. Eu nunca manchei meu nome em hipótese alguma, embora tenha saído com nome de ladrão, de safado, de sem-vergonha, de pelego. Tanto ladrão que eu fui, que não conseguiram provar nada<sup>58</sup>.

Não falarei de metalúrgicos neste trabalho, tampouco das experiências de trabalhadores de Sorocaba. Tratei de apresentar brevemente a história de Sidnei, porque ela lembra, em muitos aspectos, a de Orlando Muller, presidente do STIC-NH nos anos 1970. Ainda assim, não quero que a leitora e o leitor pensem que realizo aqui uma ode a esta ou àquela corrente política sindical. No entanto, é impossível olhar para estas trajetórias de vida no movimento operário e passar indiferente.

Sidnei e Orlando foram homens que entraram para o trabalho industrial muito jovens, aos poucos integraram-se ao sindicato e chegaram à posição de presidentes. Ambos também conviveram com as acusações de não atender aos interesses da categoria. Sidnei abandonou

---

<sup>55</sup> Destaco a participação em cursos sindicais porque a prática se assemelha àquela abordada anteriormente neste capítulo, em que velhos sindicalistas ministravam cursos para os novos.

<sup>56</sup> Idem, p.70. Grifo meu.

<sup>57</sup> Soares apud Araújo (2011, p.102).

<sup>58</sup> Idem, p.104.

sua posição no sindicato em 1983. Orlando foi mais longe, chegando a 1984 ainda no poder, mas ambos permaneceram por 14 anos na direção de suas respectivas entidades - e foram acusados de “velhos” também por esse motivo. Sidnei, por estar vivo, pôde contar esta história a partir de sua perspectiva, defender-se das acusações e até propor novas interpretações. Neste estudo que realizo, tenho uma tarefa dupla: de um lado entender a relação de Orlando Muller e seus companheiros com o movimento operário e o restante da categoria, sem a presença desses personagens; de outro lado, analisar a lembrança de lutadores do “novo” sindicalismo que contribuíram para o estudo, fornecendo entrevistas.

No final da década de 1970, houve um fenômeno, para muitos, inimaginável. A figura de Luiz Inácio “Lula” da Silva, oriundo do seio da classe trabalhadora, liderando as maiores paralizações do período, em São Bernardo do Campo, foi marcante para a categoria e para a classe como um todo. Neste cenário, homens e mulheres que travavam batalhas não menos difíceis, comandando sindicatos de tradição, eram pressionados por, pelo menos, três lados: de um lado, a burguesia industrial, que exigia um aumento constante dos lucros; de outro, o regime que, vendo o “milagre” acabar e a sua legitimidade se esvaír, apostava nos “velhos” sindicalistas para que segurassem as massas nas fábricas; e, desde um terceiro lado, bastante diferenciado dos anteriores, havia uma leva de jovens sindicalistas (e outros nem tão jovens assim) exigindo mudanças. Como agir nessa situação?

Penso que ninguém desenha um trajeto de vida baseado em um caminho único. Assim como Velho (1999), entendo que para cada pessoa há um determinado número de possibilidades, e baseado nessas possibilidades é que os sujeitos tomam atitudes. Orlando, assim como Sidnei, teve oportunidades de se posicionar frente ao sistema e questionar a ordem vigente (conforme veremos adiante). Poderia ter abdicado da posição de presidente, poderia ter alterado o estatuto da entidade, poderia ter integrado os “novos”, poderia até ter chamado greves fortes e com peso político, entre outras possibilidades. Mas não o fez. Não o fez por que escolheu outros rumos, porque havia um projeto pessoal e político em jogo. Todavia, houve um trabalho intenso do “novo” sindicalismo que, para se consolidar como movimento hegemônico, construiu-se em oposição aos “velhos”, e buscou desestabilizar sua imagem frente à classe trabalhadora.

Os próximos capítulos também versam sobre essas possibilidades de atuação do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo em um cenário de grandes limitações impostas pela ditadura. Mas versam, especialmente, sobre como a agência da categoria dos sapateiros e das sapateiras foi fundamental como antítese a certas práticas sindicais dos anos de 1970. Começamos discutindo os significados do termo “sapateiro/a” para este trabalho.



### 3 DE QUEM FALAMOS QUANDO DIZEMOS “SAPATEIROS”?

Em uma mesa redonda ocorrida durante o V Seminário Internacional do Grupo Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH) em 2018<sup>59</sup>, a professora Wlamyra Albuquerque (UFBA) expressou uma preocupação com os estudos sobre trabalhadores/as na contemporaneidade. Sua fala manifestou certo descontentamento com algumas dissertações e teses que vêm sendo apresentadas, levando em consideração os pertencimentos de gênero, raça e classe apenas por uma questão “politicamente correta”. Noutros termos, a necessidade de inserir um ou outro parágrafo que indique uma tentativa de interseccionalidade apenas para “agradar” a banca examinadora não parece ter, em sua opinião, gerado bons frutos. Ao concordar com a ideia, trago para o presente estudo essa preocupação, alinhando-a a outra.

Quando iniciei meus estudos sobre os mundos do trabalho cometi um erro crasso: tomar o trabalhador como uma unidade a priori. “Meu” trabalhador era um homem, de meia idade, com roupas solapadas pelas atividades laborais e, como deve imaginar o/a leitor/a, branco e europeu.

Essa imagem do trabalhador europeu que me dominou por bastante tempo foi contrastada com discussões importantes para a análise que exponho aqui. Foi a partir de Garcia (1997), Scott (1998), Roedigher (2013), Nascimento (2016), dentre outros/as, que passei a delinear o perfil de um/a trabalhador/a “brasileiro/a”: um/a sujeito/a com certas práticas parecidas com todos/as os/as outros/as trabalhadores/as do mundo, mas com um perfil próprio, latino-americano, baseado em suas próprias trajetórias étnicas, conformações culturais e construções históricas. Aos poucos deixei minhas certezas e padrões de lado, e passei a duvidar mais das elaborações cristalizadas. Talvez por isso o título deste capítulo esteja em tom de questionamento; quero convidar a leitora e o leitor a também desconstruir um perfil de trabalhador europeu que, porventura, tenha sido formado, ainda mais considerando-se o mito do Rio Grande do Sul “europeu” construído ao longo do tempo por diversos agentes sociais, intelectuais e políticos<sup>60</sup>, e discutir um pouco as práticas, estratégias e, até mesmo, a aparência física dos/as sapateiros/as hamburguenses na segunda metade do século XX.

O objetivo deste capítulo é, portanto, compreender o perfil de sapateiros/as de Novo Hamburgo para, com isso, entender algumas das relações sociais de dominação e resistência

---

<sup>59</sup> Evento ocorrido em Porto Alegre, RS. A programação e alguns textos discutidos no encontro estão disponíveis em: <https://gtmundosdotrabalho.org>. Acesso em: 27/01/2019.

<sup>60</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos de Alves (2004) e Moreira (2012).

que travavam com setores da burguesia e com o Estado em sua instância municipal e com a instituição que deveria lhes representar enquanto órgão de classe, o sindicato. Tendo em vista esta preocupação central não seria possível deixar de lado as palavras mencionadas da professora Wlamyra Albuquerque supracitadas. Não pretendo “aplicar” conceitos como gênero e raça neste capítulo apenas por “aparência”, tampouco tenho a pretensão de desenvolver profundas discussões teóricas acerca das relações entre classe, raça e gênero no debate em que me insiro. Busco, portanto, me afastar do que Scott (1994) e Tilly (1994) disseram se tratar uma abordagem descritiva, que privilegie apenas o fato de que em determinado momento da história, onde antes supostamente só haviam homens brancos, agora há uma quantidade mais ou menos significativa de outros sujeitos, mas que não explicita “que diferença isso faz” na explicação histórica. Busco, portanto, explicar aos leitores e às leitoras “que diferença faz” tal inclusão, ou seja, mostrar que mulheres, brancas e negras, homens negros jovens e velhos fizeram parte do passado de modo significativo.

Dividi o capítulo em três partes: primeiro, apresentarei alguns personagens que compartilharam suas memórias para esta pesquisa, com a finalidade de compreender certas experiências individuais constituintes dos processos que serão abordados. Justifico a necessidade de ouvir as memórias destes indivíduos por várias questões. Como já fora apresentado na introdução desta dissertação, a relevância da História Oral para a pesquisa histórica transcende a mera “falta de fontes escritas”. Ouvir dos próprios agentes os processos e fenômenos que vivenciaram, as atitudes que tomaram, ou mesmo as agruras que tiveram de superar, acionam elementos que nenhuma outra fonte poderia fornecer. Mas essa justificativa soma-se à outra: a relação entre a parte e o todo.

Como este estudo preocupa-se em compor uma narrativa mais ou menos estruturada que explique a relação entre trabalhadores do calçado e a direção de seu sindicato em Novo Hamburgo, seria mais fácil supor que a análise se limitaria a uma história local. No entanto, deixo bastante claro ao longo destas páginas que estudar a localidade hamburguesa é mais do que recompor traços de um passado municipal. A partir de uma redução da escala de análise, intento mostrar que os relacionamentos entre a classe trabalhadora e seus representantes sindicais poderiam ser tensionados durante os anos 1970.

Nas reflexões do sociólogo Norbert Elias, nos deparamos com uma discussão importante para este nosso questionamento. O autor (1994, p.16) recupera um antigo exemplo da relação entre o indivíduo e sociedade a partir de Aristóteles. Segundo ele, “não se pode entender a estrutura da casa inteira pela contemplação isolada de cada uma das pedras que a

compõem”. Da mesma forma, são altos os riscos de não enxergarmos “a floresta por causa das árvores”. A preocupação que tenho aqui tem boa relação com este exemplo de Elias.

Quando convidei indivíduos para colaborarem com meu estudo e, a partir destes, construir uma narrativa que desse conta de abordar assuntos amplos e que dissesse respeito a elementos de toda uma sociedade, não os tomei como “tijolos” (a parte) que constituem uma casa (o todo), unidos com determinado “cimento”, já que “o que une os indivíduos não é cimento” (ELIAS, op.cit., p,20). A relação indivíduo-sociedade é compreendida de forma complexa e relacional.

A memória dos contemporâneos, que pode variar com base nas experiências distintas de cada pessoa, refere-se a um mesmo momento passado. E se os indivíduos fazem parte “de determinado lugar” e “não lhes é possível pular fora disso conforme sua veneta” (ELIAS, op.cit, 21), ou, como disse um famoso historiador, “da cultura de seu próprio tempo e de sua própria classe não se sai, a não ser para entrar no delírio e na falta de comunicação” (GINZBURG, 2006, p. 20), ouvir de pessoas que experimentaram estes processos e que, a partir deles, formularam opiniões e lembram dos acontecimentos a partir de suas leituras de mundo, muitas delas, resultados das próprias experiências de classe, é fundamental para este trabalho que estejam presentes aqui, com suas vozes - ou, pelo menos, com o que lhes é possível reproduzir a partir de minhas seleções.

Da mesma forma lembro de Thompson (1981) quando diz que tanto a biografia quanto qualquer outro tipo de escrito historiográfico que foque mais em um objeto do que em outro precisa ter em mente uma “lógica” - que ele chamou de “lógica da história”. Essa leva em consideração a amplitude do objeto, envolvido por relações globais e mergulhado em um panorama geral - é a parte que ajuda a explicar o todo.

Ou seja, não se trata aqui de apresentar personagens aleatórios em meio a milhares de trabalhadores que compunham a força de trabalho hamburguense naquele momento. Mas sim, de mostrar ao leitor e à leitora que estes indivíduos nos ajudarão a entender os processos a que me disponibilizei a analisar neste texto. Novamente recuperando Elias (op.cit.), a lógica de olhar a história “por cima” é chamada por este autor de “visão de aviador” - não porque se olha apenas para os *de cima* na história, senão porque olha os processos de modo amplo, distante, ainda que articulados. De outro modo, a “visão de nadador” corrobora uma perspectiva mais próxima dos sujeitos que fizeram o passado e agora podem trazer seu próprio olhar e sua memória sobre os eventos ocorridos. Entendo ser necessária uma articulação entre a visão do “aviador” e a do “nadador”, procurando articular as diferentes dimensões do passado.

Por esse motivo, depois de conhecermos os/as personagens, entraremos na segunda parte do capítulo, onde irei analisar dados numéricos que dizem respeito a quantificações de sapateiros/as com base em categorias classificatórias distintas. Se apresentar os personagens de modo individual nos indica uma relação entre indivíduo e sociedade mais nuançada e marcada por tensionamentos, parto do pressuposto de que olhar para um objeto com a visão do aviador é também uma forma de apontar para a complexidade do objeto. É desses números que, mesmo sendo homogeneizantes em alguma medida, partirão alguns elementos de discussão de que falamos quando dizemos “sapateiros” em Novo Hamburgo, a fim de mostrar uma certa multiplicidade.

No terceiro momento irei articular as fontes apresentadas, atendendo aos objetivos centrais do capítulo, quais sejam construir um perfil menos homogêneo do/a trabalhador/a do calçado em Novo Hamburgo e mostrar aos leitores e leitoras que havia espaços de resistência operária em outros âmbitos externos ao sindicato.

### **3.1 Narradores de suas próprias histórias: apresentando personagens**

O narrador é um mestre do ofício que conhece seu mister: ele tem o dom do conselho. A ele foi dado abranger uma vida inteira. Seu talento de narrar lhe vem da experiência: sua lição, ele extraiu da própria dor: sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo. Uma atmosfera sagrada circunda o narrador (BOSI, 1998, p.91).

Mais do que apenas referenciar os personagens e justificar suas participações na dissertação, esta sessão tem o objetivo de valorizar trajetórias e sua importância no espaço mais amplo de determinados processos. Isso não quer dizer que as entrevistas tenham sido realizadas com base nas trajetórias de vida, já que foram projetadas e executadas de modo temático<sup>61</sup>. Mas significa que me preocupo, como disse antes, em não homogeneizar o termo “sapateiros”, ou, de modo mais amplo, “operários” como uma categoria sociológica que não pensa, não faz escolhas, não acerta e erra, e que, por conta disso, não age sobre seus próprios “destinos”. A função desta seção, atrelada ao restante da dissertação, é a de mostrar ao leitor que “agência” não é um termo qualquer relacionado a um historiador famoso internacionalmente (E. P. Thompson), mas que é uma forma de enxergar as ações humanas frente aos desafios impostos à classe operária em Novo Hamburgo

Veremos que, apesar de focar as experiências individuais destes/as personagens, não proponho uma análise baseada no que Loriga (1998, p. 248) chamou de “paradoxo do

---

<sup>61</sup> Sobre as diferenças entre entrevistas “de trajetórias de vida” e “temáticas”, ver Alberti (2007).

sanduíche”<sup>62</sup> - uma camada de contexto seguida de uma camada de existência individual, terminando com mais um pouco de contexto. Minha proposta é, tão somente, “romper as homogeneidades aparentes (por exemplo a instituição, a comunidade ou o grupo social)” e me deter “na inércia e na ineficácia normativas, [e] também nas incoerências que existem entre as diferentes normas” (LORIGA, op.cit. p.249).

Partindo destes pressupostos, apresento os quatro personagens centrais do presente capítulo, que nos ajudarão a compreender as relações sociais de dominação e resistência travadas ao longo dos anos de 1970 em Novo Hamburgo.

### 3.1.1 O “Popular Nidi”

#### IMAGEM 1: ANTÔNIO “NIDI” PAZ



Fotografia: do autor (2018)

Meu nome é Antônio Salonides [...]. Até eu me casar eu era Antônio Salonides Paz, depois é [que] botei o “Nidi” no meio por causa das campanhas. Eu era o “Popular Nidi”, e o popular Nidi tinha muito mais penetração nas massas do que Antônio Salonides.

Encontrei Antônio Paz, “Nidi”, ao longo da pesquisa, imortalizado em uma foto bastante simbólica, que será apresentada no último capítulo. Em 1983, durante a visita de Luís Inácio Lula da Silva ao Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, este sujeito, oriundo politicamente do movimento popular, posou para uma fotografia ao lado do futuro presidente do Brasil (então líder do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista), junto às demais lideranças do “novo” e do “velho” sindicalismos hamburguenses. No momento em que vi a foto refleti sobre a possibilidade de entrevistá-lo para obter mais informações, sobretudo para que pudesse me indicar alguns nomes de sapateiros e sapateiras na sua região.

Qual não foi a minha surpresa ao descobrir que o homem ao lado de Lula foi, antes de líder do movimento popular hamburguense, membro da Juventude Operária Católica, flertou

---

<sup>62</sup> Em verdade a expressão original é de Charles Firth, historiador da guerra civil inglesa, mas que foi lembrado no referenciado texto, a fim de apontar para as discussões da relação entre indivíduo e sociedade.

com a célula local do Partido Comunista do Brasil, próximo ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e vereador eleito por dois mandatos (1976-1988). Essas informações me foram reveladas já na primeira conversa, em frente à sua casa no bairro Guarani, em Novo Hamburgo.

Das ironias cotidianas, resalto o fato de Nidi ser ainda o barbeiro “oficial” do pai de Gilnei (personagem do capítulo passado). Isso foi fundamental para que nosso encontro se realizasse. A mediação feita por Gilnei foi importante - segundo este me confessou em momento não registrado, Nidi teria se negado a fornecer outras entrevistas, e aceitou por se tratar de uma relação de confiança com o filho de seu antigo cliente. Não sei se é possível entender o motivo de tais silêncios, mas talvez possamos inferir que as dificuldades que o barbeiro passou em seu período como vereador do município, as pressões e as relações conflitantes que estabeleceu tenham lhe gerado uma espécie de memória traumática (POLLAK, 1989) a respeito de sua trajetória política.

Mesmo assim, surpreendeu-me o fato de um velho barbeiro, em princípio desligado das atividades políticas há muitos anos, silenciar sobre algumas questões - sobretudo no que diz respeito à sua relação com os “velhos” sindicalistas - mas sentir vontade de falar de um passado obscuro. A primeira lembrança que lhe veio à mente quando toquei no assunto “anos 70” foram as reuniões secretas no porão de sua casa. Ao longo de nossa conversa e, mais adiante, da entrevista que concedeu à pesquisa, Nidi fez questão de se mostrar um homem preocupado com o movimento popular e que tinha facilidade de “penetração nas massas” - como ele mesmo afirmou. O momento político que o país atravessava no período da entrevista pode ter lhe acionado lembranças de resistência à ambientes mais sombrios.

Conforme a primeira conversa acontecia e os nomes “Orlando Muller”, “Nelson Sá”, “Milton Rosa” e “Adalberto Martins” iam surgindo, percebi que Nidi era mais do que um barbeiro-vereador, era também um elo entre a memória coletiva do sindicalismo municipal e os “novos” movimentos sociais de Novo Hamburgo.

A noção de “novos movimentos sociais” requer tanto cuidado quanto a de “novo sindicalismo”. De acordo com levantamento de características dos novos movimentos sociais realizado por teóricos da sociologia e organizado por Perruso (2012, p.41-43), podemos dizer que essas seriam:

Defensores da ação direta [...] Reivindicativos em diversas questões (habitação, transportes públicos, saúde, creches) [...] Comunitaristas – no sentido genérico da construção de uma identidade local dos moradores pobres enquanto comunidade distinta da sociedade em geral – e igualitaristas [...]. Interclassistas [...]. Valorizadores das experiências cotidianas e vivência subjetiva das questões e problemas pertinentes

aos setores populares como fontes de reflexão, luta e autoconsciência da inserção individual e/ou coletiva de seus membros na sociedade. [...] Influenciados ideologicamente pelos diversos trabalhos pastorais [...]. Criadores de um novo espaço público para o exercício da cidadania e a luta por direitos.

Talvez seja necessário dizer que muitas dessas características são baseadas na mesma concepção relacional e contrastiva relacionada ao “novo” sindicalismo, analisada no primeiro capítulo desta dissertação. Portanto, ao dizer “novos movimentos sociais”, aplico o termo “novo” com o mesmo cuidado conceitual, dada a complexidade da noção.

Em todo o caso, estes novos movimentos sociais tiveram grande importância na construção de movimentações do sindicalismo que surgiu ao final dos anos de 1970. Por isso, Nidi foi entrevistado e sua participação neste trabalho é essencial.

Ele fez parte de um grupo de migrantes muito peculiar. No texto de Schneider (op.cit.), encontramos uma explicação para o aumento populacional de Novo Hamburgo na década de 1950, que motivou a instauração de novas relações inter-étnicas e tensionou a endogamia teuto-brasileira que existia na cidade até este período. Na narrativa do entrevistado, vislumbramos um choque étnico-racial entre descendentes e não-descendentes de alemães.

Natural de Santo Antônio da Patrulha/RS<sup>63</sup>, Nidi mudou-se para Novo Hamburgo ainda com quatro anos de idade, em 1942. De acordo com sua memória, e com as histórias familiares que ouviu, a mudança de cidade não foi fácil:

E aqui houve uma dificuldade pra entrar aqui. [...] O meu pai arrumou serviço aqui no Móveis [...]. [A] primeira dificuldade que nós encontramos: [o patrão teria perguntado ao pai:]

“O senhor fala alemão?”

“Não.”

“Mas o senhor tem os olhos azuis?!” - Ele [o patrão] coçou a cabeça e - “vamos fazer um teste, depende do seu teste”.

Aí botou as tábuas lá e madeira [...], porque meu pai tinha empresa lá em Santo Antônio, mas por causa da guerra o governo tomou dele algumas ferramentas, e foi por isso que nós viemos. Aí meu pai fez uma mesa, quatro cadeiras, tudo coladinho, não foi um prego. O “Alemão” olhou assim... gostou! [teria dito:]

“O senhor pode pegar [começar a trabalhar] amanhã!”.

A memória de Nidi lhe trouxe à tona uma história bem estruturada e organizada narrativamente. Este fato de sua formação me parece importante porque lhe ajuda a construir uma lógica causal, que teria indicado o “caminho” do movimento comunitário. Na história contada pelo entrevistado, seu pai não conseguiria emprego sem antes mostrar que sabia fazer

---

<sup>63</sup> Município do nordeste gaúcho, de origem açoriana, localizado a cerca de 96 quilômetros de Novo Hamburgo.

o trabalho, algo que, por dedução, não aconteceria caso fosse “alemão<sup>64</sup>”. A origem étnica do pai de Nidi já teria sido um impeditivo inicial para seu novo emprego, superado pelo fato de que seu trabalho era bom. O trabalho e a capacidade produtiva foram, portanto, de acordo com o seu entendimento, maiores do que a barreira étnica. É importante reafirmar que este fato aconteceu quando o depoente tinha apenas 4 anos de idade; noutros termos, a possibilidade dessa lembrança ser fruto de sua própria experiência é pequena, parecendo mais com uma memória “por tabela” (POLLAK, 1989), ou seja, uma história contada a ele por seu próprio pai, já falecido.

Se a valorização do trabalho na história de Nidi já teria sido o primeiro indício de sua construção ordenada do passado, a segunda pista nos permite entender outras questões. A sua história continua. Depois de ganhar o emprego e ouvir do novo patrão que poderia começar a trabalhar no dia seguinte, o pai teria respondido:

“Não, não, amanhã não dá, porque eu tenho minha família lá em Santo Antônio e tenho que buscar”.

“Buscar em Santo Antônio?” - *Bá*, naquele tempo era longe pra caramba. “Mas vale a pena, porque nós estamos trazendo mão de obra qualificada. Vale a pena” [teria respondido o patrão].

Daí [o patrão] falou com Alberto Severo, o prefeito da época<sup>65</sup>, e o Alberto Severo falou com o juiz pra, não só buscar, como também alojar. Daí o prefeito:

“Oh, tem o morro da África, mas os negão não vão deixar ele ficar lá. Depende da habilidade do Sebastião [pai de Nidi]”.

Então foi, o juiz ajudou, deslacrrou um salãozinho de baile [...] e explicou: “você vão morar lá no meio dos negrão”. E meu pai disse: “eu vou lá”. Chegou aqui e tinha uns negrinho que perguntaram:

“O senhor vai aonde?”

“Eu vou falar com um tal de Eusébio, que é o chefe do morro aí”.

“Ah, meu bisavô!”.

O negrinho de 15 anos mandou seguir, e ele chegou lá. Meu pai mostrou para ele [Eusébio] o papel do juiz. Aí o negrão olhou pra ele, chamou um guri pra ler, porque era analfabeto: “autorizado para Sebastião Paz”. O negrão deu uma baita de uma risada! O meu pai se assustou, achando que “está debochando de mim, vai me dar um pau agora!”. Mas não: porque o Eusébio era “Paz”. A coincidência. Eu comecei a escrever um livro: “a coincidência”, mas aí não deu, não tenho tempo pra nada.

A “coincidência” nos indica dois caminhos que podem ter influenciado em seu passado “posterior”. O primeiro deles é o fato de sua “penetração nas massas” ter supostamente uma origem familiar. A dificuldade de entrar na região do bairro África, que se devia, principalmente, à forte segregação racial existente em Novo Hamburgo naquele período (MAGALHÃES, 2017), fora superada pelo fato de que a coincidência do nome “Paz” permitiu

<sup>64</sup> Fazendo uso de uma concepção bastante comum na região, utilizo a palavra “alemão” para designar não apenas mulheres e homens nascidos na região europeia, mas também seus descendentes. A distinção entre o alemão nascido na Europa e o “brasileiro” está no uso das aspas.

<sup>65</sup> Prefeito de Novo Hamburgo durante o período de 1944 a 1946.

que Sebastião e Eusébio selassem a *paz* naquele local de conflito. Sabemos por meio de estudos como o de Magalhães (op.cit.) que o morro da África, referido pelo entrevistado, era o atual bairro Guarani, local em que Nidi vive até hoje. A autora (idem, p. 19) afirma que, “pelo menos desde 1927, uma consistente identidade municipal foi construída, tendo como base a etnicidade germânica”, e por conta disso, bairros como o África e o “Mistura” (atual Rio Branco) caracterizaram-se pela grande quantidade de habitantes negros e negras, concentrados em regiões isoladas, parte de um projeto de branqueamento do município a partir da exclusão racial. É relevante para a análise que justo nesse primeiro período de mudanças demográficas na cidade, os poderes público e privado tenham se organizado para romper certos padrões - ou mesmo, trazer soluções a curto prazo, para problemas de ordem habitacional. Se bem lembrarmos da fala de Nidi, “[o patrão] falou com Alberto Severo, [...] que falou com o juiz, pra alugar”. De acordo com a perspectiva do entrevistado, parte de sua auto-construção pessoal e política, poderíamos chamar essa “casualidade” (que relaciona a migração com a moradia e as mediações entre Estado e empresários) de “predisposição genética” à inserção em comunidades populares. Sebastião, que até “Paz” tinha no nome, teria repassado ao filho tal facilidade de inserir-se nas “massas”. Não é possível negar que estes eventos tenham acontecido, mas é importante frisar que a lembrança dos eventos, com o tom dado pelo entrevistado, iniciam uma afirmação de sua imagem como apaziguador de conflitos.

O entrevistado contou que seus estudos (primário e ginásio) foram realizados naquela comunidade, diferente de outros “alemães”, “[que] mandavam os filhos estudar lá em Hamburgo Velho [bairro tipicamente germânico da cidade], e estudemo aqui no meio dos nêgo”.

Não temos como saber se a vivência de Nidi “no meio dos nêgo” foi tão pacífica quanto a sua memória recorda. O próprio modo de dizer “estudemo aqui no meio dos nêgo” refere-se a uma diferenciação entre “nós” e “eles”, informando conflitos latentes. Ainda assim, a memória de Nidi utilizou-se destes mecanismos para compor um perfil de si integrado à comunidade - e não foi o único recurso. A escolha pela profissão de barbeiro também tem relação com esta auto-construção.

Ele teria escolhido a profissão porque “queria ficar no meio de agitação [...] Porque no barbeiro sai um freguês e entra outro”. Neste período, também estudava modelagem de calçados e trabalhava como sapateiro, mas nas horas vagas buscou a profissionalização no ramo em que segue até os dias atuais, com 80 anos de idade. Teremos mais contato com a trajetória política e social de Nidi ao longo do capítulo.

### 3.1.2 A costureira: “trabalho é meu nome”.

#### IMAGEM 2: ALBA KAYSER



Foto: do autor (2018)

Meu nome é Alba Kayzer, eu nasci em São José do Hortêncio, município do Caí, na época era, agora não é mais porque ... tenho 74 anos. Vim pra Novo Hamburgo com 7 anos de idade, quando meu pai comprou esse terreno aqui e a gente mudou pra cá, do Caí pra cá. Eu cresci aqui.

Alba Kayser nasceu em 1944, na região de São José do Hortêncio, antes pertencente ao município de São Sebastião do Caí<sup>66</sup>. Migrou para Novo Hamburgo com seus pais quando tinha 7 anos; a família buscou acolhimento na casa de um parente próximo, que já havia se mudado anos antes e que forneceu as bases para a consolidação dessa migração. Este dispositivo de “recepção” foi percebido em outra entrevista realizada para a pesquisa, mas também em outros trabalhos como o de Weber (2004) mostrando ser uma forma comum a processos migratórios internos. Seus pais trabalharam em uma olaria, próxima à sua casa - local onde vive até hoje.

Das várias questões a serem pontuadas em sua entrevista, e que pretendo analisar nas páginas que virão, a primeira a ser partilhada com a/o leitora/o é a desconfiança de Alba com minha entrevista. Isso teve interferência, sobretudo, na forma como a depoente narrou o que sua memória trouxe à tona.

A desconfiança de Alba era com o fato dessa entrevista poder gerar alguma produção publicitária para o Partido dos Trabalhadores, sendo que se tratava de um ano eleitoral. Terminada a entrevista, com o gravador já desligado, Alba confessou, um tanto sem jeito, sua desconfiança e pediu-me sinceridade ao transcrever suas palavras e ao analisar sua memória. Não foi à toa que esta desconfiança surgiu. A mediação travada para que esta entrevista acontecesse foi realizada por Betinho, nosso já conhecido personagem. Alba é tia de Betinho,

---

<sup>66</sup> Município gaúcho emancipado em 1875, caracteriza-se economicamente pela produção agrícola, reconhecido nacionalmente como a “Capital da Bergamota (tangerina)”. No início do século XIX, antes de sua emancipação, recebeu imigrantes portugueses e, mais tarde, algumas levas de famílias germânicas.

mas isso não significa que sua relação com o sindicato tenha sido próxima, ou mesmo que sua aproximação com o grupo cutista que dirige o sindicato desde 1986 seja fluída.

Costureira desde a adolescência, a sapateira ainda se mantém ativa no mundo do trabalho, preparando calçados em um ateliê improvisado que construiu em seu terreno. Dos pontos que mais chamaram a atenção no andamento de sua fala, o principal é o seu amor pela produção de calçado aliado à necessidade de afirmar o gosto pelo trabalho.

Magalhães (op. cit., p.80), referindo-se à formação da identidade hamburguense, chegou mesmo a afirmar que “a representação construída e reforçada no cotidiano, a partir de sua emancipação como município, respalda-se no ‘tripé’ trabalho, ordem e progresso”. Por isso não é de todo estranho que Alba precise reforçar o amor pelo trabalho.

Em sua entrevista, assim como em outras que realizei e que apresentarei adiante, a desconfiança com a pesquisa e sua relação com “sindicatos” foi recorrente. Em diferentes momentos, o sindicato apareceu como órgão importante, mas que não era ligado à vida cotidiana da depoente. Talvez de fato não o fosse, mas a agilidade narrativa em distanciar-se dele, enquanto órgão reivindicativo, revela a preocupação de Alba com a sua imagem, e sua autoconstrução de trabalhadora.

Quando me contou sobre as suas primeiras experiências laborais, Alba já começou a dar indícios dessa autoafirmação como amante do trabalho:

E aí eu estudei. Tem o [colégio] Caldas Júnior aqui, nem tinha, estavam construindo o colégio quando nós viemos, aí no ano seguinte abriu e eu entrei. Aí eu fiz 5 anos ali, fechei o primário, depois fui estudar no [colégio] Santa Catarina. Ganhei uma bolsa de estudos da prefeitura na época [...] [Eu] não lembro de onde nós vinha... entramos num atelier de costura que era daquela firma que é do Fredolino Hack, [...] enorme, - minha cunhada e minha irmã trabalharam anos ali,- eles tinham um atelier do lado da firma, e a gente entrou lá, pra conversar, porque a outra conhecia ela. Quando eu botei os olhos naquela mulher costurando aquele calçado, eu disse: “é isso aí que eu quero!”. Eu chutei o estudo pro alto - era pra ser professora, eu tava no Ginásio - não quis mais. E fui trabalhar no calçado, de costureira.

Sabemos que o universo de trabalhos para mulheres em finais da década de 1950 não era tão amplo e ser professora era uma das soluções para mulheres brancas que desejavam (ou precisavam) trabalhar. Em verdade o papel social de professora refletia, não apenas no Brasil, uma determinada profissão do universo feminino, associada ao universo materno (LOURO, 1997). De acordo com o trabalho de James (2004, p.299), na cidade de Berisso (Argentina) das décadas de 1940 e 1950, uma personagem importante de seu estudo teria se recusado a ministrar aulas, ainda que fosse “uma mulher inteligente”. Na narrativa de sua entrevistada, a proposta teria surgido quando de seu interesse pelos sindicatos. Um interlocutor então teria lhe dito:

“Porque não se envolve com escolas ou em alguma outra coisa, não em política, não em sindicatos? A senhora deveria deixar esse tipo de coisa para os homens. A senhora gosta de crianças, eu acho, porque não se dedica a escolas?”.

Em todo caso, tomadas estas informações de Alba como dados históricos mais ou menos precisos, ser professora poderia ter lhe rendido uma vida relativamente confortável. É claro que sua posição étnico-racial - branca, de origem germânica - lhe favorecia àquela época.

Este depoimento, que revela um sistema de produção comum ao período (fábrica + manufatura), também indica que algo influenciou Alba a “chutar o estudo pro alto” e a “ir trabalhar no calçado, de costureira”. Neste ponto, podemos assumir ao menos duas suposições razoavelmente críveis quanto a ela ter aberto mão dos estudos: a primeira, de que não se alinhava às normativas do magistério do período. Em diferentes momentos, a entrevistada disse ser “desconfiada” ou ainda, orgulhosa de “nunca [ter] baixado a cabeça pra patrão”, atitudes que poderiam estar em desacordo com a submissão feminina esperada. Todavia ao que tudo indica, não podemos descartar a ideia de que a narrativa dessa “opção” foi, no fim das contas, uma forma de dar sentido ao seu passado, legitimando uma escolha que a necessidade impôs. Como veremos nos exemplos de outros depoentes, largar os estudos para trabalhar no calçado não era uma atitude incomum no município estudado, tampouco no país das décadas de 1950 e 1960. É possível entender o peso que o trabalho tem em sua vida até hoje. Em suas palavras: “Como diz minha filha: trabalho é meu nome”.

A narrativa de Alba também se caracterizou como uma das histórias de vida mais atribuladas dentre as que tive acesso. Mulher e mãe de dois filhos (à época), cuidando de sua mãe doente, solteira e trabalhadora em tempo integral: algumas características de Alba nos apontam, em função dos papéis e hierarquias de gênero vigentes em nossa sociedade, para dificuldades superiores às aquelas que homens carregavam em situações semelhantes - se é que homens passavam por situações semelhantes! Por isso, em diversos momentos, a entrevista tornou-se emocionante, ao passo que, nesses instantes, a entrevistada terminava dizendo: “mas era muito bom naquela época”. Ecléa Bosi (op. cit., 480) justificou essa necessidade de enaltecimento do passado quando narrado por operários idosos como algo incorporado ao “sistema nervoso do trabalhador”, introjetado em sua sensibilidade. Ou seja: é investido em seu passado e em seu trabalho uma “carga de significação e de valor talvez mais forte do que a atribuída no tempo da ação. [...] A memória vem acompanhada de uma valorização do trabalho evocado e de uma [...] estranheza em face de certos costumes atuais”.

Como veremos ao longo das próximas páginas, ao passo que o trabalho se tornou central na narrativa de Alba, a tensão entre ela e o sindicato tomou um sentido ambíguo, que será

melhor exemplificado e explorado adiante. A mesma ambiguidade esteve presente na entrevista de nosso próximo personagem.

### 3.1.3 O “Sapateiro de Sangue”

#### IMAGEM 3: CELOMAR DA SILVA



Foto: do autor. 2018.

Eu sou nascido aqui, no bairro Primavera [Novo Hamburgo]. Filho de uma pessoa que trabalhou, quando veio para Novo Hamburgo, lá em mil novecentos e quarenta e um pouquinho, pra trabalhar com couro, já.

Homem, negro, de voz calma e jeito simpático, Celomar revelou ser uma pessoa espiritualizada e que encontra muitas das explicações de seu passado na esfera religiosa. Sempre referenciando “a Deus” e a sua “missão”, Celomar nos disse ser da religião nipônica Seicho No Ie<sup>67</sup>. Nosso encontro aconteceu na sede da Sociedade Cruzeiro do Sul, em Novo Hamburgo, clube social mais antigo da cidade, e palco de resistência negra da região<sup>68</sup>.

Ao contatá-lo pela primeira vez, por telefone, lhe expliquei o motivo da entrevista e os objetivos da pesquisa. Questionando sobre sua profissão, ele respondeu: “sou sapateiro”. A frase curta e simples me chamou a atenção. Como perceberá o/a leitora/a, o termo “sapateiro” não é utilizado por todas as pessoas que trabalham com calçado em Novo Hamburgo. Em entrevista com um dirigente do Sindicato dos Sapateiros, questionei-o sobre isso e ouvi que “as pessoas acham que são ‘passadoras de cola’ e não ‘sapateiras’”<sup>69</sup>. Noutros termos, é comum ouvir de sapateiros/as que são “preparadeiras”, “viradeiras” ou, ainda, de “serviços gerais”<sup>70</sup>.

<sup>67</sup> Fundada por Masaharu Taniguchi, em 1930. Sobre sua inserção no Brasil ver o sítio oficial: <http://www.sni.org.br>. Acesso em: 20/08/2018.

<sup>68</sup> Entrevista realizada em parceria com Micaele Scheer. Faço um agradecimento especial à Professora Doutora Magna Lima Magalhães por ter facilitado nosso contato com membros da entidade. Sobre a sociedade Cruzeiro do Sul, ver Magalhães (2017).

<sup>69</sup> Entrevista com Éderson Rodrigues, 2015.

<sup>70</sup> Na tabela posteriormente apresentada será possível perceber um alto índice de funcionários da categoria “serviços gerais”, à qual se ligam funções com menor necessidade de estudos.

Celomar me contou sobre sua infância difícil, quando teve que largar os estudos aos 11 anos para trabalhar em uma fábrica de sapato. No entanto, pertencente a uma última geração de aprendizes hamburguenses do calçado, ele lembrou que:

Então eu trabalhei na fábrica de calçados e, graças a Deus, nessa primeira empresa, eu tive a liberdade de ir aprendendo. Desde o sapato, desde o início dele, até deixar o sapato pronto. Então eu aprendi isso dentro, sem curso, apenas com profissionais mais antigos.

Sua estadia nesta empresa durou 10 anos e, ao que indica sua memória, o conhecimento da produção de calçado foi fruto do aprendizado com “profissionais mais antigos”. Ainda que atualmente lembre deste período como de aprendizado, o entrevistado avalia que, naquela época, após ter saído da empresa, “eu não queria voltar para a fábrica de sapato, eu queria alguma coisa melhor”. Por isso buscou formação, voltou a estudar e formou-se em “técnico de contabilidade”. Em sua entrevista, Celomar disse que, como naquele período não havia oportunidades de trabalho nesta área, - e ainda interfiro em sua memória, situando a posição racial do entrevistado, algo que pode ter influenciado em seu “fracasso” como técnico em contabilidade, trabalho relacionado a homens brancos - Celomar voltou para o calçado até conseguir o cargo de programador em uma empresa de exportação de sapatos.

Quero chamar a atenção do leitor e da leitora para o fato de que Celomar, reiteradamente, associava a lógica de suas conquistas profissionais com o mérito. Em poucos momentos o depoente ponderou sua posição na sociedade racista brasileira como elemento para debate. Antes, forneceu apontamentos para discussão que serão melhor aproveitados a seguir.

Filho de um trabalhador do ramo coureiro e de uma empregada doméstica, Celomar buscou definir sua trajetória de vida pelo caráter positivo e por suas conquistas. Não quis associar o trabalho de seu pai, por exemplo, com o grande número de negros que trabalhavam no couro, em Novo Hamburgo, já que se tratava de um trabalho pesado e sujo<sup>71</sup>, o que demarcava a posição social que sua cor de pele tinha naquela região. Falou muito pouco de sua mãe. Apenas referia-se a ela quando lembrava de uma de suas dicas: “aprendam a falar alemão”. Como veremos, Celomar aprendeu a falar o alemão alguns anos mais tarde, mesmo a contragosto. Casou-se com uma mulher de origem germânica, e saber falar alemão lhe rendeu bons frutos no campo das relações inter-étnicas. Celomar não era o único negro a falar alemão no Rio Grande do Sul, logicamente. Dentre outros, o trabalho de Schmidt (2002), voltado a um período histórico anterior, também aponta esse fenômeno ao tratar de Francisco Xavier da

---

<sup>71</sup> Sobre a relação entre os trabalhos pesados na cidade de Novo Hamburgo e o debate étnico, ver Nunes (op.cit.).

Costa, líder socialista porto-alegrense. Em ambos os casos a facilidade da comunicação ajudou na inserção social em ambientes teuto-brasileiros, ainda que com diferenças importantes. No caso de Xavier da Costa, o idioma germânico lhe favoreceu em virtude da construção de uma identidade política voltada aos interesses coletivos da classe. No caso de Celomar, esta inserção resultou em outros pontos positivos para o entrevistado, como veremos ao longo do capítulo.

Fazendo valer as opções de sua lembrança, e em respeito à sua atitude de compartilhar sua memória, me restrinjo a levantar alguns pontos que considero importantes a esta pesquisa, deixando de fora outros que foram expostos por seus silêncios enquanto falava. Entendo que algumas das memórias de Celomar, sobretudo em relação ao seu pertencimento racial, se situam no âmbito do que chamamos de “memórias traumáticas” (POLLAK, 1989), beirando ao indizível (PORTELLI, 2006; POLLAK, op.cit.). Por esse motivo, reitero total respeito ao que foi trazido por sua memória, assim como a de todos e todas entrevistados/as desta dissertação, o que não impede que tais lembranças sejam analisadas e discutidas sob o aporte teórico já apresentado anteriormente.

Desde a primeira ligação que fiz para Celomar, em que me disse ser um sapateiro, questionei-me quanto a este fato e quanto a sua importância para a dissertação. Hoje percebo que sua presença neste texto é essencial, por se tratar de um homem negro em terras teuto-brasileiras, mas também por ser um indivíduo que vivenciou a transição do modelo manufatureiro do trabalho para o industrial, passou por diferentes problemas no campo profissional e experimentou conflitos de classe e de raça no interior da classe trabalhadora hamburguense. Talvez o fato de negar incessantemente a existência destes conflitos também reforce a necessidade de sua entrevista ser elemento de análise.

#### *3.1.4. A filha de João e Maria: de empregada doméstica à sapateira*

#### **IMAGEM 4: ERONI GUILHERMINA MACHADO**



Foto: do autor (2018)

Daí nós viemos no trem. Duas malas. Ou três malas. Uma mala com uma roupa. Outra mala com uma roupa. Só o que nós trouxemos, mais nada. Deixemo tudo lá. Aqui começemo tudo de novo.

Natural de Cachoeira do Sul<sup>72</sup>, Eroni chegou a Novo Hamburgo no ano de 1976. Filha de um ex-militar de baixa patente e de uma “dona de casa”, João e Maria, a história de vida de Eroni é repleta de elementos comuns a mulheres pobres e brancas de meados do século XX. Com nove anos iniciou nos mundos do trabalho em Porto Alegre. Como empregada doméstica “ajudava” nos serviços da casa de sua patroa. Segundo a entrevistada: “eu fazia o serviço da casa, era todo comigo, e eu era uma criança. Daí eu tinha que fazer: lavar roupa, limpar casa, fazer café, lavar louça, essas coisas. Isso tudo era comigo”. Neste mesmo período, Eroni cursou o ensino primário na instituição franciscana de Porto Alegre “Chaves Barcellos”, possivelmente origem de sua fé católica.

Após “terminar os estudos” - que significava para a entrevistada concluir o quarto ano do ensino primário, equivalente hoje ao quinto ano do ensino fundamental - Eroni retornou à sua cidade natal, Cachoeira do Sul. Ali voltou a trabalhar como doméstica. Perguntada sobre as possibilidades de trabalho naquele município, a entrevistada disse-me:

É que lá não tem grandes [empregos]... Não tinha, ou tu trabalhava de doméstica ou tu trabalhava nas lavouras de arroz, e eu não ia trabalhar nas lavouras de arroz, [então] trabalhava de doméstica.

*Era muito pesado pra trabalhar com arroz?*

Não, é pesado e é... tem muita água. Tem muita água e tem muito aquelas pontas do... quando tu corta o arroz fica umas pontas. Aquilo ali machuca muito. Tem que saber, tem que ser... pra homem mesmo.

A inevitabilidade do serviço doméstico apresentou-se à memória de Eroni como elemento que a aproximou dos trabalhos com a casa, sobretudo por ser uma atividade considerada “feminina”, ao contrário do trabalho “masculino” que a entrevistada associou ao cultivo de arroz. Dessa forma podemos notar que a ideia de trabalhar em casa, seja com os serviços de manutenção do lar ou de outra espécie, foi construída pela memória da entrevistada como algo inerente ao gênero feminino e em acordo com uma cultura de gênero mais ampla. Mais adiante veremos que esta informação ajuda a própria entrevistada a construir-se como profissional.

---

<sup>72</sup> Município gaúcho emancipado em 1820, considerado como “Capital Nacional do Arroz”. Pertencente à região central do estado, a cidade localiza-se a 200 quilômetros de Porto Alegre.

Em 1968, após alguns anos de trabalho em Cachoeira do Sul, Eroni casou-se. Constituiu família, alugou casa, mas questões de saúde do marido lhe fizeram abandonar os projetos de vida que tinha estabelecido. Como seu companheiro trabalhava em um almoxarifado de fumo, um problema pulmonar decorrente da exposição ao produto consumiu sua saúde. De acordo com Eroni, o médico consultado teria lhe dito que, se não se afastasse do emprego, ele viria a falecer. A mulher, segundo seu depoimento, convenceu o esposo de que deveriam se mudar. Na perspectiva da entrevistada, as dificuldades locais para arrumar outro emprego poderiam lhe impor complicações para permanecer em Cachoeira do Sul, sendo que a “única” saída seria a mudança para uma cidade com maiores oportunidades.

Assim como ocorreu com Alba, anos antes, Eroni chegou a Novo Hamburgo já com uma “colocação”, como a entrevistada se referiu à habitação previamente arranjada por sua família. Seu irmão mais velho teria se mudado para a nova cidade anos antes, abrindo caminho para o restante da família – conforme vimos e ainda veremos, este não é um caso isolado.

Em Novo Hamburgo, Eroni teria trabalhado na empresa “Máquinas Enko”, metalúrgica próxima de sua nova residência. Mas que por questões de segurança de seus filhos, teria abandonado seu trabalho na firma. Nas palavras da entrevistada:

A Jaque [filha] era pequeninha, tinha 3 anos, o Eduardo [filho] tinha 6, não tinha onde deixar, aí quando eu consegui a creche, botei na creche, mas aí começou aquele problema, e eu comecei a ficar muito nervosa, muito apavorada, e não consegui mais, não consegui mais trabalhar. Cheguei no patrão e disse “quero, quero, parar, não quero mais trabalhar”. Aí ele queria saber porque, eu digo: “não dá pra deixar na creche, tá perigoso”. Porque eu chegava lá, a mulher dizia assim, a tia, professora, sei lá: “Ah, porque o tio veio buscar as crianças no colégio, e queria levar a Jaque”. Eu digo: “mas como? Ninguém leva, quem leva sou eu ou o pai. Não tem vó, não tem tio, não tem ninguém. É só nós que vamos buscar”. Chegava lá no outro dia: “ah, o tio queria levar”. Eu digo: “mas como?” Foram passear no centro: “ah mas tinha um tio que sentou no banco, disse que era tio dela e queria levar”. Eu digo “vocês tão doido, desse jeito eu não vou conseguir trabalhar”. Ah, não, eu cheguei lá e pedi minhas contas. Vão me roubar meus filhos e por causa de que? De um salário mínimo? Não. Aí parei de trabalhar, foi aí que eu parei.

O pedido de demissão de Eroni da metalúrgica ocorreu por conta de seu medo de ter seus filhos roubados. O perigo que a entrevistada narra, apesar de ser crível, não parece ter sido uma ação muito comentada à época. Os jornais nada dizem sobre roubos de crianças na segunda metade dos anos 1970, como se isso fosse um problema generalizado e comum ao período. Ainda assim, a lembrança de Eroni dá conta de elencar um cotidiano de pavor e medo por ter seus filhos roubados. Sua narrativa exemplificou este cotidiano com três situações diferentes em que “o tio” viria a sequestrar seus filhos, fingindo-se passar por um membro da família.

Esse motivo teria lhe impulsionado a pedir demissão da fábrica. Entretanto, outro ponto nos induz a pensar nas possibilidades para sanar este problema. A entrevistada conta que o próprio patrão lhe ofereceu outra creche para manter seu trabalho, mas mesmo assim, não houve acordo.

Ainda que aceitemos que o medo de Eroni em deixar os filhos para outras pessoas cuidarem seja o motivador de sua demissão, é interessante perceber como tal sentimento expressa o papel social que as mulheres tinham (e continuam a ter) nesse sistema de gênero: o de cuidadora, sobretudo das crianças. Mais tarde Eroni começou a trabalhar preparando calçados em casa, informalmente.

### **3.2. Memórias que apontam caminhos: por que estes/as personagens?**

Assim como Celomar passou a integrar a dissertação pelo fato de dizer-se “sapateiro” quando ninguém mais o disse, Alba tornou-se essencial, mostrando uma perspectiva feminina, de origem germânica, mas a partir de outra classe. Se, na introdução, compartilhei com os/as leitores meu incômodo em encontrar quase sempre a perspectiva germânica empresarial nas análises do trabalho em Novo Hamburgo, entendi ser necessária a participação de representantes germânicos da classe trabalhadora e suas visões de mundo quanto a estes processos industriais. Alba ajuda a demonstrar uma melodia menos homogênea da categoria de sapateiros deste município.

E dessa forma, resta-me argumentar que Nidi, mesmo não sendo sapateiro, tornou-se igualmente fundamental para a pesquisa. Em sua fala, o barbeiro articula uma série de conflitos vinculados aos problemas sociais pelos quais Novo Hamburgo passava; é em sua lembrança que questões sociais conferem a dimensão necessária da vida de um trabalhador, que tem sua centralidade, evidentemente, no trabalho (sobretudo industrial, nos anos 70), mas que não deixa de abarcar as lutas por habitação e vidas dignas. Afinal, abarcar os problemas de sapateiros/as fora das fábricas é, também, uma forma de mostrar que, quando dizemos “sapateiros”, não pensamos apenas em pessoas que vivem *para* o trabalho.

Nestes termos, a história contada por Eroni nos ajuda a entender o papel que mulheres tinham nessa sociedade, mesmo quando o trabalho formal não era central em suas vidas. A tentativa de distanciar-se deste tipo de trabalho, em virtude da segurança de seus filhos, tornou-a uma mulher para a qual a vida religiosa e a família importavam mais do que qualquer outro elemento. Sua entrevista nos permitirá discutir questões concernentes ao cotidiano destes/as trabalhadores/as e suas relações com outras instituições como, por exemplo, a Igreja.

O/A leitor/a mais questionador/a poderia perguntar sobre o porquê da escolha de personagens tão díspares, embora atrelados ao tema central, já que nenhum deles conviveu com os demais, nem fizeram parte de círculos sociais próximos. Respondo: minha proposta está justamente voltada a este objetivo. Com quatro personagens, de quatro bairros diferentes da mesma cidade, com quatro características distintas (visíveis e invisíveis), entendo ser possível compreender melhor as variadas experiências, pertencimentos e interdependências de indivíduos de uma mesma sociedade. Evoco novamente Elias (1994) para justificar a escolha por estes personagens e não outros (sem deixar de levar em conta, é claro, os limites impostos por uma dissertação de mestrado):

“Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que chamamos ‘sociedade’ (ELIAS, 1994, p.23)

Estes personagens escolhidos, “singulares” em suas narrativas, carregam em si uma gama intercambiável de projetos plurais, concretizados ou não em seus passados. Os projetos, como explicou Velho (1999), ainda que individuais, são interligados a outros projetos de outros indivíduos singulares, mas que, no todo, formam um campo de possibilidades que nos ajuda a compreender a sociedade de forma mais complexa. Noutras palavras: “Não se trata, pois, de colocar em relação dois planos independentes entre si, o individual e o social, tomados como entidades prontas e acabadas, mas de perceber suas tensões, interações e ajustes mútuos” (SCHMIDT, 2017 p.21).

Por isso, antes mesmo de me preocupar em analisar as entrevistas com base nos pressupostos teóricos e metodológicos referentes à memória - já apresentados -, busquei selecionar os/as entrevistados/as a fim de obter uma quantidade concisa, porém significativa em termos de experiências de vida, de lembranças que ajudem a compor uma narrativa sobre o passado a mais próxima possível da complexidade do real.

Como pode perceber o leitor e a leitora, as entrevistas foram selecionadas com base em uma preocupação geral. Ainda que cada entrevistado/a tenha sua particularidade integrada ao texto, a fim de mostrar as individualidades existentes, quero deixar claro que o elemento articulador de todas essas identidades e especificidades continua sendo o mesmo: o trabalho. Mesmo que saibamos que estes sujeitos não fazem parte da classe trabalhadora apenas porque “produzem”, quero mostrar que as diferentes formas de opressão, articuladas por um elemento

que abarcava todos os outros (o trabalho), gerou conflitos que resultaram em formas de resistência. O resultado destas últimas pôde ser sentido ainda no final da década de 1970. Mas não quero estragar todas as surpresas da narrativa. Passemos à próxima sessão.

### **3.3 Contando sapateiros/as, compreendendo vidas**

Durante as várias visitas que fiz ao STIC-NH, dediquei-me a levantar, cuidadosamente, uma quantia considerável de fichas de trabalhadores do calçado de Novo Hamburgo<sup>73</sup>, a fim de desenvolver um perfil numérico mais ou menos tangível de sapateiro/as da cidade entre os anos de 1974 e 1979. O método de amostragem realizado consistiu em: 1) selecionar aleatoriamente uma ficha por ano pesquisado em cada caixa, de um total de 30 caixas, sendo que o ano escolhido foi aquele de saída da empresa; 2) com o total de fichas, realizar uma sistematização de dados com base nos seguintes tópicos: geração, cargo/função, raça/etnia, gênero, procedência, status de sindicalização, matrimônio (todos com dados contidos na fonte); 3) a partir desse banco de dados, construir o perfil desejado e organizar graficamente as informações para melhor visualização do perfil médio de trabalhadores/as do calçado<sup>74</sup>.

Entendo que o método possa conter pontos duvidosos, como, por exemplo, o alcance desse material em termos de representação da totalidade da categoria. Todavia, mantive a metodologia no trabalho por alguns motivos. O primeiro deles é porque nos ajuda a perceber que, como já salientamos acima, também no recorte analisado, a classe operária não é branca e masculina em sua plenitude (como alguns autores já vêm chamando a atenção para outros contextos<sup>75</sup>). Segundo, porque, mesmo que não seja possível dentro dos limites de uma dissertação de mestrado - e talvez dos limites da historiografia como um todo - estabelecer a totalidade de trabalhadores de uma cidade em um determinado íterim, a metodologia aplicada a estes documentos nos permite partir de uma amostra que engloba trabalhadores de quase 20

---

<sup>73</sup> As fichas são provenientes de fábricas em que estes sujeitos trabalharam. Com o fechamento dos estabelecimentos, os documentos foram direcionados ao sindicato, a fim de que pudessem ser consultados pelos familiares em ocasiões necessárias.

<sup>74</sup> Reitero meus agradecimentos ao professor Alisson Droppa (UNICAMP) pelo auxílio com a metodologia aplicada a estes documentos. Sobre o método de amostragem utilizado aqui, ver os estudos de Campbell e Stanley (1966) e Cochran (1977).

<sup>75</sup> Roediger (op.cit), Nascimento (op.cit), Fraccaro (2016) e García (1997), entre outros(as).



podem nos ajudar a compreender certas dimensões que queremos examinar neste momento. Mais à frente irei desenvolver com mais vagar as justificativas para cada classificação ou marcador social abordado.

Desta coleta foram computadas 130 fichas de trabalhadores em Novo Hamburgo. Para que tenhamos a compreensão do que isso significa em uma dimensão mais geral, levemos em conta que o trabalho de Martins (2011) apontou a existência de diferentes estabelecimentos industriais, os quais tinham suas sedes em Novo Hamburgo, mas que ampliaram seus empreendimentos em filiais distribuídas nas proximidades. Por esse motivo, em algumas fichas foram encontradas fábricas com razão social de Novo Hamburgo, mas localizadas fisicamente em Montenegro, São Sebastião do Caí, São Leopoldo, Campo Bom, entre outras localidades.<sup>78</sup> Minha preocupação, para fins metodológicos, foi a de coletar apenas fichas referentes a trabalhadores/as de fábricas localizadas em Novo Hamburgo.

De acordo com alguns censos realizados à época, é possível perceber que o universo total de sapateiros/as variava de 13 mil operários em 1974, chegando a 14,6 mil em 1977, até atingir a marca de 18 mil em 1979<sup>79</sup>. Cotejando esses dados com os que serão apresentados mais à frente, percebemos que a população hamburguesa era formada por cerca de 100 mil habitantes<sup>80</sup>, ou seja, cerca de 20% das pessoas da cidade trabalhavam com calçado. Outras tantas mantinham relação indireta com esse ramo - falo não apenas de trabalhadores informais que não eram computados nestes censos industriais, mas também de comerciantes, operários da construção civil, etc. Como lembrou um sindicalista do período: “se a crise afeta o calçado, fatalmente estará afetando as demais classes”<sup>81</sup>, referindo-se à centralidade do trabalho com calçado no município.

A consideração demográfica aqui assume um importante papel: o de mostrar que neste complexo setor coureiro-calçadista conviveram milhares de trabalhadores com especificidades múltiplas. É impossível, já disse antes, tratar de cada uma delas. O que podemos fazer - e logo saberemos se houve sucesso ou não - é abordá-las de modo mais genérico do que a realidade exige, e menos genérico do que categorias sociológicas clássicas pressupunham.

Os resultados obtidos com este levantamento quantitativo foram esses:

---

<sup>78</sup> O mesmo texto de Martins (2011) ainda afirma que algumas empresas mantinham apenas o escritório em Novo Hamburgo, sendo que o setor produtivo desses estabelecimentos ficava fora do município.

<sup>79</sup> Censo Industrial dos anos 1974, 75, 76, 77, 78 e 79. Fonte: Associação de Comércio e Indústria - Novo Hamburgo (ACI-NH).

<sup>80</sup> Este número refere-se a uma média entre os anos de 1970 e 1980. Fonte: IBGE, Censo Municipal.

<sup>81</sup> Entrevista de Sebastião Ody, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo, ao jornal NH. *Jornal NH*, 16/08/1974, p. 12.

**TABELA 3: CARACTERÍSTICAS DOS (AS) TRABALHADORES (AS) DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM NOVO HAMBURGO ENTRE 1974 E 1979**

<b>GERAÇÃO:</b>	<b>Maiores de 30 anos:</b>	<b>Menores de 30 anos:</b>
	13 (10,4 %)	112 (89,6%)
<b>CARGO/FUNÇÃO:</b>	<b>Serviços Gerais:</b>	<b>Outros (específicos):</b>
	61 (48,8%)	64 (61,2%)
<b>ETNIA/RAÇA:</b>	<b>Negros:</b>	<b>Branco:</b>
	29 (23,2%)	96 (76,8%)
<b>GÊNERO:</b>	<b>Mulheres:</b>	<b>Homens:</b>
	49 (39,2%)	76 (60,8%)
<b>PROCEDÊNCIA:</b>	<b>Novo Hamburgo:</b>	<b>Outros:</b>
	34 (27%)	91 (72,8%)
<b>SINDICALIZAÇÃO:</b>	<b>Sim:</b>	<b>Não:</b>
	24 (19,2%)	101 (80,8%)

Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de Novo Hamburgo, elaborado pelo autor.

O que os números mostram, portanto, é uma amplitude de pertencimentos identitários, os quais serão abordados ao longo do capítulo e, de certo modo, de todo o restante da dissertação. Foco agora em explicar alguns dos pressupostos que me levaram a construir as classificações contabilizadas na tabela, examinando, sobretudo, estes marcadores sociais individualmente.

A noção de geração é importante para a análise que desenvolvo aqui. Desde o título até a última página do trabalho, o conceito de geração perpassa a dissertação. Por isso a necessidade de examiná-lo com mais atenção. Considero geração como algo construído socialmente, e não

pertencente a uma esfera natural da vida humana. Como abordou Schmidt (2017), para alguns a geração pode identificar um grupo com marcas culturais próximas, para outros, um grupo que nasceu em períodos cronológicos aproximados, ou ainda sujeitos que se identificam com eventos comuns. Por esse motivo, a geração é estabelecida como um divisor, uma fronteira entre este ou aquele grupo. Sendo fronteira, não pode ser considerada “natural” (BOURDIEU, 1989). Talvez esteja aí o problema de lidar com tal conceituação, dada sua abrangência e maleabilidade; afinal, a depender do período e da sociedade analisada, a geração pode assumir diferentes concepções.

De fato, ao lidar com este conceito envolvo-me em um duplo perigo, que Sirinelli (2006, p.132) definiu como “a banalidade e a generalidade do propósito”. Se, por um lado, considerar que a “faixa etária” de determinados sujeitos se insere em uma essência da própria humanidade, e, por isso, não é nada além de banal, por outro, a noção de geração pode se constituir em um termo raso, que nada ajuda nas análises propostas. Neste caso, tentando me afastar destes perigos, assumo a geração como uma noção que indica identidade do grupo frente a outro baseado nas variadas “engrenagens do tempo”, que transcende a mera sucessão etária, mas que se aporta em uma “escala móvel no tempo”, definindo-se na medida em que os sujeitos envolvidos fornecem pistas de elementos comuns, como um “acontecimento inaugurador” (SIRINELLI, op. cit., p.135-7).

A partir disso, ao analisar um grupo específico como o dos sapateiros/as de Novo Hamburgo, alguns acontecimentos inauguradores poderão ser percebidos ao longo da dissertação, os quais marcam pontos de convergência na construção identitária de certas gerações. Por mais que a pesquisa tenha se ancorado em um período curto, de 1974 a 1979, diferentes gerações poderão ser compreendidas em seu interior. Se observarmos o capítulo anterior, por exemplo, percebemos que a geração de sindicalistas cutistas se constituiu ao redor dos acontecimentos dos anos 1980, sobretudo da tomada do STIC-NH em 1986; se acompanharmos os próximos capítulos, veremos que para os/as sapateiros/as alguns eventos distinguem gerações: as migrações dos anos 1970, o aumento da urbanização na cidade e a violência que acompanhou tal processo; a inauguração de um campeonato de futebol específico para operários, etc.

Na tabela acima, por se tratar de um levantamento quantitativo, lancei mão da faixa etária como marcador geracional, mas não sem levar em conta os pressupostos supracitados. Dessa forma constatei que 89% da mão de obra calçadista analisada na amostragem em Novo Hamburgo era composta por trabalhadores menores de 30 anos. Veremos, por exemplo, que a maior greve hamburguesa da década de 1970, ocorrida em 1979, constituiu-se

majoritariamente por mulheres e homens nessa faixa etária. Já tínhamos discutido o papel de adolescentes neste ambiente laboral no capítulo passado (a partir dos depoimentos de Cláudio e Betinho). Resta-nos então saber, entre outras questões, como estes sujeitos “novos” relacionavam-se com os “velhos”. Será que a presença de homens brancos e “velhos” na direção do sindicato era bem-vista por essa ampla maioria jovem-adulta, em um período de conflitos geracionais mundialmente notórios? Não é possível responder agora, mas adianto que esta discussão envolve a própria construção da imagem política do “velho” sindicalismo.

Assim como o conceito de geração, a categoria “gênero” é convidativa para uma certa dose de polêmica e discussão. Considerando o questionamento sobre a eficácia do conceito de gênero nos estudos da História Social, remeto aqui ao desacordo Scott-Tilly (a partir de textos publicados originalmente em 1988 e 1990, respectivamente), que pode colaborar no debate aqui esboçado.

Advogo uma compreensão de gênero presente tanto em Scott (1994) quanto em Tilly (1994) e que supera suas discordâncias. Na perspectiva da primeira autora, “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais” (SCOTT, op.cit., p.12). Inspirada no enfoque foucaultiano referente à relação entre “saber” e “poder”, a autora admite o conceito de gênero como “a organização social da diferença sexual” (SCOTT, op. cit., p. 13).

Ao concordar com a definição de gênero formulada pela socióloga Ann Oakley, Tilly (op.cit., p.42) disse ser gênero “um termo que remete à cultura: ele diz respeito à classificação social em 'masculino' e 'feminino’”. Tomando, grosso modo, as definições citadas, ficam pouco compreensíveis as diferenças existentes entre as autoras.

De fato, como salientou Varikas (1994, p. 74), o desacordo entre elas “está ligado às apostas teóricas que ultrapassam o simples âmbito da história das mulheres”. Nesses termos, não se trata apenas de discordar do conceito em si - como vimos acima, nem é possível dizer que ambas discordam da ideia da produção cultural das diferenças de gênero -, mas do modo como ele é compreendido dentro de estudos concretos. Enquanto que Scott propõe uma “desconstrução” das condições sociais que produzem as diferenças entre os sexos, resultantes das construções de gênero, Tilly não acredita ser possível construir a partir da desconstrução.

Retomo este fragmento de discussão apenas para deixar claro o que está sendo compreendido como gênero neste trabalho, qual seja a construção cultural formada nos processos históricos e nos meandros das relações humanas relativa à diferença entre os sexos. Por esse motivo inseri na tabela o termo “gênero” e não “sexo”, já que o segundo “é uma palavra que [apenas] faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas” (OAKLEY apud TILLY, op.cit., p.42).

Tendo isso por base, vale constatar que a tabela informa um número de quase 40% de mulheres trabalhando na indústria de calçados em Novo Hamburgo entre 1974 e 1979. De acordo com um levantamento mais amplo, que levava em consideração um universo muito maior de trabalhadores e, talvez, até mais preciso, o STIC-NH informou que, em 1979, havia uma proporção parecida: de um total de 20.694 trabalhadores, 45% eram mulheres (JORNAL NH, 25/10/1979, p. 7). As preocupações locais com a presença feminina aumentaram após a greve de 1979, que será melhor analisada no capítulo final. De todo o modo, na perspectiva do presidente do sindicato, Orlando Muller:

Com a necessidade de mão-de-obra nas empresas calçadistas, a partir da década de quarenta, a mulher passou a ter participação ativa dentro das empresas, ao lado do homem, aumentando a força propulsora de todo o progresso que contamos em nosso município. Desde então, a mulher operária passou a competir com a mão-de-obra do homem. Com seu trabalho passou a contribuir para o desenvolvimento da parte industrial do nosso município e ajudando o país a aumentar divisas com as exportações, apesar de auferir salários ínfimos. Hoje a mulher encontra-se em condição de igualdade, está no mesmo nível que o homem, competindo no mercado de trabalho. Assim também os menores estão dentro das indústrias fazendo fileiras com os demais trabalhadores sapateiros tentando forjar um futuro que às vezes torna-se incerto, levando em consideração a tenra idade<sup>82</sup>.

Sendo o contingente de trabalho no calçado hamburguense composto por mais de 40 por cento de mulheres, seria importante considerar a participação feminina no sindicato. Como apontou Fraccaro (2017), ao tratar da greve de 1917 em São Paulo, a presença de mulheres e de pautas políticas feministas faz parte da história do trabalho brasileira, mesmo que pouco estudada - o que, aliás, revela pouco interesse por parte dos historiadores, que durante muito tempo detiveram-se apenas nas representações sindicais para pensar os conflitos trabalhistas, quase sempre blindados por rituais de masculinidades, como apontou Silva (2006). Se retomarmos o capítulo anterior, veremos que a própria menção às mulheres por parte dos entrevistados passou quase despercebida. Mesmo quando elas dominavam certos segmentos políticos, como é o caso de “dona Maria” na fábrica Klaser, citada no capítulo anterior, suas ações não passariam de estratégias pouco valorizadas pelos que rememoram.

Não se trata, portanto, de encontrar mulheres onde antes “não havia”, mas de entender porque a diferença entre elas e os homens nessa sociedade implica espaços sociais e políticos diferentes (e hierarquizados) para cada sexo. Trata-se, por exemplo, de compreender porque Alba “nunca se interessou” pela política nacional, pelas greves do ABC ou pelos jogos de futebol depois de seu marido ter abandonado os filhos e se mudado, justamente, para São Paulo

---

<sup>82</sup> Idem.

– estado considerado distante no imaginário local e que, nas palavras da entrevistada, figura como um lugar inalcançável. Trata-se, igualmente, de entender porque Eroni raramente ia ao cinema e aos campos de futebol, já que precisava cuidar das crianças, enquanto seu marido frequentava estes espaços com certa regularidade. Quer-se, portanto, examinar os matizes culturais que influenciaram os papéis de gênero dentro das fábricas, e como estes papéis interferiram ou não nas relações estabelecidas entre homens e mulheres trabalhadores/as com a direção do sindicato, sobretudo em um período de tensionamento das relações sociais de gênero em diferentes países, inclusive no Brasil<sup>83</sup>.

A discussão sobre as relações de gênero nas fábricas é complexa e admite uma série de interpretações que guardo para oportunas inserções ao longo do trabalho. Tão importante quanto ela é a discussão sobre o conceito de raça.

Nascimento (2016) apontou dificuldades da historiografia quando o assunto é a relação entre os mundos do trabalho e a cor dos(as) trabalhadores(as). Sua crítica se fundamenta em certos aspectos do período pós-abolição, mas pode ser empregada para a conjuntura abordada aqui. Seja pela não atenção à cor destes trabalhadores ou pela falta de tato ao lidar com as questões raciais no Brasil, o autor afirma que, até pouco tempo, os estudos relativos aos mundos do trabalho pouco ou nada tocavam na questão da raça destes/as sujeitos/as. Como afirmei no início do presente capítulo, minha própria concepção de trabalhador antes de iniciar este estudo era marcada pelo que o autor critica em seu artigo. A ideia de um “trabalhador verdadeiro”, operário, branco, homem, heterossexual, de aparência europeia e ocidental, domina ainda, segundo Nascimento, parte significativa da historiografia sobre o operariado na Primeira República, mas vem sendo alterada, sobretudo no que diz respeito às pesquisas relativas à segunda metade do século XX.

Parte deste “paradigma da ausência” (NASCIMENTO, op. cit.) foi abordado por Guimarães (1999) ao tratar do estudo das relações raciais no Brasil, não apenas na historiografia, mas em diversas áreas das humanidades. De acordo com este autor, “para os brasileiros as raças não existem e [...] o que importa em termos de oportunidades de vida é a classe social” (GUIMARÃES, op. cit. p. 149). Concordo com Guimarães quando critica a noção de democracia racial no Brasil, discurso que predomina na defesa da “classe” como categoria analítica central e de maior importância.

---

<sup>83</sup> Refiro-me aos desdobramentos da “segunda onda feminista”, abordados, entre outras/os, por Fraser (2007; 2009).

Por esse motivo, também, preferi abordar a questão da raça como “entrada” para o perfil numérico dos(as) sapateiros(as) de Novo Hamburgo. A região do Vale do Rio dos Sinos, à qual a cidade em questão pertence geograficamente, foi alvo de uma tentativa de “harmonia racial” através de um discurso político, que, inclusive, buscava minimizar as atrocidades da escravidão naquela região. Nesse sentido, estudos como os de Alves (2004) e Moreira (2012) permitiram tensionar tal interpretação. O mesmo aconteceu com a já referida pesquisa de Magalhães (2017), que representa uma ruptura com o discurso de harmonia racial aparente do município de Novo Hamburgo. A imagem de um “município alemão”, predominantemente branco, de origem germânica, apaga, como disse Nunes (2009), todos(as) aqueles(as) que não se enquadram neste modelo.

Nesse mesmo sentido, indico, a partir do levantamento realizado, a presença de 23% de negros(as) nas fábricas hamburguesas, isso apenas com base no meu olhar, passível de muitas distorções e limitações, já que “raça”, mais do que um marcador físico rígido, é uma atribuição construída e disputada nas relações sociais com base em paradigmas culturais. Entendo todos os riscos que este tipo de análise pode trazer, e os assumo com total responsabilidade. Como não havia a necessidade de autodeclaração étnica nas fichas (o que possivelmente diminuiria ainda mais o número de “negros”), a definição de “negros” e “brancos” foi realizada com base nas fotografias presentes nestes documentos.

Muitos destes negros/as acabavam trabalhando em cargos denominados “serviços gerais”. Como os serviços prestados eram “gerais”, qualquer ação poderia ser considerada dentro deste cargo: passar cola, virar sapato, colocar os calçados nas caixas, varrer o chão, etc. Por conta das diferentes definições de cargos encontradas, abri uma nova entrada a ser analisada ao longo do trabalho.

“Cargo” ou “função” entraram na sistematização realizada pela influência que têm nas relações de produção das quais participam estes/as trabalhadores. Como veremos na narrativa de Celomar, a ascensão a cargos na empresa poderia ser vista como “mérito”, ou mesmo como “privilégio”. Tensionar tal discurso nos possibilita problematizar também os conflitos étnico-raciais que haviam na região, já que esses agiam também na esfera dos cargos atribuídos a brancos e negros dentro das fábricas. Outrossim, não se trata de encontrar aquilo que Hobsbawm (2005) chamou de “aristocratas do trabalho”, mas de entender as tensões existentes por trás das hierarquias existentes dentro das fábricas entre, por exemplo, realizadores de serviços gerais, cortadores, montadores, encarregados e contramestres. Da mesma forma, a proximidade de empregados com contramestres e gerentes, ou ainda, com patrões, pode ser tensionada com o uso desta classificação.

Se considerarmos os números, veremos que a função de “serviços gerais” era a mais presente em fábricas do município (48%). Uma das explicações para isso seria a pouca necessidade de formação e instrução educacional para ocupar esse cargo, possivelmente destinado a grupos provenientes da região agrária ou de bairros do município com baixos índices de escolaridade. Essa não diferenciação das funções “gerais” e a pouca escolaridade que elas demandavam ficam claras na fala de Orlando Müller, presidente do STIC-NH. De acordo com o periódico local, o sindicalista teria afirmado em 1976 que:

‘Quem quiser trabalhar na indústria de calçados é só dirigir-se ao sindicato, que nós o encaminharemos e distribuiremos de acordo com a zona onde a pessoa que quer se empregar mora. Não há necessidade de saber absolutamente. Só entra com o corpo e o resto o pessoal aprende, trabalhando’ (JORNAL NH, 12/03/1976, p. 11).

É claro que a distinção entre “especialistas” e operários que, por falta de instrução ou por quaisquer outros motivos, ocupavam os cargos denominados de “serviços gerais”, poderia acarretar *status* igualmente diferenciados. Como veremos no capítulo seguinte, um dos elementos que compunham as distinções entre funções atrelava-se à posição hierárquica nos campos de futebol. Mais do que isso, a condição financeira que separava certos(as) operários(as) de outros(as) contribuía para a construção de nichos dentro de uma única empresa, conforme apontou o já referido texto de Hobsbawm para o caso da Inglaterra no século XIX.

Nesse sentido, destaco o peso central que os “sapateiros” anteriores ao período industrial poderiam ter na Novo Hamburgo dos anos 1970, período de expansão fabril. Assim como o texto do historiador britânico mencionado acima mostrou ao estudar outro período e outro espaço, um dos condicionantes para a consolidação de níveis de status dentro de uma empresa era a condição de “artífice”, ou seja, pessoas que dominavam a técnica de produção anterior à introdução do modelo fabril ou das tecnologias industriais recentes. Com base nisso podemos encontrar os exemplos de Alba, Betinho e Celomar, pessoas que por sua formação como aprendizes do calçado não parecem ter tido problemas em conseguir emprego no município - o que também pode ter acarretado níveis de status diferenciados.

No decorrer da pesquisa, deparei-me com diferentes narrativas que apontavam para uma onda migratória de grandes proporções, tendo como ponto de convergência o município de Novo Hamburgo. Analisando os dados existentes no sindicato, percebi que tais narrativas condiziam com outras documentações. Além disso, a bibliografia corroborou a existência deste movimento. Nas fichas, o percentual de 72% de trabalhadores/as provenientes de outras regiões do país nos obriga a olhar com maior cuidado para a questão da migração e seus impactos nos mundos do trabalho na cidade durante os anos de 1970. É a partir desse ponto que argumento

sobre a existência de uma alteração na relação sindicato-categoria no período delimitado pela pesquisa. Portanto, a entrada “procedência” tem peso significativo neste capítulo e nesta dissertação como um todo. Do mesmo modo, a consideração de grupos sindicalizados é importante, não apenas para o capítulo, mas para o objetivo mais amplo da investigação.

Olhar para o papel da sindicalização na ditadura civil-militar sem historicizá-la, ou seja, sem diferenciá-la de outros períodos, pode ser um equívoco. Já ressaltéi em outro trabalho que a sindicalização nos anos de 1970 passou por um aumento significativo no Rio Grande do Sul, o que pode ser explicado, entre outros fatores, pela assistência à saúde que os sindicatos prestavam (LUCIANO, 2016). Talvez por esse motivo tenhamos uma contradição no fato de que, nas fichas, apenas 19% das pessoas consultadas disseram-se sindicalizadas - tentarei discutir isso com maior profundidade no último capítulo.

A listagem destas características feita acima não indica a ordem em que serão discutidas no capítulo. Ela aponta apenas para diferentes pertencimentos que formam um perfil amplo e multifacetado de sapateiros e sapateiras hamburguenses. Como perceberá o leitor e a leitora, tais pertencimentos articularam os conflitos de classe existentes no município, tornando-se gatilhos para a formação de grupos políticos e de organizações que tensionaram o poder do Sindicato dos Sapateiros na região.

Cabe destacar inicialmente o marcador que mais salta aos olhos quando olhamos para a cidade de Novo Hamburgo e sua origem: a questão étnico-racial.

### **3.4 A experiência operária em meio ao conflito étnico-racial**

Nesta memória de um mundo alemão não desaparecem apenas os negros, os índios, os descendentes de portugueses e espanhóis, também desaparecem os alemães pobres, os que precisaram migrar para outras colônias e outros estados, os que não foram bem-sucedidos com a industrialização da cidade. Há diferentes escalas e planos neste jogo de esquecimentos e lembranças que constituem as tramas da memória social, das memórias coletivas e das memórias individuais (NUNES, 2009, p. 154).

Novo Hamburgo foi emancipada em 1927, tendo sido seu primeiro prefeito Jacob Kroeff Neto (05/04/1927-05/07/1927). Desde sua aparição como município independente, os principais quadros políticos da cidade e alguns de seus intelectuais de destaque buscaram estabelecer uma definição de modernidade e, ao mesmo tempo, de identidade para os hamburguenses. Através de periódicos, cronistas narravam o nascer de um novo município

moderno na região, com ares europeus<sup>84</sup>. Esses jornais serviam como “instrumento voltado para a consolidação simbólica da nova ordem das coisas, como um organizador do imaginário local” (SCHEMES, et.al., 2013, p.37). A cidade que se projetava como uma “nova” Hamburgo (cidade localizada no Norte da atual Alemanha) crescia e buscava aliar-se a uma perspectiva moderna.

Neste cenário se solidificava a ideologia da relação entre o caráter positivo do trabalho e a condição, também positiva, da germanidade. Assim, o trabalho aparecia como elemento vital do progresso, e as classes, antes de serem percebidas como antagônicas ou dialéticas, eram vistas - e projetadas! - como complementares entre si. Talvez por esse motivo a ocorrência de greves tenha sido baixa ao longo do século XX em Novo Hamburgo. Essas ocorreram pontualmente no município e com pouca força - com exceção do movimento de 1946, que será abordado no último capítulo. Nesse sentido, o trabalho de Marcos Saul (1983, p.112) apontou a existência de 10 greves entre 1945 e 1963 na cidade, sendo apenas uma organizada pelo Sindicato dos Sapateiros com apoio da categoria (em 1955, por aumento salarial, envolvendo duas fábricas).

Novo Hamburgo foi alvo constante de um projeto de “conciliação de classes”, ou seja, de construção da ideia de que o trabalho é o elemento mais importante da vida e de que burgueses e proletários devem trabalhar juntos em busca do progresso. Não foi diferente do restante do país, como podemos constatar no discurso oficial de Vargas, e nem muito diferenciado de outros países, como foi o caso do peronismo argentino, só para ficar com alguns exemplos latino-americanos. Entretanto, em Novo Hamburgo, essa explicação tinha uma “criação mitológica” própria, que elencava um sujeito como pioneiro, digno de admiração: o sapateiro alemão.

A partir de 1824, com o desembarque dos primeiros imigrantes alemães na região do Vale do Rio dos Sinos, realizou-se um povoamento que resultou na especialização da indústria do couro e, mais adiante, na economia propriamente calçadista (SCHEMES, et. al. op.cit.). Alguns estudos argumentam que o trabalho com couro e a produção de calçados estão intimamente ligados desde suas experiências na região norte da atual Alemanha, ainda no século XVIII<sup>85</sup>. Esse ofício teria sido trazido pelos imigrantes, os quais, na atual Novo Hamburgo, prosperaram produzindo calçado e destacando-se neste ramo. O que a história

---

<sup>84</sup> O jornal “O 5 de Abril” era frequentemente utilizado para esta promoção. Schemes et al. (2013) já chamaram a atenção para isto. Sobre o papel dos cronistas neste projeto, ver Kuhn (2017) e Maroneze et.al. (2016).

<sup>85</sup> Hobsbawm e Scott (2000) argumentam que a Pomerânia e região fortificaram-se economicamente por conta da produção de calçados atrelada ao ramo coureiro. No caso hamburguense, a indústria do calçado era chamada de “setor coureiro-calçadista”.

comumente veiculada não conta é que boa parte da produção coureira que na Europa era realizada pelos próprios sapateiros brancos<sup>86</sup>, passou a ser feita por escravos negros no Brasil (MAGALHÃES, op. cit.).

Neste país, a marca do trabalho pesado, sujo, típico do curtimento de couro, não deveria ser associada ao projeto de embranquecimento populacional relacionado à colonização alemã. O distanciamento entre a curtição de couro e a produção de calçado parece ter gerado a primeira distinção étnico/racial importante na profissão.

Diante deste panorama, concordo com Nunes et al. (2013, p. 27) quando dizem que “a figura do alemão, portanto do trabalho livre, [...] serviu como alicerce às representações simbólicas de Novo Hamburgo como uma cidade ordeira, trabalhadora, que acorda cedo e que se dedica intensamente à ética do trabalho”. Como disse Alba, personagem desse capítulo: “Trabalho é meu nome”.

Desse modo, seria possível supor que os trabalhadores “menos esforçados” teriam menos acesso aos bens e a uma condição de vida melhor. O “mito do alemão trabalhador”, abordado por Magalhães (2017), Nunes et. al. (2013) e Schemes et. al. (2013), pode ser associado à própria noção de branco trabalhador. Nesse sentido, ambas as identidades se articulam numa região de colonização germânica.

O mesmo “alemão” que, por ser apto ao trabalho, mereceria ser o patrão, era delineado pela imprensa também como “operário”, ou seja, como um trabalhador comum que labutava lado a lado com seus empregados, situação típica das oficinas e manufaturas pré-capitalistas.

Esta narrativa calcada no “fetiche da igualdade” (SCHEMES et. al., op. cit. p. 46) se mostra bastante presente em diferentes veículos e locais do município. No caso das comemorações do 25 de Outubro (Dia do Sapateiro)<sup>87</sup>, por exemplo, encontrei algumas mensagens no *Jornal NH* semelhantes à reproduzida abaixo:

---

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> O dia 25 de outubro foi escolhido para ser o Dia do Sapateiro por conta do suposto aniversário dos santos cristãos Crispim e Crispiano, sapateiros perseguidos pelo império romano no Século III por pregarem o cristianismo. Ainda que não seja nacionalmente oficial, alguns municípios oficializaram a data através de leis municipais, como é o caso de Franca, (SP), em 1978, de acordo com Lei Municipal nº 2.551/1978. Novo Hamburgo não oficializou a data comemorativa.

## IMAGEM 6: HOMENAGEM AO SAPATEIRO



Fonte: *Jornal NH*, 25/10/1979, p. 15.

A imagem de um homem velho, solitário em seu local de trabalho, sentado em uma oficina particular, munido de ferramentas artesanais, remonta a um modelo, neste período (1979), já ultrapassado. O próprio texto abaixo da gravura diz: “Nossa homenagem aos industriais e industriários, que fazem do sapato motivo de trabalho diário, ontem de forma artesanal e hoje com avançadas técnicas [...]”. Porque, então, apresentar um homem velho e com aspecto europeu como o sapateiro da imagem acima, e não representar “industriais e industriários”, noutros termos, empresários e empregados?

O texto do cronista Parahim P. M. Lustosa pode nos ajudar a responder a esta pergunta. Às vésperas de ser revelado o projeto de construção do monumento ao sapateiro, que só veio a se concretizar em 1979, o jornalista que escrevia cotidianamente para o *Jornal NH* iniciava seu texto dizendo:

Hoje muita gente contempla a obra e o benefício do remendão que, com sua persistência, com sua arte e com um pedaço de couro, pôde construir pela sua comunidade e pela sua gente. Tanto cortou, tanto bateu, e tanto costurou, calejando seus dedos e suas mãos, que conseguiu levantar o Vale do Sapateiro e espalhar pelo mundo o fruto abençoado de seu trabalho (JORNAL NH, 30/01/1974, p.14).

O mito fundador do “alemão trabalhador” já está presente nas primeiras palavras do cronista. Aliado a isso, percebemos também a valorização do trabalho constante e disciplinado, “tanto cortou, tanto bateu, tanto costurou”, fazendo menção ao processo que vai desde o tratamento e corte do couro - como já vimos, realizados por escravos e, no pós-abolição,

continuado por negros livres - até o trabalho de costura – conforme veremos, normalmente executado pelas mulheres. O cronista continua e, mais adiante, diz:

Quem diria que o calejado homenzinho, remendão e sapateiro, sorridente e contador de estórias [...] vai erigir-se, segundo decisão do prefeito Miguel<sup>88</sup>, em monumento, onde este se erguerá para todo o sempre, iremos contemplar essa figurinha simpática do trabalhador anônimo, que fez do couro um objeto nacional e internacional. Quem diria que o valoroso sapateiro [...] transformasse-se em homem monumental, homem do trabalho criador e criativo, *industrial e empresário*, que no ‘cadinho’ do esforço fez a grandeza de muitos.

Rui Chaves talvez o mais sofisticado sapateiro que guardamos no vale, com orgulho inusitado, ao contemplar o futuro monumento do sapateiro, deixe-se cair uma lágrima e a ofereça à memória do velho e inesquecível artesão, mostrando que justamente ali, no suor daquele homem tão simples se encontre sua própria felicidade [...] Salve tu, sapateiro, meu irmão! (JORNAL NH. 30/01/1974, p.14, grifos meus).

Torna-se mais evidente agora a posição privilegiada do trabalhador alemão e, sobretudo, do empresário, no discurso oficial do município. Enquanto regozijava-se em pensar que a homenagem ao sapateiro seria a imagem bronzeada de um velho alemão (algo que, com o decorrer do projeto, foi alterado para um monumento mais abstrato e subjetivo<sup>89</sup>), Lustosa proferia palavras que nos ajudam a delinear os elementos chave de tal discurso. Nesse, o empresário do calçado da década de 1970, mais do que um “alemão”, seria a continuidade do projeto germânico do século passado e das antigas oficinas de remendões. Tal personagem, dotado dessa herança de aptidão ao serviço de sapateiro, teria herdado também os frutos da dor e dos sacrifícios de um povo que, no passado recente, havia feito do vale do Sinos o “Vale do Sapateiro”.

Portanto, nesse caso, ao contrário do que a representação utilizada pela empresa Mitsubishi na sua homenagem aos sapateiros sugere, a imagem do velho remendão não é associada a empresários e empregados, se não somente aos primeiros. Mas então, quem eram estes/as trabalhadores/as que se empregavam na indústria do calçado se não sapateiros/as?

Como afirmei antes, no levantamento quantitativo que realizei, percebi um alto índice de empregados do calçado com a função/cargo denominada de serviços gerais. A imagem do sapateiro alemão e remendão pode ter ajudado a distanciar a profissão de sapateiro dos próprios sapateiros “realmente existentes”, sendo que, a partir da década de 1970, milhares destes trabalhadores migraram de outras regiões - algumas também caracterizadas pela descendência

<sup>88</sup> Refere-se à Miguel Schmitz, prefeito de Novo Hamburgo eleito pela ARENA. Governou a cidade de 1973 até 1977, quando deixou de concorrer para assumir um cargo na administração do estado do Rio Grande do Sul.

<sup>89</sup> O projeto que, inicialmente, seria realizado por Frederico Scheffel, foi recusado por esse artista. O escultor que realizou o projeto final, existente até hoje na cidade, foi Flávio Scholles. Ver anexo III.

germânica, mas nem todas - para Novo Hamburgo, trabalhando nos referidos cargos de serviços gerais, cujas funções e experiências cotidianas estavam muito distantes da imagem consagrada pelo discurso oficial.

Comentei anteriormente que Celomar se definiu como sapateiro ainda no primeiro telefonema que lhe fiz e que, portanto, teria sido esse um dos motivos de maior insistência minha para realizar a entrevista. Mas o que parecia uma contradição à primeira vista - o fato de Celomar ser um homem negro em terras teuto-brasileiras e, ainda assim, dizer-se sapateiro - tornou-se um fator de análise importante a esta altura do texto.

Durante sua entrevista, o depoente disse frases como: “Eu sou sapateiro de sangue, não tenho curso e especialização, mas tenho curso de técnico em modelagem. [...] eu tenho [o conhecimento da produção de calçado] mas às vezes a gente quer se apoiar num diploma, né?”. Celomar falava de sua formação na área de modelagem calçadista e de como isso lhe abriu caminhos, e também apontava a necessidade de “se apoiar num diploma”. Noutros termos, é possível entender este momento por ele evocado como uma fase de transição na própria indústria do calçado, em que diferentes saberes - o prático e o teórico - se complementam, a fim de que o conhecimento tradicional de quem foi aprendiz e descobriu o mundo do trabalho com seu mestre seja transformado em um diploma. Mas isso nos induz a pensar noutro ponto.

Dizer-se sapateiro aqui, para Celomar, pode ser também uma forma de se afirmar como produtor do ramo calçadista tradicional e, portanto, anterior ao período de industrialização e racionalização do trabalho. Como o próprio entrevistado afirma: “Então eu trabalhei na fábrica de calçados e graças a Deus nessa primeira empresa, eu tive a liberdade de ir aprendendo. Desde o sapato, desde o início dele, até deixar o sapato pronto”. Celomar sabia fazer o calçado do início ao fim, era, portanto, um sapateiro. Isso pode ajudar a explicar a sua identidade profissional nesse contexto de fragmentação promovida pela “racionalização” do trabalho, e processos semelhantes poderiam ser encontrados em outros lugares do mundo. No entanto, outro ponto desta identidade chama a atenção, e esse tem muito mais a ver com a especificidade brasileira e, sobretudo, hamburguense.

Magalhães (2017) apresentou em sua tese o argumento de que, em Novo Hamburgo, a visibilidade negra foi reduzida ao limite possível; assim sendo, poucas seriam as formas existentes para que negros e negras se destacassem na sociedade. Espaços de resistência e sociabilidade foram criados - como a Sociedade Cruzeiro do Sul, que é seu objeto de estudo. A partir de sua perspectiva, havia duas formas de afirmação para os/as negros/as residentes na

cidade: uma delas era a transgressão, a outra o “branqueamento”, fruto da teoria da democracia racial<sup>90</sup>.

Se a transgressão das normas de conduta social (criminalidade, prostituição, etc.) contava como fator que “acionava a visibilidade do negro no cenário hamburguense” e, por esse motivo, “anulava sua invisibilidade” (MAGALHÃES, op.cit. p, 67), havia igualmente possibilidades de aparição no ambiente social de forma positiva, segundo os padrões dominantes. Nas palavras da autora:

Percebemos que, no imaginário social hamburguense, alguns negros valiam mais, no entanto, também percebemos que eles eram poucos, tão raros como as ‘pérolas’. Em meio a um universo maior, alguns negros se tornavam ‘pérolas’, ou melhor, eram aceitos minimamente, mas, para tanto, passavam por um embranquecimento. Em um espaço calcado na cultura germânica, onde a construção ideológica sedimenta a grandiosidade dos imigrantes alemães como os ‘únicos’ responsáveis pelo trabalho pioneiro de desenvolvimento da região, não é difícil entender a relevância do discurso local estar afinado com as ideias que negavam a prática da exclusão racial no Brasil (MAGALHÃES, op. cit., 62).

A análise realizada por Magalhães nos possibilita refletir acerca de práticas de exclusão racial realizadas desde o pós-abolição, ou ainda antes. Nesse sentido, o que o discurso hamburguense apresenta é um duplo argumento: 1) o imigrante alemão construiu esta terra, portanto, lhe são dados os privilégios; 2) o homem e a mulher negros não são dignos desses privilégios, dada a sua condição de inaptidão para o trabalho, mas podem se redimir desse passado.

O discurso oficial dos governantes e da burguesia de Novo Hamburgo com relação ao racismo e à exclusão baseada na democracia racial pode ser percebido em textos veiculados pelo periódico local. Por exemplo: em alusão às comemorações do dia 13 de Maio, em 1975, o *Jornal NH* apresentava uma matéria, dizendo ser o racismo “coisa do passado”. Na sua concepção, a falta de atividades comemorativas na cidade relativas à data devia-se “à ausência de racismo declarado, em nossa cidade [...] o que faz as pessoas de cor negra se sentirem completamente integradas à comunidade, não havendo por isso uma necessidade de demonstrar publicamente júbilo (JORNAL NH, 14/05/1975, p. 5)”.

Quando perguntei a Celomar sobre casos de racismo na cidade, houve momentos em que ele disse nunca ter sofrido com isso, e outros em que afirmou: “a questão do preconceito sempre existiu”. Em seu caso, lembrou de um baile no salão oficial do clube de futebol hamburguense Esporte Clube Flamengo. Ao tentar ingressar na festa, Celomar foi barrado

---

<sup>90</sup> Para essa discussão ver, entre outros, Schwarcz (2001), Domingues (2004) e Guimarães (2005).

pelos seguranças por ser negro. Narrando sua reação, recordou ter falado com um advogado sobre o assunto, quando buscou ajuda para processar o clube. O advogado teria lhe dito:

Por um simples prazer teu, vai tirar um prazer deles, pensa no que tu vai fazer. Tu pode fazer, e pensa uma coisa contigo: tu não tem outros lugares pra ir? Pra te divertir? [Celomar teria respondido:] “Mas claro que tenho!”. “Então vai nos outros lugares, talvez tu vai conhecer mais pessoas, além desse grupo aqui”. E aí foi quando eu fortaleci aqui no Cruzeirinho.

*E não colocou o Flamengo na Justiça?*

Não, não, não, não....

Interessante perceber nesta fala que, se de um lado, Celomar desistiu de processar o clube pelo racismo sofrido, por outro, esse fato lhe ajudou a fortalecer a própria identidade de homem negro, motivando-o a buscar um local de sociabilidade e resistência ideal para aquele momento, a Sociedade Cruzeiro do Sul, conhecida também como “Cruzeirinho”. Conforme constata Magalhães (op.cit. p.199):

Conseguimos perceber a Sociedade Cruzeiro do Sul como um espaço agregador de sujeitos negros, promotora de ações políticas respaldadas na identidade étnica, nos laços de parentesco, no fomento da coesão e da solidariedade e em interesses comuns. Esses elementos serviam de ‘esteio’ para a elaboração de estratégias e negociações as quais se contrapunham aos estigmas e estereótipos direcionados aos negros na espacialidade da ‘ordem e do labor’.

Nesta perspectiva, independente da posição que o entrevistado assume hoje, é muito provável que sua estratégia de se “fortalecer” no clube negro esteja em consonância com tais ações políticas de que fala Magna Magalhães. Noutros termos, o fato de que Celomar tenha pertencido a uma parcela da população negra que “trabalhou duro, foi explorada, humilhada em charges de jornais, classificada com os mais torpes xingamentos”, não o fez deixar de participar de ações afirmativas que atuassem na contramão destas opressões, então “desfilava seu carnaval, ia à coroação dos Reis do Congo, sambava como um mestre sala dos mares, lutava por um pedaço de terra, trabalhava nas fábricas e indústrias do Mundo do Trabalho” (NASCIMENTO, op. cit. 623).

A fala de Celomar moveu-se, todo o tempo, entre a posição de quem entende a opressão racial e a abomina, e a de quem a entende, mas a justifica, como foi o caso de sua memória acerca dos primeiros dias de namoro e do casamento com uma “alemã”:

E aí, quando eu fui conhecer a localidade lá [Ivoti/RS], a gente era amigos de empresa. E houve o baile de Kerb [festa germânica muito difundida na região] e a

empresa alugou uma condução para os funcionários que queriam, que quisessem acampar no pátio lá do meu sogro, na época futuro sogro. Foi um grupo grande pra lá e de noite nós fomos pro baile. Mas lá sim, durante o baile, eu recebi pisão no pé, cutucão, empurrão. Quando chegou duas horas, eu fui levantar minha barraca e disse pro meu grupo: “óh, às duas horas - eu disse pra eles - eu vou pro acampamento porque eu não vou ficar aqui. A coisa tá pesada pro meu lado, e eles realmente não gostaram de ver”. E eu era o único que estava misturado ali na família do meu sogro, ali, conversando, e aí veja bem como eles perguntavam pro meu sogro, na época: “Pinha-Kopf?” [...] Tu conhece uma pinha? E kopf é cabeça, né? Entenderam? Cabeça de pinha! Por que eles falam isso: “de onde vem esse cabeça de pinha?” [mostrando uma foto sua na juventude, com cabelo Black Power] - eu tinha essa “peruca” aí, e tanto é que quando nós começamos a namorar, a mãe deles puxava o meu cabelo porque ela achava que era peruca. [...] Ele [o pai da menina] disse assim pra ela: “nem pensa em querer namorar esse negro”. [...].

Aí depois, por algumas situações [...], a futura sogra mandou uma carta: “se vocês quiserem namorar, tu pode vir aqui em casa, o *pai* autorizou vocês a virem aqui em casa”. Então, nessa sociedade, onde eu fui pisoteado e empurrado, nessa sociedade depois, eu fui presidente por oito anos, tive envolvido na diretoria por 11 anos. Hoje quando eu chego lá eles ainda me chamam de presidente. [...] Saiu um livro na história da vila onde o meu nome tá lá dentro! O único negro! O único “da Silva” lá dentro! [...] O meu casamento nós fizemos lá. E aí convidei a alemoada toda. Mas também convidei minha negrada toda. E foi uma integração muito grande. [...]

A história muito bem elaborada do entrevistado tem um início carregado de imagens fortes de discriminação e opressão raciais (“fui pisoteado, cutucado”), um meio de superação (“se vocês quiserem namorar, tu pode vir aqui em casa”) e um final de rompimento (individual) das barreiras impostas pelo racismo (“Saiu um livro na história da vila onde o meu nome tá lá dentro!”) e de integração entre as raças (“convidei a alemoada [e] minha negrada toda”). Desse modo, Celomar construiu uma forma apaziguadora de lembrar do seu passado, enquadrando nessa narrativa não apenas os pontos positivos, mas construindo uma vitória a partir das dificuldades, de forma muito parecida com o que fez no caso do Esporte Clube Flamengo.

O fato de aproximar-se da família “alemã” de sua nova esposa não significa, necessariamente, que passou pelo processo de embranquecimento, comentado anteriormente. Mas possivelmente ativou relacionamentos que em outras condições talvez não existiriam. A sua leitura é de que seu crescimento profissional dentro das fábricas aconteceu por mérito - o que possivelmente é verdade, embora tal processo não se resuma a isso e a própria noção de “mérito” precise ser situada socialmente. Em sua análise, não contam as relações tecidas com empresários, a facilidade que tinha em dialogar com patrões - por também dominar o idioma alemão, muito presente entre o empresariado local, além do fato de conhecer a produção de calçado do início ao fim, oportunidade gerada por um tipo de produção em extinção nos anos 1970.

Afirmo, portanto, que Celomar se diz sapateiro não apenas por ter conhecimento de todo o processo produtivo do calçado, mas também por ter circulado entre os meios sociais dos

empresários, a ponto de ser considerado uma “pérola”, como disse Magalhães referindo-se a outro caso.

Nos jornais ou nos símbolos oficiais da cidade, como dissemos antes, ficava evidente que a etnicidade era elemento importante na demarcação de posições sociais em Novo Hamburgo. Isso não quer dizer que não havia alemães pobres, ou mesmo negros com maior poder aquisitivo.

Neste sentido, o caso de Alba é um exemplo interessante. Nascida em uma cidade próxima, São Sebastião do Caí, ela é uma dentre tantas descendentes de alemães que não lograram ascender a uma condição de “prosperidade” segundo os parâmetros locais. Mas, mesmo neste caso, lhe foram oferecidas oportunidades ímpares, como estudar no colégio confessional católico mais famoso da cidade, com bolsa de estudos. Ao pai de Nidi, por sua vez, as facilidades do “olho azul” - evocado pelo próprio entrevistado - abriram caminhos para o trabalho, afinal, sendo “alemão”, ele teria mais facilidade de conseguir o posto, antes mesmo de mostrar suas habilidades manuais.

Quero dizer com todos estes exemplos e com base na bibliografia consultada, que as relações étnico-raciais estabelecidas na cidade de Novo Hamburgo apontam para a existência de tratamentos diferentes para sujeitos diferenciados a partir de seu fenótipo, especialmente da cor da pele. Neste contexto, por exemplo, um “negro comum” não teria o mesmo tratamento que um negro casado com uma “alemã” e que dominava o idioma germânico. As exceções confirmam a regra aqui. Estas relações entram no terreno da própria condição de operário/a e de sapateiro/a, que, como veremos adiante, influencia a relação entre sindicato e categoria.

Até aqui falei de padrões de relações étnico-raciais e, portanto, dei atenção ao fato de que, até o final da década de 1950, esses passaram por modificações. Gostaria agora de focar a análise na década de 1970, sobretudo no período em que Novo Hamburgo ficou conhecida como “El Dorado Gaúcho”.

### **3.5 “Aquela gente que veio de fora”**

Do início dos anos 1970 até meados da década de 1980 houve um afluxo populacional considerável para Novo Hamburgo. Milhares de pessoas iam em busca de “El Dorado”, a terra que gerava abundância e riqueza. Mas nem todos encontravam esta mítica cidade. Eroni, migrante que se estabeleceu naquele município em 1976, disse que “se chegar numa cidade, como Novo Hamburgo e Porto Alegre, se não tem um emprego, não tem um lugar pra ficar,

acaba ficando na rua”. Segundo ela, muitos migrantes que chegavam do interior e não tinham “colocação” pediam para voltar ou viviam nas ruas:

Ou então invadir. Invadiram muito na beira desses arroios, por aí. Fazendo casebre, casebre, vão entrando; ficaram muitos anos, até poucos anos atrás que tiraram eles. Mas invadiram muito, e continuam invadindo. Não tinham onde ficar, aí levanta quatro paredes lá, fecha, e: "tô dentro de casa".

Esses elementos que constituíam um certo padrão periférico de moradia parecem ter gerados conflitos entre os próprios habitantes. Alba deixou isso nas entrelinhas enquanto narrava o processo de urbanização e de migração para a cidade. Para ela, os problemas resultantes da violência no município iniciaram nos anos de 1970. Mais adiante comentou:

*E como é que era a questão da segurança aqui no bairro? Era mais seguro que hoje?*

Era uma tranquilidade! Não, a [bairro] Santo Afonso virou numa baderna depois que veio aquele pessoal todo de fora, em busca de emprego. Eu não sei qual foi o nosso infeliz, que teve a infeliz ideia de aterrar aqueles banhados ali pra baixo, viu, porque ali era só banhado, [...] era mato e banhado, então não sei qual foi o prefeito que aterrou aquilo ali, e o pessoal invadiu. Aí os primeiros que vieram, vieram à procura dos empregos que tinham, né, calçado era tudo em Novo Hamburgo, todo mundo queria trabalhar né, e tinha emprego pra todos, porque aqui faltava gente pra trabalhar. E depois, atrás dessas famílias, veio aquele pessoal que não vale nada. Se meteram lá no meio, e foi onde que começou os assaltos, começou tudo.

Neste fragmento de memória, percebemos que a associação entre violência e migração é bastante acentuada, mesmo que, por vezes, possa ser amenizada. Alba que, no início, disse “virou numa baderna depois que veio aquele pessoal todo de fora”, precisou mais adiante “atrás dessas famílias [trabalhadoras] veio aquele pessoal que não vale nada”. De modo geral, independentemente da posição pessoal da depoente (compartilhada, possivelmente, com muitos de seus contemporâneos), vemos aqui um indicativo de que os processos migratórios dos anos de 1970 impactaram decisivamente na vida dos moradores e moradoras, e de sapateiros e sapateiras antigos(as) da cidade. A mesma pergunta foi feita para Eroni, que disse ter começado a sentir a violência com “a aglomeração desse povo que veio de longe. Que a gente, que vem muita gente boa, mas tem muita gente que muitas vezes fugiram de outros lugares. Aí vem, vão se aglomerando ali, e vão fazendo coisas erradas que a gente daí tem medo de andar na rua” -cabe lembrar que Eroni também chegou no município no período dessas migrações. Ambas as entrevistadas afirmam, portanto, que a violência teve início na cidade por conta da migração e da falta de sucesso do poder público em abrigar estas pessoas no

município. Outro caso ilustra bem o que quero dizer, dessa vez, contemporâneo aos acontecimentos e narrado por um dos representantes do poder público.

Em 1978 o vereador Victor Körbes (ARENA) sofreu um assalto em sua casa. Entrevistado pelo *Jornal NH*, afirmou que “a principal causa do aumento da criminalidade e da violência registradas em Novo Hamburgo, ‘se deve principalmente à intensa migração e da conseqüente marginalização’”. Mais adiante ainda confirmou: “a maioria dos crimes contra o patrimônio, assaltos e outros delitos praticados aqui ‘o são [feitos] por gente que vem de fora’” (JORNAL NH, 07/06/1978, p. 10). A semelhança da fala de Alba, sapateira com 74 anos em 2018 (“aquele pessoal todo de fora”) e de Eroni (“desse povo que veio de longe”) com a entrevista de Körbes, vereador da cidade 40 anos atrás, provavelmente não é mera coincidência.

O caráter segregador da cidade de Novo Hamburgo, na qual até meados do século XX “alemães” só se casavam com “alemães” (SCHNEIDER, 1994), em que clubes sociais eram rigorosos com a fiscalização da descendência de seus integrantes, entrou em conflito com os rumos da expansão do calçado. Agora a cidade não era mais parte de uma industrialização difusa e de comunidades tradicionais afastadas. De acordo com o levantamento exposto acima, com base na amostragem realizada, 72% dos trabalhadores e trabalhadoras do calçado vieram do interior do estado entre 1974 e 1979.

O processo de mudança de uma sociedade semi-industrializada para uma potência regional da indústria de transformação nitidamente impactou, como já disse, os/as antigos/as moradores/as e sapateiros/as, inclusive pelo fato de que a habitação e a segurança foram questões sociais deixadas em segundo plano pelo poder executivo municipal - elementos que, de acordo com a documentação consultada, não parecem ter integrado o projeto de desenvolvimento da cidade até aquele momento. No início da década de 1970 a prefeitura municipal de Novo Hamburgo realizou uma consultoria, buscando adequar-se ao que possivelmente poderia se tornar um grande afluxo migratório - já que, desde o final da década passada, havia um projeto de crescimento industrial para a cidade (MARTINS, 2011). No documento constam preocupações com o lazer e esporte (quadras e campos de futebol, sobretudo), parcerias com o Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI) para atividades de assistência à saúde, aliados à “Política de Valorização Sindical” e “desenvolvimento de atividades planejadas e articuladas com atividades do setor [saúde, educação e assistência social]”<sup>91</sup>. Nenhuma palavra sobre habitação.

---

<sup>91</sup> URPLAN, Plano de desenvolvimento local-integrado: versão final. p. 97.

Poderia ser argumentado que projetos nacionais de habitação eram promovidos pela ditadura no nível federal e geridos pela administração municipal, como é o caso dos Conjuntos Habitacionais (Co-Habs). Entretanto, o número de casas, além de não ser suficiente para suprir as demandas, foi considerado pelos sapateiros como algo para quem “tinha [...] um pouco mais de grana, não era qualquer um. Os pobres mesmo foram jogados no banhado<sup>92</sup>”. Corroborando este depoimento, o estudo de Weber (2004, p. 377) aponta para as diferentes normas de funcionamento das linhas de créditos criadas pela ditadura em 1964 (Banco Nacional de Habitação [BNH] e Sistema Financeiro da Habitação [SFH]), utilizadas pelos trabalhadores na conquista da casa própria. Na região estudada pela autora, vizinha ao Vale do Rio dos Sinos e com características parecidas com este, tais projetos “são retomados na segunda metade da década de 70, mas na forma de conjuntos habitacionais”; entretanto, a imposição de novas normas para aquisição de crédito no BNH limitava a liberação da verba a “um segmento popular de maior renda (três a cinco salários mínimos)”.

Portanto, o cenário hamburguense de meados da década de 1970 era de forte expansão industrial e os atores e atrizes que compunham esta peça chegavam aos milhares. Por esse motivo, concordo com Fontes (2003, p. 386), quando, ao analisar outro contexto (São Paulo nas décadas de 40 e 50), rejeita a contradição entre trabalhadores e moradores. Ou seja, estudar o movimento de trabalhadores com ou sem a participação dos sindicatos é também olhar para o papel que diferentes sujeitos tinham no projeto urbanístico e habitacional da cidade - no caso deste período, com muito mais atenção, já que os dois fenômenos mantêm estreita ligação, como pretendo mostrar.

O trabalho de Nunes et. al. (2013, p.28) argumenta que os anos de 1970 caracterizaram-se em Novo Hamburgo por “imagens da abundância e da riqueza”, fruto da expansão do calçado e das oportunidades de trabalho. Tal representação gerou a alcunha de “Manchester Brasileira” difundida pelos empresários, e também o apelido de “El Dorado Gaúcho”, fazendo referência direta às oportunidades de trabalho existentes na região.

Para que tenhamos uma melhor compreensão da dimensão desse crescimento populacional e dos impactos que isso poderia causar, vejamos a seguinte tabela:

---

<sup>92</sup> Betinho, 2ª entrevista.

**TABELA 4: CRESCIMENTO POPULACIONAL  
- COMPARATIVO NOVO HAMBURGO x BRASIL**

ANO	NOVO HAMBURGO	CRESCIMENTO	BRASIL	CRESCIMENTO
1960	53.776	-x-	72.210.000	-x-
1970	84.376	56,9%	95.330.000	32%
1980	136.494	61,7%	121.200.000	27,1%

Fonte: IBGE, organizado por Spolier (2018).

Observa-se que a diferença do crescimento populacional em Novo Hamburgo, de 1960 até 1970, era de quase 57 por cento, sendo que, na década seguinte, houve um aumento de mais 61,7 por cento. Em termos comparativos com o restante do país, a cidade cresceu em dez anos mais do que o país inteiro cresceu em vinte, se considerarmos as proporções. Aliando esta tabela à apresentada no início do capítulo, será possível afirmar que desse aumento de quase 62 por cento, a maior parte foi resultado da migração interna, haja vista a proveniência de 72% dos trabalhadores, oriundos de outras regiões do estado e do país.

Se os números indicam um aumento populacional causado pela migração, as narrativas criadas pela memória de entrevistados coadunam com tais índices. Este fenômeno foi lembrado por alguns entrevistados para essa pesquisa, e também por depoentes que compartilharam suas memórias com outros/as pesquisadores/as. Nas palavras de um entrevistado para o estudo de Margarete Nunes:

Eu assisti Novo Hamburgo crescendo. É uma visão de fora, de quem tá lá fora, entende? Na verdade, eu assisti Novo Hamburgo crescer passando de ônibus na estrada, em 73, final de 73, quando eu vim trabalhar em Campo Bom, até 79. Então, eu via [...] as pessoas chegando, chegando, chegando... E como é que isso acontecia? Via comunicação, vinha parente pra cá. A carta, funcionava muito pela carta. Uma forma de comunicação era a carta: “Emprego, tem emprego, tem emprego, tem emprego...”. E o pessoal vinha. [...] Quando eu vim pra cá o pessoal tinha uma liberdade muito grande de trocar de emprego. Eu via simplesmente as pessoas saindo de um emprego para pegar outro, pra sacar o fundo de garantia; disputa, disputa das empresas por funcionários. Eu lembro que eu morava no [bairro] Mundo Novo... [Às] 5h da manhã, 5:30h da manhã, [ouvava] carros de som... não só lá, em toda a cidade, oferecendo creche, oferecendo almoço, oferecendo vantagens para atrair o trabalhador. E os empresários buscavam diretamente, buscavam diretamente de ônibus. Era ônibus chegando com gente pra trabalhar na fábrica de calçado. [...] O que se percebia mesmo? Que eram dois fatores: o fator da atração da cidade e o fator de expulsão do campo. Então, à medida que se transformava a propriedade pequena em grandes lavouras de soja, de trigo, iam se transformando em grandes latifúndios, iam dispensando a população, e ela, mais do que nunca, começou a correr para os lugares aonde tinha empregos. E, na época, aqui era o El Dorado. Sem dúvida, ela [a classe trabalhadora] vinha direto para o Vale do Sinos. Era com endereço certo. (JAIRO, apud NUNES, 2009, p. 111)

Aquilo que um dos personagens do capítulo passado falava (“esse pessoal vem todo pra cá trazido ou iludido pelos parentes, ou a laço pelos empresários<sup>93</sup>”) se repete, de certa forma, nas lembranças de Jairo. De fato, a questão da comunicação entre parentes fazia parte de uma rede importante para os empresários, que complementavam essa busca por mão de obra levando funcionários ao interior do estado com propostas de trabalho na cidade. O caso de Eroni é exemplar desse modelo. Seu irmão teria chegado em Novo Hamburgo anos antes; diante de novas oportunidades de emprego, avisou sua família que se mudou também. A estratégia adotada pelos empresários de Novo Hamburgo não era nova, tampouco original daquela região. No já referido estudo de Fontes (2002, p.124) ficamos sabendo que:

[...] em 1936, por exemplo, ‘um funcionário da Nitro<sup>94</sup> foi até [Araçatuba] recrutar pessoas para trabalhar em São Miguel’. [...] Grande parte dos próprios operários que trabalharam na construção e montagem da fábrica na segunda metade da década de trinta foi contratada por intermédio de agentes.

Para além da utilização de agentes, o autor argumenta que havia um clima de prosperidade financeira que envolvia o bairro paulistano, próximo ao mito da “El Dorado Gaúcha”. Nas palavras de Fontes (idem, p.126):

Uma extensa rede de contatos entre os trabalhadores já instalados na Nitro Química e seus parentes e amigos nas comunidades de origem garantiu um intenso fluxo de mão-de-obra para a indústria. Grande parte dos depoimentos dos trabalhadores ressalta a presença anterior de conhecidos e familiares na empresa como um fator essencial para a migração e para a obtenção do emprego na companhia

Tanto na perspectiva do El Dorado Gaúcho quanto na ótica do bairro paulistano de São Miguel apresentada por Fontes, acerca de um período anterior, mas também referente a um processo de afluxo migratório gerado pela industrialização, a memória é positiva e remonta a um passado de avanços. “Consegui comprar minha casinha”; “Era um tempo muito bom”; “Tinha emprego pra quem quisesse” - as frases de Alba refletem a imagem de abundância e riqueza. Fica nítida a lembrança positiva de migrantes que tiveram condições de se estabelecer sem problemas e que vieram por que havia famílias já previamente fixadas na cidade. De outro lado, é possível argumentar que aqueles e aquelas que não tinham famílias na região e vieram por conta da oferta de emprego - difundida pelos empresários e pela mídia local - passaram por

<sup>93</sup> Entrevista com Gilnei, ver capítulo 2.

<sup>94</sup> Fábrica que empregava a maior parte da população do bairro São Miguel Paulista, localizado dentro da capital de São Paulo, composto majoritariamente por nordestinos retirantes.

problemas mais sérios. Além disso, no que se refere a esse tema, há um debate mais amplo a ser realizado aqui, que se relaciona às experiências de sapateiros em Novo Hamburgo, mas que começa na discussão do mundo do trabalho rural e suas motivações para a migração.

Na análise de Vainer (1998, p. 825) o pensamento liberal sobre processos migratórios pode ser caracterizado como aquele em que “o território aparece como o espaço da liberdade, e a migração como o movimento em que se exercita esta liberdade”. Se, por um lado, a teoria neoclássica da mobilidade, liberal por excelência, argumenta que é a liberdade o motor da migração, por outro, teria sido o estruturalismo o responsável por apagar a agência dos trabalhadores, inserindo-os em um contexto geral. Noutros termos, na estrutura previamente construída, em que os sujeitos apenas atuam sem interferir no *status quo*. Ou seja, o indivíduo seria livre para migrar, já que lhe é possibilitada a circulação, mas ao mesmo tempo seria obrigado a migrar, do contrário morreria de fome. Na perspectiva de Vainer, essa visão retira dos indivíduos a possibilidade de agir sobre as estruturas.

De minha parte, entendo que a flexibilização dessa afirmação se encontra em um “meio-termo”, indicado por Thompson (2005). Em sua obra, encontramos uma análise que não nega a participação das estruturas - ora, um indivíduo não escolhe nascer operário, essa condição lhe é dada por fatores precedentes ao seu nascimento - mas, ao mesmo tempo, essas estruturas não são elementos mais determinantes do que a própria agência de grupos organizados e, mesmo, não organizados, para defender seus próprios interesses.

Talvez por esse motivo possamos perceber um duplo movimento ao longo da segunda metade do século XX, no Rio Grande do Sul<sup>95</sup>. Se muitos grupos de trabalhadores migraram do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho ao longo dos anos 50 e 60 e, com maior força, nos anos 70 e 80, foi porque havia condicionantes estruturais e materiais - neste caso, a violência do Estado, a mecanização do trabalho agrário, a manutenção de latifúndios, etc -, mas também existia a possibilidade de permanecerem em suas terras e se organizarem para defenderem seus bens, sua localização e seus direitos, conforme veremos logo adiante. A “opção”, não no sentido liberal do “livre arbítrio”, mas aquela que se refere à agência dos sujeitos em condições determinadas, dependeu, portanto, de uma série de fatores, objetivos e subjetivos.

Para quem migrava do campo para a cidade, Novo Hamburgo poderia ser vista como uma boa opção, sobretudo em função da narrativa patronal difundida. Diariamente o jornal local afirmava a necessidade de mão de obra; além disso, como vimos, empresários utilizavam

---

<sup>95</sup> Sobre isso ver os textos de Klafke e Weimer (2016) e Weimer (2016).

agentes para oferecer empregos no interior do estado; sem falar da comunicação entre familiares. Mas é importante tensionar esse “destino”: a cidade não foi a única daquele período a receber migrantes, nem tampouco a única despreparada para o recebimento destas pessoas.

Além de fazer parte geograficamente do Vale do Rio dos Sinos, Novo Hamburgo integrava a região política denominada “Região Metropolitana de Porto Alegre” (RMPA). Assim sendo, junto de Novo Hamburgo, outras 14 cidades faziam parte desse conglomerado urbano: Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão<sup>96</sup>. Nestes outros municípios, assim como em outros tantos do Rio Grande do Sul, ou mesmo em Santa Catarina e Paraná, estados mais próximos, sem falarmos da zona de fronteira com Argentina e Uruguai, também haviam possibilidades de trabalho. O estudo de Weber (op. cit.) mostrou como, particularmente, as cidades de Cachoeirinha, Alvorada e Gravataí constituíram-se como “destino” de trabalhadores agrícolas que migraram para Porto Alegre no mesmo período em busca de oportunidades, mas que, em virtude da impossibilidade urbana de absorver esse contingente, foram marginalizados, constituindo novas cidades periféricas.

No caso hamburguense, um dos motivos para a onda migratória dos anos 70 que culminou no afluxo para Novo Hamburgo é o ponto inicial da fala de Nidi, ao narrar sua vida pública e seu papel no movimento comunitário da localidade. Nas palavras do barbeiro-vereador:

Novo Hamburgo explodiu a indústria e, naturalmente, estava atraindo o pessoal que não estava dando certo na indústria do campo. O Banco do Brasil oferecia e tomava as terras. [...] E esses que perdiam a terra pro Banco do Brasil, porque não podiam pagar o empréstimo, caíam aqui em Novo Hamburgo à procura de emprego. Quem recebeu? Eu e Nelson de Sá.

Nidi lembra das relações de pequenos agricultores com o Banco do Brasil. Por conta da “elevação dos preços da terra num ritmo muito superior ao aumento do preço do arrendamento” (FERRO; CASTRO, 2013, p. 5), muitos pequenos proprietários endividaram-se para quitar as terras; como não conseguiram resolver as pendências com o Banco, tiveram seus bens tomados. Na narrativa de Nidi - que desde sua infância aparece em conflito com as instâncias estatais, se lembrarmos do caso de seu pai, que durante a Segunda Guerra teve suas ferramentas levadas pelo “governo” - o Estado seria responsável pela destituição dos lares daquelas famílias que

---

<sup>96</sup> Ver o trabalho de Weber (op. cit.).

migraram para Novo Hamburgo. Sua conclusão é de que seria justo que esse mesmo Estado lhes fornecesse abrigo em terras hamburguenses.

Quando Jairo comentou: “eu assisti Novo Hamburgo crescer passando de ônibus na estrada, em 73, final de 73, quando eu vim trabalhar em Campo Bom, até 79”, estava se referindo à RS 239, rodovia estadual que liga Novo Hamburgo a diferentes regiões do interior do estado. Era por esta estrada que a maioria dos migrantes chegava. A “Faixinha”, como era conhecida a rodovia, foi mote de uma cena importante protagonizada por Nidi e Néelson de Sá. Conforme o primeiro comentou:

O estado, naquela época, construiu uma faixinha [RS-239] - que hoje é duas pistas e naquele tempo era uma pista só - e eu descobri lá... Ah, e aí o Nelson [Sá] me lançou pra vereador e eu entrei pra prefeitura. Comecei a conhecer tudo dentro da prefeitura. Estudei a lei orgânica, estudei regimento interno da Câmara. Eu descobri que a faixinha tava com 12 metros de largura até Taquara, mas que tinha mais 35 metros pra cada lado, pra uma futura pista dupla.

Com sua entrada no poder legislativo municipal em 1976, Nidi teve acesso à documentação oficial, concluindo que havia espaço pertencente ao estado sobrando. A conclusão, de acordo com a sua memória, foi a seguinte:

“Nelson, vem cá, eu tenho novidade pra nós. [explicou a questão] Então sobra uns terreninhos quadrado de quinze metros pra cada um que veio lá de fora com uma mão na frente e a outra atrás e que esses ‘burguesão’ aí põem na frente da máquina às 07h00min. Como eles tão morando? Não querem nem saber!”. Aí eu comecei a denunciar isso aí. E ia enfileirando. O Nelson de Sá pegava pra baixo e eu pegava pra cima, e aquele formigueiro de gente. Porque? Não era terra particular, era terra do governo. Quem trouxe eles pra cá? O governo! Quem expulsou eles das terras? O Banco do Brasil. E porque eles vieram? Ah, porque Novo Hamburgo é a terra do El Dorado do Rio Grande do Sul, até no Uruguai sabiam disso. Ah, eles [trabalhadores] vieram. Na fábrica eles eram bem recebidos porque tinha o salário mínimo. E na beira das estradas quem recebia era eu e o Nelson.

De acordo com sua auto-justificativa, amparada em pressupostos de sua perspectiva política de esquerda, ele teria somente dado cabo de uma dívida do Estado para com seus cidadãos. Assim sendo, juntamente com Nelson Gautério de Sá, iniciou uma vila improvisada, que aos poucos foi denominada de “Nidilândia”, fazendo referência ao vereador que organizou aquelas pessoas e lhes forneceu habitação.

Após o término da gravação, Nidi retomou algumas considerações referentes à vila localizada junto à “faixinha”. Lembrou que a comunidade foi denominada de Nidilândia não por qualificação positiva, mas por demérito e desprezo, da parte dos seus opositores. O ponto é que, por conta da localização das casas - próximas a uma rodovia movimentada - muitas

crianças morreram atropeladas, assim como adultos embriagados. De acordo com o que disse, a oposição política da região, na insistência em culpabilizar a ocupação, inferia que a responsabilidade por aquelas mortes seria do próprio Nidi. Ao que tudo indica, ou essas críticas eram dirigidas pessoalmente ao entrevistado ou eram “discretas”, já que nada foi encontrado nos documentos consultados.

Este episódio, resumido em poucos parágrafos, significou anos de luta política e embates sociais profundos. Torna-se, ao mesmo tempo, exemplo e elemento de análise. Primeiro, pela questão habitacional e do movimento comunitário, que se relacionava nesta época com a perspectiva dos “novos movimentos sociais”; segundo, porque um dos personagens dessa narrativa, Nelson de Sá, nos é muito caro para que possamos compreender a relação entre a direção do Sindicato dos Sapateiros e a categoria de trabalhadores do calçado.

### **3.6 A “faixinha” e o movimento popular por habitação**

O presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de NH (SIC-NH), Níveo Friedrich (1974-1987), disse, em pronunciamento veiculado na mídia no ano de 1975, que “a falta de moradias [tornou-se o] maior entrave ao desenvolvimento da nossa indústria” (JORNAL NH, 12/09/1975, p. 7). Na mesma matéria, o periódico ressaltava que “a falta de habitações está criando, inclusive, problemas para o nosso desenvolvimento industrial, pois a oferta de empregos não tem sido acompanhada pela respectiva oferta de casas onde o trabalhador possa morar”. No ano seguinte, a preocupação com a indústria e a falta de habitações para trabalhadores continuava impactando os representantes do estado, já que esses organizaram uma visita dos secretários do Trabalho e Ação Social (Carlos Alberto Chiarelli), do Planejamento (Eduardo Muller) e da Indústria e Comércio (Cláudio Strassburger), a fim de discutirem os rumos da habitação na região (JORNAL NH, 07/01/1976, p. 12). De onde vinha tanta preocupação em tão pouco tempo? Abaixo apresento uma possível resposta.

Na segunda metade dos anos de 1970, “metade da população da RMPA era constituída por migrantes” (WEBER, op. cit. p.370). Oriundos do interior do estado e em busca de trabalho - e, no caso hamburguense especificamente, de trabalho na indústria de calçados -, migrantes que chegavam na região precisavam de local para morar, sobretudo porque boa parte dessas pessoas vinham com suas famílias e não poderiam ficar hospedadas em pensões ou casa de passagem (como foi o caso de Gilnei, exposto no capítulo anterior). Dessa forma, sem local de moradia adequado, uma das soluções adotadas por boa parte dos migrantes foi a ocupação de

terras estaduais ou particulares, caracterizada como um “padrão periférico de moradia”<sup>97</sup>. Esse fenômeno teria criado um atrito político na região, que, como vimos, precisou acionar agentes do Estado em nível municipal e estadual, de diferentes áreas para tentar resolver o problema. Em pouco tempo, a situação de trabalhadores em padrões periféricos de moradia iria afetar o trabalho, que, de ordeiro e voltado ao progresso, na visão das elites e dos governantes locais, passaria para caótico. Obviamente a burguesia industrial da cidade não desejava algo assim.

Em segundo lugar, é preciso levar em consideração o impacto do movimento popular em Novo Hamburgo, relacionando-o com o crescimento dessa forma de mobilização no Brasil e a outros tipos de movimentos sociais.

Desde o final da década de 1950, a política nacional conhecia a força que tinham as organizações comunitárias. Um exemplo significativo: o caso paulista das Sociedades Amigos do Bairro (SABs) e as sucessivas eleições de Jânio Quadros para vereador, deputado, governador e, por fim, presidente, revelaram que associações desse tipo naquela região garantiam boa parte do apoio político ao candidato<sup>98</sup>. Na perspectiva de Duarte (2008, p.196), durante e depois da Segunda Guerra Mundial, o “associativismo de bairro teve duas expressões fundamentais: os Comitês Democráticos e Populares (CDPs) e as Sociedades Amigos do Bairro”. O autor fala de um período diferente do nosso, mas seu estudo ajuda a pensar, de modo mais geral, as bases de uma perspectiva política que situa as organizações de bairro como relacionadas à luta democrática, quando “a ideia de democracia, ou de redemocratização estava diretamente vinculada à moradia” (DUARTE, 2008, p.196).

Diferentes movimentos populares brasileiros ao longo do século XX dão conta de exemplificar as possibilidades de organização dos trabalhadores à revelia dos sindicatos. Em se tratando da segunda metade daquele século, destacamos um movimento que ganhou força principalmente após o golpe civil-militar.

Fundada em 1925 pelo belga Leon Joseph Cardijn (1882-1967), a Juventude Operária Católica (JOC) passou a ser conhecida pelos brasileiros em 1932, ainda que tenha sido reconhecida e oficializada somente em 1948 (MENDES, 2011). Com o apelo evangelizador e na perspectiva de conquistar a juventude, “recuperando operários para o seio da igreja” (idem, p.2), a JOC passou por um processo de transformação durante a segunda metade da década de 1960. De acordo com Mendes (2011, p. 3), a organização católica afastou-se “das questões

---

<sup>97</sup> A expressão vem de Carrion (apud WEBER, 2004, p. 373) e refere-se “tanto às áreas espacialmente afastadas dos pontos mais centrais, quanto às áreas desprovidas de infraestrutura satisfatória e compatível com as necessidades de moradia, mesmo que centralmente situadas”. A mesma noção é utilizada por Fontes (2013, p.74).

<sup>98</sup> Sobre isso ver a pesquisa de Fontes (2013) e Duarte (2008) e a sistematização realizada por Perruso (2012).

espirituais para assumir as questões sociais relativas aos trabalhadores”, tornando-se “uma prática política também radical”. Essa radicalização foi sentida por Nidi.

Narrando sua relação com Néelson de Sá, o barbeiro-vereador disse que o conheceu na JOC, além de serem vizinhos. Explicando a sua formação política, Nidi afirmou:

Eu já era da Juventude Operária Católica, e ali se discutia essas questões, e ali tinha uns padres que explicavam pra nós. Essas coisas que a gente olha, não é, o que a gente enxerga pelos olhos não é, é o que a gente não está enxergando, lá é o problema. [...] Aí eu comecei entender o que é o imperialismo internacional...

A relação da formação de Nidi com a Igreja, sobretudo por sua condição de “jovem”, parece-me fundamental para entender o direcionamento de sua inclinação política. No caso argentino, Estela Blanco (2014, p. 215) constatou que ser jovem para a JOC era uma questão não apenas biológica, mas também de identidade: os jovens eram “varones solteros, de catorce a veinticinco años, en edad de elegir oficio asalariado; alumnos de escuelas profesionales e industriales, de artes y oficios; jóvenes trabajadores de fábricas y talleres, pequeños empleados de oficinas”. Essas características parecem valer também para o “jovem Nidi”. Em termos comparativos, Brasil e Argentina parecem compartilhar elementos comuns, como a própria noção de jovem trabalhador, mas também apresentam diferenciações.

Comentando o surgimento da JOC na Argentina, a mesma autora nos informa que “surgió a nivel nacional en 1940 en un contexto laboral de baja sindicación, con una organización obrera dominada por la dirigencia comunista y en menor medida socialista y sindicalista”<sup>99</sup> No caso brasileiro, as organizações passaram a ser comandadas por dirigentes trabalhistas-getulistas a partir da década 1930. A respeito do caso hamburguense, Saul (1982) ressalta que, pelo menos desde o final dos anos 1940, a sindicalização de trabalhadores aumentou, fruto das campanhas realizadas na região do Vale do Rio dos Sinos. Se a construção da JOC no país vizinho foi fruto de baixa sindicalização, no caso do Brasil, podemos levantar a possibilidade de uma fortificação desta juventude católica justamente no período em que a sindicalização foi alta, contudo, atrelada ao Estado.

Os espaços da Igreja serviam de apoio para os trabalhadores e trabalhadoras, como nos afirma Paulo Lourenço, metalúrgico, homem negro, hamburguense e ex-sindicalista:

Já nessa primeira empresa, em função de a gente ter uma certa disposição de ter um olhar crítico mesmo com aquela idade, eu fui convidado para participar da oposição. Oposição à direção dos metalúrgicos. Eu me lembro que eu participei de algumas reuniões (...) na Igreja São Luís, bem no Centro de Novo Hamburgo.

---

<sup>99</sup> Idem, p. 218.

[...]

Então Novo Hamburgo tinha um bispo, se não me falha a memória era a época do Dom Sinésio<sup>100</sup>, que ele era um bispo que vinha na linha da teologia da libertação. Então ele auxiliava muito o pessoal mais à esquerda. Então se recorria de entidades que davam mais apoio e eles abriam as portas pra oposição. Mas se procurava ter o máximo de sigilo possível. Se reunia lá no fundo, meio quietinho, procurando não ser muito aberto. Até porque se a patronal soubesse que estávamos nos reunindo, no outro dia estávamos demitidos (LOURENÇO apud LUCIANO, 2016).

O entrevistado lembrou, portanto, da participação de setores da Igreja relacionados com a teologia da libertação e de como a igreja foi um espaço importante de rearticulação sindical. A ausência (ou negligência) da direção do Sindicato frente aos desmandos patronais pode ter induzido alguns trabalhadores e trabalhadoras a se organizarem em diferentes bases, algumas distantes do movimento sindical, como é o caso de Nidi, outras paralelas a ele, na perspectiva da oposição sindical, como nos mostrou Paulo. O fato importante aqui é que tanto a Igreja quanto os movimentos populares foram espaços de formação política de militantes responsáveis por novas articulações no movimento sindical em meados dos anos 70.

Nelson Sá, como vimos anteriormente, participou ativamente da oposição à direção do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo desde, pelo menos, 1968. Ao mesmo tempo, articulou as novas bases políticas que viriam a se tornar um eixo importante da fundação do PT na região, concomitante ao seu trabalho de base no movimento comunitário. Podemos defini-lo como um militante plural, que atuava em diferentes esferas do movimento social, por isso sua trajetória nos ajuda a compreender a própria relação entre os sapateiros e sapateiras que chegaram em Novo Hamburgo nos anos 1970 e o sindicato, enquanto instituição considerada representativa dos interesses da categoria.

Nidi comentou que, em algum momento, teria combinado com Nelson quais seriam as abordagens políticas e as bases em que atuariam nos próximos anos. Ainda que saibamos que, normalmente, a memória busque articular uma coerência para o passado, e que talvez não tenha sido propriamente numa reunião que ambos firmaram tal “acordo”, o fragmento é importante para a análise:

Aí eu disse: “Nelson, vamos fazer o seguinte, a minha linha é o movimento comunitário. Tentar arregimentar o povo, os menos esclarecidos, tu fica na linha sindical”.

[Nelson teria respondido] “Eu tô na linha sindical”.

“Então tá, quando tiver uma coisa importante lá me convida que eu vou lá com vocês”.

“Quando tiver alguma coisa da Associação de Moradores, tu pode vir também. Só que o movimento estudantil? Como é que fica? Aí fica com a gurizada, mas vão animar aí esses guris”.

---

<sup>100</sup> Aloísio Sinésio Bohn, ordenado bispo em 1977. Atuou na arquidiocese de Novo Hamburgo entre 1980 e 1986.

Então esses três [setores] começaram uma revolução pacífica aqui dentro [de Novo Hamburgo], e os caras olhavam e diziam: “isso não vai dar boa coisa”.

*Quem falava?*

A classe dominante. [...]

E aí nós éramos taxados de “quarto poder”. Até a *Zero Hora* [periódico] de Porto Alegre [perguntou:] “Por que quarto poder?” Porque tem uns cara aí e botam pessoas na frente da prefeitura e plaquinha [dizendo:] “nós queremos telefone”, “nós queremos luz”, “nós queremos água”, “nós queremos escola”. E tava o Nidi e o Nelson lá no meio. E os invejosos chamaram de Quarto Poder.

Este “Quarto Poder” se apresentou à disputa política local de forma incisiva. Não por acaso, já em 1976, Nidi foi eleito vereador com o terceiro maior número de votos do MDB - atrás apenas de Adalberto Martins (representante do Sindicato dos Sapateiros) e Wilson Korb (advogado trabalhista do mesmo sindicato). O MDB, em verdade, vinha ganhando força em todo o Brasil. A partir de 1974, as forças de centro, centro-esquerda e, em alguma medida, de esquerda venceriam algumas das mais importantes disputas eleitorais, mesmo que a repressão seguisse forte durante o mandato do ditador Ernesto Geisel (GASPAROTTO e PADRÓS, 2009), o que pode ter influenciado na eleição destes três nomes como os mais votados para a vereança em Novo Hamburgo. Nas disputas para vereadores das grandes cidades, nomes do MDB cresceram. Skidmore (2000) considera que este pleito marcou o princípio de uma retomada das forças opositoras ao regime, ainda que tenha gerado uma contra-ofensiva da ARENA, motivando cassações e outras medidas, as quais visavam o enfraquecimento do partido oposicionista a nível nacional. Do ponto de vista local, a eleição demonstrou a importância política que a categoria dos sapateiros tinha no município, inclusive frente aos desejos de um movimento popular que nascia com a perspectiva de ser um “novo” movimento social. Ficar em terceiro lugar na sigla de oposição significava que Nidi era um nome conhecido e referendado pela classe trabalhadora - mas que os membros do Sindicato dos Sapateiros ainda tinham mais respaldo frente à categoria.

Dada a proximidade de Nidi com a diretoria do Sindicato dos Sapateiros, questionei o entrevistado sobre a relação que esse mantinha com a questão da habitação popular:

*O Sindicato não ajudava nessa questão da habitação?*

Não, o sindicato era só melhores, melhorar o sistema de vida do trabalhador, ou do calçado, ou do metalúrgico, era só ali, eles ficaram muito abitolados, só ali. E eles também não tinham tempo pra olhar como é que estava o sócio do sindicato. O sócio do sindicato estava morando mal. Pessimamente. O Orlando Muller nunca se interessou em fazer uma reunião numa vilinha. Então nós é que fazíamos. E aí eu explodi. [...]

Obviamente que não poderíamos deixar de trazer à análise, na compreensão de tal ponto, a tensão existente entre os personagens desse enredo. Nos bastidores das disputas políticas brasileiras, há um jargão bastante popular que diz: “na política não há espaço vazio”. Assim, os novos movimentos sociais apareciam neste caso como uma resposta à ausência do sindicato nos pleitos pela moradia das/os trabalhadoras/es. No entanto, a ideia de que o movimento popular poderia ser revertido em capital político favorável a novos setores de oposição foi apreendida por membros do Sindicato dos Sapateiros.

Adalberto Martins, membro dirigente do Sindicato desde 1968, foi eleito vereador de Novo Hamburgo em 1976 como segundo candidato mais votado do MDB. Quando perguntei para Nidi quais eram os projetos do vereador-sindicalista na Câmara e se esses tinham relação com a vida dos operários fora das fábricas, o entrevistado respondeu:

Não, só sindicalismo. Só tinha uma coisa: se caía da vila, um sapateiro da vila, aonde a gente tinha passado pelas minhas mãos, pelas mãos do Nelson, caísse lá pra pedir exame ou encaminhamento de médico - o sindicato naquele tempo tinha dentista, tinha uma assistência, tinha um assistencialismo lá que eu vou te dizer. Era assim: “Onde é que tu mora?”. “Ah, eu tô lá na RS, assim, assim”. “Tu tá naquela vilinha do Nidi?” “Óh, cai fora!”. “Mas eu sou secretário da associação”. “Não é mais, nem te mete”. Isso aí o Adalberto fazia. Ele era um populista. E eu era de arregimentar a população. [...] Eu dizia: “Adalberto, tu é do sindicato, toma conta dos ‘calcista’ [sapateiros], eu sou do movimento popular, eu tomo conta das vilinha e das pessoas que vieram lá de Alecrim [município gaúcho] e perderam as terras pro Banco do Brasil. Quer dois exemplos, eu trago na Câmara. “Não, não, não traz” [imitando Adalberto]. Porque se trouxesse dois exemplos pra Câmara, vinha toda a vila e enchia a Câmara. Mas eles vieram. E eu fui à tribuna e disse: “Aqui tem três cidadão sentado nos bancos lá em cima, eles tinham lá fora 35 hectares que eles compraram com o Banco do Brasil, altos juros de pagamento, e aí deu um problema da época e a terra não deu, aí foram no Banco do Brasil pra renegociar, e o banco levou a terra deles. Tem três aqui, se vocês não querem acreditar levantem e digam ‘eu perdi minhas terras pro banco do Brasil’”. Mas daí abafaram e botaram panos quentes.

Existe na fala do depoente uma forte vontade de afastar o Sindicato das disputas políticas que os novos teriam travado – e, sobre isso, eu já alertava no capítulo anterior –, inclusive na ênfase dada ao termo “assistencialismo”. No entanto, cabe aqui um adendo interessante: a disputa pela “base”. O que o barbeiro-vereador narrou foi uma disputa política que levava em consideração a base de sapateiros-moradores. Em princípio, Adalberto compreendia as consequências de sapateiros se organizarem em diferentes bases e os perigos que isso poderia acarretar para a diretoria do Sindicato. Se este tipo de diálogo entre Adalberto e os/as trabalhadores/as do calçado realmente existia, o sindicalista possivelmente temia a agência da categoria e sua força de organização à revelia da entidade sindical.

### 3.7 Identidade-trabalhador

Fontes (2013) argumentou que as sociedades amigos do bairro (SABs) foram essenciais para a construção da imagem de Jânio Quadros no Brasil de modo geral, mas principalmente em São Paulo. Se, de um lado, a memória solidificou o presidente como um sujeito excêntrico, populista e, ao mesmo tempo, “manipulador das massas”, o referido estudo vai na contramão dessa literatura memorialística, indicando que Jânio contou com a participação de movimentos populares paulistas, ao mesmo tempo em que dava retornos concretos aos moradores, com políticas voltadas às referidas associações. Fica evidente que os moradores-trabalhadores se tornaram “atores políticos fundamentais da vida na cidade” (idem, p. 88), no caso, em um período anterior ao examinado nesta dissertação.

De qualquer forma, o exemplo indica a tendência de alguns espaços políticos a serem atravessados pela mobilização e organização popular. O que defendo aqui, com base na documentação apresentada e na bibliografia consultada, é que boa parte das organizações populares existentes no município entre 1974 e 1979 foram relevantes para a ocorrência de certas alterações significativas no *status quo* social e político em Novo Hamburgo. Ademais, as dificuldades experimentadas pelos agentes que migraram do campo para a cidade naquela década foram fundamentais para a propagação de um novo clima político.

O que a documentação indica é que as comunidades formadas em Novo Hamburgo iniciaram um processo de desconstrução da hegemonia teuto-brasileira desde a década de 1950, mas de modo mais acentuado nos anos 70, em diferentes setores. Ao observar as narrativas aqui transcritas, percebemos que nesse período houve uma reconfiguração do perfil dos/as trabalhadores/as, fruto de alterações anteriores – de, pelo menos, um período de 20 anos antes -, mas que tomou proporções maiores na época aqui enfocada. O processo migratório, afora seus elementos de conflitos de classe e de combate às violências do Estado, gerou uma cidade plural e, ao que tudo indica, conquistada à base de muitos conflitos.

Por todas essas razões, não parece absurdo falarmos em termos de uma “nova identidade” do/a trabalhador/a hamburguense, baseados naquilo que Fontes (2002, p. 385) designou como “identidade do trabalhador”. Neste estudo, o autor comenta sobre uma “identidade nordestina”, criada a partir dos conflitos oriundos da migração interna em São Paulo. Nas suas palavras:

Esse senso comunitário em São Miguel imbricou-se com a criação, tensa e relacional, de uma identidade nordestina por parte dos migrantes. No específico contexto dos anos 50 em que a ‘questão nordestina’ ganhava forma, os migrantes exerceram um papel fundamental neste processo. Esta identidade ‘nordestina’ criada e recriada em

São Paulo articulou-se por sua vez, a uma identidade de trabalhador, o que abriu espaço para um forte sentimento classista entre muitos migrantes (FONTES, 2002, p. 385).

Aplicando tal linha de raciocínio para o município focado nesta dissertação, sugiro que algumas questões são muito similares entre as duas realidades, não obstante as diferenças temporais e espaciais. O perfil de trabalhadores/a que migraram para Novo Hamburgo nos anos 1970, como vimos, é de indivíduos do campo, conhecidos na região como “colonos”. Essa “identidade colona” em Novo Hamburgo associou-se com uma “identidade teuto-brasileira”, mas tornou-se maior que ela, gerando aquilo que Fontes denominou “identidade de trabalhador”.

Talvez por esse motivo encontramos nos depoimentos obtidos uma tensão entre a ideia de trabalho e a própria percepção da organização sindical. Todas as entrevistas realizadas com sujeitos que não participavam de atividades políticas (sindicatos ou movimentos populares) tiveram em seu âmago o desejo de dissociar sua imagem do sindicato. Essas falas deixam entrever uma associação entre a militância sindical e o “não-trabalho”. Eroni comenta isso ao falar de sua rápida passagem pela metalúrgica hamburguense: “A [fábrica Máquinas] Enko se quebrou muito por causa das greves [...]. Era muita bagunça”. Alba reiteradamente levanta essa questão: “Não, nunca, isso não tinha. Eu não me lembro, desses anos todos, se alguém fez greve. É que as pessoas eram mais francas, resolviam seus problemas - pelo menos eu fazia isso - conversando diretamente com o patrão”. Outros personagens, que estarão presentes no capítulo seguinte, também apontam nessa direção.

Outro ponto importante aqui é a relação entre as greves e a presença dos “de fora”, exposta na entrevista de Celomar:

[...] Aí depois, quando subiu, quando aumentou a produção e funcionários, que vieram muitos funcionários do estado, da periferia, migraram para as empresas, porque eram uma mina de trabalho, aí como tinha muito trabalho, começou a aparecer a questão das greves.

Assim como Alba construiu a sua representação de que a violência em Novo Hamburgo teria sido fruto do afluxo migratório, Celomar reconstituiu o passado da cidade com base também nos novos habitantes, mas responsabilizando-os pelas greves. De fato, a documentação nos possibilita construir uma narrativa que aponta para a emergência de conflitos muito mais visíveis a partir da metade e finais da década de 1970 - como foi o caso da Greve de 1979, que será apresentada com maior detalhamento no capítulo final.

Conforme pontuou Weber (2004, p.392), a região metropolitana de Porto Alegre, à qual Novo Hamburgo pertencia politicamente, ganhou ares de um “grande mercado de trabalho, que é também a área de atuação dos sindicatos, [onde] as vilas são o *locus* a partir do qual os ‘vileiros’ exercem sua cidadania, inclusive quando estão fora do mercado de trabalho”. O mais provável é que este espaço de disputa política que independe da mediação sindical tenha sido um ponto de convergência para diferentes agentes que chegaram em Novo Hamburgo, ou mesmo que já habitavam a cidade. Não é à toa que o movimento popular serviu de alavanca para duas candidaturas de Nidi à Câmara de Vereadores, tendo sido eleito em ambas. Também não é à toa que Nelson de Sá, figura conhecida pela burguesia e elite política da região, tenha retornado ao movimento social. A força dos trabalhadores também se mostrou fora das fábricas e fora da luta sindical.

Partindo do pressuposto thompsoniano de que classe e luta de classes são as últimas e não as primeiras instâncias de onde os sujeitos organizados partem, poderíamos dizer que os conflitos gerados no âmbito das migrações foram fundamentais para desestabilizar uma certa ideia de harmonia entre as classes em Novo Hamburgo. Também foram importantes para construir sentimentos de unidade entre mulheres e homens provenientes de regiões distintas do sul do Brasil.

No próximo capítulo irei argumentar que instituições políticas ou movimentos sociais organizados não foram os únicos responsáveis pela formação do perfil do operariado e por tensionar as relações entre sindicato e categoria. O esporte operário em Novo Hamburgo ganhou uma dimensão que ultrapassou a área do lazer e alcançou uma relativa expressão política, de forma muito parecida ao que aconteceu em outras partes do país, ainda que com algumas características próprias em função das peculiaridades do contexto local.

#### 4 JOGO DE CLASSES: FUTEBOL, ASSOCIAÇÕES, IDENTIDADES

Un vacío asombroso: la historia oficial ignora al fútbol. Los textos de historia contemporánea no lo mencionan, ni de paso, en países donde el fútbol há sido y sigue siendo un signo primordial de identidad colectiva (GALEANO, 2005, p.243).

Betinho nem sempre foi sindicalista, como o primeiro capítulo deixou claro. A partir da década de 1980 passou a se interessar pelos assuntos políticos do sindicato e da categoria de trabalhadores do calçado, mas até então não tínhamos muitas informações sobre como se deu sua iniciação política e de como agia nos anos 1970. Em suas lembranças narradas na segunda entrevista concedida à presente pesquisa, comentou que o despertar para a política foi fruto de uma relação estabelecida nas fábricas, mais precisamente na fábrica de calçados “Czarina”, localizada a poucos metros de sua casa, mas que pertencia ao município vizinho de São Leopoldo. De acordo com o próprio entrevistado: “E aí eu fui conhecer um pouco mais [do Sindicato] quando eu fui trabalhar na Czarina. E aí eu fui conhecer um pouco mais de um cidadão chamado Antônio Bernardino de Souza - tinha um apelido de Rancheirinho”.

O contato de Betinho, jovem trabalhador, com o experiente operário e militante político, na década de 1980, alterou sua perspectiva e lhe indicou um dos possíveis caminhos dali por diante: o de aliar-se aos “novos” sindicalistas, contra os “velhos”. Rancheirinho tornou-se famoso pela oposição sindical de 1968, que, como foi comentado no primeiro capítulo e será retomado adiante, gerou uma série de perseguições políticas e terminou com sua mudança para a cidade vizinha. Betinho, por outro lado, não tinha nenhuma relação com qualquer sindicalista da região - ao menos de acordo com o que as evidências apontam - mas, por algum motivo, foi convidado a fazer parte de um movimento que, no início dos anos 1980, tomava forma no Vale do Sinos. O contato entre Rancheirinho e Betinho, dado a partir das relações entabuladas na fábrica, veio a construir uma nova liderança dos sapateiros, que aos poucos aproximou-se do sindicato oficial da categoria.

Confesso ao leitor e à leitora que a primeira indagação que fiz às fontes ao começar este trabalho foi: como a carreira política de Betinho se tornou tão forte no município, entre os anos de 1980 e 1990, chegando a consagrar-se presidente do sindicato e vereador da cidade? Seguindo-se a isso, perguntei-me: e por que Betinho fora convidado à luta política pelos meios sindicais? Na sua primeira entrevista, ele forneceu uma opinião que pode nos ajudar a responder ao primeiro questionamento:

É que na época tinha o campeonato do Sesi, organizado pelo Sesi, na época da Ditadura ainda. Como tu não podia se organizar pra reivindicar salário, tu jogava futebol. Era isso. E o Sesi cumpria esse papel, que é o do social. Quando começa lá

no início dos anos 80, que tu sai das grandes greves, é disso. Eles te enxergam como uma liderança que vai conseguir organizar os trabalhadores.

Na leitura retroativa de Betinho, a sua aproximação com a categoria de sapateiros a partir dos jogos esportivos organizados pelo SESI colaborou para a difusão da sua imagem junto aos trabalhadores (não apenas sapateiros, mas também de outras categorias que participavam de tais campeonatos). A partir dessa primeira interpretação comecei a me indagar sobre o papel que o futebol de fábrica exerceu ao longo dos anos, e de que forma a grande circulação de operários pelos meandros do esporte funcionava como palanque político, podendo ser convertido em confiança nos assuntos eleitorais, fossem eles sindicais ou não.

No entanto, qual não foi minha surpresa ao questionar o entrevistado, já em outra entrevista, e sobre o mesmo assunto obter a seguinte resposta:

*Tu acha que ficou conhecido entre as pessoas [por causa do futebol] e que isso te ajudou depois dentro do sindicato?*

Não, não. Era amizade o que a gente tinha. Eu fiquei muito conhecido depois quando eu assumi a presidência do sindicato. Quando eu fui pra dentro do sindicato. Eu controlava a eleição de CIPA nas fábricas. Nós tínhamos uma cláusula no dissídio que nós fazíamos as eleições, e aí como dirigente sindical, aí eu fiquei muito em cima. Eu ia nas fábricas falar com os trabalhadores. Eles nem lembram disso, do jogo, mais como dirigente mesmo, de colocar minha posição.

Assim, nessa segunda entrevista, Betinho negou que sua circulação em diferentes grupos de trabalhadores pela via do futebol tenha sido preponderante para seu crescimento na política. Minha reação no momento da entrevista foi a de questionar o próprio depoente e contrastar esta fala com a primeira. Não o fiz porque, sendo a memória sempre do presente (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1989; ROUSSO, 2006), levei em consideração os dois períodos distintos em que as entrevistas foram concedidas: na primeira, realizada antes do Golpe de 2016, quando Betinho ainda ocupava um cargo de chefe de gabinete da prefeitura municipal, membro ativo do PT da região; na segunda, já aposentado, sem participação ativa no partido, posterior ao Golpe e com uma conjuntura política pouco inspiradora, com a retirada de direitos trabalhistas. Os diferentes momentos podem ter alterado sua forma de lembrar do passado, mas, para esta análise, a contradição existente na lembrança de Betinho serviu de desafio e, ao mesmo tempo, de gatilho para novas perspectivas que serão entregues ao leitor e à leitora agora.

Este capítulo tratará de entender os meandros do esporte operário em Novo Hamburgo, delimitado ao período estabelecido nesta análise, ainda que compreenda os processos históricos

anteriores e posteriores. A partir da redução na escala de análise, pretendo mostrar que os anos 1970 não encerraram uma apatia política da categoria de sapateiros por falta de representação e de combatividade sindical. Ao contrário disso, assim como fizeram em relação aos movimentos sociais de luta pela moradia e resistência associativista, trabalhadores/as utilizaram algumas das ferramentas disciplinadoras do próprio Estado para se beneficiar - o futebol é um caso especial, tanto no que se refere ao esporte organizado pela burguesia industrial - o SESI - quanto pelos campeonatos varzeanos, disputados por clubes independentes de Novo Hamburgo e região. Deste modo, considero relevante situar o papel do “esporte bretão” nas relações sociais de dominação e resistência estabelecidas entre as classes, no Brasil e no mundo.

#### **4.1. “O esporte que o mundo tornou seu”**

A importância do futebol enquanto articulador de conflitos e associações tem sido pontuada nos últimos anos também pela historiografia. O fato deste esporte ter sido aquele “que o mundo tornou seu”, de acordo com Hobsbawm (1995, p. 158), passou a ser percebido como um elemento de organização de identidades e relevante para historiadores sociais. As críticas que Galeano (1995) tecia à ausência de diálogo entre as ciências humanas/sociais e o esporte bretão parecem ter surtido algum efeito - e, no entanto, ainda há muito a ser feito.

Nestes termos, creio não haver nada de muito novo em dizer que o futebol faz parte da cultura operária. Desde o início do século XX, quando o esporte se espalhou pelo Brasil, trazido pelo britânico Charles Müller, o jogo de bola foi subvertido em manifestação popular. Se considerarmos o futebol profissional, por exemplo, já nos anos 1930 boa parte do elenco nacional de jogadores era formado por trabalhadores de fábricas e provenientes de vilas operárias, como mostrou Leite Lopes (2010). Seja pelo baixo custo, seja pela facilidade em praticá-lo em qualquer espaço mais ou menos propício, o futebol foi disseminado em todo o território nacional, seguindo a linha de outros países, até chegar ao ponto em que é, hoje, considerado uma das grandes - e talvez a maior - expressão esportiva. No caso do universo trabalhador, o futebol operou em diferentes esferas do conflito de classes.

Antunes (1994) nos indicou que na primeira década do Novecentos o futebol foi elemento de desacordo entre os movimentos anarquistas e os de caráter comunista. Os primeiros acusavam-no de ser o “ópio do povo”, dada sua função “alienante”, que fugiria ao verdadeiro enfoque necessário à classe operária: a luta de classes. Por outro lado, os

movimentos de caráter comunista percebiam que aquele jogo poderia ser subvertido em espaço de radicalização política (ANTUNES, 1994).

Com o passar do tempo, diferentes governos nacionais perceberam a força do esporte enquanto aglutinador de massas. O populismo varguista usufruiu dele, os movimentos políticos dos anos de 1960 também, sem esquecer do trabalho de difusão do otimismo através da seleção brasileira, realizado pelo ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)<sup>101</sup>. Quanto a este último, há uma aparente contradição: se, por um lado, a administração de Médici se caracterizou por ser um dos períodos mais sangrentos da ditadura civil-militar, por outro, foi também o mais popular. Na perspectiva de Guazzeli (2000), este ponto contraditório se deve ao movimento ufanista que se seguiu à conquista do título mundial pelo selecionado brasileiro de futebol, em 1970. O grupo empresarial responsável pela mídia utilizou em larga escala o elemento unificador que o futebol trazia (FICO, 1997). Dessa forma, “o Brasil se tratava de um país ‘vencedor’ e que se unia ao redor de uma única identidade, trajando o verde-amarelo oficial do uniforme futebolístico brasileiro, visto por milhões de pessoas, por meio das transmissões televisionadas das partidas futebolísticas” (PRODANOV e MOSER, 2013, p.57)<sup>102</sup>.

Talvez por esse motivo minha preocupação inicial foi entender os objetivos da Prefeitura Municipal e do SESI ao estimularem esportes operários com tamanha expressividade. Um esporte de grande reconhecimento por parte da classe trabalhadora, que se tornou símbolo de uma identidade nacional coesa, incentivada pela ditadura e que ganhou dimensões regionais.

Os anos de 1970 foram atravessados pela disseminação de campeonatos regionais e estaduais de futebol operário no Rio Grande do Sul, organizados com base no discurso de congregação e alianças entre operários e patrões. No entanto, cabe sinalizar que o fato de haver um projeto nacional visando o discurso da conciliação classista com base em esportes operários ou em propagandas nacionalistas não significava que a classe trabalhadora brasileira aceitava a “isca” e se comprometia com o jogo proposto. Assim como em outras regiões do mundo, o esporte operário serviu de resistência a muitas práticas de dominação<sup>103</sup> e, como veremos, em Novo Hamburgo o futebol se evidenciou como um espaço de socialização, lazer e disputa política.

---

<sup>101</sup> No que diz respeito à relação dos ditadores pós-64 com o futebol, ver Fico (1997), Skidmore (2000) e Guazzeli (2000).

<sup>102</sup> Guazzeli (op. cit.) mostrou que o movimento identitário proposto pela ditadura fora tensionado pelo movimento gaúcho de futebol que, em 1972, teve sua expressão máxima no confronto entre duas seleções: a brasileira e a gaúcha.

<sup>103</sup> Ver, por exemplo, o estudo comparativo entre Brasil e França de Cioccarri (2010).

## 4.2. O futebol, o SESI, a ditadura

No início da década de 1960, o SESI inaugurou uma série de atividades desportivas de cunho competitivo, tais como ciclismo, atletismo, futebol, handebol e bolão<sup>104</sup>. Esses jogos foram chamados de Olimpíada de Confraternização Operária do SESI (OCO). De acordo com a própria instituição, o objetivo central era o “congraçamento dos trabalhadores das mais diferentes indústrias do Rio Grande do Sul” (TORRESINI, 2016, p.75).

A participação de trabalhadores na Olimpíada era muito variada. O papel feminino, por exemplo, era relativamente baixo até a metade da década de 1970, mas a participação de mulheres aumentou com o decorrer dos anos. Se considerarmos que em Novo Hamburgo quase metade da força de trabalho era composta por mulheres, poucas foram as trabalhadoras a entrarem nas disputas da OCO, sendo que só em 1975 foi inaugurada uma sessão do certame específica para elas (JORNAL NH, 07/02/1975, p. 9). Se, até 1975, o papel feminino na OCO era relegado à coadjuvância, o crescimento de mulheres nos postos de trabalho, seu protagonismo nas fábricas e as discussões do período sobre o papel feminino na política<sup>105</sup> possivelmente alteraram as perspectivas quanto às suas participações nos campeonatos. Em diferentes escalas o esporte feminino ganhava força. A título de exemplo, lembro que em 1975 um campeonato interno do Grupo Sinos (mantenedor do *Jornal NH*) chamava a atenção para a participação feminina no torneio de futebol de salão, apontando para a existência de outros certames, à parte das organizadas olimpíadas do SESI (JORNAL NH, 12/03/1975, p. 07).

De qualquer forma, o SESI se construía como referência em termos de esporte operário no Estado. Sua participação nas questões públicas também fazia parte dessa construção. Em virtude das diferentes efemérides comemoradas em Novo Hamburgo, o esporte aparecia como elemento de unificação, funcionando como lazer daquela população, mas ao mesmo tempo instituindo símbolos de identificação com a cidade e a estética germânica. Não foram poucos os casos em que a prefeitura, o estado do Rio Grande do Sul e o SESI organizaram eventos para comemorar as efemérides da Imigração Alemã. Em um dos casos, o de 1974 (ano de comemoração do Sesquicentenário da Imigração Alemã), milhares de pessoas participaram do

---

<sup>104</sup> Esporte de origem teuto-brasileira que agrega algumas características do boliche.

<sup>105</sup> Talvez não por acaso o ano coincida com o da formação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), que construiu uma frente de oposição ao regime, composta e liderada por mulheres do MDB. A força feminina na política mostrava-se mais ativa e, é possível prospectar, estes movimentos interferiam em outras esferas do público. Sobre a MFPA ver o trabalho de Padrós e Gasparotto (2014) e o depoimento de Lícia Peres (2014), membro fundadora da seção gaúcha do MFPA.

torneio de ciclismo (JORNAL NH, 04/07/1974, p. 4). Inclusive há que se considerar esse como esporte bastante difundido neste período. Em 1977 o Ministério do Trabalho desenvolveu uma atividade de ciclismo em Novo Hamburgo, ligada à semana sindical, em que muitos participantes encheram as avenidas da cidade (JORNAL NH, 18/03/1977, p. 11). No que diz respeito aos espaços de lazer e esporte do município, a prefeitura firmou parcerias com o SESI, a fim de desenvolver esportes como bolão, vôlei, basquete, ciclismo e tênis (JORNAL NH, 11/06/1975, p. 8).

O fato é que o SESI jogava um peso significativo nas atividades de esporte e lazer na cidade. O destacamento de um líder regional do Serviço, que ficaria encarregado de comandar as ações desportivas na região do Vale do Sinos, representava a importância que a instituição dava ao Vale. Dario Loblein, diretor regional de esportes do SESI, acompanhava as atividades nesta localidade, tornando-se muito conhecido entre os trabalhadores (JORNAL NH, 22/02/1974, p. 10). Sua boa circulação entre o setor produtivo lhe indicou caminhos para a atuação política e, em 1976, ele se lançou candidato à vereador pela ARENA, mas não foi eleito, fazendo poucos votos.

Em 1975 um projeto animou alguns grupos do município. Através de uma discussão realizada na câmara de vereadores, os membros do legislativo municipal aprovaram com unanimidade a doação de um território para a construção da sede municipal do SESI, localizada no bairro Rondônia (JORNAL NH, 10/10/1975, p. 3)<sup>106</sup>.

No que concerne à atenção dada pelos membros da burguesia industrial gaúcha e, em especial, hamburguense, ao esporte operário e aos campeonatos de futebol do SESI, resta o questionamento dos motivos subjacentes à retórica do conagraçamento. Quais as razões para a difusão da prática desse esporte? Sugiro pensar em três motivações principais: a aparente, a legal e a instrumental.

A motivação aparente se expressa nos discursos oficiais do SESI, de acordo com o texto sobre a entidade (TORRESINI, op. cit.): congregar as diferentes categorias num espírito de lazer e sociabilidade. Essa motivação foi introjetada por alguns jogadores do campeonato, como o próprio Betinho, de acordo com o que vemos no seguinte trecho:

É que na verdade os empresários da época que investiam nos times deles né.

*E por que investiam?*

---

<sup>106</sup> O projeto original que datava de 1974 tornou-se concreto apenas em 1978, com a abertura oficial do Centro Social do SESI.

Para a prática do esporte. Que gostavam, na época. Hoje isso não existe. Hoje, por exemplo, que nem nós aqui, a gente conversando, os empresários do setor coureiro-calçadista, ou metalúrgico, ou de outra área, são muito poucos os que investem, por exemplo, no [clube] Novo Hamburgo e no [clube] Aimoré.

[...]

Mas eles investiam muito nessa questão do lazer, era o campeonato. E com o passar do tempo isso foi se perdendo. Hoje não tem mais esse papel. O próprio SESI não incentiva mais a prática do esporte, que antes era muito forte.

Na rememoração do operário-jogador a motivação do empresariado local para o futebol era a própria prática esportiva e lazer. De fato, as evidências apontam para casos em que donos de empresas participavam dos campeonatos ou que assistiam aos jogos com regularidade, como veremos adiante. Mas isso não explica, por exemplo, quais os motivos para ações mais incisivas das empresas nos campeonatos, formando times para vencer - e, assim como é comum no futebol de fábrica mundial, contratando ex-jogadores<sup>107</sup>. Em todo caso, há uma motivação mais ampla e de cunho legal.

A partir de 1975, a ditadura regulamentou a construção de equipes de futebol organizados por empresa, pela Lei 6.251. A lei, que tornava mais rigorosa a necessidade de difusão da prática esportiva (já presente no regime desde 1968), previa “uma estrutura básica para a promoção de eventos esportivos localmente, de modo a promover a integração entre esses setores sociais” (ROQUE, 2012, p.13). As fábricas também teriam que arcar com os custos da infraestrutura, recebendo isenção de impostos como contrapartida. A prática existente no Brasil desde o início do século tornou-se oficial, portanto, para o regime e, com isso, aliou-se ao Conselho Nacional de Desportos, fazendo parte da estrutura desportiva do Estado ditatorial<sup>108</sup>. Assegurado pela lei, o futebol operário recebeu um salto significativo, ao menos no que diz respeito às fontes concernentes à Novo Hamburgo.

A segunda metade da década de 1970 marcou um período de muita difusão esportiva entre os trabalhadores, seja ela promovida por membros do Estado ou por representantes da indústria. Observando todos esses acontecimentos e pensando a partir de uma política repressiva, autoritária e violenta como foi a daquele período, pode-se argumentar que o esporte foi utilizado como ferramenta do Estado para disciplinar mentes e corpos dos operários. Dessa

---

<sup>107</sup> Cioccaro (2014) informa que este mesmo modelo era aplicado por empresários franceses. Alguns casos no Brasil confirmam essa tradição, não apenas nos anos 1970, mas antes e depois também. Até porque muitos destes jogadores surgiram do futebol de fábrica e, quando não podiam mais jogar pelos clubes, voltavam para as fábricas. Veremos alguns casos como estes mais adiante.

<sup>108</sup> Lei 6.251 de outubro de 1975. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6251-8-outubro-1975-357712-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 31/07/2018.

forma, nos momentos de lazer, estariam ocupados com atividades corporais e disciplinados pela perspectiva de conciliação de classes a fim de não pensarem em ações “subversivas”<sup>109</sup>.

Olhando para a difusão do esporte em diferentes países do globo, como na França, por exemplo, perceberemos “o claro interesse dos empresários em promover, através desse esporte, uma identificação clube-empresa, suscitando a crença de que jogadores, trabalhadores e patrões formavam uma grande família” (ANTUNES, 1994, p. 106). O caráter instrumental da difusão do esporte operário e do futebol como carro-chefe apresenta-se, assim, na perspectiva de disciplinarização, mas também de unificação e formação de identidade entre operários de uma mesma fábrica.

É válido também apontar a legitimidade destes campeonatos frente aos atletas que participavam. Na memória de Betinho, por exemplo, a redução dos campeonatos do SESI representa um ponto negativo para a cidade: “O próprio SESI não incentiva mais a prática do esporte”. A força do seu depoimento precisa ser compreendida de outra forma, já que não se trata de um operário sem formação política, mas de um ex-sindicalista e político experiente da cidade.

A instrumentalização do futebol operário também pode ser vista por uma perspectiva mercadológica. Quando jogavam em campeonatos municipais e intermunicipais, os atletas-operários levavam o nome da empresa adiante, numa demonstração de força perante outras fábricas (ANTUNES, 1994). Como apontou Roque (2012, p. 11), o time da fábrica era “um meio de divulgar seus produtos e disseminar uma boa imagem da mesma perante a comunidade”. Vencer era mais do que uma questão de difusão do esporte ou de construção da identidade operária dentro da fábrica.

Nesse sentido, diferentes estratégias foram traçadas, nos anos 1970 em Novo Hamburgo, para a disputa dos campeonatos, para a construção de carreiras profissionais sólidas e para disputas políticas no interior de um regime violento. No primeiro caso, a contratação de operários-jogadores e jogadores-operários<sup>110</sup> era uma prática bastante difundida.

---

<sup>109</sup> Antunes (1994, p.105) comenta o debate clássico nesta seara, em que, de um lado, ficam teóricos como Anatol Rosenfeld, levantando “a possibilidade de que o incentivo seria uma forma de domesticar seus corpos para o trabalho”, e de outro, acadêmicos como Waldenyr Caldas, que rejeitam este argumento, baseados em questões mais complexas, como a própria construção identitária de determinadas fábricas, ou mesmo a disputa mercadológica - o “time” seria a propaganda da empresa.

<sup>110</sup> Utilizo as duas expressões com base no trabalho de Roque (2012), em que o “jogador-operário” era o ex-profissional que, após a aposentadoria dos campos, iria para as fábricas, trabalhar em meio turno como operário e meio turno como jogador da empresa. O “operário-jogador” tinha como precedência a condição de operário, mas como jogava bem futebol, era contratado para a fábrica, podendo se destacar e entrar para times profissionais.

Para discutir esta questão apresento ao leitor e à leitora mais dois personagens que fazem parte deste texto: Osmar e Jaime da Silva.

### 4.3. Os operários-jogadores

#### IMAGEM 7: JAIME DA SILVA



Foto: do autor (2018).

#### IMAGEM 8: OSMAR “MANDINHO” DA SILVA



Foto: do autor (2018).

Os irmãos Osmar “Mandinho” e Jaime concederam-me uma entrevista na casa do primeiro. Sapateiro desde a infância, Mandinho, hoje com 74 anos, tomou o ramo do corte de couro para fábricas de calçado e especializou-se nessa área. Em suas palavras: “eu sempre disse pros meus patrão, o dia que vocês me botar na esteira vocês me mandam embora”.

Jaime, 68 anos, também sapateiro, iniciou os trabalhos no ramo calçadista mais tarde que o irmão, tendo contato com um modelo de produção racionalizado, sem muitas dificuldades com o trabalho na esteira de produção. Além do parentesco, o que uniu os dois homens foi o fato de serem sapateiros e jogadores de futebol varzeano na cidade.

Ao longo de toda a entrevista foi possível perceber a paixão que ambos ainda nutrem pelo futebol. Em diferentes momentos realizavam comparações de suas atuações com jogadores atuais - Mandinho, por exemplo, disse ser equivalente ao “D’Alessandro”, atual jogador do E.C. Internacional, de Porto Alegre (RS). Jaime, por sua vez, foi entrevistado usando o uniforme do clube do bairro, E.C. Santo Afonso. A entrevista com os operários-jogadores ajudou a aprofundar a compreensão da relação que as fábricas de calçado do município mantinham com o futebol. Por exemplo, em determinado momento, os entrevistados afirmaram que este esporte lhes rendeu boas oportunidades, sobretudo para Osmar “Mandinho”. Em suas palavras:

Osmar: Que nem eu que jogava futebol, eu tinha meus amigos que jogavam futebol e eles sempre me levavam pra trabalhar nas fábricas. Aí eu fui trabalhar nas fábricas e até fui um cara de bastante sorte. Sempre fui chefe de seção. Sem estudo mesmo, mas a cabeça era boa. Sempre cuidei de sessão de corte. Cortei muito, mas cuidei muito de sessão também.

*E onde o senhor trabalhou? Dessas fábricas que chamavam o senhor pelo futebol?*

Osmar: Ah, eu ia mais por causa do futebol mesmo. Eu trabalhei vinte anos no Calçados Solemio, ali eles me levaram por causa do futebol.

Jaime: eles foram Tri-Campeão, né? Estadual do SESI.

Osmar: Jogava muito, eu ia mais nas fábricas por causa do futebol. E tinha oportunidade por causa disso também, né.

“Mandinho” ficou conhecido entre os trabalhadores por sua desenvoltura no futebol. Considerado como excelente jogador, era frequentemente convidado para jogar por clubes da região, mas, principalmente, por fábricas que disputavam o campeonato do SESI. Neste sistema, comum no município assim como em outras regiões do país, o operário era contratado pela empresa para trabalhar na fábrica em certos turnos e jogar futebol pelo time da “firma” em outros - majoritariamente nos sábados à tarde, no caso hamburguense. Na passagem acima, o entrevistado argumenta que foi convidado para trabalhar em uma fábrica como chefe de seção, mesmo sem ter concluído o ensino fundamental (à época, denominado de primário) por causa do prestígio no esporte. Seu trabalho na fábrica aliava-se ao trabalho dos campos de futebol, onde representava o time da empresa nos campeonatos do SESI. A história de Osmar não é singular, tampouco abre uma discussão completamente nova.

Antunes (1994) lembra o caso de Garrincha - também analisado por Lopes (2010) -, operário da fábrica têxtil Cia. América Fabril de Pau Grande, RJ, empresa em que o jogador trabalhara desde criança. A relação estabelecida entre o futebol e o time da fábrica rendeu ao operário jogador boas oportunidades de trabalho, até se tornar notório jogador profissional.

O trabalho de Ciocari (2010) levanta justamente o que ela chama de “pequena honra” entre os operários. Em seu estudo, analisando a trajetória de mineiros do carvão que jogavam futebol nos anos 1960 e 1970, no Rio Grande do Sul, a antropóloga notou “que quase todos ascenderam à condição de encarregados ainda jovens”, sendo que a honra não era impressa apenas na companhia em que estes homens trabalhavam, mas também “na comunidade, favorecendo carreiras políticas e alianças matrimoniais” (CIOCCARI, 2010, p. 90).

No caso hamburguense outros exemplos atestam a presença dessa prática de contratação de funcionários para a prática do futebol. É o caso da entrevista de Celomar:

Assim ó, nesses times de empresa, eu nunca participei tá, mas tinha empresa que contratava como funcionários, alguns boleiros, pra formalizar um time pra vencer. E como tu falou, essas empresas tinham times, contratavam como funcionários da empresa, pra disputar campeonato, eram muito disputados os campeonatos entre as indústrias de calçados. O campeonato do Sesi, que eles falavam.

*Então jogar bem futebol podia render um emprego?*

Rendia, rendia mesmo.

A facilidade em conseguir empregos parece ter sido apenas uma das vantagens concedidas a estes operários-jogadores. Outra fala que remonta a esta prática é a de Betinho (2ª entrevista). Em seu testemunho, ele lembrou:

O que que é que acontecia: as empresas participavam em final de semana, principalmente em sábados. Só em sábados, que tinha campeonato do SESI. Aqui em Novo Hamburgo tinham empresas que tinham um timão, tinha os [empresários] que contratavam os caras [para trabalhar na empresa] só pra jogar o SESI e ser campeão. É sim, [esse é] o caso do Calçados Solemio, o Requite, o Fibra, os [Irmãos] Muller [...]

*Se jogasse bem era contratado para trabalhar na fábrica?*

Era contratado para trabalhar na fábrica e jogar. Além do campeonato do futebol de campo tinha o futebol de salão. Por exemplo, até hoje ainda existe o Motoca. O [Calçados Irmãos] Muller fechou, mas os jogadores mantiveram o Motoca, foi Multi Campeão de futebol de salão aqui. Aí tinha também... o Motoca, o Galera também tinha um time muito bom. É que o Galera fazia chuteira e tênis, né. E o campeonato era pegado, bah, cada timão aparecia... Contratava os caras, fazia uma seleção aí. Nas empresas. Eu trabalhei na Czarina de 80 a 87 e em oitenta... eu não me lembro bem se foi 85 ou 86, nós fomos campeões municipais de São Leopoldo, na Czarina. Ganhamos na final da [fábrica] Gedore. Bah, tinha um timão a Gedore.

O relato de Betinho ajuda a entender a complexidade dos campeonatos municipais do SESI, com diferentes equipes preparadas para disputar e vencer os certames. Talvez o que tenha escapado desses relatos seja o fato de que, muitas vezes, os jogadores contratados para trabalharem nas fábricas eram inseridos em postos relativamente altos na hierarquia da empresa. Leite Lopes (2010) assinalou a presença de regalias<sup>111</sup> dentro da fábrica que eram consideradas legítimas por outros trabalhadores. Provavelmente esse era o caso de Osmar “Mandinho” que, segundo seu relato, “trabalhava no Solemio, cuidava da seção, deixava os serviço pros cara [colegas], eles [responsáveis pelo time] me pegavam e [me] mandavam pro jogo. Aí [eu] terminava o jogo e vinha trabalhar”.

Assim, a posição de chefe de seção parece ter tido mais relação com sua proeminência no futebol do que com outro motivo; não podemos negar que seus conhecimentos no ramo do calçado já eram avançados neste período - considerando que já nos anos 1970 o entrevistado contabilizava mais de uma década no trabalho -, mas tudo indica que a posição de chefe era essencial para manter a unidade hierárquica que ligava transversalmente seu prestígio no campo de futebol e na fábrica.

Leite Lopes (2004, p.23) chega a afirmar que a união entre futebol e fábrica funcionava como elemento de unificação em uma espécie de “quase-instituição total”. Noutros termos, o lazer (futebol) e o trabalho (fábrica) se fundiam na “quase-totalidade” da vida daqueles trabalhadores e “essas instâncias constituíam-se em dispositivos nos quais se atualizavam e se potencializavam os prestígios e o pequeno capital social entre os trabalhadores daquele mundo”. E é compreensível como essa “quase-instituição total” se difundia. O futebol era, para diversos desses trabalhadores, um dos poucos espaços de sociabilidade existentes na década de 1970. Como disse Jaime: “tu jogava de manhã e já ficava de tarde pra ver os outros jogar. Jogava de manhã, já almoçava por lá, que depois chegava o resto da turma”.

Não seria estranho supor, portanto, que os mesmos operários que conviviam com homens líderes no futebol, valorizando suas performances nos campos, pudessem igualmente lhes considerar líderes em outros espaços, como na fábrica, no sindicato, na associação de moradores, etc. Essa é uma das explicações, por exemplo, que dou ao caso de Betinho: sendo um jogador importante, com inserção nos campeonatos do SESI – futebol de salão e de campo - tornou-se referência fora dos gramados, o que lhe rendeu determinados capitais para assumir

---

<sup>111</sup> Freitas (2018) também assinalou a existência de diferentes privilégios entre operários das minas de carvão do Rio Grande do Sul em seu estudo sobre as Minas do Leão. Em sua perspectiva, assim como a legitimidade dos operários-jogadores podia ser levada em consideração quando da contratação e posicionamento nos altos postos hierárquicos da fábrica, essa situação poderia também gerar atritos entre os próprios operários.

cargos no sindicato. O estudo de Cioccarri (2010, p. 105) mostra como este modelo de “líder” nos campos era transportado para outras áreas; dos mineiros gaúchos que se destacaram no futebol “alguns tiveram participações em sindicato, outros se embrenharam na política, [ou] tornaram-se líderes religiosos”.

O mesmo teria acontecido com “Mandinho”, que se tornou chefe de seção “sem estudo mesmo”, em virtude de seus conhecimentos no calçado e de sua liderança em campo. Ele próprio admite que era muito bom jogador. Trabalhou em duas fábricas durante quase quarenta anos, o que também lhe garantiu a fama do “bom empregado”. Sua função de chefe e sua postura de “bom empregado” durante todos estes anos parece também ter afetado a forma como era tratado em campo. Como o entrevistado lembrou, em certa ocasião:

Tinha um rapaz grande, um “alemão” bem grandão, forte, ele era torcedor do veterano em Canudos [clube do bairro Canudos]. Aí um dia fomos jogar lá e aquele alemão gritava na tela [cerca que separa a torcida do campo]. Era Gerson o nome dele, eu dizia: “ô Gerson, para com isso!”. Ele dizia: “Ô Mandinho, só tu vai se salvar desse time do Santo Afonso, que o resto nós vamos dá-lhe um pau neles!”. Eu dizia “ô Gerson, não faz fogueira...” Os caras lá não gostavam de nós. Nunca me esqueço disso. *Eu trabalhava com ele, eu era o chefe dele.*

Neste trecho fica claro que a posição hierárquica que o jogador mantinha dentro da empresa lhe fornecia respaldo em campo, oriundo da expressividade de sua liderança e da possibilidade de retaliação na fábrica. Se um conflito nos campos de futebol gerava ações diferentes para Osmar em relação aos seus companheiros de time, por ser o chefe da seção de cortes da fábrica, não seria absurdo pensar que o efeito inverso também poderia acontecer. O prestígio do jogador em campo era atrelado à sua função na fábrica.

Se lembrarmos que Celomar, personagem do capítulo anterior, também teve cargo de chefe nas empresas em que trabalhou, veremos que seu caso não difere muito em relação aos jogos de futebol. Contando sobre um período em que se tornou conhecido por ser bom goleiro, em um jogo da empresa, ele lembrou:

Tinha um camarada que fazia carimbos e matrizes, e eles tinham um time muito bom. O cara se irritou tanto num jogo que a gente fez, era a empresa de calçados Klaser, ele se irritou que saiu da cancha, não tinha jeito de me vazar [fazer gol]. Na realidade eu tinha muito reflexo. Foram algumas passagens da minha vida que me trazem muita alegria também né.

O fato de ter se irritado com Celomar por não conseguir fazer gol em sua goleira poderia ser simplesmente uma “mágoa futebolística”, mas também poderia ser um sentimento gerado nas relações de trabalho e extravasado no campo. E mesmo que a zanga do atacante tenha sido

gerada pela impossibilidade de vencer a partida, sua reação não foi violenta, não enfrentou seu “chefe”: “ele se irritou que saiu da cancha”.

De todo modo, a imagem de alguns trabalhadores de bons jogadores parece ter influenciado uma série de questões que fugiam aos gramados. Nessa interlocução entre campo e fábrica, diferentes lideranças podiam surgir. O caso de Betinho indica uma possível liderança política surgida dos campos; já em Mandinho vemos uma liderança profissional legitimada pelo futebol.

Mas, se alguns operários precisavam adquirir esta “pequena-honra” ao longo de maior ou menor tempo, outros já adentravam às fábricas com prestígio social elevado. É o caso dos jogadores-operários.

#### 4.4 “Mesmo véio, na várzea é bom jogador”: os jogadores-operários

Da mesma forma que operários eram contratados por jogarem bem o futebol, ex-jogadores profissionais de futebol também eram contratados para jogar pelas empresas nos diferentes “quadros”, ou seja, níveis de idade em que eram separados os jogos: havia os quadros 1 e 2 (ambos adultos), juvenil e veterano (geralmente maiores de 30 anos). Betinho comentou sobre um de seus colegas que jogou pelos veteranos de sua empresa:

O Juarez, um amigo meu que, ele chegou a ser profissional. Jogava na [Fábrica] Gedore, o cara ganhava pago pra ir jogar, o cara é muito bom de bola. Jogava salão e campo, jogou no [E.C.] Novo Hamburgo, jogou no Inter[nacional de Porto Alegre], chegou a ir pra jogar no Botafogo, no Rio [de Janeiro], aí voltou, quebrou a perna, jogou no Novo Hamburgo de novo, quebrou a perna de novo, aí foi trabalhar comigo na Czarina. O cara era bom de bola.

A lembrança deste tipo de jogador também esteve presente na fala de Osmar. Em sua narrativa, ele comentou sobre um ex-jogador do Caxias do Sul:

[...] em 70 eu joguei no [time da fábrica] Calçados Piloto. Eles tinham um goleiro veterano que era do Caxias, que era modelista, bom goleiro. Aí ele ficou velho e veio trabalhar de modelista. Mesmo véio na várzea é bom jogador, né? *E era o nosso goleiro, nosso comandante, chefão lá.* Era o cara que conhecia futebol, né?

Novamente o fato de ser o “chefão” em campo parece ter muita relação com o cargo ocupado pelo ex-goleiro do Caxias do Sul. A experiência como jogador profissional valia muito neste ambiente em que o futebol servia de base para marcar distinções hierárquicas dentro da fábrica. Roque (2012) abordou essa questão em seu trabalho, apontando para a preferência que

estes ex-jogadores tinham em relação a outros operários. Ora, se a proposta do empresariado era difundir o nome da empresa e criar uma “quase-instituição total”, quem melhor para auxiliar a comandar tal instituição do que um ex-profissional? Antunes (1994, p. 108) chamou de “capital esportivo” o bem que estes jogadores teriam para articular a excelência no futebol com a possibilidade de ingressarem nas fábricas e atuarem nos graus médios e altos de hierarquias.

Este processo de contratação ocorria também em Novo Hamburgo, onde a transversalidade das hierarquias era igualmente importante para a coesão do grupo, para a manutenção da sensação de unidade e a tentativa de anulação dos conflitos entre capital e trabalho. Se as OCO, mais especificamente o campeonato de futebol do SESI, fossem realmente criadas “apenas” para o conagraçamento dos trabalhadores, não haveria a necessidade, por parte dos empresários, de organizar lideranças para a minimização dos conflitos, já que o próprio esporte o faria de modo natural. Minha reflexão é que os campeonatos de futebol do SESI passaram a agir, na própria função disciplinadora das fábricas, como instituição que regia a tentativa de conciliação e manutenção da ordem. O futebol operário, a exemplo do que acontecia no âmbito profissional, servia de esteio para o Estado ditatorial apaziguar possíveis distensões existentes na sociedade brasileira e, nesse caso específico, nos meandros da classe trabalhadora.

Nos cabe, portanto, refletir sobre a função que os empregados exerciam fora das empresas, e tensionar as noções de “prestígio” e “regalias” às quais os funcionários eram expostos, apontando também para a exploração de trabalho não remunerado. No já referido estudo de Roque (op. cit.), um dos seus entrevistados comentou que, ao machucar-se em campo, enquanto jogava pela fábrica, não havia opção para o trabalhador - precisaria voltar a trabalhar na fábrica. Quando questionei Osmar “Mandinho” sobre isso, ele respondeu:

Ah, eu já me machuquei. Num jogo aqui no [bairro] Rondônia eu fui bater um pênalti, o goleiro pegou, eu fui no rebote e dividi com ele e estourei o joelho: não caminhei uma semana. Essa semana eu ia trabalhar e ficava sentado no banco. Tinha que ir trabalhar e ficava sentado. Ou eu trabalho ou eu perco o emprego, né?

Mesmo com dores e machucado, Mandinho precisou trabalhar - lembrando que sua lesão aconteceu enquanto jogava pela fábrica. Ora, se o operário era contratado para trabalhar na empresa por jogar futebol e, portanto, jogar bola era condição *sine qua non* de sua estabilidade no emprego, porque essa função não era considerada parte das atribuições do funcionário? Se assim fosse, seria possível supor que uma lesão em campo poderia ser

considerada “acidente de trabalho”? Betinho discutiu brevemente sobre este ponto, apresentando sua opinião:

Uma das coisas que começou a dar problema, que eu acredito: quando alguém se machucava ele ia pro seguro. Aí os patrão começou a cortar o campeonato do SESI, pra boicotar. Quer ver uma coisa, antes o próprio sindicato fechava os olhos pra isso. Pros direitos dos trabalhadores que se machucavam jogando bola. E quando a CUT ganhou os sindicatos, a mentalidade e os direitos começaram a ser cobrados, começou a ser comentados esses direitos. Porque é justo né, tu tá jogando para a empresa, representando a empresa, não é pro teu time de domingo. Não é o time do teu coração. Tu está prestando um serviço, de uma outra maneira, mas tá prestando. Mas aí começou a diminuir. E hoje não tem mais.

Há que se levar em conta no depoimento a valorização da política cutista em detrimento das forças políticas que dirigiam o sindicato na década de 1970, conforme discuti no primeiro capítulo. Mesmo assim, a percepção de Betinho em relação aos operários-jogadores e jogadores-operários é interessante. A compreensão de que prestar um serviço à empresa, mesmo que fora de seus limites físicos e do horário de trabalho, gera responsabilidades ao empregador se expressa claramente no pensamento do entrevistado. Sua lembrança aponta para um silenciamento do sindicato neste quesito. Se olharmos para o exemplo de “Mandinho”, veremos que de fato o operário-jogador passou por uma situação de exploração complexa. A inevitabilidade presente em sua fala dá conta de explicitar a inexistência de alternativas ao problema: “ou eu trabalho ou eu perco o emprego, né?”.

Depreendo disso que, junto com o “contrato” informal estabelecido entre patrão e empregado - em que o funcionário se dispõe a prestar serviços esportivos em troca da “pequena-honra”, estabilidade no emprego e privilégios na fábrica -, vinha a impossibilidade de reclamar direitos trabalhistas quando de “acidentes” em campo, que seriam tratados como naturais do esporte.

Na documentação consultada não foi possível encontrar nenhuma menção dos dirigentes sindicais em relação a este problema. A própria relação de Orlando Müller, presidente do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, com os operários-jogadores e jogadores operários não é muito visível. A única lembrança que Jaime e Osmar “Mandinho” têm de Orlando nos campos não é pela função que ele exercia no sindicato:

*E esse presidente do sindicato gostava do futebol?*

Jaime: Gostava, o “alemão” chegava a ficar roxo de tanta cerveja que [bebia].

Osmar: Ele era muito [torcedor] do [clube] “Coloradinho” da Rondônia.

Jaime: Ele se encostava numa copa, se arroxava de tomar cerveja e depois ia embora.

*E vocês chegaram a ir no sindicato em algum momento?*

Jaime: Eu fui umas quantas vez... tinha dentista. Tinha médico.

*E como era o atendimento lá?*

Jaime: Era bom. Bom mesmo.

*E nessa época do Orlando vocês chegaram a usar?*

Osmar: Não, eu não cheguei a usar.

Jaime: Eu só conhecia ele.

Os nossos personagens não conheceram “Orlando presidente”, mas se lembram de um “Orlando torcedor”, divertindo-se nos campos de futebol, bebendo cerveja com os amigos - uma face do dirigente sobre a qual, até aqui, não tínhamos conhecimento. A figura do presidente do sindicato nos campos de futebol aparece também em outros momentos.

Em abril de 1976, o Sindicato dos Sapateiros financiou um jogo de futebol em comemoração ao dia do trabalhador, antecipadamente. A notícia não foi exatamente bem recebida por alguns cronistas do periódico local. De acordo com um deles, seria um erro “pagar 16 mil para juvenis e infanto do Inter[nacional] e nada dar ao ‘NH’ [E.C. Novo Hamburgo]” (JORNAL NH, 21/04/1976, p. 5). O motivo para o financiamento estaria em uma espécie de “acordo” firmado entre o sindicato e o SESI: o primeiro pagaria os jogadores da base do Internacional de Porto Alegre para jogarem contra uma seleção de melhores jogadores das Olimpíadas do SESI daquele ano; o evento aconteceria no estádio do E.C. Novo Hamburgo - motivo da crítica do cronista.

Essa não era a primeira notícia que vinculava o sindicato ao SESI. Em 1974 já havia indícios de participação do STIC-NH na política de esportes municipal. A construção de uma sede para o SESI em Novo Hamburgo, bem como de um centro recreativo para os/as trabalhadores/as foi “aprovado pela pela diretoria da entidade, e a construção está na dependência do surgimento de uma área de terras, onde será construído” (JORNAL NH, 24/07/1974, p. 10). Em 1975, também em comemoração ao dia do trabalhador, o sindicato teria ofertado quatro troféus para os vencedores do torneio de futebol da OCO daquele ano (JORNAL NH, 30/04/1975, p. 7).

Apesar de torcedor do “Coloradinho da Rondônia”, Orlando Müller também parecia manter relação com o futebol empresarial naquela cidade. O “congraçamento” de patrões e empregados pelo futebol, máxima do SESI, não parece ter sido questionado pelo sindicato, ao contrário, era por ele incentivado. Talvez por esse motivo posso sugerir que quando acidentes

de trabalho aconteciam em virtude dos certames promovidos pelo Serviço Social da Indústria, o sindicato pouco ou nada intervinha.

O que podemos compreender da relação entre o sindicato e os operários que se envolviam em atividades esportivas do município é que, ao menos na pessoa de seu presidente, Orlando Müller, houve articulações mais profundas. O seu gosto pelo esporte não parece ter influenciado na forma como o sindicato tratava o futebol operário. Isso provavelmente tem relação com um aspecto que tratarei no capítulo posterior: a flutuação de Orlando entre os interesses da categoria dos sapateiros e aqueles dos empresários do calçado hamburguense. Seria pouco vantajoso para o sindicato embrenhar-se em discussões sobre lesões ocorridas durante os jogos que influenciassem no desempenho laboral ou mesmo sobre a concepção de trabalho nos campos de futebol. Orlando abriria um debate que possivelmente perderia, e mesmo que não perdesse, teria problemas com a burguesia local.

O que fica deste ponto é a ambiguidade de tratamento dispensado aos operários-jogadores, ou jogadores-operários. Se, por um lado, padeciam com um excesso de trabalho, podendo sofrer lesões que não seriam encaradas como nada além de mera consequência do jogo, por outro, eram beneficiados com certo prestígio social, “regalias” nas empresas e até mesmo proximidade com patrões. Em que medida essas regalias eram mais ou menos aproveitadas pelos operários dependia do caso. No que diz respeito à Betinho, sabemos que seu prestígio lhe forneceu gatilhos para articulações políticas posteriores, mesmo que o entrevistado tenha negado tal fato na segunda entrevista concedida a essa pesquisa. Não duvido que tenha recebido bons frutos de sua atuação como delegado sindical, mas até mesmo para chegar a este cargo, seria necessário certo capital político – oriundo também das relações dentro dos campos futebolísticos, de seu “capital esportivo”.

De qualquer forma, o futebol parece ter influenciado na vida hamburguense, sobretudo dos homens envolvidos com fábricas de calçado. Mesmo assim, nem sempre jogar pela fábrica era a melhor realização de um operário.

#### **4.5 A várzea, a cidade e a identidade**

O futebol operário é, assim, terreno fértil para a afirmação de identidades e de antagonismos, com o sentimento de pertencimento sendo construído por oposição aos adversários próximos - seja a cidade vizinha ou bairros de uma mesma cidade [...] exacerbando diferenças sociais, políticas e étnicas (CIOCCARI, 2010, p. 83).

Em 11 de junho 1977, mais de mil pessoas foram contabilizadas assistindo o jogo final do campeonato de futebol do SESI. As fábricas que levaram a taça foram Calçados Kilate e Curtume Jaeger, pelos primeiro e segundo quadros, respectivamente. A presença de torcedores em um número expressivo na final de um campeonato de futebol operário indica a dimensão que o esporte tinha na vida de diferentes pessoas, não apenas dos jogadores, mas da comunidade fabril hamburguense.

Quando perguntei sobre a presença de torcedores em campo, Betinho afirmou que:

*Tinham torcidas nesses jogos, ou ia quem iria jogar no dia?*

Não, muita gente ia olhar o jogo, os funcionários das empresas. O campo enchia em volta. Era um juiz da liga, da liga hamburguense, da liga leopoldense, de Canoas, de Esteio, isso nos campeonatos de empresa, coordenados pelo SESI. Por que o SESI pagava os juízes que apitavam os jogos. Era tudo com juiz contratado. [...] Hoje isso acabou.

Da mesma forma, as lembranças de Osmar e Jaime apontam nesta direção, ao dizerem que o campo da sede do SESI, que entrou em funcionamento no final de 1978, ficava “lotado [...]”. Campo do SESI em cima era mais alto, tinha uma arquibancada em cima, lotou de gente”.

As lembranças destes eventos que levavam milhares de pessoas aos campos de futebol vêm sempre acompanhadas de uma nostalgia, de certo apreço por aquele período. A participação da comunidade nos jogos pode ser explicada por uma série de fatores que não são restritos a Novo Hamburgo, como, por exemplo, a construção da relação entre o esporte e a identidade brasileira, fomentada por Vargas, amplificada nas conquistas mundiais da seleção em 1958 e 1962, e levadas ao ápice pelo ufanismo de Médici em 1970. No caso hamburguense, alguns outros pontos também podem ser comentados.

**IMAGEM 9: EQUIPE CALÇADOS SOLEMIO (1979)**

Fonte: Acervo Particular Osmar da Silva.

No capítulo anterior me referi à Sociedade Cruzeiro do Sul como entidade importante na formação e resistência de uma identidade negra em terras hegemonicamente constituídas por teuto-brasileiros até a década de 1950. Talvez o que tenha escapado nesta ideia seja o papel que clubes sociais tinham no Brasil do século XX como um todo, ou, para o caso que interessa à presente dissertação, na região estudada aqui.

Prodanov e Moser (2013b, p. 153) examinaram a complexa organização social e identitária existente em Novo Hamburgo baseada nos clubes sociais e esportivos, desde as primeiras formações comunitárias; em suas palavras: “os clubes sociais de tiro, de canto e música e de esportes eram muito fortes [...]. Ao longo de todo o século XIX, dezenas de clubes foram surgindo e multiplicando-se entre os alemães e seus descendentes, na lógica da etnicidade germânica”<sup>112</sup>. Essa forma de organização em clubes corroborou distinções sociais construídas pelos conflitos étnico-raciais e classistas. A própria Sociedade Cruzeiro do Sul formou-se a partir de um clube de futebol (MAGALHÃES, op. cit.).

No que concerne aos clubes esportivos, a presença de grupos bem específicos também era visível. Vejamos, por exemplo, o caso de dois clubes de futebol da cidade, datados do início do século XX. Formado por trabalhadores da fábrica de calçados Sul-Riograndense, de propriedade de Pedro Adams Filho, o Esporte Clube Novo Hamburgo, ainda existente no

---

<sup>112</sup> Essa discussão também está presente no texto de Prodanov e Maroneze (2015).

futebol profissional, tornou-se uma referência para muitos entusiastas do esporte na cidade. No entanto, desde sua formação, em 1911, a região foi marcada por uma forte rivalidade entre o E.C. Novo Hamburgo e outro do mesmo município, o Futebol Clube Esperança, constituído por habitantes da localidade de Hamburgo Velho (atual bairro da cidade). Tal rivalidade foi interpretada por Prodanov e Moser (op. cit.) como “alusão territorial e simbólica que existia entre as localidades de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, existentes, pelo menos, até 1960”<sup>113</sup>. Essa rivalidade se deve à segregação imposta por habitantes teuto-brasileiros aos não “alemães”. O arroio Luiz Rawn, que corta a cidade de Novo Hamburgo, também era utilizado como divisor dos espaços sociais do município no início do século XIX: de um lado ficavam estritamente os operários, fossem eles negros, brancos ou “alemães” pobres, e de outro os “alemães bem-sucedidos” (PRODANOV, MOSER, 2013b).

As referências à segregação étnico-racial no esporte não são todas relacionadas ao futebol. Na entrevista de Celomar, ficamos sabendo de um esporte fortemente marcado pela etnicidade teuto-brasileira: o bolão. Comentando sobre as atividades esportivas existentes na sociedade Cruzeiro do Sul, ele disse: “[...] aqui tinha cancha de bolão, jogavam bolão aqui, mas negrão não é [...] pra bolão. Raça negra não é pra bolão. Mas porque tinha cancha de bolão aqui? Por que era a única sociedade aqui que tinha condições de instalar cancha de bolão”. Além de ser um esporte difundido entre os teuto-brasileiros da cidade, o bolão também aparecia como distinção social, já que com essa prática negros/as não deveriam ter contato. A Sociedade Cruzeiro do Sul, como Celomar aponta em suas lembranças, tornou-se um símbolo de resistência também nesta seara, ao construir uma cancha para a prática do esporte<sup>114</sup>.

Em todo o caso, encontramos alguns campeonatos desse jogo na cidade ao longo da década de 1970, alguns deles promovidos pelo Sindicato dos Sapateiros. É o exemplo da semana sindical de 1978. Entre os dias 24 e 30 de abril daquele ano, a Liga Hamburguesa de Bolão promoveu um “torneio intergrupos com a bola grande em homenagem ao trabalhador, [...] atendendo a um pedido do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado de Novo Hamburgo” (JORNAL NH 13/04/1978, p. 15). Tendo em vista que “bolão não é pra negrão”, há de se supor que o acesso a este campeonato promovido pelo sindicato voltava-se apenas a um grupo mais ou menos restrito de trabalhadores, identificados com a cultura germânica. O

---

<sup>113</sup> De fato, as duas localidades pertenciam ao mesmo município, a distinção ocorria por conta da segregação existente entre “alemães” e “não-alemães”. Os clubes refletiriam essa distinção, separando em duas localidades uma mesma cidade, numa relação étnica complexa (PRODANOV; MOSER, 2013b, p. 156)

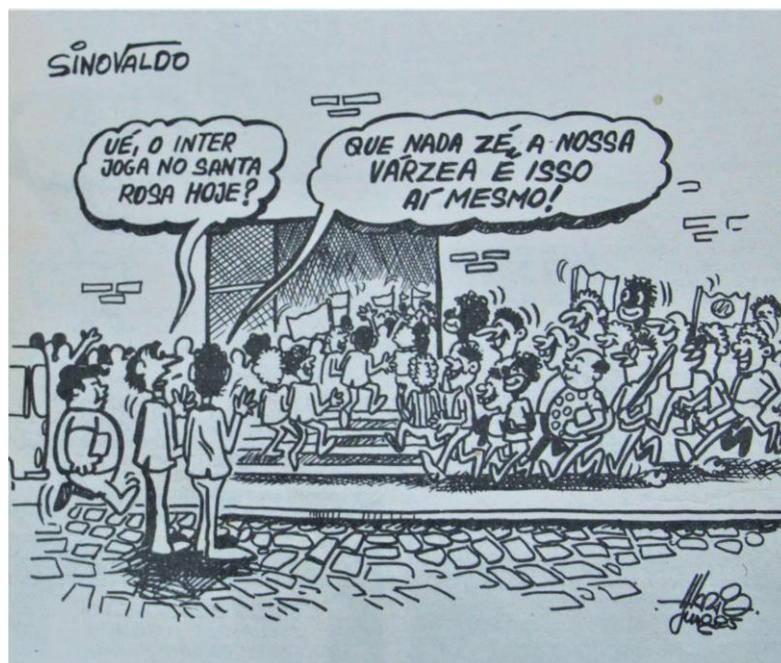
<sup>114</sup> Não devemos nos esquecer no caso do F.C. Flamengo, que expulsou Celomar de uma festa por ser negro, caso que aproximou o operário de uma instituição marcadamente associativista e que lutava contra a opressão racial.

espaço do esporte como lazer e sociabilidade revelava-se, também, uma tentativa de manter as “raízes” do que estes sujeitos consideravam como cultura germânica.

Na contramão dos esportes tipicamente teuto-brasileiros estava o futebol. Elemento de identificação nacional, ainda que palco de diferentes disputas identitárias, o esporte serviria a esta categoria que, nos anos 1970, chegava de diferentes partes do estado e do país. Neste período o futebol serviu como lazer, sociabilidade e fortalecimento de vínculos, tornando-se quase central no cotidiano hamburguense - independente de classe, raça ou gênero, ainda que com papéis definidos para cada um destes pertencimentos.

Em 1975 um chargista do *Jornal NH* representou a presença maciça de hamburguenses em jogos oficiais que não pertenciam nem aos campeonatos do SESI, nem aos profissionais de futebol.

#### IMAGEM 10: CHARGE SINOVALDO



Fonte: *Jornal NH*, 14/11/1975, p. 4.

Durante a década de 1970, e foi assim até meados dos anos 2000, o estádio oficial do E.C. Novo Hamburgo chamava-se “Santa Rosa”. A ironia presente na charge de Sinovaldo reside em equivaler o futebol varzeano e o profissional da cidade. O fato do jogo ser um esporte muito popular nesse período colaborou para uma intensa participação de diferentes grupos nos campeonatos varzeanos, disputados por clubes de futebol, construídos na maioria das vezes pela própria comunidade de seus bairros. E mesmo assim, a charge, apesar de apresentar

personagens negros (caricatos) e brancos, isenta-se de mostrar mulheres, como se apenas homens frequentassem estes espaços - veremos que isso não era completamente verdadeiro.

Ao contrário do que poderia se supor, o espaço do futebol varzeano, apesar de masculinizado - por ser disputado quase que essencialmente por homens - abarcava parte do universo feminino em alguma medida, a depender da situação. O depoimento de Alba dá conta de ampliar a discussão sobre o papel das mulheres em Novo Hamburgo, ao mesmo tempo em que apresenta uma visão mais tensionada das relações de gênero na cidade. De acordo com a depoente:

Como tinha pouca gente, tinha lazer, o pessoal gostava de futebol, tinha os campinhos de futebol, inclusive eu. Eu também ia.

*Jogava também?*

Não, jogar eu não jogava. Só fazia torcida pro time, acho que era Ouro Verde o nome do nosso time. E essas, essas outras áreas de lazer, essas coisas assim, eu não sei porque eu nunca na minha vida fui chegada nessas coisas. Eu não me importava, eu não sei, eu sempre gosto das coisas mais... É que eu tinha minha vida cheia, sabe: gostava do meu trabalho, gostava da minha casa, então não me faltava nada, e eu não saía não.

*E a senhora gostava de futebol aqui da vizinhança ou qualquer futebol que a senhora visse...*

Não, não... era um timezinho que tinha ali... Isso nova, depois que eu casei, aí sim, o meu marido era da Vila Campos, aí tinha o outro time, o União, aí a gente saía pras excursão, inclusive quando eu já tinha meus dois filhos, meu filho que faleceu e a minha filha.

Dois pontos merecem atenção neste trecho da entrevista. O primeiro deles é que a relação que a depoente mantinha com o futebol de sua localidade - o bairro Santo Afonso - era essencialmente livre do papel de “seguidora” do companheiro ou marido. O clube Ouro Verde foi assinalado como elemento central de sua memória do esporte. Após isso, sim, vieram à tona as lembranças do marido e de sua participação nos clubes mais como acompanhante do esposo do que como torcedora.

**IMAGEM 11: CLUBE OURO VERDE (1957 -aproximadamente)**



Fonte: Acervo Particular Carlos Gilberto Koch.

**IMAGEM 12: CLUBE OURO VERDE (1957)**



Fonte: Acervo Particular Osmar da Silva.

Chamo a atenção para o papel das mulheres nos clubes de futebol deste período. Mesmo com uma majoritária participação masculina, elas atuavam em diferentes áreas. É claro que a prática esportiva mantinha (e ainda mantém!) preconceitos quanto à inserção das mulheres em alguns espaços, sobretudo nas deliberações políticas. No entanto, é importante assinalar que elas constituíam relações nos clubes que lhes favoreciam. Como apontou Freitas (2018, p. 243),

ao estudar o futebol nas minas de carvão do Rio Grande do Sul, “o papel de torcedoras também tem sido destacado entre as entrevistas, inclusive em episódios de violência contra times adversários e juizes das partidas”. Desse modo, a lembrança de Alba ajuda a compreender que, também em Novo Hamburgo, algumas mulheres burlavam rituais masculinos de sociabilidade e se inseriam no futebol, a partir dos campos de possibilidades estabelecidos em sua sociedade, tensionando padrões e conquistando espaços.

A segunda questão a ser pontuada no depoimento de Alba se refere à impossibilidade de continuar frequentando os jogos de futebol local após iniciar a sua “vida cheia”. A atribuição da educação e dos trabalhos do lar quase que exclusivamente à mulher, no caso da entrevistada, não lhe permitiu que permanecesse assistindo aos jogos e torcendo para o clube, que também era um espaço de sociabilidade e articulação política. De forma semelhante, ao lembrar da relação com o esporte, Eroni, personagem do capítulo anterior, recordou que jogar futebol era comum “na região, sim. Mas não. Ele [seu marido] ia no começo. Gostava de tá lá na volta, com os amigos, com os colegas, mas eu não”. Não sabemos se o “eu não” de Eroni refere-se à renúncia em passar um tempo com amigos ou, o que acho mais provável, a quase impossibilidade de o fazer. A vida atribulada envolvendo os papéis atribuídos ao gênero feminino nesta sociedade dificultava (quando não impedia) que mulheres tivessem acesso a alguns momentos de lazer na cidade. Diferente de Alba - que anos antes frequentava os campos de futebol - Eroni pouco ou nada sabia da vida esportiva local.

Em meio a estes conflitos o futebol foi se consolidando em Novo Hamburgo, assim como no restante do Brasil, como elemento de construção identitária ao longo dos anos 1960 e 1970. E não apenas o futebol de fábrica que ganhava espaço nos campeonatos do SESI. O futebol varzeano, organizado por clubes independentes e próprios dos bairros, ganhou igualmente muito destaque, gerando certames lembrados por alguns dos jogadores até hoje. Sobre a importância dos jogos varzeanos, Mandinho e Jaime lembraram:

Osmar: Eu jogava por, joguei bastante no Farroupilha, nos anos 70, eu joguei bastante no Farroupilha, uns seis anos. Mas sempre, quando não tinha nada lá, meu time era o Santo Afonso [...] E eu quando era mais novo joguei no [Clube] Olaria também - aliás, eu comecei lá.

*E o que era melhor: jogar pelo time ou pela fábrica, pelo SESI?*

Osmar: Bah, é complicado... Porque o Santo Afonso era o time do coração.

Jaime: Era a nossa paixão.

Osmar: A gente se criou ali dentro, então quando a gente botava aquela camiseta do Santo Afonso, a coisa era diferente. Ali parecia que a gente jogava pra ganhar, né. Nos outros times não, se tu ganhar ganhou, se não ganhar não ganhou. Mas aqui a gente até brigava pra ganhar. Pela vontade, porque era o time da vila. Por que, né, ali

moravam dois, três que jogavam, e lá moravam dois, três que jogavam, e então eram os amigos do cara, né.

A primeira distinção que faço aqui é entre os jogos por clubes e aqueles travados pela OCO, conhecido pelos operários simplesmente como “campeonatos do SESI”. A forma como os entrevistados diferenciam o tratamento dispensado ao primeiro em relação ao segundo é clara. A justificativa para este tratamento diferenciado está no fato de que, no caso do “time da vila”, existia a proximidade com os companheiros de jogo, “eram os amigos do cara”. Por outro lado, os jogos da fábrica envolviam sujeitos de diferentes localidades do município, ou ainda, de outros municípios. O amor ao clube, neste caso ao E. C. Santo Afonso - homônimo ao bairro em que os operários-jogadores residem ainda hoje -, foi definido pelos entrevistados como uma consequência de terem crescido naquela região. A identificação dos sujeitos com a organização parece ir além dos limites do jogo. Os clubes funcionavam como elemento de união da comunidade. No que diz respeito ao clube Santo Afonso, Jaime e Osmar “Mandinho” comentam:

*E o Santo Afonso fazia muita festa?*

Jaime: Faziam, bá...

Osmar: Até quem cortou os eucalipto, as folhas, tudo quem fez foi nós. Fim de semana... fizemo tudo. [...] O Florianinho fazia muito esse tipo de festa.

*E vocês tinha amizade com a direção do clube? Conheciam a direção do Santo Afonso?*

Osmar: Ah, a direção, os presidente eram tudo daqui.

Jaime: Já moravam do lado do campo.

Osmar: O presidente do Santo Afonso, os guri dele se criou com nós. Até hoje tem gente que pergunta “e o teu pai como é que tá?”. Porque eles achavam que o meu pai era o “Véio Paraguaio”. Eu tinha uma boa relação com o “Véio”. E o “Véio” era um cara experiente, jogou o profissional, conhecido.

Na lembrança dos operários-jogadores, a relação com o clube envolvia, entre outros elementos, doações de trabalho, como a lembrada por Mandinho. “Cortar os eucalipto” foi lembrado pelo trabalhador como uma ação de grande valor, uma forma de demonstrar seu carinho e dedicação pela associação. Assim, a partir dessas pequenas ações, os trabalhadores viam-se cada vez mais próximos do clube de futebol, a ponto de Mandinho ser confundido com o filho de um dos presidentes, o “Véio Paraguaio”. Este sujeito, sobre o qual não temos mais informações além das que o entrevistado forneceu, morava “ao lado do campo”. E nesse ponto a questão da moradia volta à tona.

Busquei demonstrar, no capítulo anterior, que as ondas migratórias que inflaram a densidade demográfica hamburguesa ao longo da década de 1970 tiveram impactos importantes nas reconfigurações de classe locais. A partir da memória de “Nidi” foi possível compreender de que forma alguns destes sujeitos que chegaram a Novo Hamburgo com problemas de moradia se envolveram em ações políticas pela conquista de habitação digna. A fala de Mandinho nos indica outras formas de ocupação, neste caso, no bairro Santo Afonso, ao redor dos campos de futebol. Betinho também comentou sobre isso:

Tem muitas [casas] que foram construídas depois do campo [de futebol]. E assim ó, e uma das coisas que tem: o Ministério Público teve uma ação para retirar o pessoal que mora[va] à volta do campo. Uma boa parte já foi tirado [...]. E outros foram tirados, vários. E outros que moravam em [frente às] escolas municipais também foram retirados. Então tem uma briga do MP gaúcho, porque muitos usavam o campo, alugavam o campo, não pagava água nem luz, e se beneficiavam.

Independente da posição que o entrevistado assumiu frente às ocupações dos campos de futebol, cabe discutir em que medida elas refletem a importância destes espaços para a vida dos sujeitos envolvidos. Se, por um lado, os campos funcionavam como elementos de unificação de um grupo que “cresceu ali”, de acordo com Jaime e Mandinho, por outro, eles também serviram de abrigo para populações que vieram de outras regiões e se estabeleceram nessas áreas. Talvez até mesmo por conta desta distinção de “turmas” é que a lembrança de Betinho seja mais incômoda, ao se referir à utilização dos benefícios do campo por parte dos ocupantes. As mudanças ocasionadas pela migração envolveram também disputas em termos de ocupação dos espaços públicos. Jaime e Mandinho comentaram sobre isso:

Jaime: Vinha [gente] e gerou muita disputa. Inclusive alguns campos tiveram que fazer. Que nem ali na [Vila] Kroeff, que fizeram aquele campo que chama do Alambique, não, não é Alambique... o Dique. Aquele campo ali fizeram porque veio muita gente aqui pra [Vila] Marrocos, pra [Vila] Palmeiras, então tiveram que fazer um outro clube, porque não cabia tudo num clube só, né.

Osmar: Aquela ali também já é uma turma bem diferente. É uma turma que não se misturou com a turma velha. [...]

Jaime: Na época que veio a invasão daquele povo que veio de fora à procura de serviço.

Compreendo a distinção de Mandinho entre “a turma velha” e “a turma nova” como grupos populacionais que migraram em tempos diferentes. Os “velhos” aqui significariam migrantes da geração de seus pais ou da sua própria, migrantes que chegaram em Novo Hamburgo nas décadas de 1950 e 1960 - no limite, na de 1970. Já a “turma nova”, que não “se misturou”, seriam os migrantes que, sobretudo a partir de 1980, chegaram na cidade em uma nova leva, não abordada neste trabalho. Em todo caso, a importância que os entrevistados

deram à construção de novos campos de futebol também podia ser sentida na época, de acordo com o que alguns documentos apontam.

Em 1977, um projeto da Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo previa a criação de novos campos de futebol. O periódico local entrevistou alguns moradores da cidade a fim de ouvir a opinião destes sujeitos. Abaixo transcrevo alguns trechos dessas entrevistas:

Portanto, uma das necessidades urgentes para o bairro é um campo para o futebol amador, uma vez que o Guarani é o bairro onde o futebol é uma tônica, porque todo mundo joga, comenta, discute, enfim, é a paixão dos moradores e um dos únicos passatempos. Segundo alguns desportistas, se o bairro tivesse um campo de futebol, os dois clubes estariam em uma posição bem melhor, pois público tem até demais (JORNAL NH, 21/11/1978, p. 14).

Eu também acho que a cidade não tem campos de futebol suficientes para o grande número de times amadores que existem. [...] A maioria dos jogadores destes times da várzea trabalha a semana inteira e no sábado ou domingo vão jogar uma bolinha junto com os amigos. Essas brincadeiras são muito saudáveis e devem ser incentivadas pelo Governo (idem).

É verdade que não tem mais campo de futebol na cidade. A gente lembra, há anos atrás, em tudo quanto era local tinha campo para se jogar, e agora eles diminuem cada vez mais. [...] Para a gente conseguir campo é preciso pagar muito caro, porque a procura é grande e cada vez tem menos praças de esportes. Se continuar desse jeito, daqui há alguns anos jogar “peladas” e disputar jogos da várzea não passará de nostalgia para quem gosta de futebol (idem).

Cabe sinalizar que todos os entrevistados até aqui eram homens, trabalhadores de fábricas da região (metalúrgicas e calçadistas). De toda forma, a ideia de que “faltavam” campos de futebol e que essa era uma das questões centrais nas discussões travadas naquele período mais uma vez aponta para a relevância dos campos e dos clubes na articulação dos moradores. Se considerarmos que boa parte da população hamburguesa que residia e trabalhava na cidade até a década de 1970, e quase a totalidade dos migrantes que chegaram no município a partir de 1975 trabalhavam com calçado ou em função dele (como é o caso das metalúrgicas e fábricas de produtos plásticos, que forneciam ferramentas para a confecção de calçados), pode-se depreender disso que o futebol tinha relevância ímpar para os trabalhadores sapateiros, e que a construção de campos de futebol era primordial para o lazer destes sujeitos.

No entanto, essa “paixão” pelo esporte, pelo clube ou pela sensação de comunidade que o futebol poderia fornecer não era compactuada por todos e, por vezes, podia ser permeada por conflitos. Na mesma matéria apresentada acima, uma única mulher foi entrevistada. Em sua opinião:

Parece que eles [vereadores] pensam que só o homem precisa se exercitar e ficar em forma, se isso é verdade, estão redondamente enganados, nós também queremos locais adequados para praticarmos nossos jogos de vôlei e handbol. Concordo que existam poucos campos de futebol aqui, mas por outro lado, quadras de vôlei só existem em escolas e em uma ou duas entidades comunitárias, sendo que nestas, muitas vezes a gente não pode entrar. [...] Eles poderiam aproveitar o embalo para fazer coisa pelos esportes femininos também.

A concepção de “esportes femininos” pressupõe que o futebol era considerado pela entrevistada, imbuída de padrões culturais generificados bastante duradouros, como um “esporte masculino” e que, por isso, ao construir novos campos de futebol, não se estaria dando atenção às mulheres da cidade. Nestes termos, está claro que o futebol carregava ambiguidades: se, por um lado, era um esporte democrático, por outro, mantinha certas segregações (de classe, de gênero, de raça-etnia, de bairro, de procedência, de momento de chegada em Novo Hamburgo). Se, em uma perspectiva, buscava congregar pessoas de diferentes regiões, em outra, era detonador de disputas por território e por entidades associativas. Enfim, não é nada simples explicar o que o futebol significava para estas pessoas.

O futebol operário envolve fronteiras complexas. Em Novo Hamburgo de meados dos anos 1970, o futebol servia como dispositivo de exclusão e inclusão, de democratização ao mesmo tempo que causador de desigualdades. Se pensarmos em termos de relações de gênero, essa sociedade, marcada pelo patriarcalismo, visivelmente mostrava uma tentativa de apartar as mulheres do universo futebolístico, também por entender que esse não comportava “só futebol”. Por outro lado, ações como a de Alba apontam para enfrentamentos, ainda que sutis e localizados, desta ordem patriarcal. Outro aspecto: se alguns operários eram explorados em jornadas extenuantes de trabalho (primeiro na fábrica e depois no campo), também faziam disto argumento para a busca de vantagens dentro da empresa - o que, por vezes, podia gerar outras tantas discrepâncias entre operários. Ou seja, mesmo com todas as nuances, a questão do trabalho segue sendo central para compreender o futebol operário e, nesse sentido, embora o sindicato pudesse ter um papel importante de mediação também em tal âmbito, não o exercia.

Poucos foram os indícios colhidos que indicam uma aproximação política entre o sindicato e o futebol operário - de fábrica ou de clubes. Na verdade, as evidências apontam apenas para uma relação de Orlando Müller com seu clube do coração, mas nenhuma ação mais efetiva e institucional. A concepção de sindicato que a direção daquele período tinha não levava em consideração o futebol para além do “congraçamento”, ou, como pensavam os sindicalistas radicais do início do século XX, “o ópio” do trabalhador. Por outro lado, a concepção de solidariedade das associações desportivas independentes ajudou a articular diferentes

moradores/as a instituições comunitárias, como eram os clubes, mas que não se viam próximos dos sindicatos.

Essa ideia de comunidades organizadas ao redor de associações futebolísticas pode ser complementar à própria noção de comunidades organizadas por associações de moradores, ou mesmo entidades como a UAC e a FRACAB, que foram vistas no capítulo anterior. O que pretendi demonstrar neste capítulo é que, ao contrário do que se poderia pensar, quando o sindicato pouco ou nada fazia em relação aos/às trabalhadores/as fora das fábricas, havia outros espaços políticos e de solidariedade que eram por eles/as, como os clubes de futebol.

Talvez por este motivo a memória de Betinho nos confunda. Num primeiro momento, disse ele ter sido eleito para presidente do sindicato por ser conhecido pelos jogadores de futebol operário. Mais adiante, disse o contrário: que sua fama de bom jogador pouco influenciou na sua trajetória política. Considero que ambas as respostas, antes de antagônicas, são complementares: nas lembranças do entrevistado, as lutas populares que eram travadas nos clubes se mesclam às lutas políticas que vieram a ocorrer no sindicato, em muitas vezes, pouco é possível discernir entre uma e outra.

No capítulo seguinte, discutirei uma dessas lutas políticas, mas não sem antes traçar algumas linhas gerais sobre a história da entidade oficial dos trabalhadores do calçado de Novo Hamburgo.

## 5 OS “VELHOS”

O Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo foi fundado em 22 de fevereiro de 1933. Foi o ano em que homens como Augusto Edmundo Lichtler (“O Fera”) e Júlio Mohr organizaram o “Sindicato dos Trabalhadores em Couro e seus Artefatos”, posteriormente chamado de Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado - STIC-NH. Foi a segunda entidade sindical do município a ser oficializada, precedida pelo STI Construção e Mobiliário em janeiro do mesmo ano. Como já foi bastante destacado pela historiografia, o modelo sindical tinha por característica a forte relação com o Estado, fruto das ações varguistas do início dos anos 1930. Contudo, o caso dos sindicatos hamburguenses carrega algumas peculiaridades.

Emancipada em 1927, a cidade de Novo Hamburgo contou com o apoio político de homens do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), sobretudo do então presidente do estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros (1913-1928) (PETRY, 2014). Sua sucessão ficou a cargo do próprio Getúlio Vargas, que assumiu a presidência do Rio Grande do Sul em 1928, deixando-a no processo que culminou na, assim denominada, “Revolução de 1930”.

O fato é que, desde o feito de 1927, os principais nomes da política hamburguense apoiaram os partidários de Borges de Medeiros. A partir da emancipação, estes políticos consideraram ter uma “dívida” com os parceiros do PRR e, ao que algumas informações indicam, há possibilidades de que esta “dívida” tenha atingido operários da indústria de transformação que atuavam politicamente.

Em pesquisa anterior a esta (LUCIANO, 2015), constatei que Augusto “Fera” Lichtler atuou no movimento operário mesmo antes dos anos 1930. Conforme afirma Saul (1982, p.37), o operário foi responsável por organizar a Liga Operária Hamburguense, “associação da qual pouco se sabe, além de ter tido vida efêmera devido às dificuldades da época, especialmente às perseguições políticas e policiais”. A Liga teria funcionado como um embrião de movimentos importantes da cidade. Na perspectiva de Olmiro de Oliveira, diretor da segunda gestão do sindicato, tal entidade “resultou numa tentativa frustrada, mas sem dúvida era uma arrancada” (OLIVEIRA, 1987, p.18).

Tive a oportunidade de entrevistar o filho de “Fera”, Carlos Lichtler. Na sua avaliação, baseada na convivência com seu pai, portanto, em uma memória por tabela, já que não era nascido ainda no final dos anos 1920, Carlos disse: “aquela liga operária foi o apoio, a estrutura inicial para o futuro sindicato, [para] que [se] olhasse e que [se] defendesse os operários”. Como não foram encontrados documentos que comprovem algum tipo de atuação mais

sistemática desta Liga, ficamos apenas com o que a memória coletiva nos apresenta. De toda forma, ela parece ter sido importante para a formação política de alguns sindicalistas, pois dela saíram membros da cúpula do Sindicato dos Sapateiros, como Clemente Alialdos, Rodolpho Terra (futuro presidente da entidade), além dos já mencionados “Fera”, presidente do sindicato, e Mohr, secretário. Após a curta vida desta liga, já em 1930, Fera foi destacado para lutar no movimento que se desenvolvia no sudeste do país, a chamada “Revolução de 1930”.

Carlos também me contou algumas histórias sobre as dificuldades que Fera passou, sobretudo em relação aos empresários hamburguenses. Em suas palavras:

Naquele tempo chamava[-se] presidente do estado, o Doutor Getúlio Vargas. Então, a voz corria pela cidade que o sindicato iria ser inaugurado [...] e que o doutor Getúlio Vargas chegaria no dia tal, hora tal, pelo trem. [...] E ele veio pra inauguração. E o irmão dele, no curtume onde ele trabalhava, disse pra ele - ficou sabendo, claro! - que se ele fosse recepcionar o Getúlio na estação do trem, que ele podia passar na empresa e receber sua demissão. Então ele foi posto pra rua, ele foi recepcionar, claro, ele era presidente do sindicato.

Ainda que as informações de Carlos estejam em descompasso com os acontecimentos e suas datas - na lembrança, “Fera” seria o presidente de um sindicato que só seria inaugurado em 1933, mas teria recebido um “presidente do estado” que tornou-se presidente do país em 1930 - percebemos o forte vínculo que seu pai mantinha com Vargas, pelo menos em sua lembrança. O fato de recepcionar o presidente (do estado ou do país, neste caso pouco importa) lhe rendeu problemas no trabalho. O livro de memórias da família Lichtler também dá conta de abordar este momento:

Entrementes, Edmundo [Fera] continuava a procurar emprego. Ao perceber que outros desempregados, conhecidos seus, sem melhor qualificação profissional, vinham obtendo colocação nas empresas da cidade, enquanto ele nada conseguia, passou a desconfiar de que se tornara alvo de alguma discriminação. A suspeita foi logo confirmada em papo com amigos. [...] E sabiam que, ao mesmo tempo em que o líder havia reunido um bom número de operários, numa resposta natural Orlando [seu patrão, à época] conseguira arregimentar em torno de si uma burguesia inteira que vibrava num diapasão dissonante (LICHTLER, 1996, p.28).

Fera, que já tinha relações políticas na cidade, envolveu-se então ainda mais nesse âmbito, levando a cabo a consolidação de um sindicato oficial, estabelecido nos parâmetros do novo governo federal. Cabe lembrar que Augusto participou na, assim denominada, Revolução de 1930, lutando ao lado de Getúlio Vargas. Na perspectiva de seu filho: “eu não sei se ele era filiado [a algum partido], mas ele era muito ligado na política. E naquela época ele era getulista”. De todo o modo, as relações políticas de Fera, assim como a sua posição de

sindicalista, ocasionaram sabotagens à sua vida como trabalhador no município, a ponto de precisar mudar de cidade para conseguir emprego.

Logo após a fundação do STIC-NH, Fera enfrentou alguns problemas em Novo Hamburgo. De acordo com a entrevista de seu filho e com o livro de memórias da família, naquele período ele foi despedido da empresa em que trabalhava - que, por sinal, era de propriedade do próprio irmão. Por outro lado, suas relações políticas lhe forneceram um emprego no município de Nova Prata<sup>115</sup>, onde ficou até o início dos anos 1940. Depois disso abriu uma empresa de couros em cidade próxima à Novo Hamburgo, saindo da posição de sindicalista para a de empresário - uma ironia que, até então não, foi percebida pela historiografia local<sup>116</sup>.

O Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo tem uma história longa. São muitos os períodos a serem estudados, muitas articulações partidárias a serem analisadas e vários elementos políticos que devemos levar em conta nestas leituras do passado. Não teríamos tempo nesse texto para uma varredura detalhada em cada um desses aspectos da entidade hamburguense. Por isso propus a este capítulo a seguinte dinâmica: primeiramente, irei analisar as permanências e mudanças quanto à participação de certos grupos políticos na direção executiva da entidade, iniciando com os primeiros mandatos em meados dos anos 1930 até chegar na fase de Müller, que nos é especialmente cara para os propósitos do texto. A partir disso, veremos um pouco mais deste sindicalista, para que possamos entender melhor as formas de ação do STIC-NH e suas relações com a categoria dos/as sapateiros/as hamburguenses.

### **5.1 Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo: mudanças repletas de permanências**

De Augusto “Fera” Litchler a Orlando Müller, presidente do Sindicato dos Sapateiros até 1986, algumas gestões foram particularmente importantes para a entidade. Portanto, indicarei abaixo apenas alguns pontos de cada gestão, tomando como fio condutor certos aspectos das trajetórias dos líderes sindicais, para atingir o objetivo central deste subcapítulo, qual seja discutir as mudanças e os jogos políticos internos que garantiam permanências nas direções executivas.

---

<sup>115</sup> Cidade do nordeste do Rio Grande do Sul que recebeu muitas levas de imigrantes germânicos no século XIX, tornando-se, assim, caracteristicamente teuto-brasileira. Em 1924 emancipou-se com o nome de “Prata”, para, só em 1945, receber a designação que carrega até hoje, “Nova Prata”.

<sup>116</sup> Schemes (2006) argumenta que, entre os anos 1920 e 1930, era muito comum que empresários do calçado ajudassem operários a montar fábricas de couro, a fim de aumentar seus lucros, comprando a matéria prima mais barata. Entretanto, nenhum texto foi encontrado tratando desse movimento com sindicalistas.

### 5.1.1 Adalberto Lopes/Julio Mohr (1934-1935)

#### IMAGEM 13: SEGUNDA DIRETORIA DO SINDICATO



Fonte: Oliveira (1987, p. 46)<sup>117</sup>.

Não temos muitas informações sobre esta diretoria, senão que parece ter representado um mandato de transição. Aparentemente a direção foi constituída com um mandato de transição, ao menos para o cargo de presidente. Com a saída de “Fera” por motivos pessoais, ensaia-se, aqui, a possibilidade de que Adalberto Lopes tenha assumido a presidência interinamente, ao lado do secretário Júlio Mohr, homem que esteve à frente das decisões do sindicato desde sua fundação.

### 5.1.2 João Abílio Becker (1935-1944 - aproximadamente)

Nos documentos e na bibliografia consultados não há precisão do período em que João Becker presidiu a diretoria do sindicato. Chamo a atenção, contudo, às discussões que envolviam a entidade entre os anos 1930 e 1940. Sabemos que, em sua fundação o STIC-NH,

<sup>117</sup> Em pé, da esquerda para a direita: Caleno Oliveira, Adolfo de Matos, Emilio Oldenburg, Carlos Acker e Olmiro de Oliveira; sentados: Aloisio Campani, Adalberto José Lopes e Júlio Mohr.

mantinha vinculação com o Estado brasileiro; sabemos também que Augusto Litchler, admirador de Getúlio Vargas, foi considerado pelos contemporâneos, de acordo com certas narrativas de memória, como um “getulista”. Mas havia um “perigo” maior. Um perigo “externo”.

Em 1935, uma nota de João Becker, publicada no periódico local *O 5 de abril* advertia que:

É verdade que elementos estranhos ao Sindicato têm procurado imiscuir-se em nossa vida interna com o intuito de arrastar esta agremiação para a política. Tais tentativas, porém, ficaram e ficarão sem resultado, porque esta directoria preocupa-se com problemas mais elevados. Esperamos que com esta declaração, ficará este Sindicato a salvo de qualquer exploração para fins políticos (BECKER apud SAUL, 1982, p. 52).

Diferente de Fera, Becker parece ter induzido o sindicato a uma atuação que, ao menos no discurso, tentava distanciar-se da “política”. Além do mais, tendo sido o ano de 1935 um momento de instabilidade para o país – dada, entre outros fatores, a caçada à Aliança Nacional Libertadora (ANL)- o “perigo comunista”, imaginariamente ou não, rondava os sindicatos brasileiros. O Sindicato dos Sapateiros, tendo sido formado por homens que, desde a década de 1920, atuavam no movimento operário, possivelmente também sofria dessa desconfiança.

Não foi possível encontrar indícios que nos levem à alguma conclusão dessa história. Apesar das acusações, o sindicato não foi atingido pelo discurso anti-comunista, passando relativamente ileso pelos conflitos do período, pelo menos até onde foi possível averiguar.

### 5.1.3 *Silvio Longo (1946-1950)*

O ano de 1945 foi atípico para o sindicato. A gestão foi realizada pelo Ministério do Trabalho, voltando a ser oficializada pelo pleito somente no ano seguinte (SAUL, 1982). O que, de fato, é estranho ao contexto nacional. Afinal, naquele ano, as eleições sindicais foram “reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, mesmo quando os novos dirigentes escolhidos eram identificados como simpatizantes da esquerda” (GOMES e ARAÚJO, 1989, p.44). Este fato facilitaria qualquer forma de ação sindical, mas, por motivos que nos escapam agora, o sindicato aqui enfocado ficou sem representação. Em 1946, já com eleições diretas, o operário Silvio Longo foi eleito para presidir a entidade, participando, já naquele mesmo ano, a primeira manifestação popular aberta de que se tem notícias na cidade (SAUL, op. cit.).

Por conta da participação brasileira na Segunda Guerra, o abastecimento de farinhas de trigo tinha sido comprometido, pois se tratava de um produto comercializado com os Estados Unidos e Argentina. Ainda que não houvesse falta de abastecimento alimentício, a inexistência de farinha no município e região dificultava a confecção de pães caseiros, algo comum aos costumes locais. Além deste elemento havia um boato - que não foi confirmado no único trabalho encontrado sobre a greve - de que a farinha de trigo estava sendo desviada para o estado de São Paulo, em uma espécie de “mercado ilegal”.

De acordo com o estudo de Saul (op.cit.), a greve teve forte apoio do Sindicato dos Sapateiros, sobretudo na figura de Sílvio Longo, e serviu de pressão política. O acontecimento que durou poucos dias ficou conhecido como a “Greve da Farinha” e resultou na renúncia do prefeito Alberto Severo, no cargo desde 1944, prefeito este que já conhecemos pela história narrada por “Nidi”, no capítulo três.

É bem possível que figuras centrais no sindicato tivessem relações partidárias, sobretudo com as organizações adeptas ao trabalhismo. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por exemplo, tornou-se uma organização que canalizava “os esforços investidos pelo Estado Novo na organização sindical dos trabalhadores” (GOMES e ARAÚJO, op.cit.). Apesar de não termos a informação do partido ao qual Longo era filiado - se é que foi filiado a algum - não seria absurdo supor que mantinha relações com o getulismo. Além do mais, o trabalhismo getulista não se difundiu apenas no PTB. Também logrou êxito ao difundir-se em outras organizações partidárias, como o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Republicano Trabalhista (PRT) e o Partido Orientador Trabalhista (POT), tendo sido “aproveitado” também pelo Partido Social Democrata (PSD). Então é considerável supor que, se havia alguma ligação entre estes líderes sindicais e partidos, seria pouco provável que tivessem relação com a União Democrática Nacional (UDN), antigetulista e distante da pauta trabalhista.

#### *5.1.4 Rodolpho Terra (1951-1952)*

Entre 1951 e 1952 houve um curto mandato que ficou nas mãos de Rodolpho Terra. Este operário foi um dos membros fundadores do sindicato, em 1933, mas fez parte do movimento operário anterior, narrado no início deste capítulo. Por motivos que não puderam ser averiguados, permaneceu por alguns meses na presidência da entidade nos anos 50 (SAUL, op.cit.). O fato que interessa neste momento é que, por mais que tenham se passado quase vinte anos de sua primeira atuação no sindicato, o referido presidente ainda pertencia ao mesmo grupo que o fundou. Se tomarmos a posição política de Fera, primeiro presidente e fundador

do STIC-NH, não seria absurdo pressupor que Rodolpho Terra também estaria alinhado com o getulismo. Nesta mesma lógica, é de se supor que, pelo menos até 1952, o sindicato, de modo geral, tenha mantido uma linha política atrelada ao trabalhismo.

“Fera”, Becker, Longo e Terra foram quatro presidentes que, a seu modo, vincularam-se a organizações partidárias. Os três últimos de modo mais discreto, mas o primeiro fortemente voltado ao trabalhismo. Este modelo sofreu uma alteração com a entrada de um novo presidente no sindicato a partir de 1953.

#### *5.1.5 Rudor Blumm (1953-1958)*

Rudor Blumm foi, provavelmente, o mais “famoso” sindicalista hamburguense. Em relação aos trabalhadores do calçado daquele município, nenhum outro dirigente sindical chegou ao feito de integrar o Tribunal Superior do Trabalho (TST) na posição de Ministro (1972-1975). Ele também assumiu a presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) (1971-1972), sendo substituído para ocupar o cargo ministerial.

Sua entrada no sindicato parece ter representado a primeira grande oposição ao grupo dirigente desde 1933. Em 1953 elegeu-se presidente do STIC-NH, ficando no cargo até 1958. Neste período, ressaltou a efervescência de movimentos contestatórios no município, com ênfase especial àquela que Saul (1982, p. 123) disse ter sido “a maior greve ocorrida em Novo Hamburgo, no período de 1945 a 1955”, envolvendo sapateiros/as, ao lado de outras duas greves menores, que envolveram outras categorias.

Do ponto de vista político, Blumm aliou-se a outro grupo, filiando-se ao Partido Republicano (PR)<sup>118</sup> alguns meses após sua saída da entidade (SAUL, op. cit.). Ainda em 1958 o sindicalista foi eleito presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário do Rio Grande do Sul (FTIV-RS). No ano seguinte concorreu ao cargo de vereador em Novo Hamburgo, pelo PR, mas não foi eleito. Em 1960, acionando suas articulações políticas, vinculou-se ao grupo que anunciava a formação do Movimento Sindical Democrático (MSD).

O MSD, formado a partir do I Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático, ocorrido em São Paulo (SP) em 1961, foi uma organização anticomunista, que envolvia membros da UDN e de trabalhadores egressos do Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST). Tinha apoio integral do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidade formada

---

<sup>118</sup> Partido de orientação liberal, de direita, surgido em 1945 pela reestruturação do antigo Partido Republicano Mineiro. Sua ação nos anos 1950 foi de colaborador da situação (formada juntamente com o PSD e PTB). O PR foi extinto em 1965, pelo segundo ato institucional imposto na ditadura.

por empresários em 1959 e com linha política de direita. As pressões políticas do MSD resultaram em desestabilização dos dirigentes vinculados ao trabalhismo e, após as intervenções de 1964, no ingresso de seus membros nas diretorias sindicais em que ocorreram ações do Ministério do Trabalho (RODRIGUES, 1968).

Sendo membro desta entidade, Blumm não poderia ser denominado de “getulista”. É claro que sua participação no MSD ocorreu somente nos anos 1960, mas não é difícil supor que a atuação política deste sindicalista à frente da entidade dos sapateiros tenha permanecido distante do varguismo.

Desse modo, Rudor Blumm foi o primeiro presidente do STIC-NH que negou a tradição trabalhista-getulista da entidade. Rompeu, dessa forma, com um constructo que vinha sendo mantido, pelo menos, até a presidência de Rodolpho Terra. A perspectiva alinhada com o trabalhismo parecia ter sido retomada com o presidente subsequente.

#### *5.1.6 Alcides Nunes Rosa (1958-1962)*

Com a saída de Blumm do sindicato, a entidade passou para as mãos de Alcides Rosa, que venceu o pleito em 1958. Interessante é perceber que este dirigente pertencia ao mesmo partido que Blumm, também candidato à vereador no município naquele ano. Entretanto, de acordo com Marcus Saul (op.cit.), ao ser deflagrado o golpe de 1964, Alcides passou a ser perseguido “pelas forças anti-janguistas”.

O período de presidência de Alcides coincide com um momento singular na trajetória sindical da cidade. Em 1958 foi criado o Pacto de Cooperação Intersindical (PCI). Organizado para ser um elo entre os diferentes sindicatos do município naquele período - e paralelo ao que previa a CLT -, o PCI tornou-se um espaço de articulação política para reivindicações salariais e por melhorias na qualidade de vida do/as trabalhadores/as. Ainda que nunca tenha estabelecido um consenso em suas ações, o PCI foi uma tentativa de unificar o movimento sindical local. Acontece que, em 1960, por conta de um movimento paredista não consentido por todos os sindicatos, o PCI passou por uma crise que o levou à derrocada.

A inexistência de armazéns populares destinados à classe operária tornou-se mote central da “única greve geral na cidade, a 6 de julho de 1960” (SAUL, 1982, p.153). Como efeito deste movimento, a prefeitura municipal pediu aos grevistas alguns dias para tomar providências em relação aos armazéns. Os sindicalistas que depois estariam próximos ao MSD - que incluíam o presidente da FTIV-RS, Rudor Blumm, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Sebastião Ody - posicionaram-se contra a greve desde o início. Assim, em

relação aos sindicatos que aderiram ao movimento, restou uma situação complicada. Não satisfeitos com a resposta do poder público, alguns grupos políticos resolveram retomar a greve. Como o prefeito aceitou negociar com os trabalhadores para a instauração de novos armazéns, pedindo alguns dias para o início das obras, aquela greve seria considerada ilegal. Enquanto um grupo pressionava o prefeito, ameaçando-o (possivelmente com base no que acontecera à Alberto Severo, anos antes), o PCI desfez-se, amparado nas divergências de opinião em relação à greve e aos rumos políticos que vinham sendo tomados em Novo Hamburgo. Saul (op.cit.) lembra que a continuidade da greve iria superar o que era previsto em lei, colocando a própria legitimidade do sindicato em jogo.

A desestabilização do movimento operário ao redor do PCI significou um crescimento significativo de setores que, posteriormente, viriam a formar o MSD. A gestão de Alcides Rosa não conseguiu sobrepor-se às investidas conservadoras e, no ano seguinte, quando das eleições sindicais, Alcides e seu grupo perderam a posição no sindicato.

#### *5.1.7 Norci Rosa (1963-1968)*

A partir do crescimento político do MSD em Novo Hamburgo, suas articulações ao redor do sindicato aumentaram. A campanha para a direção do STIC-NH, em 1963, parece ter sido forte, não apenas entre os trabalhadores. O clima que envolvia a América Latina, em que o “perigo” do comunismo conduziu a fortes embates sociais, parece ter recebido um sólido ambiente para se reproduzir na cidade aqui enfocada. De acordo com Saul (1982), Norci Rosa, apoiado pelo MSD local, desenvolveu sua campanha voltada aos interesses “ordeiros” do município. Norci oferecia à burguesia uma perspectiva apaziguadora, que acalmaria os ânimos de trabalhadores e trabalhadoras. Não podemos perder de vista a ligação de seu antecessor, Alcides Rosa, com o trabalhismo, e também devemos lembrar da greve de 1960, que pôs fim ao PCI e insuflou a política local. Empresários e membros do MSD não pareciam querer permitir que o comando do sindicato permanecesse nas mãos daquele grupo político, ainda mais, levando em consideração as campanhas nacionais e o “populismo” janguista que ameaçava os interesses empresariais no Brasil.

O fato é que, em 1963, Norci venceu, de acordo com Saul (op.cit.), com uma ampla maioria de votos. Quando do golpe de 1964, a ditadura não encontrou grandes problemas com este sindicato, assim como com nenhum outro da cidade, talvez apenas com o STI Tecelagem

e Fiação.<sup>119</sup> O MSD tinha se estabelecido no município, articulado fortes candidaturas e dominado o espectro político local, deixando os trabalhistas-getulistas à margem das direções sindicais. Norci permaneceu na entidade dos sapateiros até 1968, ano em que um personagem importante para nós assumiu a presidência.

### *5.1.8 Orlando Müller (1968-1986)*

Da trajetória de Orlando pouco saberíamos, não fosse uma lei municipal de 1996, que deu seu nome a uma rua da cidade<sup>120</sup>, um ano após sua morte. Mesmo assim, temos acesso a seus dados biográficos mais básicos, restando ainda um trabalho a ser realizado sobre esse homem, que assim como tantos outros, participou ativamente de um período complexo da história do trabalho latino-americano.

Orlando nasceu em 1932, no município de Taquara, Rio Grande do Sul.<sup>121</sup> Aos sete anos de idade mudou-se para Novo Hamburgo, estabelecendo-se no bairro Guarani. Este é o mesmo bairro em que “Nidi”, personagem do terceiro capítulo, também se fixou quando de sua ida a Novo Hamburgo - ambos mudaram-se em períodos muito próximos. O que unia os dois personagens também era a necessidade de migração para uma região que apresentava um significativo progresso urbano.

Tanto “Nidi” quando Orlando passaram a viver em Novo Hamburgo na região que lhes foi permitida, zona de conflito étnico-racial que, à época, era chamado de “Bairro África”. Quando perguntei a “Nidi” se tinha conhecido o líder sindical, este respondeu-me apenas que sim, “ele se criou aqui também, a gente era amigão!”. Sem dar muitos detalhes e visivelmente direcionando sua fala para outras lembranças que considerava mais importantes, “Nidi” não forneceu muitos pormenores de seu relacionamento com Orlando. Tal fato ajuda a entender a primeira movimentação migratória para a cidade ainda nos anos 1940.

De acordo com o trabalho de Mascarenhas (1956), até o ano de 1955, 18% das pessoas que migraram para Novo Hamburgo eram provenientes de Taquara e região. Se considerarmos a totalidade de sua pesquisa, quase 60% da população hamburguense era migrante, vinda do interior do estado a procura de emprego. O período coincide com o estudado por Schneider

<sup>119</sup> As contas do sindicato foram congeladas, algumas pressões políticas executadas, mas nenhuma intervenção foi realizada naquela entidade (SAUL, 1982).

<sup>120</sup> Lei Municipal 76/96, que institui “a Rua 25 do loteamento Vila Torres” como “Rua Orlando Muller”. As informações sobre Orlando antes de sua entrada no sindicato estão disponíveis no referido documento, na seção “histórico”.

<sup>121</sup> Cidade localizada a 60 km de Novo Hamburgo. Um município quase essencialmente rural a esta época, caracterizava-se pela agropecuária e forte presença demográfica de alemães e teuto-brasileiros.

(1996), trabalho que aponta o primeiro afluxo migratório em direção a Novo Hamburgo, por conta das ofertas de emprego. Este ponto nos induz a pensar que a chegada de Orlando e sua família no município, no final dos anos 1930, estava ligada com a necessidade de trabalho. Ou seja, Orlando não parece ter vindo de uma família com muitas posses.

A trajetória de Orlando não difere de outras de crianças brancas e pobres daquela época. Aos 13 anos, em 1945, ingressou no mundo do trabalho como sapateiro na fábrica Oscar Kraemer, “na função de passador de cola”, onde trabalhou até 1952. Neste ano passou a trabalhar na Calçados Grande Gala.

A trajetória do sindicalista hamburguense poderia ter, facilmente, se entrecruzado com a de outros operários também presentes nesta dissertação. Como a de Alba, por exemplo. Em seu depoimento, a costureira afirmou ter trabalhado por duas vezes “no Ruy Chaves” - o nome da fábrica, em nenhum momento foi dito pela entrevistada, mas referia-se à empresa Calçados Grande Gala, talvez o principal nome dos calçados para exportação no Rio Grande do Sul. Inclusive, em termos de cronologia, apesar de não haver indícios concretos, não podemos descartar a atuação de Alba junto à fábrica no mesmo período em que Orlando ali trabalhou.

Não sabemos como Orlando conheceu o sindicato. Ainda que saibamos que se tornou parte do movimento operário em 1960, quando foi eleito Delegado Sindical, não conhecemos os detalhes dessa iniciação. Desde o final da década de 1940 o sindicato realizava campanhas de sindicalização (SAUL, 1982). É possível que a greve de 1960 e a reivindicação por armazéns populares tenha chamado a atenção de Orlando, que viu no sindicato um espaço de atuação política mais ampla.

Mesmo que não tenha sido a greve o estopim de tal interesse, ele parece ter tomado gosto pela atuação nos meandros da política sindical, já que em 1964 tornou-se membro oficial da entidade, como Secretário Geral, até chegar à Presidência em 1968, para sair 18 anos depois. Ao todo, Orlando permaneceu como membro da direção executiva do sindicato por 22 anos. Cabe assinalar que a pertença étnica de Orlando ao grupo hegemônico do sindicato pode ter lhe favorecido à frente da entidade. Desde o surgimento, a entidade vinha sendo administrada por homens brancos de origem alemã. Lichtler, Blum, Rosa (ambos, apesar do nome, tinham traços europeus e eram conhecidos como “alemães” entre os contemporâneos). Esse elemento parece ter importância em um terreno onde a construção social é influenciada pelos pertencimentos raciais e étnicos.

Se considerarmos as divisões políticas que o sindicato vinha vivenciando desde a época de Rudor Blumm, perceberemos que a trajetória de Orlando é, no mínimo, curiosa. Em 1960, quando se tornou delegado sindical na fábrica “Calçados Grande Gala”, o presidente do

sindicato era Alcides Rosa. Alcides, como vimos, alinhava-se politicamente com o trabalhismo varguista. Orlando fazia parte deste grupo político ou, pelo menos, estava sendo inserido nos bastidores da política local quando, em 1963, outro grupo, opositor aos trabalhistas, passou a dirigir o sindicato. Orlando permaneceu na entidade, tornando-se Secretário Geral do STIC-NH em 1964.

É claro, poderá pensar a/o leitora/o, o simples fato de Orlando ser delegado sindical no período em que Alcides presidia a entidade não faz dele um agente político alinhado com aquele grupo - era comum, por exemplo, que certos delegados sindicais fizessem oposição à direção estabelecida. Contudo, alguns indícios nos levam a pensar na proximidade de Orlando com o trabalhismo getulista. A entrevista de Ederson, referida no primeiro capítulo, aborda essa questão. De acordo com o entrevistado:

Quando a gente [CUT] chegou aqui [1986], o Cláudio [viu que] tinha as fotos do Getúlio né...

*Tinha as fotos do Getúlio aqui no sindicato?*

Tinha, tinha! Por que aqui tinha uma linha getulista né, de esquerda, entre aspas, pra época, e quando deu o golpe, sim, quando deu o golpe os caras tiveram que esconder tudo que tinha que se identificava com alguma coisa do trabalhismo ou de esquerda né, coisa do “comunismo”.

Seria pouco provável supor que as imagens de Getúlio, caras a certos sindicatos que, por tradição, o veneravam, eram apenas resquícios de um período antigo. Também seria pouco provável que Norci Rosa fosse um exímio getulista. Tendo a crer que a fala de Ederson, pouco precisa e baseada na memória coletiva que circunda o sindicato, mantém relação com a concepção de “populismo” que o “novo” sindicalismo atribuiu aos “velhos” - já abordada no primeiro capítulo. De toda forma, não é menos importante a informação de que havia imagens de Vargas escondidas na sede da entidade. Se essas imagens realmente existiram e permaneceram no sindicato por, pelo menos, 22 anos (!) é fácil supor que Orlando Müller, apesar de ser presidente do sindicato num período anti-getulista, minimamente respeitava o “velho” presidente, mantendo seus retratos no lugar.

No início da década de 1960 a lembrança do governo varguista era evocada a cada ação política do presidente João Goulart, deposto ilegalmente em 1964. Após o golpe seria quase impossível que um sindicato de tradição getulista mantivesse sua gestão intacta. E no entanto, mesmo com as idas e vindas de gestões varguistas no sindicato dos sapateiros de Novo Hamburgo não houve intervenções. Claro que ponto importante foi a participação do MSD e de Norci Rosa.

Apoiado pelos próprios agentes das intervenções, Norci representava um grupo político que lucrou com a ilegalidade daquele ano. Neste jogo, Orlando, que de delegado sindical em 1960, passou a presidente do Sindicato dos Sapateiros em 1968. Mostrou-se então muito hábil e soube se adequar aos novos ventos. Membro da gestão getulista de Alcides Rosa, Orlando adaptou-se e permaneceu na gestão de Norci. Essa maleabilidade lhe permitia ficar “à terceira margem” das disputas políticas: ora se adequava ao modelo trabalhista, ora vinculava-se ao MSD.

O conflito entre o MSD e os sapateiros Néilson de Sá e Rancheirinho provavelmente gerou as já mencionadas denúncias, que resultaram nas fugas destes militantes e no abandono das disputas no sindicato até a década de 1980. De 1968 até 1986 passaram-se quase 20 anos sem que nenhuma chapa contrariasse o *status quo*, e Orlando Müller tornou-se presidente sem nenhuma oposição em épocas eleitorais - cabe lembrar que, de acordo com o estatuto da entidade, as eleições deveriam ocorrer de três em três anos. Alguns ainda poderiam supor que esta aparente calma estaria relacionada com a repressão aos opositores. De fato, não se pode descartar essa hipótese. O medo que Orlando tinha de intervenções do Ministério do Trabalho (e que veremos mais adiante) indica um estado de vigilância dos órgãos governamentais sobre os sindicatos deste município, assim como do restante do país. Outrossim, os acontecimentos de 1968, quando da eleição e da acusação de “comunistas” aos opositores - discutidos no segundo capítulo, podem ter gerado um certo receio. Mas ainda uma terceira possibilidade pode ajudar na compreensão da tradição sindical em Novo Hamburgo.

Observemos, primeiramente, a tabela construída com base nas informações apresentadas até aqui dos presidentes do STIC-NH desde 1933:

**TABELA 5: PRESIDENTES DO STIC-NH ENTRE 1933 E 1986**

PERÍODO	NOME
1933-1934	Augusto “Fera” Lichtler
1934-1935	? <sup>122</sup>
1935-1944	João Abílio Becker
1946-1950	Sílvio Longo

<sup>122</sup> Apesar de termos os nomes que compunham a diretoria neste período, não é possível confirmar o nome do (s) presidente (s).

1951-1952	Rodolfo Terra
1953 - 1958	Rudor Blumm
1959 - 1962	Alcides Rosa
1963-1968	Norci Rosa
1968 - 1986	Orlando Müller

Fonte: Saul (1982); Oliveira (1987); Lichtler (1996). Elaborada pelo autor.

Observando-se o tempo de mandato de cada presidente, veremos que há uma certa regularidade. Apenas João Becker permaneceu na presidência da direção sindical por mais de 5 anos -admite-se, ainda, um possível equívoco nos dados deste período, já que não constam outros documentos que comprovem a permanência de Becker nas outras gestões.. Aliás, dos 8 presidentes até 1968, apenas dois excederam o período de um mandato, mais por uma questão burocrática de troca de funções do que por permanência no poder.

A legislação trabalhista vigente desde 1946 previa que a reeleição para cargos no sindicato ocorresse apenas para  $\frac{1}{3}$  da diretoria. Ou seja,  $\frac{2}{3}$  precisariam, impreterivelmente, afastar-se da direção oficial. O texto da CLT<sup>123</sup> que vigorou até 1955 impedia reeleições de presidentes e diretorias sindicais. Nesses termos, somente após 1955 é que diretorias puderam ser reeleitas, sem limites. Com esta alteração, Rudor Blumm, que já estava no cargo de presidente em 1955, pôde se reeleger, até perder para Alcides Rosa no final dos anos 1950.

Mas isso não quer dizer que o mesmo grupo não tenha dirigido o sindicato por muitos anos. Rodolpho Terra, presente no movimento operário desde o final da década de 1920, permaneceu nos bastidores da entidade até, pelo menos, 1951, quando assumiu o cargo de presidente. Portanto, vinte anos com o mesmo grupo! É claro que isso não significa que, durante todo esse tempo, outros grupos não tenham surgido e tensionado a estrutura política do sindicato. Mas tais dados nos induzem a pensar que a política sindical, pelo menos em Novo Hamburgo, se manteve mais ou menos estável, com poucas oscilações.

No que diz respeito ao caso de Orlando, foi membro da estrutura da direção sindical desde 1960 e permaneceu até 1986. Foram 22 anos na direção sindicato, 26 se contarmos seu período como delegado. Como veremos adiante, neste intervalo de tempo, Orlando dialogou

<sup>123</sup> Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De15452.htm#art530](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm#art530). Acesso em: 15/02/2019.

com representantes de muitos espectros políticos, dentre eles os próprios opositores que o retiraram da entidade na década de 1980.

Quero dizer com tudo isso, que a tradição do STIC-NH aparenta, pelo menos até onde foi possível averiguar, uma tendência maior à permanência do que à mudança. Isso não significa que não houvesse oposição às direções estabelecidas, ou que jogos de poder não fossem jogados entre os principais nomes políticos do sindicato e até fora dele, mas que havia um certo “acordo” que envolvia as disputas por poder.

Durante a ditadura, sobretudo a partir de 1968, quando a direção apoiada pelo MSD percebeu um perigo real de perder posição, a repressão agiu para a manutenção da nominata estabelecida que agradava aos setores empresariais locais e regionais. Então é importante levar em conta que a repressão atuava para garantir a posse da chapa “aceitável”. Todavia, aliadas à repressão, as estratégias políticas do próprio Orlando Müller colaboraram para a manutenção de seu poder, incorporando certos grupos quando lhe convinha, afastando-os quando o “perigo” se aproximava. Orlando atuou dessa forma até quando foi possível.

## **5.2 Tempos de mudança: a crise política e o sindicalista deslocado**

No início de 1974 o Ministério do Trabalho passou por algumas reformulações e quem assumiu a pasta foi Arnaldo da Costa Pietro (1974-1979), que nasceu na serra gaúcha, mas construiu seu capital político na região do Vale dos Sinos. Em homenagem à posse de Pietro, Orlando escreveu:

Há uma missão a ser cumprida. Mais uma entre tantas que já foram entregues a um homem que, há muitos anos, vem se destacando em todos os aspectos, no plano federal. Os trabalhadores hamburguenses e os de outros municípios já o conhecem, pelo seu trabalho eficaz e importante, nos muitos anos servindo ao povo na esfera federal. Agora, quando o nosso representante Arnaldo da Costa Prieto assume o Ministério do Trabalho, queremos registrar nossa confiança em todos os seus passos futuros. Sabemos que é mais uma missão. Desta vez mais árdua, mas que por certo será cumprida com o mesmo entusiasmo e dedicação, como em tantas outras missões cumpridas pelo nosso ministro. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Novo Hamburgo, através de sua diretoria e associados, cumprimenta o novo ministro, afirmando sua confiança durante a gestão de Prieto nesta importante pasta do governo Federal.

Orlando Müller, Presidente (JORNAL NH, 14/03/1974, p. 11).

O Ministério do Trabalho que, desde o golpe, assumira uma postura diferenciada em relação aos sindicatos (NAGASAVA, 2015) tentando afastá-los do discurso do governo, ainda que o mantivesse dentro das estruturas econômicas, como veremos logo mais. Agora era

assumido por um homem conhecido de Orlando. A forma de tratamento dispensada ao Ministro revela o respeito esperado naquele contexto, mas também uma dose de proximidade propositalmente exposta. Em agosto do mesmo ano, em visita a Novo Hamburgo e à sede do STIC-NH, Arnaldo teria dito:

Eu vim muitas vezes ao sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Novo Hamburgo, desde quando era deputado, pois considero exemplo no sindicalismo, pelos feitos que presta aos seus associados, pela colaboração que presta aos órgãos público, pela defesa dos legítimos interesses do trabalhador [...] Hoje vim conversar com os líderes dos trabalhadores. [...] O que nós queremos é informações, queremos conhecer a realidade (JORNAL NH, 2/08/1974, p.23).

A visita de Pietro significou uma espécie de “apresentação” formal do novo ministro, tanto aos sindicalistas quanto aos empresários, sobretudo em Novo Hamburgo, que competia com a cidade paulista de Franca pelo título de Capital do Calçado. Mas a visita do ministro revelava também preocupações da pasta com relação à representação de trabalhadores, resumidas pelo ministro na frase “queremos conhecer a realidade”. Orlando valia-se, dessa forma, de contextos específicos para se integrar a grupos políticos com maior influência. É possível que prospectasse possibilidades de carreira no âmbito nacional, como um de seus antecessores, Rudor Blumm. Contudo, se a articulação política de Orlando com membros do ministério parecia ser minimamente estável, sua relação com a política local passou por momentos turbulentos.

No início de 1976, Orlando envolveu-se com boatos de ordem política partidária. O sindicalista teria sido “contratado” - termo usado pelo periódico local - pela ARENA por um valor que chegaria a 296 mil cruzeiros. O presidente do partido negou a negociação, concluindo, de forma sarcástica: “Sendo assim, vou exigir meus 15% sobre o passe...” (JORNAL NH, 17/03/1976, p. 2). De fato, a filiação de Orlando ao partido ocorreu, mas não durou muito tempo.

Aquele foi o ano eleitoral municipal. Prefeito e vereadores foram escolhidos por voto popular, dentro do quadro pseudo-democrático instalado a partir de 1964. Nesses termos, a disputa política local incendiou-se com a presença de variados atores. Temos o caso de Nidi, abordado anteriormente, que concorreu pela primeira vez neste ano e foi um dos vereadores mais votados do município, amparado em sua atuação na associação de moradores. No que diz respeito a Orlando, por algum motivo que não é possível aferir agora, não disputou nenhum cargo político, mas isso não significa que seu trânsito entre os partidos ARENA e MDB não tenha sido complicado.

Há alguns dias da eleição, em novembro, Orlando Müller, que havia se filiado no início daquele ano à ARENA, pediu desfiliação do partido. Momentos depois, assinou a ficha no partido de oposição. Os motivos para tal mudança foram especulados pela mídia, mas nada foi efetivamente comprovado em um primeiro momento. O jornal local chegou a ligar essa informação com o fato de que Orlando “foi cogitado como possível candidato a vice-prefeito pela ARENA”, dando a entender que sua saída do partido teria ocorrido por conta de divergências eleitoreiras. Por outro lado, o presidente do MDB informou que os motivos da transição “se prendem a seu descontentamento com relação à distribuição de casas populares” (JORNAL NH, 03/11/1976, p. 1). A explicação do presidente emedebista manteve-se como a oficial. No entanto, a história continuava.

Dias depois de filiar-se ao MDB, Orlando Müller voltou atrás em sua decisão. No dia 8 de novembro o sindicalista afirmou “que os motivos que me levaram a intentar o desligamento do partido do governo, por erro de interpretação, não são tais como eu os encarei num primeiro momento” (JORNAL NH, 08/11/1976, p. 2). A decisão de Orlando em continuar na ARENA foi considerada por alguns como apelo político que o colocaria em evidência novamente. Com os olhos voltados para o passado, concebemos outras possibilidades que podem ser abordadas.

O fato de Orlando ter anunciado sua saída da ARENA e logo depois retornado aparenta ser mais derivado da pressão política que sofria do que uma tentativa de ganhar fama - o principal líder sindical da região não precisaria de tal apelo. Em entrevista coletiva, o prefeito da cidade, Miguel Schmitz, uma das lideranças da ARENA, apresentou-se ao lado de Orlando. Segundo o periódico que cobriu o evento, a fala deu-se da seguinte forma: “Miguel, que falava alto aos repórteres - na presença de Orlando Müller - perguntava ao dirigente sindical, de vez em quando, ‘não é isso, Orlando?’, ou, ‘está certo assim, Orlando?’, enquanto Müller só concordava com a cabeça” (JORNAL NH, idem).

Esse parece ter sido um momento ímpar na trajetória política de Orlando. A partir da eleição de 1976, que gerou uma mudança política significativa em alguns municípios do país - já que o MDB saiu fortalecido das eleições em determinadas cidades, como foi o caso de Novo Hamburgo - Orlando passou a ser perseguido, de acordo com o que dizia. Aquele sujeito tão maleável politicamente começava a sofrer as primeiras consequências da mudança política dos anos 1970.

Em 29 de abril do ano seguinte, o sindicalista disse sofrer pressões políticas, mas não apontou nenhum nome. Alguns dias depois de denunciar essas pressões, apenas disse que partiam “de um setor da ARENA local, que tenta responsabilizá-lo pela derrota arenista nas

últimas eleições” (JORNAL NH, 03/05/1977, p.5). A proximidade de Müller com o partido tinha se desestabilizado e já em agosto daquele ano era possível entender o porquê: “tinha relação com sua reeleição para a função de vogal na Junta de Conciliação e Julgamento local (dez salários mínimos mensais), onde representava a classe dos empregados” (JORNAL NH, idem). As idas e vindas de Orlando na ARENA, vistas em 1976, explicaram-se em 1977 como sendo fruto de pressões. Questão importante para entendermos as estratégias de Orlando à frente do sindicato. Mas abordarei este ponto um pouco mais adiante.

As complicações políticas de Orlando com a cúpula do partido da ditadura revelavam uma mudança nos elementos partidários. Mas, mesmo assim, a pauta central do sindicato continuava a mesma. Até, pelo menos, 1978, pouco ou nada se falava do sindicato que não mantivesse relação com o dissídio ou com a Justiça do Trabalho e a função de vogal que Orlando exercia.

Depois de 1974 muitas características da ditadura passaram por alterações. Estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas e Paraná tiveram em suas Assembleias uma maioria de parlamentares do MDB. Dois anos depois, grandes centros urbanos repetiram a dose e ampliaram as cadeiras emedebistas em cidades como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santos, Salvador, etc. (SKIDMORE, 2000, p.372). Em Novo Hamburgo, essa alteração parlamentar também foi sentida, sobretudo com o crescimento de nomes até então desconhecidos, como líderes sindicais e comunitários - que é o caso de Nidi (do capítulo três).

É nessa fase de transição política - lenta, gradual, mas não muito segura para todos/as - que encontramos Orlando Müller um pouco desconcertado, deslocado. Se, até então, ele era um aliado do governo, que recebia o Ministro do Trabalho com honras e elogios públicos, aos poucos seu discurso se alterava, porque entendia que os tempos também mudavam.

Olhando para a publicidade do STIC-NH desde 1974, percebi que o foco do sindicato veiculado neste primeiro ano abordado na presente pesquisa era “amenizar a deficiência salarial” (JORNAL NH, 16/08/1974, p. 10). Consultado poucas vezes pelo periódico local, as entrevistas do presidente da entidade voltavam-se a assuntos pontuais e mesmo as críticas ao regime eram feitas de modo sutil e cavalheiresco, dizendo que o “acredita que governo atual modificará a política salarial vigente, pois ela não tem dado nenhum resultado” (JORNAL NH, idem.). Por outro lado, Orlando e a direção do sindicato não conseguiam (ou não queriam) aproximar-se amigavelmente dos empresários locais. Como o próprio Orlando anunciou em 1974, questionado sobre a situação das empresas de Novo Hamburgo: “Não temos conhecimento mais profundo, pois nunca fomos convidados a participar de algum debate, para

que o empregador nos fale de seus problemas. Nós somente somos procurados quando as firmas já estão falidas” (JORNAL NH, idem).

Apesar de ouvirmos de alguns sindicalistas posteriores à década de 1970 que Orlando tinha uma boa relação com os empresários, não foi exatamente isso que encontrei nas fontes consultadas. Até 1978 - que é um ano chave para a mudança de perspectiva dos sindicatos e de suas relações com a burguesia - não foi possível constatar nenhuma ligação mais estreita do líder sindical com a elite industrial local. Isso não significa que o sindicato não se aliava a sujeitos políticos conservadores. Se o sindicalista não tinha trânsito entre a burguesia industrial hamburguesa, deveríamos pressupor que, pelo menos entre os operários, Orlando fosse bastante conhecido.

O nome de Orlando foi citado em duas entrevistas. Nas outras, ninguém lembrava do sindicalista, a não ser, é claro, nas conversas com membros do “novo” sindicalismo. Muitos entrevistados consultaram o sindicato algumas vezes por questões de saúde, outras por questões referentes à Justiça do Trabalho, mas não lembraram, em nenhum momento, de um Orlando Müller sindicalista e engajado politicamente. Nem mesmo Nidi, amigo de bairro e barbeiro de Orlando, quis focar nos feitos e desfeitos políticos do líder sindical.

A imagem que alguns operários poderiam ter do sindicato é hoje lembrada por um filtro construído pelo “novo” sindicalismo. Por esse motivo, o primeiro capítulo advertiu e discutiu os perigos de se tratar do sindicalismo nos anos 1970 apenas como um movimento omissivo e pouco atuante. Mas cabe pensarmos para além deste ponto.

### **5.3 Os “sindicalismos” na lembranças dos/as operários/as**

Quando perguntei para Celomar sobre a relação entre os sindicatos e as greves que ele presenciou nos anos 1970 - de fábrica, pequenas e pontuais -, ele respondeu: “É, sempre tinha o sindicato por trás”. Alba, por sua vez, sabia que o sindicato, para além da questão assistencial, fornecia alguns subsídios para o enfrentamento na luta de classes, mesmo que não tenha elaborado esta compreensão em palavras. Nos termos da sapateira:

Eu ia lá [na sede do sindicato] pra me informar, porque eu sempre fui muito bem informada. Eu sabia que, se eu tivesse que falar alguma coisa de patrão, eu sabia até onde eu podia chegar, sabe? Eu não ia perguntar pra qualquer um: eu ia lá no sindicato, perguntar pras pessoas de lá pra me informar do que eu queria saber.

*E a senhora chegou a conhecer algumas pessoas lá? Seu Orlando, a senhora conheceu?*

Não, não. Pra ser bem sincera eu nunca vi o Orlando, eu só sei que o nome dele era Orlando.

Para que fique claro ao leitor e à leitora, citei o nome de Orlando Müller na entrevista porque, em diversos momentos anteriores a essa pergunta, Alba trazia à baila o nome do sindicalista. Qual não foi minha surpresa quando ela mesma disse nunca ter visto o rosto do presidente, mas apenas conhecer seu nome e sua fama. Fama, aliás, que não era muito boa. Mais adiante ela comentou:

E esse Orlando, tinha um Calçado Galhardi, sabe? Depois que eu saí do Sissi eu fui, era lá na [rua] 25 de Julho, ali era o calçado Galhardi, Luis XV também. Daí [eu] ficava lá ao meio dia, porque era longe pra vir em casa. Aí a mulher me disse: “[...] Ih, eles atrasam pagamento... eles são primo do Orlando”. Digo: “Ahn?”, Digo: “Aham...”. Porque esse Orlando, dizem e não sei se é verdade, [já que] claro que o pessoal de CUT ia sempre dizer o contrário, né, eles nunca falam nada a favor, nem o outro falaria a favor deles, sempre um contra o outro; então diziam que o Orlando era um safado, que ele beneficiava o patrão, que ninguém levava nada dali. [Também diziam] Que numa questão o funcionário perdia, porque o Orlando era a favor de patrão. Eu pensei: mas o que é que eu quero numa firma dessas? Eu fui-me embora, não trabalhei mais lá.

Alguns pontos merecem nossa atenção nestes excertos. O primeiro deles é o fato de que o nome “Orlando Müller” estava presente na memória de Alba, mesmo sem ser evocado pelo entrevistador. Isso, por si só, poderia nos adiantar a importância que este sindicalista tinha no meio operário, mesmo que a entrevistada acima não tenha lhe conhecido pessoalmente. Por outro lado, lembro à leitora e ao leitor que Alba é da família de Betinho, personagem do segundo e quarto capítulos, e que a crítica dos “novos” sindicalistas aparece, aqui, bem viva na argumentação da costureira. Neste sentido, Alba, de modo sofisticado, antecipando qualquer análise de memória que eu pudesse fazer, foi certa ao falar: “claro que o pessoal de CUT ia sempre dizer o contrário, né, eles nunca falam nada a favor”.

Portanto, mesmo sem saber o que significa “enquadramento da memória” ou qualquer outro conceito utilizado ao longo desta dissertação, Alba desvelou a narrativa cutista e defendeu seu argumento lançando luz à sua própria narrativa. Sabendo que o discurso dos “novos” não poderia falar bem dos “velhos” e que talvez o que era dito de Orlando não fosse verdade, ainda assim ela admitiu não permanecer na fábrica porque acreditava ser de propriedade de um parente do presidente “velho”.

Para Alba, trabalhar em uma empresa ligada a sindicalistas que supostamente poderiam beneficiar o patrão não era um bom negócio. Independente da veracidade dessas informações, cabe assinalar a noção que ela tem hoje de “o que é ser sindicalista”, e como Orlando ficou de fora desse modelo construído. E aí entra o terceiro ponto destes excertos para o qual chamo a

atenção: Alba diz ter consultado o sindicato para as coisas “de patrão”. Mesmo com todas as ressalvas que ela faz à gestão destes sindicalistas, tal tipo de entidade durante a ditadura ainda aparecia como espaço para compreender aquilo que não era compreensível fora da organização política.

Eroni, por sua vez, nunca visitou a sede do sindicato. Depois de abandonar o serviço na metalurgia, tornou-se sapateira, mas trabalhou durante toda sua vida em casa, mantendo pouca relação com o mundo industrial exterior. Sua “relação de produção” era com o agente do atelier ao qual respondia para costurar e preparar calçados. Sendo assim, não ouviu falar de Orlando e nem de algum outro sindicalista daquele período ou posteriores. Sua vida transformou-se no trabalho com calçado, com a casa e com a criação dos filhos. No único momento da entrevista que ela tocou no assunto “sindicato” - e por que eu acionei essa temática, aliás, de forma pouco sutil - Eroni comentou sobre as greves do ABC Paulista, já em inícios dos anos 1980. Em suas palavras:

Se eles tavam lutando por uma coisa boa, a gente achava que tinha que ser. Se o único jeito pros funcionário, pros empregado conseguir alguma coisa tinha que ser assim, então vamo fazer greve, né?!

*E tu acha que essas greves eram ruins pra fábrica?*

Era ruim pra fábrica porque eles não iam produzir. Se ficar [parado] 15, 20 dias, quem tá perdendo é a fábrica. Mas se [é] para o bem do povo eles tem que perder, antes eles do que o povo. Pagavam muito pouco na época. Aumento mesmo era centavos. Agora não sei como tá, mas antes era centavos.

*E o sindicato não ajudava?*

Ajudava, mas muitas vezes não tinha força. Aí com o negócio das greves começava a pegar mais força.

Mesmo sem contato algum com a diretoria do sindicato, Eroni percebia as mudanças do final dos anos 1970. Ela, de acordo com sua memória atual, entendia que as disputas travadas pelo “novo” sindicalismo eram corretas. Isso é interessante porque, mesmo que não estejamos tratando da ação sindical pós 1978 aqui, Eroni evocou essa imagem para lembrar que tal tipo de ação não existia nos anos anteriores, já que a entidade sindical “não tinha força”. Ela parece demonstrar uma compreensão da luta de classes, sobretudo quando diz “antes eles do que o povo”. Para ela, a luta sindical é respaldada pela própria “força” da classe trabalhadora.

Nos momentos críticos do sindicalismo depois de 1978 no Brasil, Orlando Müller passou a mudar seu discurso. A partir daquele ano começou a dizer que o acordo para o aumento dos salários só existiria com base “nos índices oficiais”. Ele teria afirmado que, ainda em 1978, o sindicato obteria “melhores condições para reivindicar” utilizando “as informações da Fundação Getúlio Vargas, do Departamento Intersindical de Estudos Econômicos, Sociais e Estatísticos, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobre o comportamento da inflação” (JORNAL NH, 10/02/1978, p. 9). Isso evidencia que, amparado em discussões mais amplas e que levavam em conta os embates ocorridos no ABC, Orlando passou a negociar em outros termos com o sindicato patronal. Sua “força”, então, provinha de mobilizações, mas não necessariamente dos sapateiros hamburguenses. Cabe lembrar que Sidnei, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba/SP, referido no primeiro capítulo, dizia estar de mãos atadas no contexto sindical da década de 1970, também por falta desta “força”.

A partir de 1978 Orlando transformou seu discurso de sindicalista ordeiro e conivente com o regime ditatorial e com a elite hamburguense. Começou a agir e falar de modo mais brusco, quase como se imitasse um outro “tipo” de sindicalismo. Mas isso também não lhe aproximou, pessoalmente, dos trabalhadores, além de afastá-lo mais da burguesia e do governo.

Entre 1974 e 1979, com uma mudança política intensa, tanto em termos nacionais quanto regionais e locais, o Sindicato articulou seu papel no universo político com as funções de assistência usuais. Pela crítica realizada posteriormente, essas funções se descolavam da função central de um sindicato. Mas será que os/as trabalhadores/as as consideravam tão estranhas àquelas entidades de classe?

#### **5.4 O “assistencialismo” sindical na ditadura**

Sabemos, por meio de trabalhos como o de Nagasava (2015), que a ditadura civil-militar brasileira desenvolveu um projeto de sindicato. O “sindicato que a ditadura queria”, de acordo com a autora, deveria ser uma entidade que criasse a narrativa da representação sindical de modo ordeiro; quando das reivindicações, esperava-se que os sindicalistas tivessem bom senso e calma, agindo sempre nos termos da lei e, acima de tudo, com um discurso desprendido das atribuições do Estado. Se, no período varguista (1930-1954), o plano governamental era aproximar os sindicatos do aparelho estatal, na ditadura civil-militar a proposta era inversa. Ao desvincular os sindicatos do Estado, esse regime pretendia criar uma nova forma de relação entre trabalhadores e sindicatos, o que lhe permitiria desonerar a pasta do Ministério do Trabalho e reforçar a ligação entre operários “comuns” e operários sindicalistas. Aliado a isto,

a reformulação da estrutura ministerial e as direções sindicais foram questões de grande valor para os generais.

As formas de atuação dos sindicatos, entretanto, não foram completamente alteradas, ainda que muitas intervenções tenham sido realizadas, não somente nas direções sindicais. O Ministério do Trabalho passou por reorganizações que envolviam desde “contadores e profissionais especializados em entender as complexas fórmulas de reajuste salarial e o aumento de causas sobre esse tema”, até alterações da chefia da pasta ministerial (NAGASAVA, op. cit., p.188). A chegada de Jarbas Passarinho neste posto (1967-1969) significou uma mudança bastante brusca, tanto em termos de ação política quanto de ação repressiva.

Conforme mostraram Corrêa e Fontes (2016, p. 134), as primeiras ações do aparato repressivo ditatorial foram voltadas ao movimento operário e ao que ele representava naquela sociedade. Ainda na madrugada do dia 1º de abril de 1964, militares, comandados pelo general Olímpio Mourão, “invadiram a Fábrica Nacional de Motores – símbolo do nacional-desenvolvimentismo da Era Vargas – localizada estrategicamente na estrada que liga Minas [Gerais] ao Rio [de Janeiro], para prender e isolar os trabalhadores”. Simbólica e materialmente estava posto que a ditadura também combatia alguns dos avanços que o sindicalismo pré-64 tinha conquistado. Esses avanços pareciam incomodar certos grupos daquela sociedade, sobretudo o empresariado e a esfera mais abastada entre os trabalhadores, aquela que convencionou-se chamar de “classe média”.

Das alterações realizadas pela ditadura, talvez a mais eficaz tenha sido a mudança de significado dos sindicatos. Se, no período “populista”<sup>124</sup>, esses eram tidos como organizações abertamente a serviço do Estado, funcionando como elo entre trabalhadores e governos, no pós-64, como assinalamos acima, buscou-se desprender o sindicato do regime, ao menos no discurso oficial. Nas palavras de Santana (2008, p. 282):

Por não se propor a manter relações próximas aos sindicatos e relegando esses ao papel de controle sobre os trabalhadores, o Estado corta o canal de acesso em termos políticos que os sindicatos vinham tendo no período anterior e reforça a lógica assistencial naquelas entidades. Com isso, não se visa propriamente o enfraquecimento dos sindicatos; antes, busca-se dar-lhes outro tipo de força. A ideia era fortalecer os sindicatos e o sistema corporativo para seu papel na construção da nação e da coesão social. Não é por acaso, portanto, que por meio dos dirigentes impostos aos sindicatos, visou-se tornar atrativa a filiação aos sindicatos, fornecendo mais benesses dos que as já dispostas na CLT.

---

<sup>124</sup> Usamos o termo entre aspas por sua amplitude e complexidade, mas, antes de tudo, por se tratar de uma perspectiva pejorativa, frequentemente utilizada pelos “novos sindicalistas”. A noção de sindicalismo populista foi discutida no primeiro capítulo.

Ao passo que a ditadura impunha aos sindicatos a função de “controle” sobre os/as trabalhadores/as, a estratégia adotada pelos governantes era a de fortalecer estas entidades, e não a de lhes enfraquecer. Ainda assim, quando antes essas organizações de classe serviam de ponte para o acesso às discussões do Estado, no pós-64 foram cortadas tais ligações diretas. Nesse sentido, reforçar a assistência à saúde nas dependências dos sindicatos, ou pela via dos convênios entre tais entidades e o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), tornou-se um plano fundamental nas administrações militares.

Quando nos deparamos com as memórias de trabalhadores do calçado de Novo Hamburgo sobre os anos de 1970, a proposta de um sindicato direcionado para a coesão social e para a assistência à saúde se torna mais compreensível. As lembranças que estes e estas sapateiros/as têm do sindicato no período são quase sempre muito semelhantes. Sobre isso, Alba e Celomar disseram, respectivamente:

Eu consultei lá [no sindicato], algumas vezes. Eu nunca fui assim, como eu te disse eu tive boas relações com meus chefes e com meus patrões. Podia até não gostar da pessoa, mas como chefe, eu respeitava. [...] E daí eu nunca tinha motivos pra acusar alguém do sindicato, pra fazer uma denúncia. Eu ia na época pra consultar sim, na época do Orlando, antes de entrar a CUT, era o Orlando por muitos anos. Ia lá fazer uma consulta, dentista às vezes.

Você falou antes em sindicato, né? Fui associado do sindicato, sempre fui muito bem atendido, tinha médico, tinha tudo... Porque meu pai me disse assim: “o sindicato é muito bom pra nós”. Segui o exemplo do meu pai, o sindicato é muito bom nessa assistência aí.

O acesso destes trabalhadores ao sindicato foi permeado pela constância da assistência à saúde. Nestes termos, percebe-se que os entrevistados lembram de forma positiva do sindicato, quase sempre tentando dissociar seu acesso de assuntos políticos, enfocando nas benesses da assistência prestada aos sócios. No que diz respeito à Alba, a lembrança que tem de Orlando Müller, ainda que turva e em poucos detalhes, está relacionada com os serviços de assistência à saúde prestadas pelo sindicato: “Eu ia na época pra consultar, sim”. Do mesmo modo, Celomar também fez questão de frisar a importância do sindicato no âmbito assistencial. Algo que, como lembrou, não foi apenas uma construção propriamente da ditadura, ainda que ela a tenha fortalecido. Em sua lembrança, seu pai já lhe havia alertado sobre as vantagens de ser associado ao sindicato: “[...] porque meu pai me disse assim: ‘o sindicato é muito bom pra nós’”. Mas a lembrança destes/as operários não é a única fonte que indica a importância da assistência à saúde prestada pelo Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo.

Em 1974 o sindicato teria pedido 250 mil cruzeiros ao Ministério do Trabalho, a fim de prestar “melhor assistência aos sindicalizados e dependentes” (JORNAL NH, 30/01/1974, p. 4). No mesmo ano, contratou mais de 12 médicos para sua sede (JORNAL NH, 13/03/1974, p. 8). Reforçando a lembrança de Alba, que disse ter consultado dentistas no sindicato, no ano de 1974 mais de 1700 pessoas foram atendidas por estes profissionais na sede da entidade (JORNAL NH, 10/05/1974, p. 10.). O modelo construía uma fonte de renda para o sindicato, já que dos seus 20 mil associados em 1974, cada um dispndia 2% de seu salário mensal para a entidade (JORNAL NH, idem). A função de assistência social prestada pela entidade e reforçada pela ditadura ajuda a explicar alguns dos números existentes sobre o período acerca do desejo de operários/as em associarem-se aos sindicatos.

De acordo com dados do IBGE os sindicatos de trabalhadores industriais no Rio Grande do Sul contavam com 138 mil sócios em 1969, sendo que, 5 anos mais tarde, em 1974, chegavam à quantia de 230 mil pessoas, para, em 1978, contabilizarem 344 mil associados. Este aumento pode ser atribuído, ao menos em parte, o agravante da transformação de trabalhadores rurais para urbanos e, por consequência, uma maior participação na vida industrial. No entanto, sozinha, esta explicação não dá conta de elucidar a adesão dos novos trabalhadores industriais a sindicatos. Ao que tudo indica, a assistência, longe do que apresentam as narrativas de novos sindicalistas, tinha importância significativa na vida de operários e operárias da década de 1970.

Nidi lembrou do Sindicato no pré-64 dessa forma:

É... e naquele tempo se falasse em comunismo... Ah!!! E o véio [Alcides] Rosa era um baita de um sindicalista, tchê! Um exímio trabalhador em calçado. [...] Não houve, até foi melhor que os outros... Só que ele foi muito, assim, assistencialista. Porque me parece que não é bem a filosofia marxista, de ser muito assistencialista, mais é “aprender pra ti lutar”.

A ideia de um sindicato “assistencialista” também não é muito bem vista por Nidi. Entretanto, o que nos interessa aqui é perceber que, nas lembranças do vereador sobre Alcides Rosa, presidente do sindicato entre 1958 e 1962, está presente a imagem da assistência como fundamento essencial do sindicato. O entrevistado lembrou daquele velho homem como “um exímio trabalhador em calçado”, o melhor que Nidi já viu. Ainda assim, muito “assistencialista”.

Cabe a nós pensarmos em que termos a palavra “assistencialista”, utilizada pelos “novos” sindicalistas e membros aliados àquele movimento dos anos 1980, pode ser percebida como uma ofensa. A ideia do sindicato “assistencialista”, associada aos sindicatos getulistas e

do pós-64, é sempre retomada de forma depreciativa. Por outro lado, não tenho tanta certeza se ela escapa à tradição dos sindicatos brasileiros desde antes da, assim denominada, “Era Vargas” ou depois da tentativa de reformulação das estruturas sindicais, intentada pelos “novos” sindicalistas.

Se observarmos a trajetória dos sindicatos brasileiros, pela ótica tanto de Batalha (2010), ao tratar das discussões sobre mutualismo no Brasil, quanto de Fortes (1999), ao tratar das estratégias de resistência da classe operária em Porto Alegre (RS) na primeira metade do século XX, apenas para citar dois autores que influenciaram esta dissertação, perceberemos que a ideia de uma “cultura associativa” (BATALHA, 2004) é presente nas organizações operárias deste país desde, pelo menos, o final do século XIX. Isso se não contarmos as irmandades negras, associações de socorro mútuos ou outras organizações que articulavam trabalhadores livres e escravizados ao longo daquele século. Ou seja, distante do que Rodrigues (1968) supôs, a periodização do movimento operário brasileiro não está dividida em fases estanques, sendo que em uma primeira fase estaríamos presos ao mutualismo, desfeito após o período de “resistência”, mais ativo e revolucionário. Os estudos supracitados deram conta de desvincular a história social do trabalho de periodizações estáticas, o que permitiu uma compreensão mais conectada e processual das mudanças ocorridas nas organizações operárias. Assim, é possível enxergar uma permanência dos auxílios e assistências como funções dos sindicatos, mesmo quando esses se mostravam “resistentes”.

A ideia de que é preciso agir diante das dificuldades materiais que o capitalismo impõe aos trabalhadores está, em geral, presente nos sindicatos. Isso não parece ser fruto de uma inabilidade revolucionária ou falta de interesse político. A necessidade de sindicatos serem também espaços de assistência material é presente durante todo o século XX e parece estar ligada ao que Savage (2004) chamou de “insegurança estrutural”. O autor explica esta noção da seguinte forma:

Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa estrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências. Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas - da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas vizinhanças e por aí vai (SAVAGE, 2004, p.33).

Aplicando esta ideia a um período e local bem específicos, como é o caso trabalhado aqui, percebemos que as estratégias operárias para resistir aos ditames da ditadura na década

de 1970 eram variadas. Entre elas, estava encontrar meios de acesso à saúde e proteção jurídica. Se os sindicatos cumpriam tal demanda era também porque havia uma compreensão de que aquele espaço deveria ser destinado a essa assistência. Isso não significa necessariamente que o sindicato tinha sido esvaziado de função política, ou que os/as trabalhadores/as não o viam como um espaço para debates de outra ordem que não a da assistência - pelo contrário, o sindicato permanecia sendo entidade de referência política para os operários e operárias, mesmo que não a entidade respondesse à altura.

A precarização do emprego na iniciativa privada com a criação do FGTS deixou os/as trabalhadores/as mais suscetíveis às oscilações dos mercados de trabalho. A ocultação governamental de dados oficiais sobre o índice inflacionário brasileiro deixou estes/as mesmos trabalhadores sem acesso a uma remuneração minimamente justa. A impossibilidade de dizer “não” abertamente ao governo, sob pena de prisões, torturas e assassinatos, dificultou a articulação política de operários/as. Não bastassem os constrangimentos clássicos do sistema capitalista, vividos pela classe desde, pelo menos, o século XIX no Brasil, durante a ditadura os/as operários/as viram-se diante de mais estes problemas. Os sindicatos, falando de modo genérico, cumpriam parte da demanda que a insegurança gerava. Se a contestação do sistema capitalista deveria fazer parte ou não das funções de um sindicato nos anos 1970, isso é outra questão. O fato é que a assistência à saúde por parte da entidade sindical foi bem vista por trabalhadoras/es de Novo Hamburgo, dentre outros motivos, porque era um dos poucos espaços de auxílio material com os quais aqueles sujeitos podiam contar.

Por isso, tomando cuidado ao olhar para esse passado, defendo aqui a expressão “assistência à saúde”, ao invés de “assistencialismo”. A primeira dá conta de compreender as diferentes interpretações quanto à função do sindicato, enquanto que a segunda serve mais à depreciação de um modelo indesejado pelos “novos” sindicalistas.

Se, por um lado, o aspecto positivo do sindicato é lembrado pelos/as trabalhadores/as entrevistados/as como a assistência à saúde, os aspectos negativos são narrados sob a perspectiva política.

### **5.5 Para que serve um sindicato?**

No inverno de 1976, cinco jovens queimaram algumas máquinas da fábrica “Calçados Ludwig”, cortando fios, em represália aos baixos salários que recebiam. Foram pegos em flagrante, sendo que quatro deles eram menores e não tiveram seus nomes revelados. Apenas

sabemos que um jovem negro, de 18 anos, chamava-se Airton Flores. Todos residiam no bairro Guarani, antigo bairro África. O periódico que cobriu o fato afirmou que tudo aconteceu “por vingança” (JORNAL NH, 18/06/1976, p.11).

Revelador de um período marcado pelas dificuldades financeiras para a classe operária, como o arrocho salarial, o ato dos jovens também aponta para o trabalho do periódico em mascarar ações desse tipo, construindo a narrativa da vingança. Aí está presente o projeto nacional de “coesão social” de que falava Santana anteriormente. O jornal fez questão de dizer que a sabotagem foi “só por vingança”, ou seja, afastando qualquer interpretação diferente da subversão da ordem moral. Um fato como este, que, aos nossos olhos, aparenta ser uma estratégia de resistência, em 1976 foi chamado de subversão à ordem e à coesão estabelecida em uma sociedade de classes “unidas”. De modo geral, a segunda metade da década de 1970 parece ter sido envolvida por uma atmosfera de tensão entre as classes, tanto em Novo Hamburgo quanto no restante do país.

A entrada de Geisel no poder alterou a política nacional, impactando também na sociedade local. A “crise” financeira, que mais tarde revelou-se como arrocho salarial, impactava a todos/as assalariados/as. E, mesmo assim, a lembrança que alguns/mas operários/as têm deste período ainda é marcada pela coesão, como exemplifica as memórias de Alba. Durante sua entrevista, ela comentou:

*Nunca ninguém quis parar de trabalhar pra ir lá com o sindicato?*

Não, nunca, isso não tinha. Eu não me lembro, desses anos todos, se alguém fez greve. É que as pessoas eram mais francas, resolviam seus problemas - pelo menos eu fazia isso - conversando diretamente com o patrão. Entrando no acordo com ele, vendo o lado da gente e o lado dele. Dialogando com o patrão. Não era incendiando pneu aí na rua, quebrando tudo de quem nem tem nada com isso, essa algazarra que existe, não existia naquela época. Naquela época o pessoal trabalhava e era bem tratado. Bem melhor aquela época do que agora.

Alba não lembra de nenhuma greve. E vincula esta ausência à moral hamburguesa. O que, aliás, não é peculiar à entrevistada. Ela lembra daquele período com “estranheza em face de certos costumes atuais”, tal como advertiu Bosi (1998, 480) sobre a lembrança de pessoas idosas. Nas palavras da entrevistada, naquela época “as pessoas eram mais francas [...] conversando com o patrão [...] dialogando com o patrão”. Talvez, de fato, sua experiência dentro das fábricas não tenha sido tão complicada quanto a de outros operários - a memória é sua, de modo que não podemos alterá-la como se fosse algo maleável. Além do mais, vimos anteriormente exemplos de como algumas das relações entre operários e patrões poderiam ser paternalistas. De toda forma, chama a atenção que, sobre nenhum momento de sua vida, Alba

lembra de ter presenciado uma greve, nem na década de 1970, quando elas eram menos comuns, nem na de 1980, quando elas tornaram-se mais presentes, e muito menos na década de 1990, quando o projeto de desindustrialização do Brasil atingiu Novo Hamburgo e fez emergir diversos movimentos paredistas em toda a cidade.

Quando lhe perguntei sobre as greves do ABC no final dos anos 70 e de como elas chegavam à cidade através dos meios de comunicação, ou se ela sabia daquelas mobilizações, Alba respondeu:

Eu não. *Talvez os outros soubessem.* Como eu te disse, eu sempre me preocupei em cuidar da minha vida, me importar com aquilo. [...] Eu já tive uns dias ruins na minha vida, de ficar muito nervosa com problema de família, meu marido tinha se mandado pra São Paulo, ficou por lá, e eu fiquei aqui com minhas duas crianças pequenas e minha mãe. Sabe como é... apaixonada pelo marido. E [o] amor desequilibra a gente.

A resposta de Alba também nos permite observar a discrepância existente entre mulheres e homens trabalhadoras/es da década de 1970. O impacto que o abandono do marido causou em sua vida de certa forma parece ter-lhe “ocultado” problemas que a entrevistada julgava de ordem externa e menos relevantes: “[...] eu sempre me preocupei em cuidar da minha vida”. Entre as greves que aconteciam em São Paulo e a perda de um relacionamento que se mudou para aquele estado, fora as dificuldades financeiras e a sobrecarga que tal fato lhe causou (dois filhos, trabalho externo, casa, etc), não permitiram que esta mulher tivesse o “privilégio” de se preocupar com outros assuntos políticos. Mesmo assim, como veremos depois, ela queria se informar.

Ao contrário de Alba, que, especialmente por sua situação de gênero, lembrou dos movimentos paredistas com certo distanciamento e pouco discernimento, quando perguntamos a Celomar se percebia essas paralisações, sua resposta foi positiva. Segundo o entrevistado:

*E o senhor lembra quando foram essas manifestações?*

É, nessa empresa aconteceram, na Klaser, 75, 76, ali, que começou a aparecer isso aí né. E na realidade também presenciei poucos movimentos de greve dentro da fábrica. Então quando eu recebia algumas projeções, que eu recebia oportunidades dentro da fábrica, os colegas diziam: “Mas tu é de sorte né, te promoveram”. Só que alguém estava vendo que meu trabalho não era de parar, não era de prejudicar a empresa. A empresa precisa produzir, sabe? E eu tenho, e aí com essa promoção, eu sempre recebi oportunidades tanto no trabalho quanto salarial também. [...] Então eu nunca fui de acordo com a questão de greve.

De acordo com Celomar, já em 1975 e 1976 houve pequenas e isoladas greves; não foi possível constatar isso em outras fontes: greves menores não parecem ter sido noticiadas pelos

periódicos regionais, por pouco interesse da elite, do próprio regime, ou por uma certa “insignificância” em termos políticos mais amplos, na avaliação dos contemporâneos. Contudo, Celomar trabalhava na Calçados Klaser durante a década de 1970 e essa mesma empresa teve participantes na greve de 1979, o que pode ter-lhe influenciado na resposta, sem saber, exatamente, a data correta. O que nos interessa aqui é, antes de tudo, entender o significado dessas greves, existentes ou não, para o sapateiro, e como ele se portava frente a elas. O entrevistado atribuiu suas oportunidades no trabalho não apenas à sua capacidade profissional, mas também à sua obediência ao *status quo*. Mesmo sem lhe perguntarmos se participava dessas greves, Celomar fez questão de deixar claro:

Eu digo pra vocês, nunca foi na minha cabeça fazer greve. Por que sempre me passou na cabeça que não vale a pena. Eu sempre tive essa convicção: que não vale a pena. Então quando tinha a manifestação dos colegas que queriam parar, fazer boicote e tal, fazer greve, eu ia pro meu trabalho. Aí me chamavam: “tu é puxa-saco, tu é isso, e tal”. [...] Então eu nunca tive essa ideia de fazer greve. Às vezes até ia lá no patrão e dizia: “dá pra melhorar um pouquinho? Veja bem o trabalho que eu faço. Se eu sou interessante pra fábrica”.

*E no diálogo sempre resolvia?*

Muito, resolve muito mais. Mas é que às vezes é melhor “eu” encerrar, porque “eu” tenho um monte de gente junto “comigo” [referindo-se aos grevistas]. E outra coisa, aquele que faz greve fica indignado com o que não faz greve. Eu sentia isso. [Eles diziam:] “Mas tu tem que vir comigo, porque nós estamos sofrendo”. Eu digo: “pera aí, a situação é minha, eu sempre tive essa coisa comigo, a situação é minha, e não do grupo. A minha vibração é minha. Meu capricho com meu trabalho é... [fazendo sinal de que é dele] graças à Deus”. Você está realmente de acordo com o seu trabalho? Você não vai “fazer a cera” lá no cantinho? Você não foge do seu compromisso? Você faz com carinho seu trabalho ou faz de qualquer jeito? Tudo vai refletir no teu salário.

O depoimento de Celomar dá conta de elucidar alguns pontos interessantes. O primeiro deles é o significado atribuído à greve e ao movimento operário como um todo. Para o entrevistado, a paralisação, a organização de trabalhadores e o próprio sindicato são formas de burlar uma ordem estabelecida e que funciona em si mesma. Parar de trabalhar para buscar melhores condições de trabalho tornou-se, na leitura de Celomar, o próprio “não-trabalho”. Por consequência, o sindicato carregava esta marca do “não-trabalho”, imbuído de carga simbólica e, às vezes, concreta do confronto à ordem. Por essa razão Osmar “Mandinho”, personagem do capítulo passado, afirmou que “Patrão nenhum gosta de sindicato, isso eu posso te garantir!”.

O segundo ponto que levo em consideração neste depoimento de Celomar é a reação de seus colegas quando da sua negação a participar das greves. Se ele não queria paralisar junto

com seus colegas, era hostilizado pelos grevistas, algo que demonstrou não gostar. Durante a entrevista expôs suas razões para não participar das greves e como lhe incomodava a “incompreensão” de outros/as operários sobre isso.

Destas entrevistas sublinho duas constatações diferentes: de um lado, temos o depoimento de Alba que disse nunca ter presenciado uma greve “em todos esses anos”. De outro, temos a lembrança de Celomar que, ao aproximar-se de um período em que “já” tinham acontecido algumas greves, em 1975 e 1976, aproximadamente, buscou fugir deste movimento por não estar em consonância com suas convicções morais individuais.

Nidi foi questionado por mim sobre a greve de 1979, um movimento que envolveu milhares de trabalhadores e que nem os meios de comunicação locais e regionais puderam esconder<sup>125</sup>. Em sua resposta, o entrevistado confundiu-se duas vezes:

*O senhor chegou a ver e participar das greves, como a de 1979?*

Sim, fui a Porto Alegre, onde conheci a Dilma [Rousseff]. A minha mulher era a chefe das mulheres de Novo Hamburgo. Eles estavam fundando a federação da mulher gaúcha. E a minha esposa foi nomeada como presidente do interior. [...]

*E nesse período que teve a greve, o senhor chegou a perceber a movimentação?*

No final dos anos 70? 79... já encaminhando pra redemocratização. E daquela greve eu fui nomeado pra ir pra Brasília, porque ia ser votada a emenda do Dante, pro povo votar direto.

Nidi não se lembra da greve de 1979, de fato. Lembra de ir à Porto Alegre, onde conheceu Dilma Rousseff (à época, militante do PDT), acompanhando sua mulher na construção da Federação da Mulher Gaúcha, num período já posterior a 1979<sup>126</sup>. Na segunda pergunta, Nidi foi ainda mais longe, lembrando da greve como uma nomeação, quando foi indicado seu nome para ir a Brasília, numa clara menção à emenda Dante de Oliveira, de 1983 e que foi votada em 1984<sup>127</sup>. Em nenhuma das duas respostas Nidi referiu-se, exatamente, à greve de 1979. Mas por quê? Será que a “falta de lembrança” de todos esses entrevistados reflete uma insignificância daquela greve? Sim e não.

Defendi no primeiro capítulo que a construção narrativa e memorialística do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores ofuscou uma luta silenciosa de

<sup>125</sup> Além do *Jornal NH*, periódico local, também outros jornais da região metropolitana de Porto Alegre noticiaram o caso; dois exemplos são o *Correio do Povo* e a *Zero Hora*, ambos da capital gaúcha.

<sup>126</sup> A Federação de Mulheres Gaúchas, entidade suprapartidária formada por mulheres da esquerda brasileira, oficialmente formada em 1982, teve início nas discussões do Congresso da Mulher Gaúcha, em 1981. Sobre isso ver Pietra Méndez (2004).

<sup>127</sup> A Proposta de Emenda Constitucional de nº 05/83 visava restaurar as eleições diretas e foi rejeitada no Congresso em 1984.

operários e operárias nos anos de 1970. Em termos gerais, a década de 1970, por um lado, não teria proposto nada de novo e de importante, por outro, teria servido de construção para um “novo sindicalismo”, que só teria surgido de fato nos anos 80, como o sol em uma certa hora da manhã. As falas de nossos entrevistados nos revelam que, em certo sentido, o discurso oficial dos novos acerca dos velhos foi fundamental para solidificar a ideia de “revolução” no ambiente sindical e nas movimentações de classe. No entanto, ainda que a construção de uma organização de trabalhadores em novos formatos tenha sido fundamental para a quebra do sistema imposto pela ditadura, e que partidos como o PT tenham sido vogais na redemocratização, na contramão disso fica a ocultação de movimentos que não pertenceram diretamente ao “novo” sindicalismo, mas que, antes de tudo, solaparam uma antiga forma de organização dos/as trabalhadores/as e de resistência.

A greve de 1979 em Novo Hamburgo foi, antes de tudo, uma greve que surgiu da própria categoria de sapateiros/as como uma tentativa de impor-se frente ao regime. De fato, não parece ter sido uma greve organizada pelo sindicato oficial da categoria, mas um movimento orgânico e surgido do interior das fábricas.

#### 5.6 “Mais compreensão e menos exploração”: o movimento das/os sapateiras/es de 1979

##### IMAGEM 14: GREVE DE 1979.



Fonte: *Jornal NH*, 5 de setembro de 1979.

Na manhã do dia 4 de setembro de 1979 o primeiro grupo cruzou os braços e parou de trabalhar. Quinhentas/os trabalhadoras/es da empresa Ciro S.A. iniciaram um movimento grevista “e dirigiram-se ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados, pedindo que a direção da entidade apoiasse o movimento paredista que iniciava”. Com o aceite do Sindicato,

operários/as de outras fábricas ficaram sabendo da greve e aderiram ao movimento<sup>128</sup>. Até o final daquele dia mais de 3 mil operários deixaram seus postos de trabalho (JORNAL NH, 05/09/1979, p. 5). Iniciava-se a maior greve ocorrida em Novo Hamburgo em anos, no interior de um regime repressivo e de uma cidade moralmente “ordeira”.

Na fotografia exposta acima, referente ao ato político realizado pelas/os grevistas em 04 de setembro de 1979, duas coisas chamam a atenção: a primeira é a simplicidade e, paradoxalmente, complexidade do escrito na faixa carregada pelas/os sapateiras/os. Os erros ortográficos e a diagramação malfeita, rústica, indicam que o cartaz foi confeccionado pelas/os próprias/os protagonistas desse fenômeno. Mesmo assim, o conteúdo daquela frase transcende uma pauta econômica, normalmente atribuída aos movimentos grevistas. Aquelas pessoas queriam compreensão.

O segundo ponto que levanto aqui é o número visivelmente superior de mulheres e jovens à frente desta passeata. De fato, o jornal que noticiou o acontecimento afirmou existir “pelo menos 50 por cento de mulheres”.

No terceiro capítulo foi possível tomar a dimensão oficial da mão de obra feminina na indústria de calçados de Novo Hamburgo. Mais de 40 por cento da mão de obra oficial da cidade era composta por mulheres, isso sem contar com o número informal, sobretudo em “ateliers”, que não foram contabilizados, dada sua dificuldade em ser apreendido pelas estatísticas. Mesmo assim, nenhuma mulher fazia parte da direção executiva do sindicato da categoria, ainda que algumas atuassem como delegadas sindicais nas empresas - vide o caso narrado por Claudio no primeiro capítulo. E não é difícil de compreender o nível de poder que estas mulheres tinham no movimento de 1979, basta que comecemos vendo as exigências dos/as paredistas.

Dentre as principais reivindicações destas/es operárias/os, estavam: “melhores condições no trabalho”. De acordo com a redação do jornal local:

Eles não querem só os 20 por cento prometidos pelos patrões a partir de agosto, mas mais 40 por cento sobre isto. [...] Além disso, os trabalhadores estão pedindo melhores condições de trabalho, como por exemplo, retirada dos relógios-ponto dos banheiros (há indústrias que não permitem que os banheiros sejam utilizados durante alguns períodos do dia); melhores condições de trabalho para a mulher, creches para os filhos de operários, estabilidade no trabalho para gestantes, e outras coisas (JORNAL NH, 05/09/1979, p.5).

---

<sup>128</sup> Pararam trabalhadores das seguintes fábricas: Grupo Klaser (fábrica em que Celomar trabalhava), Calçados Sissi (fábrica em que Alba trabalhou), Calçados Guilherme Ludwig, Viegas Saldanha, Calçados Kilate, Reluz Ruskin, Calçados Jacob, Platisalt e Strassburger S.A (JORNAL NH, 05/09/1979, p.5.).

Das cinco exigências centrais das/os grevistas, apenas duas diziam respeito diretamente à totalidade dos/as sapateiros/as: o reajuste salarial sobre a inflação real e o fim de horários pré-determinados para uso dos banheiros nas fábricas. As outras três reivindicações se referiam a pautas do universo operário feminino, considerando que a criação dos filhos era papel historicamente relegado às mulheres. Ademais, a ênfase em “melhores condições de trabalho para a mulher” e “estabilidade no trabalho para gestantes”, ainda que expostas de modo genérico e superficial, dão conta de ilustrar a situação feminina nas fábricas em 1979.

Quando perguntei à Alba sobre suas experiências no trabalho, ela gentilmente contou-me várias passagens de sua vida, até que chegou o momento de falar sobre a fábrica “Calçados Grande Gala”, já conhecida da leitora e do leitor, quando relatamos a experiência de Orlando Müller, alguns anos antes. Alba me disse:

Trabalhei depois, de novo, no Rui Chaves [Calçados Grande Gala] por uns meses e depois tive que sair, porque foi quando eu tinha casado, que eu engravidei e eu não conseguia trabalhar lá dentro porque o calçado era perfumado. Cada vez que eu chegava na firma eu me sentia mal. Assim eu fui, trabalhei em várias firmas. [...]

*E como foi a questão de não conseguir trabalhar na firma por causa do cheiro?*

Naquela firma [...] por causa do cheiro do perfume. [Por] Que a grávida não aguenta perfume (risos). Não sei se todas são iguais, mas olha, eu tava muito bem [mas quando] chegava na porta da firma e entrava, começava a me sentir mal. Dentro de meia hora eu tava lá no banheiro botando tudo pra fora (fazendo gesto de vômito).

*E não tinha possibilidade dos gerentes, patrões, arrumarem isso?*

Não, mas o calçado todo, a firma inteirinha tinha perfume. A costura era no segundo piso, e tinha que passar lá por dentro pra entrar e sair, porque no depósito, onde que eles encaixotavam o calçado eles botavam o [perfume], era tudo perfumado lá dentro. Era horrível, era no calçado que era o perfume. Aí eu saí por causa disso, aí logo fui trabalhar em outra firma, porque o caso não era o “trabalhar”, era o perfume do calçado que eu não aguentava. Não deu.

O que Alba narrou foi a incompreensão (para fazer referência à fotografia acima) de seu patrão frente a um momento delicado e de difícil resolução. A possibilidade de manter-se na fábrica não foi sequer cogitada pela entrevistada, já que “a firma inteirinha tinha perfume”, e o patrão aparentemente não pensou em encontrar alguma outra solução. O papel da maternidade imposto às mulheres tornou-se, na história contada por Alba, situação de inevitabilidade: não havia condições de permanecer na fábrica.

O ambiente desta sociedade de finais de década de 1970 estava minado de contradições e confrontações; o mesmo se dava nas esferas de enfrentamento aos padrões sexistas. Ao que as fontes indicam o movimento de 1979 não foi apenas um movimento paredista, mas um

movimento grevista que estourou no interior de um debate de gênero, por direitos femininos. Ainda que não seja possível afirmar categoricamente que a greve de 1979 foi deflagrada pelas mulheres hamburguenses, é correto e necessário dizer que elas tiveram importância central naquele movimento. Sobretudo as mulheres jovens.

No capítulo “De quem falamos quando dizemos ‘sapateiros’?”, apresentei uma amostragem sobre o perfil do operariado da cidade entre 1974 e 1979. Foi possível constatar, a partir desta quantificação aproximada, que 89 por cento dos/as trabalhadores/as na indústria do calçado desse período eram jovens. Se observarmos a fotografia acima, e as próximas, veremos que a quantidade de jovens mulheres nos atos daquele início de setembro de 1979 era alta.

Todavia, o movimento que iniciou com as mulheres da fábrica Ciro S.A. tomou dimensões maiores e, quando procurou o Sindicato dos Sapateiros, parece ter se alterado na forma e no conteúdo. Observemos a seguinte fotografia:

**IMAGEM 15: ASSEMBLEIA NO STIC-NH (04/09/1979)**



Fonte: Acervo Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo.

Ao contrário da fotografia anterior, a presença de mulheres nessa foto foi reduzida a uma pessoa, ali ao fundo, aparentemente com pouca influência na assembleia. Na fotografia podemos ver Orlando Müller, presidente do sindicato, ao centro. Ao seu lado esquerdo, com o microfone, Edson Mattos, dirigente da entidade e, ao fundo, quase escondido, Adalberto Martins, vice-presidente do sindicato e vereador de Novo Hamburgo.

A partir da imagem e de outros dados, chama a atenção a inexpressividade feminina na condução oficial de um movimento composto por, “pelo menos 50 por cento de mulheres”, com pautas voltadas à vida delas e que, de acordo com o que vimos na imagem anterior, liderado informalmente também por muitas mulheres, que carregavam, à frente, a faixa improvisada na passeata. Do mesmo modo, faltam nessa imagem personagens jovens, porque, ao que foi possível constatar, à frente dessa assembleia estavam apenas os membros mais antigos do sindicato.

Como anotou Fraccaro (2017), o espaço político das mulheres no Sindicato, em termos gerais normalmente fora voltado a assuntos de importância secundária; o caso da greve de 1979 em Novo Hamburgo nos permite refletir sobre o esforço que o Sindicato (e o conjunto de homens que o acompanhava) realizou para não permitir que mulheres acessassem a condução política da assembleia, lugar de decisões e de visibilidade. Sobretudo porque, insistimos, o espaço fabril de Novo Hamburgo em 1979 era fundamentalmente feminino. Não é surpresa, alguma, portanto, vermos mulheres comandando um movimento nas fábricas. Mas, na contramão disso, o espaço do sindicato era um ambiente masculinizado, composto por rituais de masculinidades (SILVA, 2004). O que os documentos sugerem é que a greve iniciou buscando dar expressão política às suas reivindicações quotidianas, principalmente à pautas femininas, mas transformou-se em um movimento masculinizado. Adiante veremos que não até mesmo as reivindicações foram reduzidas à questão econômica.

Vale lembrar que a assembleia de 4 de setembro aconteceu às pressas. Ocorreu no final do dia, após um efeito “avalanche” nas fábricas da cidade, que aderiram ao movimento ao longo daquela manhã e daquela tarde. O ato político em frente ao Sindicato foi chamado pelas/os próprias/os sapateiros grevistas, e não pelo Sindicato. De acordo com as informações que temos, ao saírem em passeata pela cidade, grevistas dirigiram-se à sede da entidade pedindo apoio, onde, ali, realizaram o ato que se imortalizou na fotografia exposta acima. No entanto, em nota ao jornal local, Orlando Müller convocou os operários “para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA”, a ser realizada dia 05 de setembro de 1979, no Ginásio de Esportes da FENAC, às 18h00 e 19h00, respectivamente, em primeira e segunda convocação” (JORNAL NH, 05/09/1979, p. 4).

**IMAGEM 16: ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA NO GINÁSIO DE  
ESPORTES DA FENAC (05/09/1979)**



Foto: Acervo do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo.

No dia 5 de setembro de 1979, sapateiras e sapateiros escreveram em uma faixa algo que, à primeira vista, poderia ser apenas uma informação ou um simples chamamento, mas que, nas relações sociais travadas em Novo Hamburgo, tornava-se uma ameaça à burguesia local: “Vamos todos a FENAC”.

A Feira Nacional do Calçado (FENAC), realizada pela primeira vez em 1963, nos pavilhões em que os sapateiros e as sapateiras fizeram sua assembleia em 1979, tornou-se, aos poucos, símbolo do progresso do calçado na cidade. Ali passaram a acontecer grandes eventos industriais, porém, quase todos voltados à ala mais abastada da indústria (MARTINS, 2011). É significativo que a assembleia de sapateiros/as tenha sido realizada na FENAC e, mais significativo ainda, que tenha acontecido no Ginásio de Esportes.

Como defendi no capítulo anterior, o futebol teve importante função nas relações sociais entre trabalhadores do calçado nos anos de 1970, sobretudo na segunda metade daquela década. Consolidado como espaço de lazer, sociabilidade, mas também de resistência e articulação política, o ginásio de futebol de salão da FENAC servia duplamente aos interesses daquele grupo de grevistas. Em primeiro lugar, era um local amplo, necessário a quem esperava milhares de pessoas - que, de fato, ocuparam a cancha. Por outro lado, o ginásio estava carregado de uma carga simbólica: era o local em que aconteciam as principais decisões esportivas da Olimpíada do SESI, em que operários/as praticavam esportes para seus patrões, em troca de absolutamente nada, em termos de remuneração salarial.

A presença destes/as sapateiros/as no Ginásio de Esportes da FENAC era um desafio para os patrões e para o regime. A placa erguida por estas e estes operários verbalizava o desafio em letras garrafais. E aqui, novamente, chamo a atenção ao modo rústico com que o cartaz foi

confeccionado. A pauta exposta na faixa carregada pelos/as trabalhadores/as é ampla, genérica e parece também ter sido escrita sem auxílio de profissionais, já que não eram comuns na época. Mas essa não era a única faixa existente naquele ato.

**IMAGEM 17: DELIBERAÇÃO NA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO  
DIA 05/09/1979**



Fonte: Acervo Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo.

No palanque improvisado, postaram-se lideranças do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo. Atrás destes homens, havia ainda uma significativa quantia de outros homens (alguns negros), uma pequena parcela feminina bem ao fundo e, atrás de todos/as, uma faixa com os dizeres: “Abaixo o anteprojeto da C.L.T.”.

Durante o ano de 1979 ocorreram debates nacionais que visavam alterar a legislação trabalhista vigente. O que mais chamou a atenção dos contemporâneos e que, de fato, tornou-se pauta da Câmara dos Deputados naquele ano, foi o Anteprojeto da CLT, de autoria do ex-ministro do trabalho Arnaldo Lopes Sússekind (CATHARINO, 1980). A alteração iria influenciar não apenas questões financeiras, como a reformulação da lei do FGTS, mas também as próprias formas de organização de trabalhadores, em que sindicatos voltariam a ser atrelados ao Estado na prática e no discurso. Cabe dizer que Sússekind foi redator do texto original da CLT em 1943, e que o ambiente em que as discussões sobre o anteprojeto aconteciam era de efervescência sindical. Em 1979 o ABC paulista já criara um clima de confronto ao *status quo* e um discurso de ruptura com o “velho” sindicalismo.

Ainda que o anteprojeto não tenha sido aprovado e que a CLT não tenha sido modificada nestes moldes, considero relevante trazer à baila essa discussão pelo fato de que a

greve das/os sapateiras/os de Novo Hamburgo parecia estar alinhada a esta pauta nacional. Parece-me também que a defesa da CLT não foi uma linha de discussão surgida originalmente do seio da categoria, mas uma ampliação das exigências dos trabalhadores, induzida pelo próprio sindicato. Digo isto com base em dois indícios: o primeiro deles é visual ainda que pouco concreto, por se tratar da forma. O modelo das faixas reivindicatórias expostos nas fotografias acima indicam que as primeiras foram produzidas de modo improvisado, provavelmente por sapateiros/as com pouca instrução e às pressas. A faixa “Abaixo o anteprojeto da CLT” é um pouco mais sofisticada, produzida com mais qualidade gráfica, demandando mais dinheiro para sua produção - o que nos leva a crer que houve verba do sindicato para tanto.

Porém, isso sozinho não dá conta de nos convencer do argumento principal. O que me levou a considerar a produção das pautas serem distintas entre a categoria dos sapateiros e a direção de seu sindicato é justamente o conteúdo das reivindicações presentes nas faixas e na imprensa. Se a leitora e o leitor voltarem algumas páginas, perceberão que as primeiras reivindicações são vagas e generalizantes: “Mais compreensão” e “vamos todos a FENAC” não são cartazes com pontos específicos reivindicatórios. Ao contrário disso, o dizer “Abaixo o anteprojeto da CLT” é uma pauta muito específica, consideravelmente interligada com as discussões trabalhistas nacionais e que diz respeito às mudanças que iriam sofrer os sindicatos daquele período, caso o anteprojeto fosse aprovado.

Isso já nos aponta para uma questão não menos relevante. Se a greve de 1979 iniciou com pautas sobre direitos amplos, quando chegou ao Sindicato foi reduzida à questão salarial. Esse movimento não foi, unicamente, levado a cabo pelo sindicato, mas também pela imprensa. Em quase todas as matérias do jornal local relativas à mobilização, são encontradas referências aos 60 por cento de aumento exigido pelas/os grevistas (JORNAL NH, 05/09/1979, p. 6). Das pautas que consideravam secundárias, porém, quase nada era veiculado. No jornal de Porto Alegre, *Zero Hora*, que acompanhou a greve com algumas notas ao longo da paralisação, enfocou-se essencialmente a discussão salarial. Uma pequena nota ao final da edição do dia 05 informou que, além dessa, também havia “a exigência da imediata retirada dos relógios-ponto dos sanitários”. (ZERO HORA, 05/09/79, p. 26).

O jornal *Correio do Povo*, também da capital gaúcha, ainda acentuou a exigência do fim dos cartões-ponto para banheiros, mas nenhuma linha sobre as exigências para mulheres grávidas ou melhores condições de trabalho a elas (CORREIO DO POVO, 05/09/1979, p. 21). O periódico *Folha da Manhã*, igualmente porto-alegrense, foi ainda mais longe: citando a discrepância entre os/as 19 mil sapateiros/as existentes em Novo Hamburgo e os/as 10 mil

operários/as do calçado sindicalizados/as na mesma cidade, a matéria do periódico atribuiu essa diferença ao fato de que “o restante [9 mil pessoas] é, na maioria, mulheres, que não necessitam ser sindicalizadas, pois gozam das vantagens da sindicalização dos maridos” (FOLHA DA MANHÃ, 06/09/1979, p. 45).

De fato, a entrevista de Eroni aponta para este caminho. A entrevistada comentou que nunca foi sindicalizada no Sindicato dos Sapateiros; primeiro porque não estava ligada a nenhuma empresa diretamente, com vínculo garantido pela CLT, segundo porque seu marido, operário sindicalizado da metalurgia, garantia os benefícios sindicais na área da assistência para toda a família. Mas, como vimos, não ser sindicalizada não significa, obviamente, que a entrevistada se abstinha de pensar questões políticas. Por esse motivo, é discutível a explicação dada pelo jornal *Folha da Manhã* à baixa sindicalização feminina, já que a assistência social poderia não ser o único motivo para que mulheres se associassem aos sindicatos. E, como estamos vendo nesta seção, parece não haver relação entre a falta de sindicalização feminina e a força que estas mulheres tiveram em 1979.

Não podemos nos esquecer que, naquele ano, poucos meses antes, uma greve do magistério gaúcho foi deflagrada e repercutiu em Novo Hamburgo. Sobretudo mulheres jovens e senhoras consagradas pela profissão de professoras paralisaram o estado do Rio Grande do Sul, em uma demonstração de força, acima de tudo, feminina (ainda que o líder sindical fosse homem). O jornal local noticiou esta greve, propagando suas ideias. O clima de insatisfação popular era sentido nesse movimento assim como em outros. Se as/os operárias/os do calçado de Novo Hamburgo tinham acesso a essas informações, seria interessante pensar que notícias como essas as/os encorajaram a mobilizarem-se: era possível levantar-se contra os patrões e a ditadura.

Alguns indícios fazem crer que a mobilização paredista das/os sapateiras/os da cidade de 1979 tinha relação com o clima político de greves instaurado no final da década de 1970, e que este fator teria incentivado ações de tal tipo.

Já apresentei no primeiro capítulo as interações que o militante comunitário e sindical Nélson Gautério de Sá tinha com o periódico local. Sua fala parecia retomar, quase sempre, a ideia de uma “inércia” nos sindicatos hamburguenses, na maioria das vezes voltada à direção do Sindicato dos Sapateiros. Nesses momentos, a referência que Nélson tomava como representante legítimo da classe trabalhadora era a do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, principalmente a figura de Lula.

Um entrevistado para esta pesquisa, que posteriormente veio a se tornar membro do PT e diretor do Sindicato dos Sapateiros na direção cutista, Betinho (personagem dos capítulos 2

e 4), afirmou que já na década de 1970 conhecia o nome de Luís Inácio Lula da Silva. Durante o primeiro depoimento prestado, Betinho falou: “Uma vez eu tava olhando televisão, [...] e eu me lembro muito bem disso, [...] aí eu disse pra minha companheira: ‘Ba, se esse cara [Lula] concorresse pra presidente eu votava nele’. Mas não podia votar pra presidente”. Não podemos esquecer que essas memórias são atravessadas pelo presente, e constroem significados na lembrança dos entrevistados de acordo com o que eles pensam hoje. Mesmo assim, é interessante que já no final da década de 1970 um sujeito que atuava em uma fábrica de calçados de Novo Hamburgo e sem ligação com o movimento sindical percebesse a militância de Lula como inspiradora, a ponto de enxergar nele uma liderança importante.

Outros exemplos nos apontam para conclusões parecidas. O jornal local veiculava informações sobre os acontecimentos do ABC paulista quase diariamente em 1978 e 1979. Em maio de 1978, a imprensa hamburguesa havia noticiado a paralisação da Ford na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo. Ainda dava voz aos dirigentes da indústria paulista, que afirmavam ser aquela greve “um balão de ensaio. Conforme resultados, a situação pode se alastrar”. E se alastrou. A matéria ainda informava que a fábrica da Mercedes Benz poderia juntar-se à greve. Segundo o que consta no periódico consultado, os dirigentes da empresa com filial no Brasil, “não poderiam condenar publicamente os trabalhadores e, ao mesmo tempo, não poderiam analisar a paralisação ante a legislação brasileira que a condenaria”. Ainda terminavam dizendo que “os Sindicatos Operários na Suécia podem se manifestar contrariamente, repudiando decisões da empresa no país” (JORNAL NH, 16/05/1978, p.12).

Parece-me importante frisar o papel que uma matéria desse tipo tinha naquele período. Além de questionar a eficácia da legislação brasileira, a nota da direção da Mercedes Benz (Saab-Scânia) ainda afirmava que em outros países a livre-manifestação operária era vista com bons olhos. Repercutindo essa informação para operários hamburgueses, o jornal disseminava também a ideia de que a lei anti-greve<sup>129</sup> tornava-se letra morta na vida real da década de 1970, pois estava em descompasso com legislações europeias. Outras matérias viriam a ser publicadas, refletindo o clima de insatisfação vigente no país.

Em agosto do mesmo ano, por exemplo, o periódico estampava uma matéria de meia página sobre as críticas de Lula ao então ministro da fazenda, Mário Simonsen, acerca da posição deste sobre os ajustes salariais daquele ano, colocando um líder sindical e um ministro

---

<sup>129</sup> A lei 4330 de 1964 ficou conhecida como “Lei Anti-Greve” porque, apesar de dizer-se reguladora das greves no país, na prática, impossibilitava a existência de movimentos parestas legais. Dentre as características ilegais previstas no documento estavam as greves por “motivos políticos, partidários, religiosos, sociais” (Art. 22). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em: 26/02/2019. ,

federal em patamares de igualdade no debate (JORNAL NH, 14/08/1978, p. 18). Um mês depois o jornal dava a notícia de que a greve de São Bernardo, liderada por Lula, teria saído vitoriosa, fornecendo aos operários um aumento acima do previsto na política salarial da ditadura. Outras matérias colocando Lula em evidência foram publicadas ao longo daquele ano.

Orlando Müller sentia essa mudança acontecendo e antecipou-se aos fatos em algumas ocasiões. O STIC-NH era atrelado à Federação dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário do Rio Grande do Sul; quando questionado sobre as movimentações do ABC e do diálogo entre os sindicatos e o Ministro do Trabalho, Orlando desconversou e disse que a informação seria dada através da referida Federação, respondendo por todos os sindicatos a ela ligados. Mas adiantou:

Os sindicatos, na verdade, não querem muito. O que os sindicatos de São Paulo e Rio Grande do Sul querem é participar do diálogo. O que acontece é que desde a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1946, os sindicatos estão atrelados ao Ministério do Trabalho, e o que se quer é uma maior liberdade, principalmente em termos de negociação com a classe empregadora (JORNAL NH, 13/09/1978, p. 7)

A primeira referência que Orlando faz ao modelo sindical neste excerto é aos “Sindicatos de São Paulo”. Mais do que isso, refere-se a esses “sindicatos” de modo genérico e homogeneizante, igualando-os aos sindicatos do “Rio Grande do Sul”. Entendo essa declaração por meio de duas perspectivas: a primeira é que Orlando, ao comparar os sindicatos paulistas e gaúchos, iniciava uma aproximação com o “novo” sindicalismo. Não podemos perder de vista que, logo abaixo, o dirigente hamburguense ainda critica a legislação trabalhista por tornar os sindicatos “atrelados ao Ministério do Trabalho”. Como vimos, Orlando até pouco tempo não parecia se importar com este atrelamento.

A segunda via por onde se pode olhar o excerto acima está no impacto que estas declarações poderiam ter nos/as trabalhadores/as de Novo Hamburgo. O jornal impresso era distribuído entre boa parte da população de Novo Hamburgo, sendo o único periódico diário impresso no município. Como esses/as operários/as reagiam a essas informações e a este clima de insatisfação que tomava conta do país?

Em 1979 a citada greve do magistério gaúcho abarcou uma boa quantia de professoras/es hamburguenses. O *Jornal NH* entrevistou pessoas nas ruas da cidade para ouvir suas opiniões sobre este movimento. Um dos entrevistados falou:

Só quando a gente pára de trabalhar é que os chefes percebem a importância do trabalho da gente [...] Os professores daqui não iniciaram uma greve no mais, sem a certeza de que ela traria resultado positivo. Ao contrário, tudo que está sendo feito

aqui tem base nas manifestações feitas por outros professores em outros lugares do Brasil. Tanto isso é verdade que o governo já começou a ceder nas reivindicações dos professores gaúchos [...] Os pedidos vinham sendo feitos há vários anos, como nada foi conseguido com boa vontade, eles apelaram para outros métodos. Não muito aconselháveis, mas bastante produtivos (JORNAL NH, 17/04/1979, p.23).

A antiga concepção de que a greve é um instrumento de luta da classe operária foi resumida pelo entrevistado em sua primeira frase. Infelizmente a matéria não transmite informações significativas sobre o depoente, como, por exemplo, seu grau de instrução e idade; mas é significativo que ele tenha articulado as greves que vinham ocorrendo pelo país - neste caso, das/os professoras/es - com a greve do magistério gaúcho. Em sua perspectiva, aquele tipo de ação só existia porque o regime não respondia às reivindicações da categoria há muitos anos. O estopim viria em 1979, com o baixo dissídio.

Mas, após os feitos dessa greve, que seguiu por mais alguns dias, em agosto do mesmo ano outra categoria parou em Novo Hamburgo, causando alarde no município. Em apoio à greve dos rodoviários de Porto Alegre (RS), os motoristas de ônibus hamburguenses paralisaram e manifestaram descontentamento com os índices de aumentos salariais. O jornal local mais uma vez foi às ruas para ouvir a população sobre esse movimento. Uma das mulheres entrevistadas, falou:

Assim como as greves feitas por outras classes trabalhadoras foram apoiadas em todo o país, acho que agora é dever de todos apoiar também a manifestação dos motoristas. É certo que nos outros casos não fomos atingidos tão de perto quanto dessa vez, mas isso não é motivo para deixarmos de incentivá-los. (JORNAL NH, 17/08/1979, p.31).

A autora deste depoimento, Ana Maria Siqueira, trabalhava como secretária em uma empresa cujo nome não foi informado. Sua percepção da greve era positiva, ainda mais porque não era a primeira “classe” que levava a cabo uma paralisação. No mais, essa greve parecia a ela ter chegado mais perto da vida cotidiana da cidade, o que teria causado certo desconforto para alguns - como movimentos paredistas rodoviários normalmente causam. Outro trabalhador também foi ouvido. Dessa vez, um sapateiro. Segundo João Carlos Batista, de 24 anos: “se os motoristas pararem mesmo os patrões vão ser obrigados a dar o aumento pedido, mas se alguns trabalharem a greve não vai ser bem sucedida” (JORNAL NH, idem).

É perceptível na fala desses operários a amplitude alcançada pelos movimentos que vinham acontecendo nos últimos anos da década de 1970. Mesmo sem informar se sabiam que as paralisações eram fruto de um “novo” ou “velho” sindicalismos, suas falas indicam conhecimento acerca do que estava ocorrendo no país. Além disso, o jornal local fazia questão de relacionar manifestações brasileiras com outras, como foi o caso da relação Brasil- Suécia

no exemplo trazido acima. Parece-me lógico concluir que o debate local sobre os rumos do movimento operário no Brasil passava pela forma como estes/as trabalhadores/as concebiam outros movimentos nacionais e internacionais. Dos exemplos citados, tanto na greve do magistério quanto na paralisação dos rodoviários - essa última, por sinal, de curta duração, pois durou apenas algumas horas em um único dia -, ainda que o jornal tenha noticiado posições contrárias e favoráveis, percebi que os apoios de operários/as da indústria eram constantemente presentes.

Dois meses mais tarde, a notícia de que o aumento dos salários dos/as sapateiros/as seria de 40 por cento, dividido em 20 no primeiro semestre e mais 20 no segundo, pegou a categoria em cheio. Uma semana após a matéria ser veiculada no jornal, a primeira paralisação de tais trabalhadores/as começava a acontecer, mas, dessa vez, acompanhada de uma série de outras reivindicações. Como vimos, a maioria voltada para os direitos femininos, posteriormente reduzida à pauta econômica.

O resultado desse clima de efervescência política entre os/as trabalhadores/as foi sentido com força no dia 05 de setembro de 1979. Abaixo vemos uma das imagens registradas no dia da assembleia que definiu as pautas oficiais da greve e que foi dirigida pelo STIC-NH:

**IMAGEM 18: TRABALHADORES/AS NA ASSEMBLEIA (05/09/1979)**



Fonte: Acervo Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo.

Entretanto, já no dia seguinte, a greve esmoreceu. Foi desmobilizada pelo próprio Sindicato. Os motivos revelam que a relação de Orlando Müller com os empresários, que nunca

fora tão forte, passou de pacífica para violenta. Orlando e a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado de Novo Hamburgo foram ameaçados publicamente pelo aparelho repressivo da ditadura.

No dia 6 de setembro daquele ano, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) propôs através de seu presidente, Antônio Salgado Martins, um aumento salarial de 50 por cento. Segundo o presidente do TRT:

A situação dos trabalhadores nas indústrias de calçados de Novo Hamburgo é extremamente delicada, pois eles criaram para si próprios um problema complexo [...] A classe trabalhadora, nesse caso, não teria amparo nem para levar suas reivindicações para a Justiça do Trabalho, em virtude do dissídio já ter sido realizado e em função do recente acordo já ter sido firmado e homologado. A única saída é a conciliação (JORNAL NH, 07/09/1979, p. 7).

A ilegalidade da greve foi apontada por Salgado Martins. O sindicato patronal também considerou ilegal a paralisação. Em nota ao periódico, Orlando Müller disse que, em assembleia, os/as trabalhadores/as aceitaram o aumento proposto. No entanto, mesmo que Orlando tenha dito que a “conciliação” fora posta em votação na assembleia do dia 6, nenhuma matéria chamou a atenção para este encontro dos/as trabalhadores/as.

No dia 10 de setembro, 4 dias depois do término da greve, uma coluna do jornal, de forma tímida e discreta, publicou a seguinte informação:

A intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Novo Hamburgo chegou a ser estudada pelo governo e a atual direção da entidade não tem dúvidas de que ela se concretizaria, se o movimento paredista persistisse [...] Os comentários sobre o estudo da provável intervenção - em função da ilegalidade da greve - surgiram já na quinta-feira à tarde, antes de Müller ir à Porto Alegre para ouvir a proposta do presidente do TRT (JORNAL NH, 10/09/1979, p. 2).

Não é possível saber se a intervenção foi, de fato, estudada pelos órgãos responsáveis do Ministério do Trabalho. Tampouco sabemos se Orlando Müller sabia dessa possível ameaça, caso fosse real. Mas se a assembleia do dia 6 ocorreu - não encontrei nenhuma outra comprovação desse fato além das notas vindas de Müller - creio ser possível admitir um direcionamento da diretoria do sindicato para encaminhar o final da greve. Em todo o caso, uma paralisação de boa parte da categoria das/os sapateiras/os hamburguenses, depois de anos de resistência discreta, porém existente, influenciou na diminuição do capital político de Orlando Müller. Os dias 4, 5 e 6 de setembro de 1979 ficariam marcados como o início de uma mudança brusca na direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de Novo Hamburgo.

## 5.7 Depois da tempestade, os ventos da transição

A greve de 1979 foi um marco para os/as sapateiros de Novo Hamburgo, pelo menos no campo político. Contudo, nenhum dos/as entrevistados/as lembrou do movimento, mesmo que ele tenha atingido uma parcela grande de trabalhadores/as da indústria do calçado. Os desdobramentos daquele acontecimento iriam atingir, sobretudo, a imagem pública de Orlando Müller e da direção estabelecida no sindicato desde o início da década passada.

O discurso de Orlando mudou. Agora ele não chamava mais os/as colegas de profissão de “trabalhadores”, “sapateiros”, “operários”. Agora eles eram “companheiros”. Da mesma forma que militantes sindicalistas do ABC, Orlando se referia aos/às sapateiros/as como indivíduos que estavam ao seu lado na luta sindical: “Companheiros”! Isso me parece ser significativo, não apenas por ser uma forma de tratamento mais “autêntico” - fazendo referência ao que diziam os militantes do “novo” sindicalismo, mas também porque revela os setores com os quais o presidente do sindicato tentou se aproximar.

### IMAGEM 19: ENCONTRO NO STIC-NH (1983)



Foto: Acervo Particular de Gilnei Andrade<sup>130</sup>.

<sup>130</sup> Em pé: Edson Mattos, Milton Rosa, Maria Ledi Bobsin, Eloina Lopes de Sá, Gilnei Andrade, Jacó Bittar, Inácio Fritzen, Jair Menegheli, Polidoro Pacheco (Bahia), Orlando Muller, Antonio Paz (Nidi). Sentados: Néelson de Sá, Olívio Dutra, Luís Inácio “Lula” da Silva, Paulo Haubert.

Em 1983, quatro anos depois da greve, Orlando Müller articulou um encontro antes inimaginável. Na sede do sindicato reuniram-se membros da direção estabelecida na entidade, militantes de movimentos comunitários e personagens que iniciavam na política através dos sindicatos locais. Junto destes participantes, o encontro contou com nomes famosos nacional e internacionalmente, como Luís Inácio Lula da Silva e Jacó Bittar, ambos fundadores do Partido dos Trabalhadores e reconhecidos como lideranças operárias.

Na lembrança de alguns, como na de Gilnei (personagem do primeiro capítulo), esse momento simbolizou uma das primeiras batalhas vencidas pelo “novo” sindicalismo. A ideia que aqueles militantes tinham de ganhar o sindicato “por dentro” parece bem representada na fotografia acima. Orlando Müller, presidente do sindicato durante quase todo o período ditatorial, está ali, ao lado de Lula, principal opositor popular ao regime no início da década de 1980. Junto deles, Nidi, Maria Bobsin, Eloína e Néelson de Sá, líderes comunitários. Este último, acusado de “comunista” em 1968 pelo grupo político atrelado a Orlando, quase foi preso pelo aparato repressivo. Todos unidos em um encontro que mudaria os rumos daquela entidade. Em 1983, o STIC-NH filiou-se à recém fundada CUT.

Encerro este capítulo com a fotografia que melhor representa a transição política pela qual passou o sindicato naquele momento. Membros do “novo” e do “velho” sindicalismos em um único espaço. Orlando Müller permaneceu como dirigente daquela entidade até 1986, quando Milton Rosa, militante do PT, assumiu a presidência. Orlando retirou-se da vida pública já como um homem velho, tendo, ao longo de sua trajetória, atuado ativamente à frente do movimento sindical, gerando elogios, críticas e desconfianças. Não passou sem ser notado, como é comum aos sindicalistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização dessa pesquisa tive acesso a diferentes histórias. Algumas alegres, outras tristes. Algumas que mesclavam risos com lágrimas. Ousando escolher uma delas para iniciar estas considerações finais, falarei de um personagem pouco comentado durante a dissertação, mas que agora merece nossa atenção mais detida.

Alguns sindicalistas, amparados pela memória coletiva do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, contam que, entre as décadas de 1960 e 1970, o antigo militante Rancheirinho teria sido preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) por diversas vezes. De acordo com Betinho (2ª entrevista), Rancheirinho era músico “nas horas vagas” e compunha canções de cunho político, divulgando seu trabalho cultural na região do Vale do Rio dos Sinos. Seguidamente era convocado a comparecer na sede do DOPS em Porto Alegre, a fim de prestar depoimentos. Em alguns casos, permanecia preso por alguns poucos dias para, logo depois, ser liberado. Consta que, após consecutivas detenções, Rancheirinho foi enviado novamente para a capital gaúcha, a fim de cumprir uma pena mais longa. Nessa ocasião, sua esposa dirigiu-se à sede estadual da polícia política, junto com seus filhos pequenos. Já na delegacia, acompanhada das crianças, a mulher teria dito: “Querem prender meu marido? Então vão precisar criar nossos filhos, já que é ele quem nos traz o sustento!”. Os policiais teriam liberado Rancheirinho na mesma hora.

A história contada pelos sindicalistas - entre eles Gilnei e Betinho - revela aspectos importantes para esta parte final da dissertação. O primeiro deles, que salta aos olhos à primeira vista, é a força que a esposa de Rancheirinho teve para enfrentar a polícia política do período. Ao impor aos agentes que “adotassem” seus filhos, a mulher afrontava a “superioridade” da violência oficial, de tal forma que o ato gerou resultados positivos para a família.

Assim como a esposa de Rancheirinho, muitas outras mulheres também enfrentaram a ditadura em seus diversos sustentáculos na década de 1970. Boa parte do operariado hamburguense naquele período era composto por mulheres jovens, as quais, no final daquele decênio, percebendo o terreno fértil para propor mudanças, levantaram-se contra patrões e contra o regime. Ainda que não seja possível comprovar que o levante dos/as sapateiros/as de 1979 tenha sido deflagrado pelas mulheres da indústria, sua participação foi fundamental, como espero ter conseguido demonstrar anteriormente.

De modo mais geral, minha intenção durante todo o texto foi apontar para outras formas de resistência que nem sempre são levadas em consideração pelos olhares de uma história

tradicional do “velho” sindicalismo, tais como os embates cotidianos, as negações de operários a patrões que aconteciam sem os holofotes da mídia, ou mesmo os enfrentamentos violentos que recebiam a pecha de “crimes por vingança”, escondendo o verdadeiro sentido de tais retaliações. Ou, quem sabe, histórias como a de Rancheirinho, um músico sindicalista, que, em 1968, quase foi preso mais uma vez sob a acusação de “comunista”, apenas por disputar a direção do STIC-NH. Esse operário, por sinal, teve uma importância crucial na formação de líderes operários hamburguenses.

Pelo que foi possível averiguar, Rancheirinho foi um importante formador de lideranças do “novo” sindicalismo. Nomes que depois vieram a se destacar regionalmente, como Betinho, iniciaram no movimento sindical trabalhando com aquele velho músico-sapateiro. Daí que uma das principais considerações feitas nesta pesquisa reside, justamente, na relação entre o “velho” e o “novo” sindicalismos.

O título dessa dissertação aponta para uma relação intrínseca entre as duas denominações. Procurei deixar clara minha interpretação de que o “velho” sindicalismo foi uma construção discursiva do “novo”, amparada em elementos concretos - como a ênfase na assistência social -, ao mesmo tempo em alguns deles tiveram seu significado distorcido – como mostra o destaque ao termo pejorativo “assistencialismo”. A crítica intensa ao modelo de gestão sindical que antecedeu aos “novos” se ampara em fatos conhecidos. Não é possível, por exemplo, afirmar que a direção do Sindicato dos Sapateiros levantou-se contra o regime imposto em 1964, ou que realizava embates contra a classe patronal seguidamente. Da mesma forma, a história que é contada pela atual diretoria sobre a eleição de 1968 levanta muitas perguntas sobre a relação entre a direção então estabelecida e as forças policiais da ditadura. O fato de Alcides Rosa e Orlando Müller contarem com o apoio do MSD a partir de 1964, e que essa organização mantinha relação com o aparato repressivo nacional, ajuda a entender parte dessa narrativa desabonadora a respeito dos “velhos”. Mas ainda há outros trabalhos a serem realizados com maior profundidade sobre tal período da história sindical local e sobre os embates realizados entre as forças políticas hamburguenses nos anos 1960.

O fato é que, enquanto Orlando Müller liderava um sindicato politicamente limitado, outros processos e forças se desenvolveram e articularam os/as trabalhadores/a de forma orgânica. Foi o caso do movimento popular, que, de forma similar a outras regiões do país, cresceu em virtude da necessidade de resistência e de conquista de direitos. Após a chegada de levadas de migrantes rumo aos centros urbanos, que ofertavam empregos com baixos salários, mas se isentavam de quaisquer outros serviços básicos, milhares de trabalhadores/as viram-se sem condições de sustentar-se nas cidades. O caso de Novo Hamburgo é só um entre tantos,

mas nos ajuda a entender que as mobilizações do final da década de 1970 tinham suas origens também nas uniões de bairros, associações, entidades regional e nacionalmente organizadas. Mesmo nos espaços de lazer a resistência estava presente, como era o caso do futebol.

Desde campeonatos institucionalizados pelo Estado e com parcerias privadas, sobretudo das indústrias por meio do SESI, até certames disputados por clubes de bairro, o futebol atravessava as disputas trabalhistas locais. Em certos casos, é verdade, não era percebido como instrumento de luta política. Contudo, chamo a atenção, principalmente, para o caráter identitário do futebol, sobretudo para os times de bairro. De acordo com alguns entrevistados, a diferença entre o clube local e o time da fábrica estava na “paixão”. O desejo de consagrar-se campeão vinha da relação que o operário mantinha com seu time “do coração”, já que dele faziam parte parentes, amigos e vizinhos (e, por vezes, ele mesmo). A comunidade de moradia dos atletas-operários comungava dos mesmos interesses imediatos, algo que não acontecia com os times de fábrica. Vistos por uma ótica mecânica, os jogos realizados pelo SESI, em que a fábrica montava times para vencer os campeonatos, eram considerados por alguns operários como trabalho, sem nenhuma emoção especial depositada. O fator essencial para a distinção entre as duas formas de defender “a camisa” estava, como acabamos de dizer, nos laços afetivos estabelecidos nos arredores de suas próprias casas. Isso se dava pelo fato de que na década de 1970 se iniciou um segundo movimento de migração em direção à Novo Hamburgo, que alterou as relações entre os/as próprios/as sapateiros/as.

Em virtude de tal processo, foi possível observar que a classe trabalhadora de Novo Hamburgo passou por uma complexificação. Aliás, depois da década de 1950, não era mais possível dizer que o município era, essencialmente, teuto-brasileiro, ainda que o poder público e alguns empresários quisessem manter uma certa aparência germânica na cidade. A partir da pesquisa quantitativa realizada com as fichas de trabalhadores/as, vimos que o número de negros, brancos não-“alemães”, jovens e mulheres nas fábricas de calçado era alto. Dessa junção heterogênea surgiram reivindicações, clamando por dignidade no trabalho. A administração municipal e a burguesia local conseguiram segurar as manifestações populares por certo tempo. Quando ocorriam atos políticos protagonizados por operários/as, as notas no *Jornal NH* eram seguidamente curtas e tímidas. Na maior parte das vezes, é verdade, tais movimentos nem eram noticiados. Mas o caso de 1979 ultrapassou os limites, sobretudo porque envolvia-se em um contexto nacional e internacional de expressivas reivindicações trabalhistas.

A greve de 1979 foi um marco não apenas por ter se constituído na maior em muitos anos. Foi um marco porque acionou agentes políticos diversos, porque estabeleceu um elo entre o município, que se vangloriava de sua “ordem e progresso”, e o país, que iniciava a passos

lentos a derrocada da ditadura. Ao levantarem-se contra os patrões, sapateiros/as hamburgueses também diziam não ao regime, também colaboravam para a sua desestabilização. É significativo, portanto, que, a partir de 1979, a direção estabelecida do Sindicato dos Sapateiros estivesse com sua força reduzida. Orlando Müller sentiu as mudanças políticas. Alterou seu discurso, incorporou membros do “novo” sindicalismo ao grupo dirigente e manteve-se na liderança até onde foi possível. E durou muito! Somente em 1986 a direção do STIC-NH foi completamente alterada. Mas a figura do “velho” sindicalista está viva na memória dos “novos”.

Naquele período, em meio às transformações sociais pelas quais o município de Novo Hamburgo passava, o STIC-NH tomou posições políticas o tempo todo. Isso fica evidente desde os primeiros meses de 1974, quando da aproximação de Orlando Müller com membros do Ministério do Trabalho, até a ação operária de 1979 acima indicada. No entanto, sabemos que, durante muito tempo, parte considerável da literatura especializada tratou dos sindicatos durante a ditadura como entidades amorfas, que lidavam com o regime de modo subserviente e sem nenhuma atitude autônoma. Pelo menos no que tange ao Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, isso foi analisado na presente dissertação de outra forma, acompanhando a renovação historiográfica relativa ao período. Havia jogos de poder que empurravam a direção do sindicato para atitudes políticas locais e regionais. Havia igualmente uma série de entidades com as quais o sindicato precisava dialogar. Havia outros movimentos a serem levados em conta, nos bairros, fábricas e campos de futebol. Havia pressões e anseios da categoria. Nada estava determinado previamente, e muitas possibilidades de ação se apresentavam aos sindicalistas, apesar dos imensos limites que os tolhiam.

E foram, justamente, as ações realizadas pela direção sindical que contribuíram para sua relação com a categoria entrar para a memória como amena, mas, minimamente, importante. Se os/as trabalhadores/as não lembram das greves, da política nacional, de muitos diretores do sindicato, recordam dos serviços prestados por aquela entidade, como a proteção à saúde e a alguns direitos trabalhistas. Pelo que pude constatar, os contemporâneos de Orlando Müller não o consideravam um mau sindicalista, tampouco desprezam sua gestão. A relação entre a categoria dos sapateiros com sua direção sindical foi complexa e tensa, mas não foi tão distante quanto eu supunha antes de realizar essa pesquisa.

Por esse e outros motivos posso responder agora à indagação que gerou a dissertação: de que forma sapateiros/as agiam na luta por direitos em um ambiente sindical delimitado pela ditadura civil-militar, entre 1974 e 1979, na cidade de Novo Hamburgo? A primeira hipótese lançada confirmou-se. De fato, estes/as trabalhadores/as se utilizavam dos próprios

mecanismos estabelecidos pelo regime e pela burguesia para melhorarem suas condições de vida e trabalho. A utilização dos poucos direitos sindicais que permaneciam, as agremiações em associações de bairros e as resistências do cotidiano mostram isso.

Por outro lado, a segunda hipótese pôde ser complementada e reformulada. A ideia de que o futebol servia de elo entre os trabalhadores para suas articulações políticas talvez não tenha sido comprovada de modo cabal, apenas indicada como possibilidade. Ouso, contudo, direcionar de outra forma a questão. O futebol parece ter servido mais como uma ferramenta de solidariedade de classe e de identificação operária do que como uma ferramenta de luta política aberta. O caso de Betinho, por exemplo, que se transformou em liderança política com base em seus relacionamentos futebolísticos, se mostrou isolado. Mas as entrevistas com outros operários e operárias evidenciam que, por trás dos jogos, havia sentimentos de união, de comunhão de ideias, de coletividade, os quais serviam para enfrentar as dificuldades daqueles tempos.

Ao terminar este texto e rever os caminhos trilhados para escrevê-lo, percebo que alguns elementos ficaram ausentes. Uma das maiores dificuldades encontradas para a análise das memórias sobre o Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo foi a inexistência de narrativas dos próprios diretores daquele período. Essa dificuldade limitou o estudo, sobretudo porque a fala daqueles homens seria crucial para uma outra versão de certos fenômenos e processos.

Diversas tentativas foram realizadas para que os contatos acontecessem, mas nenhum dos homens ainda vivos que dirigiram o sindicato até 1979 quiseram falar sobre esse tema. Nem mesmo os familiares de Orlando Müller se dispuseram a tratar do assunto. Penso que esse silêncio se insere em certos momentos da trajetória desses sindicalistas que podem ser considerados “traumáticos”. Pertencer a um tabuleiro político como o que existia nos anos 1970 não devia ser fácil. Talvez por esse motivo aqueles homens tenham receio em reviver essas memórias, em trazer à tona um passado tão complexo e, depois de 1978, tão estigmatizado como “velho” e ultrapassado. De minha parte, como historiador, só me resta respeitar este desejo.

Espero que esta dissertação possa colaborar na compreensão da força que as trabalhadoras e os trabalhadores podem ter. Que possamos olhar para trás e nos inspirarmos na disposição que aquelas pessoas tinham em transformar suas próprias realidades.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

### **Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo**

JORNAL NH - Edições de 02/01/1974 a 31/12/1979. - Fundo: Biblioteca Municipal Machado de Assis.

URPLAN - Plano de Desenvolvimento Local-Integrado. Fundo: Administração Municipal.

### **Legislações:**

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De15452compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452compilado.htm). Acesso em: 26/03/2019.

COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6514.htm). Acesso em: 29/01/2019.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO. Disponível em: <https://portal.camaranh.rs.gov.br/pm3>. Acesso em: 26/03/2019.

### **Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE NOVO HAMBURGO - Fundo: CDS.

JORNAL FRACCAB - Julho de 1984 - Fundo: CDS.

JORNAL ZERO HORA - 07/09/1979 - Fundo: CDS.

JORNAL CORREIO DO POVO - 07/09/1979 - Fundo CDS.

JORNAL FOLHA DA MANHÃ - 06/09/1979 - Fundo: CDS.

O QUE É SINDICATO? - OPOSIÇÃO SINDICAL - Fundo: FASE.

## **ENTREVISTAS**

ALBA KAYSER. Concedida em: 14/06/2018.

ANTÔNIO SALONIDES PAZ. Concedida em: 13/06/2018.

CARLOS GILBERTO KOCH. Concedida em: 15/03/2016.

\_\_\_\_\_. Concedida em: 9/05/2018.

CELOMAR DA SILVA. Concedida em: 11/11/2017.

CLAUDIO ANDRADE. Concedida em: 15/07/2017.

EDERSON RODRIGUES. Concedida em: 06/07/2015.

ERONI GUILHERMINA DA SILVA MACHADO. Concedida em: 27/10/2018.

GILNEI ANDRADE. Concedida em: 22/02/2016.

JAIME E OSMAR DA SILVA: Concedida em: 23/07/2018.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FVG, 2007.
- ALVES, E.M. **Presentes e invisíveis - escravos em terras de alemães- São Leopoldo:1850-1870**. São Leopoldo, RS: Dissertação (Mestrado em História), UNISINOS, 2004.
- ANTUNES, F. M.R. F. O futebol nas fábricas. **Revista USP**. n.22, p.102-109. 1994.
- ANTUNES, R. **O que é sindicalismo?** São Paulo, SP. Brasiliense, 1991.
- ARAÚJO, C. **Companheiros: a hora e a vez dos metalúrgicos de Sorocaba**. São Paulo, SP: Loja de Ideias, 2011.
- BARTZ, F.B. **O Horizonte Vermelho. O Impacto da Revolução Russa no Movimento Operário do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2017.
- BATALHA, C. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. BATALHA, C.; SILVA, F.; FORTES, A. (orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O movimento operário na Primeira República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 8, n.8, p. 91-99, 1997.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro, RS: FVG, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CAMPBELL, Donald T.; STANLEY, Julian C. **Experimental and Quasi-Experimental Designs for Research**. Houghton Mifflin Company Boston, London, 1966.
- CHALOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CIOCCARI, M.R. Mina de jogadores: o futebol operário e a construção da “pequena honra”. **Cad. AEL**, v.16, n.28, 2010.
- COCHRAN, W. G. **Sampling techniques**. New York : John Wiley, 1977.
- CORRÊA, L. R. **“Disseram que voltei americanizado”: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na Ditadura Civil-Militar (1964-1978)**. Tese (Doutorado em História Social), Campinas, Unicamp, 2013.

CORRÊA, L. R. ; FONTES, P. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, p. 129-151, 2016.

DOMINGUES, P. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo, SP: Senac, 2004.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do estado**. Petrópolis : Vozes, 1981.

DUARTE, A. L. “Em busca de um lugar no mundo”: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, julho-dezembro de 2008, p. 195-219.

ESTELA BLANCO, J. Ser jocista en la Argentina de mediados de siglo XX. La construcción de identidades etarias, confesionales y laborales en la Juventud Obrera Católica. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 6, n. 11, p. 207-223,2014.

FERRO, A.; CASTRO, E. Determinantes dos preços de terras no Brasil: uma análise de região de fronteira agrícola e áreas tradicionais. **Rev. Econ. Soc. Rural**, v.51, n. 3, Brasília, DF, 2013.

FICO, C. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1997.

FONTES, P. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Tese (Doutorado em História), Campinas, Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores e associativismo urbano no governo Jânio Quadros em São Paulo (1953-1954). **Revista Brasileira de História**, v. 33, p. 71-94, 2013.

FORTES, A . Da Solidariedade à Assistência: Estratégias Organizativas e Mutualidade no Movimento Operário de Porto Alegre na Primeira Metade do Século XX. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10-11, p. 171-218, 1999.

\_\_\_\_\_. **Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. 1. ed. Caxias do Sul / Rio de Janeiro: EDUCS / Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, v. 29, p. 587-606, 2016.

FRACCARO, G.C.C. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 73-90, 2017.

\_\_\_\_\_. **Os Direitos das Mulheres - Organização Social e Legislação Trabalhista no Entreguerras Brasileiro (1917-1937)**. Tese (Doutorado em História), Campinas, Unicamp, 2016.

FRASER, N. Contradictions of capital and care. **New Left Review**, n.100, jul-ago, 2016.

\_\_\_\_\_. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, v.15, n. 14-15, 2006.

FREITAS, T. M. . O futebol operário na região carbonífera do Rio Grande do Sul através dos relatos de seus cronistas. In: Véra Lúcia Maciel Barros; Edna Ribeiro de Ávila; Leonardo Braga Borowski. (Org.). **Encontro de Memórias**. 1ed.Porto Alegre: ISCMPA, 2018.

GALEANO, E. **Futebol de sol à sombra**. Porto Alegre, RS: L&PM Pocket, 1995.

GARCIA, M. A. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, n.8/9, Campinas, 1997.

GASPAROTTO, A.; PADRÓS, E. S. Gente de menos: nos caminhos e descaminhos do Brasil (1974-1985). In: PADRÓS, E. et. al. (orgs.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 3 ed. Porto Alegre, RS: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014 (v.4).

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2006.

GOMES, A. M. C. . O problema do sindicato único no Brasil: um livro faz 50 anos. **Locus**, Juiz de Fora, v. 9, n.1, p. 9-32, 2003.

GOMES, A.C.; ARAÚJO, M. C. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo, SP: Ática, 1989.

GUAZZELLI, C. A. B. . 500 Anos de Brasil, 100 Anos de Futebol Gaúcho: a Construção da Província de Chuteiras. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, p. 21-50, 2000.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos**, n. 54, p. 147-156, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOBSBAWM, E.J. **A era dos extremos: o breve século XX** . São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E.J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 4ª edição. São Paulo, SP: Paz e terra, 2005.

HOBSBAWM, E.J.; **Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. e SCOTT, Joan W. Sapateiros Politizados. In.: HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária**. Ed. Paz e Terra: São Paulo, 2005.

JAMES, D. Contos narrados nas fronteiras: a história de Doña Maria, história oral e questões de gênero. In: BATALHA, C.; SILVA, F.; FORTES, A. (orgs.) **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

KLAFKE, A.; WEIMER, R. Zilda e o avião: repensando migrações rural-urbanas no Rio Grande do Sul (1943-1963). **História Unisinos**, Vol. 20 Nº 3 - setembro/dezembro de 2016.

KONRAD, G. V. R. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)**. Tese (Doutorado em História), Unicamp, Campinas, 2006.

KUHN, E.R.S. **A Novo Hamburgo de Ercílio Rosa: crônicas da cidade imaginária na materialidade de um projeto moderno (1945-1949)**. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) FEEVALE, Novo Hamburgo, 2018.

LADOSKY, M.H.; OLIVEIRA, R.V. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014.

LOPES, J. S. L. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, C.; SILVA, F.; FORTES, A. (orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. Da usina de açúcar ao topo do mundo do futebol nacional: trajetória de um jogador de origem operária. **Cad. AEL**, v.16, n.28, 2010.

LICHTLER, D. **Livro de memórias**. S/E: Porto Alegre, RS, 1996.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J.(org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1998.

LOURO, G.L. Mulheres nas salas de aula. In: PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 1997.

LUCIANO, E. M. A luta sindical e o movimento operário em Novo Hamburgo-RS (1935-1945). In: **Encontro de Pesquisadores de História, 2015, Porto Alegre. O historiador e as novas tecnologias: reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas**. PUCRS. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, p. 1658-1669, 2015.

\_\_\_\_\_. **Classe operária: perspectivas, balanço e possibilidades de estudos em Novo Hamburgo/RS (1969-1979)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). FEEVALE, Novo Hamburgo, 2016.

LUCIANO, E. M. ; SCHEER, M. I. . O velho e o novo: a memória da ditadura na narrativa de dois militantes sindicais - Novo Hamburgo/RS (1974-1986). **Encontro de Memórias**. Ied.Porto Alegre: ISCOMPA, 2018.

MAGALHÃES, M. L. **Associativismo negro no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo,RS: Trajetos Editorial, 2017.

MARONEZE, L. A. G. et. al. A cidade de Ercílio Rosa: crônica e imaginário na década de 1940. **Estudios Históricos**, Rivera, , v. VIII, p. 01-15, 2016.

MARONEZE, L.; KUHN, E. R. S. . O trabalho e a modernidade na cidade de Novo Hamburgo segundo o jornal 5 de Abril. **Conexão**, UCS, v. 15, p. 167-187, 2016.

MARTINS, R. P. **A produção calçadista em Novo Hamburgo e no Vale do Rio do Sinos na industrialização brasileira: exportação, inserção comercial e política externa (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MASCARENHAS, H. **Estudo sobre a comunidade trabalhadora de Novo Hamburgo**. Monografia (SESI), Porto Alegre, 1956.

MATTOS, M.B. **Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955/1988)**. Rio de Janeiro: Vício e Leitura, 1998.

MENDES, L. M. G. A Igreja Católica e os trabalhadores: a experiência da Juventude Operária Católica no Mundo do Trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil. **Anais do I Simpósio Trabalhadores e Produção Social**. CEMOP, Sumaré, 2011.

MONIZ BANDEIRA. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MORAES, T. A. **Os agentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e suas carreiras públicas federais: entre a continuidade burocrática e a colonização do Estado pós-64**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2016.

MORAES FILHO, E. **O problema do sindicato único no Brasil**. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1978.

MOREIRA, P. R. S. . Varre o continente de São Pedro um harimatão: protagonismos negros e africanidades no Brasil meridional. **Revista Trajetória Multicurso**, v. 7, p. 45-62, 2012.

NAGASAVA, H.C. **“O sindicato que a ditadura queria”:** o ministério do trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais), Rio de Janeiro, RJ, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), 2015.

NASCIMENTO, A. P. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, RJ, vol.29, nº 59, p.607-626, 2016.

NEGRO, A. L. Ignorantes, Sujos e Grosseiros. Debatendo uma História da Reinvenção do Trabalho. **Trajetos**, UFC, Fortaleza, v. 4, p. 9-33, 2003.

\_\_\_\_\_. **Linhas de Montagem: o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)**. 2001. Tese (Doutorado em História), Unicamp, Campinas, 2001.

NORONHA, E.G.; ERVOLINO, I. O poder sindical na ditadura e na transição política brasileira. In: NAPOLITANO, J.C. et. al (orgs). **O golpe de 1964 e a Ditadura Militar em perspectiva**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2014.

NUNES, M.F. **O negro no mundo alemão: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização**. Florianópolis, SC, Universidade Federal de Santa Catarina, Tese (Doutorado em Antropologia Social), 2009.

NUNES, M., et.al. “Era um hino de fábrica apitando”: a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil. **Etnográfica**, vol. 17, n.2, 2013.

OLIVEIRA, S.M.F. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. **Rev. Adm. Púb.** Rio de Janeiro, vol.21, n.2, 1987.

OLIVEIRA, O. A eclosão do sindicalismo em Novo Hamburgo. Novo Hamburgo, RS: **Cadernos de Reflexão Pedagógica**, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1987.

PERES, L. Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, E. et. al. (orgs.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 3 ed. Porto Alegre, RS: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014 (v.4).

PERRUSO, M.A. A temática dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970/80. **Mundos do trabalho**, v.4, n.7, 2012.

PETERSEN, S. R. F. . Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Anos 90** , Porto Alegre, v. 8, p. 62-78, 1997.

\_\_\_\_\_. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-S.Paulo. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, p. 255-342, 2009.

PETRY, L. **O município de Novo Hamburgo**. São Leopoldo, RS: Rotermund, 2014.

PIETRA MÉNDEZ, N. **Discursos e práticas do movimentos feminista em Porto Alegre (1975-1982)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol 5, n.10, p 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p.3-15, 1989.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro, RS: FVG, 2006.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**, São Paulo. vol.14, fev. 1997, pp. 25-39.

PRODANOV, C. C. ; MARONEZE, L. A. G. . Primeiro tempo: futebol, sociabilidade e as tensões da modernidade em Novo Hamburgo. Recorde: **Revista de História do Esporte** , v. 8, p. 1-17, 2015.

PRODANOV, C. C.; MOSER, V. Futebol e identidade em Novo Hamburgo nos anos 1920 e 30. In: PUHL, P. R.; SARAIVA, J. A. (Orgs.). **Processos culturais e suas manifestações**. 01ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013a

\_\_\_\_\_. O "maior espetáculo da terra": futebol e cultura de massa no Brasil. In:PUHL, P. R.; SARAIVA, J. A. (Orgs.). **Processos culturais e suas manifestações**. 01ed.Novo Hamburgo: Feevale, 2013b.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZENDE, V. D. de . A construção social da divisão sexual do trabalho entre as operárias do calçado (Franca, décadas de 1950 a 1980). **Esboços**, Florianópolis , v. 16, p. 221-247, 2006. Rezende, 2018.

\_\_\_\_\_. A Experiência de Sapateiras no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca nos anos 1980. **XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo, 2007.

\_\_\_\_\_. O poder de comando em disputa. In: **II Seminário Internacional Mundos do Trabalho, VI Jornadas de História do Trabalho**, Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, J. A. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.

ROEDIGER, David R. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça. In: FORTES, A.; LIMA, H.; PETERSEN, S.R.F; XAVIER, R. (orgs.). **Cruzando fronteiras: novos olhares sobre História do Trabalho**. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2013.

ROQUE, Z. S. S. **A cidade, o futebol e o trabalho: memórias do 'futebol de fábrica': são José dos campos, 1920-2010**. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J; FERREIRA, M.M. (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª.ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006.

SADER, E. **Quando os novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SANTANA, M.A. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política e Sociedade**, n.13, outubro de 2008, p. 279- 309.

\_\_\_\_\_. O novo e o velho sindicalismo: análise de um debate. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, vol. 10, n. 11, 1998 pp.19-35.

SAUL, M. V. A. **Classe operária e sindicalismo em Novo Hamburgo (1945-1964)**. Dissertação (Mestrado em História), Florianópolis, SC. Universidade Federal de Santa Catarina, 1982.

SAVAGE, M. Classe e história do trabalho. IN: BATALHA, C; SILVA, F.T.; FORTES, A. (orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SCHEMES, C. et al. Imaginário e relações de trabalho no jornal O 5 de Abril: o discurso da cidade industrial harmônica na Novo Hamburgo dos anos 1920 e 1930. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, RS, v. 18, n. 30, 2013

\_\_\_\_\_. Memória do Setor Coureiro Calçadista. **Revista de Estudos**, Novo Hamburgo, v. 25, n.2, p. 51-56, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901 - 1935)**. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica, 2006.

SCHMIDT, B. B. . **De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, outubro de 1906)**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_. **Flavio Koutzii: biografia de um militante revolucionário (de 1943 a 1984)**. 1. ed. Porto Alegre: Libretos, 2017.

\_\_\_\_\_. **O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas - Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)**. Tese (Doutorado em História) UNICAMP, Campinas, 2002.

SCHNEIDER, S. Os Colonos da Indústria Calçadista: Expansão Industrial e as Transformações da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. **ENSAIOS FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 298-323, 1996.

SCHWARCZ, L. M. **Racismo no Brasil**. São Paulo: PubliFolha, 2001.

SCOTT, J.W. Prefácio a Gender and politics of history. **Cadernos Pagu**. v.3, p. 11-27, 1994.

SILVA, F.T. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. In: In: BATALHA, C.; SILVA, F.; FORTES, A. **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SILVA JR., Adhemar L. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940**. Porto Alegre: Programa de pósgraduação em história da PUC, Porto Alegre, (Tese, doutorado em história), 2005.

SIRINELLI, J. A geração. In: AMADO, J; FERREIRA, M.M. **Usos & abusos da história oral**. 8ª.ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. 7ªed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2000.

SPERANZA, C. **A greve na oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50**. Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese (Doutorado em História), 2012.

SPOLIER, P. D. **História**. Disponível em: <https://www.novohamburgo.rs.gov.br/historia>. Acesso em: 29/05/2018.

STÉDILE, M. E. **Da fábrica à várzea: clubes de futebol operário em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 1987 (vol. 1,2,3).

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**. v.3, p. 11-27, 1994.

TORRESINI, E. **SESI - 70 anos**. São Paulo, SP: SESI, 2016.

VAINER, C.B. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, p.819-835, 1998.

VARIKAS, E. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**. v.3, p. 11-27, 1994.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 2ªed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1999.

VIANNA, L.W A legislação trabalhista antes de Vargas: da ortodoxia liberal à intervenção do Estado. In: VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Belo Horizonte:Ed. UFMG, 1999.

WEBER, R. A região metropolitana e as “cidades-operárias”. In: Grijó, L. A. et.al. (orgs). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2004.

WEFFORT, F. As origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). **Conferência “Movimentos laborales en America Latina”**, Cidade do México, México, 12-18 novembro, pp. 66-105, 1972.

## ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS:

### **Tópico 1 – Dados pessoais**

Nome

Nascimento (data e local)

Escolaridade

Profissão

Nome e profissão dos pais

Mudança para NH (motivos e impressões)

### **Tópico 2: A cidade**

Qual a primeira imagem que lembra de NH?

Qual era a percepção das fábricas?

Qual a percepção dos campos de futebol?

Me conta um pouco sobre a relação com clubes

Como via a questão da criminalidade, principalmente depois dos anos 70?

### **Tópico 3 - Lazer:**

Quais os lugares para ‘sair’ à noite? Tinham problemas para voltar tarde?

Praticava algum esporte? Como era isso?

Você percebia alguma relação entre homens que jogavam bem o futebol e pessoas que eram contratadas para determinadas fábricas?

Qual o papel do sindicato nos campeonatos. E nas festividades da cidade?

Você percebia uma mudança na adesão às festas ou aos campeonatos (antes de depois dos anos 80)?

### **Tópico 4 – O trabalho**

Primeiro trabalho (impressões, dificuldades, boas lembranças, colegas, padrões, etc)

Outros empregos - Fábrica de calçados (cotidiano, função, aprendizagem, direitos)

Relação com patrão - no esporte, no dia-a-dia...

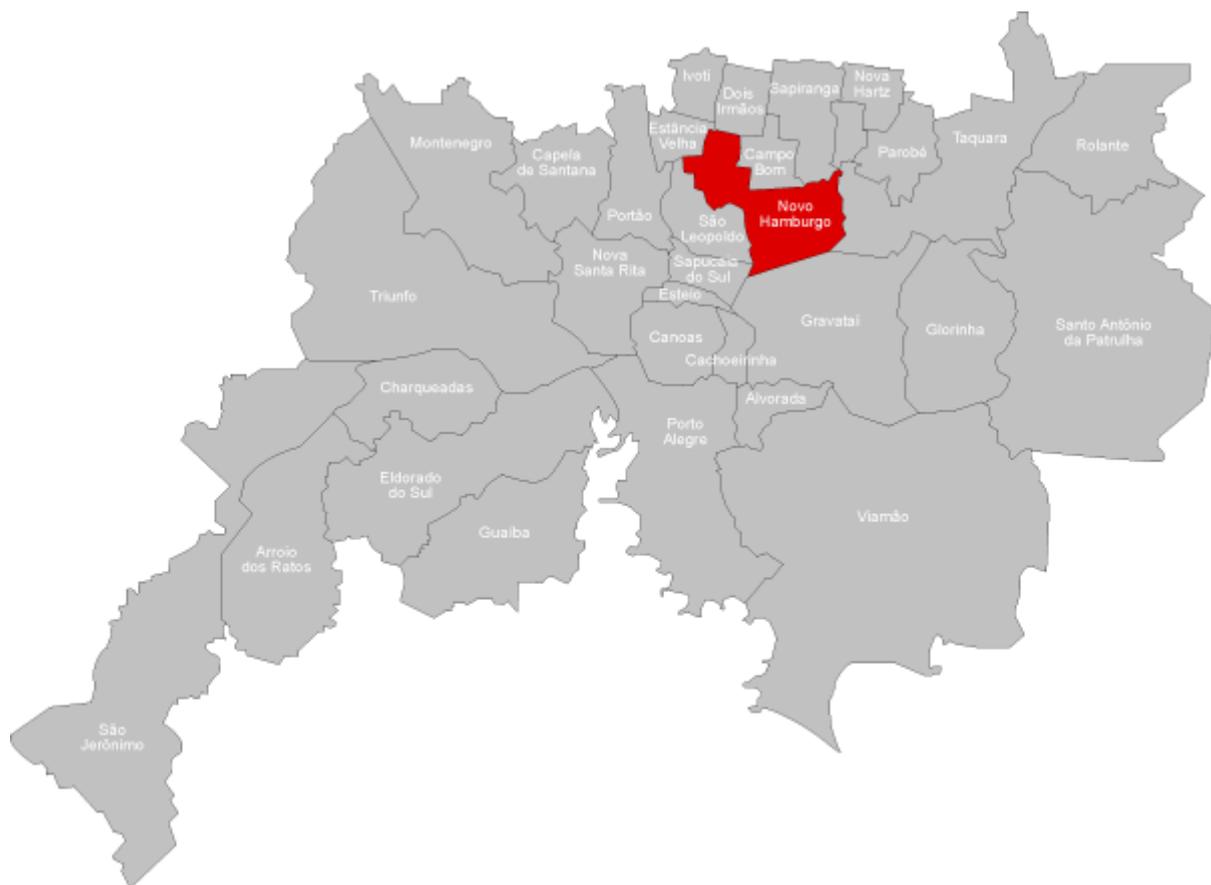
### **5 - Política**

Lembrança dos vereadores ou políticos daquela época?

Jornal - tinha acesso?

Acompanhava o cenário nacional, com as grandes greves no ABC? Qual era sua opinião sobre isso?

Acha que em NH aconteceu algo parecido? Participou de alguma greve?

**ANEXO II - MAPA DE NOVO HAMBURGO E REGIÃO**

Fonte: Associação de Comércio e Indústria de Novo Hamburgo (ACI-NH).

**ANEXO III - MONUMENTO AO SAPATEIRO  
(FLÁVIO SCHOLLES, NOVO HAMBURGO)**



Fotografia: Ita Kirsh/Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.turismo.rs.gov.br/atrativo/158/monumento-ao-sapateiro>. Acesso em: 26/03/2019.